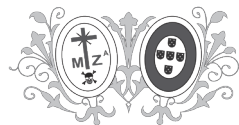


AQUÉM E ALÉM DE SÃO JORGE
MEMÓRIA E VISÃO

AQUÉM E ALÉM DE SÃO JORGE

MEMÓRIA E VISÃO

Coordenação de
SUSANA GOULART COSTA, MARIA LEONOR SAMPAIO DA SILVA
E DUARTE NUNO CHAVES



Misericórdia das Velas

São Jorge
2014

FICHA TÉCNICA

Título **AQUÉM E ALÉM DE SÃO JORGE: MEMÓRIA E VISÃO**

Coordenação Susana Goulart Costa, Leonor Sampaio da Silva e Duarte Nuno Chaves

Autores Vários

Local de Edição SÃO JORGE 2014

Edição CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DAS VELAS
SÃO JORGE - AÇORES

Capa Inês Cristóvão

Colecção ESTUDOS & DOCUMENTOS 22

Depósito Legal 376910/14

ISBN [XXX-XXX-XXXX-XX-X](#)

Data de Saída Julho de 2014

Tiragem 500 exemplares

Execução Gráfica EGA - Empresa Gráfica Açoreana
Rua Manuel Augusto Amaral, 5
9500-222 Ponta Delgada
S. Miguel - Açores

Apoios:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Governo dos Açores

Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura

O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura do Governo Regional dos Açores.

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	9
AVELINO DE FREITAS DE MENESES	
<i>AQUÉM DE SÃO JORGE</i>	
OBSERVANDO SÃO JORGE: OLHARES E IMAGENS.....	15
LEONOR SAMPAIO DA SILVA	
O DISPOSITIVO FORTIFICADO DA DEFESA DA ILHA DE S. JORGE EM 1818 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA SUA EVOLUÇÃO.....	25
RICARDO MNAUEL MADRUGA DA COSTA	
ACHEGAS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO DA ILHA DE SÃO JORGE, 1768-2012.....	41
PAULO TEODORO DE MATOS	
A PECUÁRIA E A PRODUÇÃO DE LACTICÍNIOS NA ILHA DE SÃO JORGE DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	57
PAULO SILVEIRA E SOUSA	
O QUEIJO DE SÃO JORGE: DA INDUSTRIALIZAÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO - SÉC. XX E XXI.....	79
JOÃO PEDROSO ALMADA	
A ILHA E A FAMÍLIA DE FRANCISCO DE LACERDA.....	101
JOSÉ BETTENCOURT DA CÂMARA	
JOSÉ DE LACERDA (1861-1911). ENTRE A MEDICINA E AS LETRAS: RE- TRATO DE UM DILETANTE NOS TEMPOS DO POSITIVISMO.....	109
ANTÓNIO J. RAMALHO	
<i>ALÉM DE SÃO JORGE</i>	
AS MISERICÓRDIAS E O ESPAÇO URBANO DOS AÇORES NA ÉPOCA MODERNA.....	121
ISABEL SOARES DE ALBERGARIA	
AS MEDIDAS DE CAPACIDADE NOS AÇORES EM 1868.....	143
MÁRIO VIANA	

NICOLAU MARIA RAPOSO E AS ILHAS DO TRIÂNGULO.....	165
MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO	
AS ILHAS E AS VIAGENS DOS OBJETOS: O CASO DA COLEÇÃO AFRICA- NA DO MUSEU CARLOS MACHADO.....	175
WELLINGTON NASCIMENTO	
CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA PRESENÇA DOS SECULARES FRANCISCANOS NO GRUPO ORIENTAL DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES, SÉCULOS XVII A XX.....	187
DUARTE NUNO CHAVES	
DE REGRESSO AO REINO CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS CATIVOS AÇORIANOS NO NORTE DE ÁFRICA (SÉCULOS XVII-XVIII).....	209
EDITE MARIA C. MARTINS ALBERTO	

PREFÁCIO

A análise do programa do colóquio “Aquém e Além de São Jorge: memória e visão”, que decorreu nas Velas a 4 e 5 de julho de 2013, organizado pelo Centro de História d’Além Mar (CHAM), das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores, e pela Santa Casa da Misericórdia velense, evidencia o tratamento de temáticas bem distintas. Com efeito, sobrelevam as matérias históricas e patrimoniais, mas também figura a perspetiva literária. Além disso, proliferam os espaços e as cronologias, que incluem diversas dimensões, a ilha, a arquipelágica e a ultramarina, e diversos tempos, da descoberta e da ocupação às incidências dos nossos dias. Apesar de tudo, o privilégio dos assuntos jorgenses converte necessariamente este livro de atas em compêndio de história local, um ramo do conhecimento hoje necessariamente em debate, dado o frenesim da produção de história global, condizente com o progresso da globalização, que jamais dispensa o respeito e o resgate das identidades.

A história local é entretanto muito problemática. Simplesmente, porque um sítio bem preciso, seja um lugar, uma freguesia, um concelho, quiçá, mesmo uma ilha, pode não constituir um objeto específico de investigação, por falta de uma identidade própria. Por acréscimo, a história local é ainda muito problemática porque, não sendo propriamente mais escassos, os documentos são vulgarmente mais diversos. Quer tudo isto significar que é muitas vezes preciso compensar a carência de textos, talvez mais seguros, pelo recurso às memórias, talvez mais falíveis. Mas há mais! Quando a história local é escrita pelos naturais, isto é, pelos da terra, a emoção supera a espaços a razão, ocasionando se não o erro pelo menos o exagero. Quando a história local é escrita pelos forasteiros, isto é, pelos de fora, escapam muitos pormenores que só os nativos e os residentes conhecem e entendem verdadeiramente. Mas a história local é também muito vantajosa. Na ciência, são as análises locais, mais específicas, o melhor meio de correção das sínteses, demasiado globais e incertas. No ensino, são as investigações locais que suscitam o entusiasmo das turmas, porque propiciam a aproximação aos vestígios

humanos do passado, convidando à participação das comunidades e das famílias.

Apesar do caráter local, o mesmo é dizer jorgense, deste livro de atas, encontramos perante um contributo para o enriquecimento de toda a história açoriana. Aliás, os Açores possuem características comuns, que nos conferem um traço de unidade. Porém, os Açores são o reino da diversidade, dadas as assimetrias da natureza e as incidências da história. Nos Açores, o entendimento do conjunto, que é o arquipélago, obriga à averiguação das partes, que são as ilhas, sob pena da exclusão de conclusões importantes, mesmo essenciais. Assim, após uma demorada concentração da pesquisa em redor das ilhas Terceira e S. Miguel, sempre dotadas de maior projeção, importa agora o incentivo do estudo das ilhas injustamente secundarizadas, que evidenciam desempenhos históricos também relevantes.

Como alguns outros, este livro é uma homenagem, mesmo um louvor, às ilhas mais pequenas e mais periféricas. Todavia, por si só, esta adjetivação demanda cuidado, porque territorialmente o Pico não é uma ilha pequena, porque geograficamente S. Jorge não é uma ilha periférica. Bem se sabe que S. Miguel tem queixas da Terceira. Bem se sabe que a Terceira tem queixas de S. Miguel. Pessoalmente, reconheço a disputa, por ser natural da Terceira, onde nasci há 55 anos, por ser residente em S. Miguel, onde vivo há 36 anos. Contudo, bem vistas as coisas, S. Miguel e a Terceira formam um grupo à parte de ilhas privilegiadas. Assim, razões de maior queixa possuem as outras ilhas e também nas lides da investigação histórica, por força da insistência de quase todas as investigações no reconhecimento do passado micelense e terceirense. Porém, só aparentemente, as ilhas ditas mais pequenas e mais periféricas possuem desempenhos históricos de menor relevo.

Se não, vejamos!

Num dos extremos do arquipélago, durante séculos, Santa Maria exportou louça, telha e barro em bruto para todas as outras ilhas. Noutra extremo do arquipélago, durante séculos, as Flores e o Corvo foram a porta de entrada nos Açores das armadas das especiarias, do ouro e da prata e o local de espera de corsários e de piratas da Europa do Norte, que intentavam o roubo dos carregamentos valiosos das frotas de Portugal e de Espanha. Por isso, os fundos do mar do grupo ocidental constituem um santuário da arqueologia naval internacional. No centro do arquipélago, entre os séculos XVII e XIX, no Pico, os lajidos, sobretudo os da Madalena, jorraram tanto vinho, que determinaram a internacionalização da ilha do Faial e do porto da Horta que, após o declínio da baía de Angra, se converteram na principal escala açoriana do comércio e da navegação do Atlântico, antes da construção da doca de Ponta Delgada. De resto, a Graciosa foi sempre um pequeno celeiro, um tanto ofuscado pelo fabrico setecentista da aguardente, que sempre suscitou a exportação, para as cidades do Reino, para o arquipélago da Madeira e para as praças do Norte de África, de muita cevada, acompanhada desde cedo por

algum trigo, mais tarde por porções de milho.

Historicamente periférica e geograficamente central, segundo João Soares de Albergaria e Sousa, autor vintista da *Corografia Açórica* e mentor do independentismo açoriano, S. Jorge tinha por predestinação natural o exercício da função de sede de um governo dos Açores todos. No entanto, a verdadeira especificidade jorgense reside na economia, porque o embaraço da orografia coexiste com a excelência das pastagens, propiciadora da abundância da carne e da qualidade do queijo, em consequência da transformação da criação de gado em atividade preponderante. De uma certa forma, a pecuária jorgense antecipa a quase monocultura açoriana da vaca, muito característica da 2ª metade do século XX, apenas resultante do facto de constituir a única atividade económica de toda a nossa história capaz de singrar desde a beira-mar até às escarpas mais elevadas. Mesmo assim, o manejo jorgense dos bovinos ganha maior realce na contemporaneidade. Por razões internas, por exemplo, o colapso da vinha e da laranja, que obriga à busca de alternativas, as crises sísmo-vulcânicas, que subtraem terras à agricultura, e a emigração, que gera o decréscimo da mão-de-obra. Também por razões externas, por exemplo, a industrialização de finais de oitocentos e a carestia dos produtos láteos, provocada pelas guerras mundiais do século XX.

Ainda em matéria económica, ao contrário do que sucede com a generalidade das suas irmãs, em S. Jorge, a escassez de víveres básicos, sobretudo cereais, mas também leguminosas, suscita maior aproximação ao mar, como acontece no Pico. Acima de tudo, a carência ainda motiva a invenção de culturas de subsistência. Antes da introdução das batatas, o inhame é verdadeiramente o “pão dos pobres”. Por isso, em 1694, o denominado motim dos inhames foi o maior desacato da história jorgense, também um dos maiores desacatos da história açoriana. Na origem da revolta, impera uma ordem régia tendente ao estabelecimento de um imposto sobre a produção do precioso tubérculo, que reduzia o proveito dos proprietários e ameaçava a subsistência dos serviçais. A partir da Calheta, sob a liderança do capitão-mor Gonçalo Pereira Machado, as gentes da governança e do povo, em autêntica reação “interclassista”, moveram perseguição aos agentes fiscais da coroa, que foram cercados na igreja do Norte Grande, sob a ameaça de incêndio, apenas prevenida pela intercessão do pároco. Perante a insurreição, a réplica monárquica primou naturalmente pela violência. Com efeito, na sequência da abertura de uma devassa pelo corregedor, um contingente de militares do castelo terceirense de S. João Batista zarpou para S. Jorge, onde procedeu à prisão e à deportação dos revoltosos. Para o Faial, seguiram os insurgentes anónimos, que depressa obtiveram a libertação. Para a Terceira, rumaram os cabecilhas, permanecendo os mais influentes nas masmorras da fortaleza do Monte Brasil, os demais nas cadeias públicas da cidade de Angra. No entanto, para advertência

de todos, o líder Gonçalo Pereira Machado foi remetido à prisão do Limoeiro, em Lisboa, onde morreu sem culpa formada.

Mesmo que breve, o sumário de episódios da história jorgense não cabe nos propósitos deste prefácio. Em vez disso, adquire maior sentido a apresentação de uma justificação bastante, que explique a minha exclusão da lista de autores deste livro de atas, quando é certo que o meu nome constou do rol de participantes do colóquio do ano passado, tendo efetivamente pronunciado uma conferência.

Por convite da comissão organizadora do colóquio “Aquém e Além de S. Jorge: memória e visão”, tive realmente o privilégio de a 4 de julho de 2013 preferir, na Sala do Cabido da Misericórdia das Velas, a conferência de abertura de tal evento, então denominada “Variedades Jorgenses”. O texto não consta desta edição de atas, como seria expeável. A razão é entretanto simples. Por acréscimo das leituras e das reflexões, o escrito evoluiu para livro, já publicado pela Letras Lavadas edições, no final de 2013, sob o título *A Ilha de S. Jorge: uma síntese histórica*. Nestas circunstâncias, mais do que redundante, seria mesmo empobrecedor, dá-lo agora à estampa na sua versão original, já que em formato livresco ganhou maior dimensão, na aceção quantitativa, inequivocamente, na aceção qualitativa, oxalá também.

Nos Açores, a concentração dos estudos em redor das ilhas de maior projeção e a organização dos arquivos nos principais centros urbanos não obstem, entretanto, à individualização de um razoável acervo de bibliografia sobre S. Jorge, devido ao labor de estudiosos de ontem e de hoje. Neste contexto, o acrescido interesse pela periferia açoriana e a disponibilidade de fundos documentais, devidamente comprovada na riqueza arquivística do município das Velas, impelem à continuidade da investigação sobre a história jorgense, talvez a justificar a concretização de um projeto mais global e mais profundo, nas dimensões temática e cronológica, de responsabilidade individual ou coletiva. A prossecução da parceria entre o Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (CHAM), das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores, e a Santa Casa da Misericórdia das Velas, que não dispensa a retoma da regularidade dos colóquios, constitui certamente uma âncora segura na concretização de um tal projeto.

Ponta Delgada, 3 de junho de 2014.

Avelino de Freitas de Meneses

AQUÉM DE SÃO JORGE

OBSERVANDO SÃO JORGE: OLHARES E IMAGENS

LEONOR SAMPAIO DA SILVA*

RESUMO

A presente comunicação procurará demonstrar como a identidade de uma população pode ser conhecida através das representações visuais do espaço e das gentes. Baseando-se no pensamento de Svetlana Alpers a propósito dos sentidos transmitidos pelos documentos visuais sobre diferentes modos não só de “ver” (John Berger), mas também de viver e de pensar, as imagens constituem, no presente estudo, o ponto de partida para uma análise cultural das representações através das quais o arquipélago dos Açores e a ilha de São Jorge, em particular, se mostram ao mundo.

Para o efeito pretendido, constitui-se como *corpus* as fotografias das ilhas dos Açores divulgadas através do Portal do Governo Regional dos Açores (a que se teve acesso em abril de 2013). A documentação visual foi completada com textos pertencentes à memória literária oral e erudita do arquipélago, com vista à comparação das mensagens transmitidas através dos dois modos de representação – o verbal e o visual.

PALAVRAS-CHAVE: representação visual, fotografia, cultura, Açores, ilha de São Jorge.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1. Culturas visuais e culturas verbais

A pertinência dos documentos visuais como emblema de uma identidade cultural está demonstrada nos estudos de Svetlana Alpers.¹ No entender desta historiadora de arte americana, as culturas podem ser agrupadas em dois tipos de expressão artística, a verbal e a visual. A Renascença italiana constitui o exemplo mais evidente da primeira, uma vez que a pintura é nessa cultura uma espécie de escrita que exige ser lida em profundidade até se chegar aos sentidos alegóricos ou filosóficos que ela acolhe. Já a pintura holandesa representa uma orientação diferente, característica de uma cultura predominantemente visual, ou seja, alimentada por um conjunto de processos e de valores que valorizam o ‘ver’ e o ‘mostrar’ em detrimento do ‘ler’ e do ‘narrar’. A Itália e a Holanda constituem, assim, dois casos emblemáticos das tendências contrastantes que podem ser encontradas no modo como as culturas refletem sobre o mundo e o representam. O principal contributo de Alpers nos anos oitenta foi ter demonstrado que existem casos em que um modo de vida e um sistema de valores se apresenta melhor e mais completamente sob a forma de documentos visuais do que verbais.

Da tese defendida por Alpers decorre o facto de existirem sociedades que se desenvolveram numa ligação mais profunda com a palavra e com a sequencialidade, enquanto outras se apoiaram mais em imagens e na simultaneidade. Independentemente do grau com que imagens e palavras são usadas para refletir uma vivência, a verdade é que os dois modos de representação do mundo, embora recorrendo a gramáticas diferentes, coexistem e constituem formas válidas de dar a conhecer valores e modos de vida. Apesar de, no passado, se ter notado melhor a separação entre eles, a globalização foi convertendo as culturas mais verbais ao poder da imagem e tornando-as familiarizadas com os métodos e as técnicas da representação visual. Outro aspeto digno de nota é que tem sido salientado o alcance visual da representação verbal,² desde logo devido ao elemento figurativo da escrita alfabética, ao qual se acrescenta o poder sugestivo das imagens literárias, cuja expressão mais vinculada – a linguagem eufrástica – consegue insinuar na mente dos leitores poderosas e vívidas recriações de cenários visuais.

É com base nestes pressupostos que procurámos, em primeiro lugar, compreender nas imagens institucionais do arquipélago dos Açores – região inserida numa cultura que é, no seu conjunto, mais “textual” do que “visual” – os traços da vivência insular com que se pretende mostrar as ilhas e, São Jorge, aos olhos do

1 Veja-se, por exemplo, o livro *The Art of Describing: Dutch Art in the Seventeenth Century*, Chicago: University of Chicago Press, 1983.

2 Veja-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido por W. J. T. MITCHELL a este propósito em *Picture Theory*, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

mundo; e, em segundo lugar, tentámos comparar estas imagens com representações verbais de São Jorge, tanto geradas internamente, no âmbito da tradição oral e popular, como vindas de fora e inseridas no registo erudito.

2. São Jorge em imagens visuais e verbais

Ao analisarmos o *corpus* fotográfico patente no Portal do Governo dos Açores em 2013, o primeiro aspeto merecedor de destaque consiste no facto de a apresentação inicial do arquipélago aos visitantes do Portal fazer uma correspondência de cada ilha a uma só imagem fotográfica. O primeiro contacto que o visitante tem com a realidade açoriana chega, por conseguinte, através de uma fotografia através da qual se procura sintetizar o que cada ilha possui de marcante no âmbito do todo regional. Não é, decerto, estranho a esta circunstância o facto de o meio usado ser o eletrónico, ambiente particularmente favorável à proliferação de imagens.

Ao analisarmos as fotografias, verificamos que três das nove ilhas aparecem representadas através de imagens de uma natureza totalmente destituída de indícios da presença humana. São elas Santa Maria (da qual se evidencia uma praia), a ilha das Flores (com as suas escarpas abruptas) e o Pico (associado ao mar e à prática da baleação). Perfilando-se no extremo desta tendência, encontramos a foto que representa São Miguel, uma imagem em que a natureza recua para conferir centralidade às portas da cidade de Ponta Delgada. As restantes ilhas são representadas por ambientes em que pontifica ora a paisagem humanizada, como é o caso dos povoados junto ao mar (o Faial, com a sua reputada marina, e o Corvo, com a minúscula povoação num extremo da terra), ora a importância das atividades económicas (a moagem de cereais associada ao moinho de vento assinala a ilha Graciosa, os laticínios indicam São Jorge) e dos costumes culturais (os festejos tradicionais envolvendo touradas representam a ilha Terceira).

Os principais conteúdos informativos que o visitante do Portal dos Açores recolhe do arquipélago focam, assim, vários dos principais indicadores da insularidade açoriana: São Miguel surge isolado numa representação do viver citadino que é, efetivamente, mais expressivo nesta ilha; as Flores simbolizam a beleza do ponto de vista da terra; a Terceira distingue-se pela expressão da cultura popular; Faial, Corvo, Santa Maria e Pico são lugares onde a vocação marítima adquire destaque; em São Jorge e na Graciosa evidencia-se o registo económico decorrente de atividades ligadas à agricultura e pecuária. Apenas São Jorge, porém, apresenta como elemento central na representação da sua identidade insular a figura humana. Nem a representação da cidade de Ponta Delgada, sobrepondo-se aos múltiplos locais de interesse paisagístico que podem ser visitados em São Miguel, valoriza esta presença, dado que as Portas da Cidade aparecem num enqua-

dramento que anula o elemento humano. Reencontramos esta presença na foto alusiva à ilha Terceira, mas num plano mais recuado comparativamente ao touro. Concluimos, portanto, que, pelo menos à primeira vista, o traço nuclear na representação de São Jorge é, nas imagens que os açorianos dão de si próprios através do seu órgão máximo de governação, o elemento humano, o qual se sobrepõe às contingências da insularidade, à beleza da paisagem e à representação generalista ou simbólica quer da cidade, quer do património cultural.

Dir-se-ia que, em São Jorge, são as pessoas que contam. No entanto, no plano de fundo, aparecendo em grande quantidade, o queijo figura numa abundância hiperbólica. Transportado pela figura humana central, partilha com esta uma posição de destaque ao nível visual. O movimento da mulher reforça a orientação do nosso olhar da esquerda para a direita, o que além de sugerir dinamismo e progresso (o ocidente escreve e lê da esquerda para a direita, e é também à direita que situa simbolicamente o futuro) conduz o observador a fixar a atenção no derradeiro elemento localizado à direita, o queijo. Este, por seu turno, vê a sua importância enfatizada pelo contraste entre o tamanho que o caracteriza e a pequena dimensão das mãos que o carregam. Portanto, a análise da imagem de São Jorge apenas aparentemente confere centralidade à figura humana, pois esta é apenas o meio para que o queijo se destaque na sua singularidade, sobre o pano de fundo da multiplicidade. A leitura desta imagem não fica completa sem se sublinhar a sugestão de riqueza decorrente desta estratégia, consistente, aliás, com a importância da indústria dos laticínios na economia da ilha.

A comprovar a mensagem da imagem de São Jorge no conjunto fotográfico geral do arquipélago, os testemunhos verbais populares reforçam o papel do queijo como elemento nuclear da vivência insular. Como exemplo, a quadra reproduzida abaixo manifesta uma linha interpretativa coincidente com a fotografia do Portal do Governo dos Açores:

Graciosa, mãe das uvas,
Pico, Faial, dos damascos,
A Terceira, a mãe das nêspas,
São Jorge é o rei dos pastos.³

Além de se eleger a atividade económica ligada às pastagens e aos laticínios, é de salientar a superiorização de São Jorge relativamente às outras ilhas: as ou-

3 M. Viegas GUERREIRO, *A ilha de São Jorge: uma monografia. Textos etnográficos*, Lisboa, Colibri, 2012, p.146.

tras são mães, São Jorge é rei; as outras são femininas, São Jorge é masculino. Não é o género do topónimo que determina esta associação entre as ilhas e o seu caráter maternal ou régio, pois *pico* e *faial* são vocábulos masculinos e esta marca é apagada. Não obstante ter sido suprimida no caso do Pico e do Faial a ‘maternidade’ com que se faz referência às ilhas Terceira e Graciosa, esta marca está implícita na formulação do segundo verso, mesmo que isso levante dúvidas do ponto de vista da correção gramatical. Além de masculino, São Jorge reina. *Rei* é um termo que semanticamente expressa o expoente máximo do poder, tanto numa perspetiva política como económica e social. Pelo menos, no Grupo Central, São Jorge pretende ser reconhecido como ilha detentora de um poder que nenhuma outra consegue igualar.

Outro testemunho, desta feita vindo de fora, reforça a pertinência de se traduzir a especificidade jorgense em termos semelhantes aos encontrados na fotografia e na quadra popular. Quando Raul Brandão visita os Açores em 1924, o que mais o impressiona em São Jorge, «ilha trágica»,⁴ é não só a pobreza extrema, mas a solidão e a escravatura que retiram dignidade à figura emblemática da ilha – o pastor. É dada extrema importância a esta figura em *As ilhas desconhecidas*, ao ponto de ela influenciar a visão que o escritor tem da ilha no seu todo. São Jorge é uma ilha funesta por causa daquela figura de «estanho»,⁵ de «pedra»,⁶ um «tronco»,⁷ o «homem mais desgraçado dos Açores»,⁸ «figura desamparada, isolada e triste»,⁹ inexpressiva e indiferente a tudo, que vai entretendo a vida na mais extrema solidão.

As imagens fotográficas que encontramos no sítio da Direção Regional do Turismo oferecem-nos uma visão diferente daquela que Brandão perpetuou nas páginas sombrias que dedicou à ilha. Nas fotos institucionais de um organismo governamental dedicado à promoção turística da Região, desaparecem as pastagens, o pastor e os laticínios para em seu lugar se exhibir a paisagem e a cultura popular, com práticas festivas e atividades manuais. De novo regista-se uma representação dinâmica da população, através da fotografia que capta a ação de tecer e da imagem que regista as cores vibrantes dos festejos populares. Mas agora procura-se transmitir uma impressão de cosmopolitismo, através da vista aérea totalmente ocupada por um aglomerado denso de casas e à qual se impri-

4 Raul BRANDÃO, *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2009, p. 212.

5 *Idem, ibidem*, p. 214.

6 *Idem, ibidem*, p. 216.

7 *Idem, ibidem*, p. 214.

8 *Idem, ibidem*, p. 212.

9 *Idem, ibidem*, p. 213.

me dinamismo através das pequenas luzes da iluminação artificial. Recusa-se a memória de um passado carregado de solidão e pobreza para se mostrar uma comunidade vivendo em proximidade física, como nas cidades, desenvolvida, e decidida a conciliar o progresso com a preservação da paisagem e dos costumes tradicionais.

Já o sítio do SIARAM investe num registo mais estético. Há muitas paisagens sublinhando a insularidade e suas cores dominantes – o azul e o verde – além da tonalidade difusa dos nevoeiros insulares. Mas muitas outras fotografias a preto e branco transformam cenários e pormenores em material digno de se apresentar artisticamente. Uma foto como a das ruínas na Fajã do Belo (Figura 3) tem uma intenção estética e não informativa. O intuito de informar é mais completamente alcançado e realizado de forma realista através de uma fotografia a cores. Em contraste com esta intenção, o objetivo principal de uma imagem como as que encontramos no sítio do SIARAM não é dar informação sobre os lugares fotografados, mas apresentá-los como espaços possuidores de uma beleza feita de memórias e de visão. O modo como se olha para uma foto a preto e branco é diferente do modo como se observa uma fotografia a cores. Não só as manchas, as sombras e as distorções ganham numa imagem a preto e branco um valor estético como expressam uma afirmação de retorno às origens, a um tempo em que a imagem fotográfica não estava banalizada e as fotografias demoravam quase tanto tempo a acontecer quanto uma pintura demorava a ser feita – ou seja, a um passado em que a imagem fotográfica, por ser escassa e demorada, tinha o estatuto de preciosidade, de obra de arte.

Além da dignificação estética de lugares tocados pelo efeito de transitoriedade da vida, e por esta via imortalizados, o conteúdo das fotos revela outro traço distintivo da vivência insular, o sentimento religioso da população. No entanto, as imagens das igrejas e dos símbolos religiosos substituem, uma vez mais, a função informativa pela estética. Repare-se como quase não se fotografa o chão, ou sequer se revela preocupação em mostrar as fachadas, apontando-se, ao invés, a objetiva para o ar, assim se realçando o carácter espiritual do monumento e cumprindo-se a motivação artística de adequação entre forma e conteúdo.

Além da paisagem e da religiosidade, estas fotos também acentuam a monumentalidade do elemento natural em detrimento da presença humana. Mesmo nas imagens em que a paisagem é humanizada, contendo, portanto, edificações e vestígios da presença humana, esta presença é diminuta; a sua pequenez ressalta, quer do facto de se apresentar na sua singularidade, como se verifica numa imagem de uma casa isolada na Fajã dos Cubres, por exemplo, quer do facto de ocupar um território reduzido em face do predomínio do elemento natural à volta. A estreitíssima faixa de edificações entre as duas camadas mais largas de rocha e

de montanha ou o pequeno território humanizado entre a terra e a água na Fajã do Santo Cristo ilustram este propósito.

Noutros casos, a pequenez da presença humana é tornada ainda mais ínfima e delicada pelo facto de ser capturada do alto e ocupar uma ponta da ilha, como na fotografia da Fajã dos Cubres (Figura 1). O resultado oferece-nos expressões da subordinação e marginalidade do elemento humano no quadro geral da ilha e do mundo. Podemos entrever no registo estético destas imagens um regresso aos testemunhos do passado em que os olhares vindos de fora se impressionavam com a solidão e a pobreza da população desta ilha. Podemos também recordar, através destas fotografias, a ilha como um espaço em que tudo se conjuga para demonstrar ao elemento humano a sua real dimensão no mundo, sem lhe permitir alimentar ilusões de poder. Parece, aliás, ser esta a mensagem de uma fotografia a cores da Fajã da Praia do Norte (Figura 2). Mesmo do ponto mais alto que o ser humano edifica – que é o telhado – o que se avista são pontos ainda mais altos na natureza.

3. Conclusão

Os testemunhos escritos e as imagens fotográficas acima analisados fornecem-nos dados relevantes para uma análise cultural da ilha de São Jorge. Se é verdade que, nalguns aspetos, estes dois modos de representação transmitem uma mensagem coincidente, as diferenças que os separam não devem ser descuradas. A principal semelhança reside no facto de o pasto constituir a imagem icónica da ilha, seja através da figura humana que o povoa (o pastor), seja por intermédio dos efeitos que ele surte na economia regional, por via da produção do afamado queijo de São Jorge.

Sem pretender aligeirar o interesse de tal convergência de leituras, a qual importa sobretudo como prova da capacidade que tanto as palavras como as imagens têm de identificar e representar o traço distintivo de uma cultura, afigura-se particularmente fecundo aprofundar os matizes das diferenças encontradas nas diversas representações da ilha. Se, através dos olhos e das palavras da população local, somos levados a perceber a riqueza e o estatuto daquele espaço resultantes da pecuária, o olhar brandoniano, vindo de fora, recolhe do mesmo cenário indícios de miséria física e espiritual. Esta diferença poderá ser influenciada pelo *capital cultural* (no sentido dado por Pierre Bourdieu) do visitante. Não só ele se distancia da expressão popular, fortemente arraigada à religião e ao trabalho manual, que caracteriza a população visitada, como, enquanto representante da cultura erudita, Raul Brandão se insere numa linha de pensamento propício à fermentação do ceticismo e de tensões várias, entre as quais assume particular relevo a tensão religiosa.

Além das diferenças causadas pelas experiências e sensibilidades que separam o registo popular e o erudito, outros contrastes radicam na intenção subjacente à representação. Quando o objetivo é fornecer informação enquadrável na função vocativa – cujo traço nuclear é a persuasão – deparamo-nos com a tendência de apresentar a realidade insular através do que de melhor São Jorge tem para oferecer: a beleza da paisagem, o desenvolvimento da comunidade, a vivacidade das práticas festivas e das tradições. É, porém, na fotografia com ambições estéticas que melhor se representa a beleza singular da ilha na sua relação com o passado e com uma leitura ontológica da vida. Estão patentes nessas imagens a dureza das condições de existência a par da monumentalidade da natureza, o espírito religioso na sua relação com a consciência de pequenez, a fragilidade da condição insular que não dispensa a contemplação do infinito.

Pode-se concluir, com um grau razoável de segurança, que o nosso conhecimento da ilha de São Jorge sai enriquecido por via da complementaridade proporcionada pelos dois modos de representação, que evidenciam, no seu conjunto, uma realidade cultural que procura harmonizar o legado natural e as tradições populares com as expressões inevitáveis da cultura contemporânea, dividida entre a urbanidade do consumo e a introspeção do fruir estético.



Figura 1 – Fajã dos Cubres (SIARAM)



Figura 2 – Praia do Norte (SIARAM)

BIBLIOGRAFIA

- ALPERS, Svetlana, *The Art of Describing: Dutch Art in the Seventeenth Century*, Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- BARTHES, Roland (2010), *Câmara Clara* (trad. de Manuela Torres), Lisboa: Edições 70.
- BERGER, John, *Modos de ver*, Lisboa: Edições 70, 1987.
- BRANDÃO, Raul, *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2009.
- EVANS, Jessica, HALL, Stuart, ed., *Visual Culture: the reader*, London, Sage Publications, 2005.
- GUERREIRO, M. Viegas, *A ilha de São Jorge: uma monografia. Textos etnográficos*, Lisboa, Colibri, 2012.
- HALL, Stuart, ed. (2003), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, London: Sage Publications, The Open University [1997].
- MITCHELL, W. J. T., *Iconology: image, text, ideology*, Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MITCHELL, W. J. T., *Picture Theory*, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

LINKS

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/menus/topocima/azores/?lang=pt&area=ct>

<http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/ilha.aspx?id=6>

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/fajas-dos-Acores/Faja-do-Belo-SJ/galeria/1.html>

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/fajas-dos-Acores/Faja-dos-Cubres-SJ/galeria/6.html>,

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/fajas-dos-Acores/Faja-dos-Vimes-SJ/galeria/2.html>

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/fajas-dos-Acores/Faja-dos-Cubres-SJ/galeria/3.html>,

<http://siaram.azores.gov.pt/vegetacao/zonas-humidas/s-jorge-lagoa-faja-cubres/1.html>

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/fajas-dos-Acores/Faja-Praia-Norte-Faial/galeria/6.html>

O DISPOSITIVO FORTIFICADO DA DEFESA DA ILHA DE S. JORGE EM 1818 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA SUA EVOLUÇÃO

RICARDO MANUEL MADRUGA DA COSTA*

INTRODUÇÃO

Fontes disponíveis sobre S. Jorge e vários estudos já realizados sobre esta ilha, permitem um razoável conhecimento sobre a defesa da ilha e também sobre o seu dispositivo fortificado, como se poderá deduzir da bibliografia apresentada no final.

O presente trabalho, não acrescentando nada de essencial ao que se conhece, baseia-se no entanto num documento datado de 1818 que permite aperceber com algum detalhe a situação das fortificações implantadas ao longo da costa e, ao mesmo tempo, fundamentar algumas considerações sobre a evolução do dispositivo fortificado e sobre o estado de defesa da ilha neste período¹.

O documento, transcrito em anexo, reveste-se da forma de um mapa organizado pelo comandante-militar da ilha de S. Jorge, Joaquim José Correia, oferecendo uma descrição das estruturas fortificadas bem como uma informação pormenorizada sobre o armamento existente, as suas características, o seu estado de conservação e as melhorias a introduzir na estrutura física.

UM BREVE ENQUADRAMENTO

Numa memória datada de 13 de Novembro de 1815 sobre a defesa dos Açores, o Capitão-General, Aires Pinto de Sousa Coutinho, faz algumas considerações prévias que são reveladoras dos critérios que entende deverem orientar as

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Açores*, Caixa 95, Documento 9.

prioridades sobre a defesa das ilhas dos Açores².

Por um lado, constata que não sendo o arquipélago apoiado por uma força marítima, o problema da defesa obriga a considerar cada ilha individualmente, uma vez que nenhuma será de qualquer préstimo a outra, mesmo próxima, no caso de ser alvo de ataque. Por outro lado, considerando que não existe um Sistema Geral de Defesa para toda a capitania, aponta para uma hierarquia de prioridades, afirmando que

«as circunstâncias de maior valia em população, aproveitamento, e riqueza dos habitantes, exigiria que tratasse em primeiro lugar da Ilha de S. Miguel, e logo da Ilha Terceira, após esta do Fayal e Pico, depois S. Jorge e Graciosa, Flores e Côrvo e ultimamente S.ta Maria...”. O certo é que começa pela Terceira, porque, segundo entende, tem o “assento do Governo Geral desta Capitania».

Ainda não estavam decorridos dois anos, surge uma visão bem diversa da anterior pela pena do Major-Engenheiro Francisco Borges da Silva, reputado militar e detentor de apreciável cultura, em documento dirigido ao Governador-Militar da ilha de S. Miguel, José de Arriaga Brum da Silveira³. Desta feita, com sólida argumentação e fundamentado nas realidades do seu tempo, Borges da Silva considera separadamente a situação insular sob duas hipóteses: em tempo de guerra e em tempo de paz. Em qualquer caso, a sua visão centra-se na relevância das ilhas de S. Miguel e Faial e sobre a ilha Terceira há um absoluto silêncio. Como é igualmente omissa em relação às restantes ilhas.

Sobre o fato de Borges da Silva não reconhecer à Terceira qualquer relevância, é uma realidade que, tanto do ponto de vista estratégico como do ponto de vista económico, a ilha na qual foi estabelecida a sede da capitania-geral, em termos comparativos com S. Miguel e Faial, no período que estamos a considerar, está reduzida a uma situação de apagamento.

Entretanto, quer da leitura da memória de Aires Pinto de Sousa Coutinho quer do documento elaborado por Francisco Borges da Silva, somos forçados a deduzir que as demais ilhas dos Açores nem merecem a mais insignificante alusão. Por outro lado, é importante notar, que a importância reconhecida a S. Miguel, Terceira e Faial, raramente terá correspondido a uma valorização das

2 AHU, *Açores*, Cx. 88, Doc. 37.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE ANGRA DO HEROÍSMO [BPARAH], *Capitania Geral dos Açores*, Ilha de S. Miguel. Governador. Correspondência. 1816 e 1817, Mç. 3, doc. s/n. Ver transcrição do documento in Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Os Açores em finais do regime de capitania-Geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I, Documento 54, pp. 600-603.

forças destinadas à sua defesa e, menos ainda, a uma atenção consequente relativamente ao dispositivo fortificado. A frequência dos diagnósticos sobre a situação das fortificações, sempre reveladora de um estado muito deficiente, e a não menos frequente reclamação de medidas para a sua efectiva dotação com peças e munições, para além de obras de manutenção, apenas era correspondida, nos casos mais prementes, de forma tardia e insuficiente.

Neste enquadramento convém referir, seguindo Alberto Vieira, que as ilhas dos Açores teriam a maior densidade de fortificações do Atlântico com mais de duzentos recintos fortificados⁴. Uma tal exuberância do dispositivo militar arrolado, é bastante ilusória porquanto muitas das posições defensivas não passavam de sumárias construções voltadas ao mar, mas de eficácia duvidosa e quase sempre desprovidas de peças ou, tendo-as, em estado invariavelmente deficiente, carecendo de pólvora e bala. Mesmo nas ilhas tidas por mais importantes na escala das prioridades de defesa.

A ilha de S. Jorge, naturalmente, situa-se entre as ilhas em que a defesa foi desde sempre descurada.

A INSTABILIDADE NOS FINAIS DO SÉC. XVIII E NAS DUAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉC. XIX

Para que se compreenda a aparente alteração qualitativa que parece detectar-se na atitude dos capitães-generais para com a defesa da ilha de S. Jorge, designadamente na premência da diligência que parece estar subjacente à elaboração do mapa que é objecto desta comunicação, importa caracterizar, a traços largos, a cena internacional neste período.

Sobretudo a partir do envolvimento de Portugal e da Espanha no confronto opondo a Inglaterra à França, materializado na Campanha do Rossilhão, a corte portuguesa ficou exposta a pressões diplomáticas com consequências graves para a nação, sendo que neste quadro as ilhas dos Açores se tornaram mais vulneráveis ao curso francês. Não bastasse esta circunstância, a intensificação da navegação em escala pelas ilhas açorianas após a fixação da corte no Brasil em 1808 quando se concretizou a 1.^a Invasão Francesa, cria condições potenciais de incidentes e confrontos susceptíveis de afectar as ilhas. Refira-se que as ilhas são zona de interesse logístico para as forças britânicas na Madeira e no território do reino, para além de local de apanha de urzela destinada a contribuir na amortização da dívida contraída por Portugal junto da corte britânica.

Devido aos frequentes incidentes envolvendo unidades da Royal Navy com

4 Alberto VIEIRA, «Da poliorcética à fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos Sécs. XVI-XIX», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. XLV, Tomo II, 1987, pp. 1525-1565.

embarcações americanas, explicáveis à luz de uma conflitualidade latente entre as duas nações, não obstante o reconhecimento pela Inglaterra da independência das 13 colónias britânicas na América, o mar dos Açores vai ser palco de uma intensa actividade de corso quando deflagra a Guerra de 1812. Caso mais ilustrativo deste conflito em paragens açorianas, mas não único, é o episódio do combate naval ocorrido na baía da Horta entre uma flotilha britânica e o brigue americano *General Armstrong*. Anote-se, quanto a este episódio, a passividade da força militar do Castelo de Santa Cruz devido à sua incapacidade defensiva numa situação em que estava em jogo a neutralidade do porto da Horta. Estávamos no tempo em que o governador militar das ilhas do Faial e Pico, Elias José Ribeiro, nem verba tinha para adquirir uma bandeira para hastear no mastro da sua unidade. Quando a pacificação entre as nações beligerantes pareceria assegurada pelo Congresso de Viena e pelo Tratado de Ghent, o Atlântico volta a agitar-se com a eclosão dos movimentos de independência das colónias da América Espanhola. A estratégia do corso dos chamados “insurgentes de Buenos Aires” passaria pelos Açores, uma vez que o arquipélago se situava nas rotas dos navios espanhóis, proporcionando oportunidades de fazer presas e satisfazer necessidades de frescos e aguada.

Num quadro desta natureza, é explicável que as preocupações das autoridades insulares se concentrassem nas ilhas de maior relevância estratégica ou, mesmo, simbólica como é o caso da Terceira, e também com uma economia mais expressiva, tudo levando a considerar que as questões de soberania se colocariam com maior acuidade. Todavia, numa conjuntura assim caracterizada, nenhuma ilha estaria imune perante os apetites do corso e, de algum modo, as ilhas menos importantes na avaliação dos governantes, estariam numa situação de maior vulnerabilidade. Veja-se o exemplo das Flores e as “visitas” do célebre corsário “Almeidinha”.

Por tudo isto, não causará estranheza que a prática e a experiência destes anos agitados tenham tornado algum governante mais sensível aos apelos locais ou mais consciente do fato de a soberania e o dever de zelar pela segurança das populações, dever ser considerada à escala do arquipélago, e não apenas apátrio de umas quantas ilhas eleitas e de eleitos, segundo critérios destituídos de equidade, coisa que os tempos do Antigo Regime não seriam muito dados a contemplar. Esta realidade, sem que o possamos garantir, poderá ter introduzido no pensamento estratégico acima resumido, alguma evolução.

O MAPA SOBRE O ESTADO DA DEFESA DE S. JORGE EM 1818

Quando acima sugerimos a possibilidade de uma alteração qualitativa na atitude com que as autoridades em Angra poderiam estar a encarar a defesa das ilhas de menor dimensão e importância segundo os critérios tradicionais já referidos, estamos a ter em conta alguns factores.

De um lado, jamais os Açores – excluída a conjuntura internacional que mar-

ca a época da crise de 1580-1583 e o período do domínio Filipino que lhe sucede – estiveram sujeitos, de forma tão intensa e num teia de acontecimentos tão densa de um ponto de vista dos conflitos que lhe estão associados, como no período que acima balizámos. Independentemente da ineficácia, de facto, dos poderes constituídos perante os alertas das autoridades locais, parece poder identificar-se uma preocupação mais atenta perante as situações, mesmo que não esteja explícita na documentação. A leitura do documento elaborado pelo Major-Engenheiro Francisco Borges da Silva e remetido ao Governador-Militar de S. Miguel, mostra uma visão clara, ainda que elaborada em termos gerais, sobre o quadro conjuntural que acima apresentámos. Ou seja, na época, havia uma percepção sobre a realidade política envolvente e suas implicações, não sendo crível que esta consciência da situação se restringisse às duas personalidades mencionadas.

Entretanto, o capitão-general Aires Pinto de Sousa Coutinho, que desempenhou o cargo entre 1810-1816 e, por isso, acompanhou grande parte dos acontecimentos que enumerámos acima, poderá ter manifestado uma maior sensibilidade para as suas implicações no arquipélago. Assim, cabe aqui registar que são da sua responsabilidade duas iniciativas que justificam uma tentativa de interpretação face ao quadro internacional que esboçámos. Em 1814 o capitão-general Aires Pinto de Sousa Coutinho nomeou Severo de Bettencourt para comandante militar da ilha Graciosa e, para S. Jorge, Joaquim José Correia, este o mesmo que assina o mapa que faz objecto deste estudo⁵. Refira-se que este último não era um membro das elites locais em processo de promoção social ao jeito do que se verificava no preenchimento dos postos das Ordenanças. Joaquim José Correia era Capitão-Tenente da Armada Real e quando assume o comando de S. Jorge, é promovido a Sargento-Mor⁶. Há, assim, segundo entendemos, um critério de natureza estritamente militar nesta iniciativa do capitão-general, o que pode significar uma nova perspectiva quanto à defesa destas ilhas habitualmente descuradas de um ponto de vista da sua defesa.

Porém, estas simples nomeações têm um significado mais amplo. Por um lado, no caso da Graciosa, a par da nomeação de Severo de Bettencourt, cria-se um núcleo destinado a constituir um futuro regimento de milícias, para o que, com ele, seguem para a ilha 50 soldados e oficiais. No caso de S. Jorge, onde já existia um corpo de milícias, a motivação do capitão-general, fundamentava-se na vontade de unificação de comando das duas unidades de Ordenanças, tendo também a ver com razões de natureza logística ligadas à riqueza de gado disponí-

5 Ricardo Manuel Madruga da COSTA, *Os Açores em finais do regime de capitania-geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I, pp. 149-152.

6 Ricardo Manuel Madruga da COSTA. *op. cit.*, pp. 164-166.

vel em S. Jorge de que, tanto a Terceira como as ilhas do Faial e Pico, careciam. Estava em causa, não só o abastecimento dos açougues daquelas ilhas, mas, no caso do Faial, o abastecimento à navegação, sem esquecer embarques de gado destinados à tropa inglesa acantonada na Madeira. A visão do mesmo magistrado relativamente à Graciosa visa sobretudo uma preocupação mais estratégica em função do curso, ainda que o controle da apanha da urzela e o fornecimento de centeio para a alimentação de cavalos das tropas de Sua Majestade Britânica, também esteja presente nos propósitos da iniciativa. No conjunto, a visão do governante pauta-se por um critério estratégico-económico, o que não deixa de constituir uma evolução verdadeiramente inovadora⁷.

Na leitura destes sinais, concedendo-me alguma liberdade interpretativa, referir-me-ia agora ao mapa da situação da defesa datado de 1818, não sem antes fazer duas observações.

Importa referir desde já que ao nível da localização das posições fortificadas, parece não haver uma evolução significativa em relação ao dispositivo de defesa instalado no século XVII e começo do XVIII. A panorâmica que António dos Santos Pereira⁸ nos apresenta, colocada em confronto com as informações que podemos recolher em Alberto Vieira⁹, algumas recolhidas nas obras do Padre Manuel de Azevedo da Cunha¹⁰, nas *Vereações de Velas*¹¹ e no *Arquivo dos Açores*¹², não apresenta disparidades assinaláveis, sobretudo em relação às fortificações de maior porte. Haveria, pode dizer-se, uma visão consensual quanto aos pontos merecedores de atenção mais cuidada.

Uma segunda observação, antes de nos debruçarmos sobre o mapa do comandante-militar, tem a ver com um dado que me parece relevante: entre 1816 e 1820 o capitão-general dos Açores é Francisco António de Araújo Azevedo, brigadeiro do Exército. Inicia funções numa altura em que a memória recente do conflito europeu e do que opôs a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, está ainda muito viva, sendo confrontado, de forma imediata com a presença do

7 Ricardo Manuel Madruga da COSTA. *op. cit.*, pp. 164-166.

8 António dos Santos PEREIRA, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, pp. 128-130.

9 Alberto VIEIRA, *op. cit.* pp. 1539 e ss.

10 Ver Padre Manuel de Azevedo da CUNHA, *Notas Históricas I Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, (Int. e notas Artur Teodoro de Matos), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981. Id. *Notas Históricas II Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

11 *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, (Int. transc. e notas António dos Santos Pereira), s.l., DRAC; Universidade dos Açores, 1984.

12 *ARQUIVO DOS AÇORES* [AA], (Ed. fac-similada da edição de 1882), Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, Vol. IV, 1981. Id. (Ed. fac-similada da edição de 1883), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Vol. V, 1981.

curso dos “insurgentes” em águas açorianas. Mais importa ter em atenção que, salvo melhor opinião, o capitão-general Francisco Araújo Azevedo terá sido, porventura, aquele que de forma mais decidida e consequente, promoveu reformas ao nível da estrutura dos corpos militares nas ilhas¹³. Isto para sugerir que, quer a memória dos acontecimentos recentes, como o contexto em que o seu governo decorrerá, quer ainda o próprio perfil profissional de Araújo de Azevedo, permitem admitir que as suas preocupações de governo estarão muito marcadas por pressupostos de natureza militar apontando para uma forte preocupação quanto à defesa do arquipélago.

Colocados estes dados, e como nota prévia às considerações que se pretende tecer em torno do mapa da lavra do comandante-militar de S. Jorge, Joaquim José Correia, importa referir que não existe um modelo rígido de formulário para a elaboração destes mapas. Sublinhe-se, no entanto, o que se comprovará através de muitos exemplos, que o seu envio para o governo da capitania-geral se integra numa mera rotina que poderíamos considerar acrítica. Aliás, a obrigação anual relativamente à sua elaboração, estabelecida no Capítulo II do Regimento da Capitania Geral de 2 de Agosto de 1766, acabaria, naturalmente, por tornar esta prática rotineira¹⁴. No caso do mapa de 1818 que nos ocupa, portanto em data que encaixa em pleno no governo do brigadeiro Araújo de Azevedo, e embora não conheçamos ordem ou ofício deste que determine a sua apresentação e as condições específicas que dele poderiam constar, parece que o mesmo mapa, pelo detalhe apresentado e pelas indicações concretas que parecem fazer parte de um modelo feito, digamos, por encomenda, poderá, de facto, corresponder a determinação superior visando uma intenção de concretização.

O mapa em estudo e que vai integralmente transcrito em anexo, contém a lista das fortificações de S. Jorge em 24 de Março de 1818, distribuídas pelos três concelhos de Velas, Calheta e Topo. Conservando a ortografia usada, damos a sua lista por jurisdições:

Velas: Forte de S.ta Chrus, Forte da Conceição, Forte da Ponta das Eiras, Forte dentre Morros, Forte da Ladeira, Forte da Queimada S. Miguel o Anjo, Forte de S. Miguel da Ribeira do Nabo, Forte de S. Matheos da Urzelina, Forte do Príncipe nos Terreiros e Forte das Manadas.

Calheta: Forte de Santo Antonio, Forte de S. Sebastiam, Forte de Santo Spi-

13 Francisco D’Athayde Machado de Faria e MAIA, *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira. Capitães-Generais. 1766-1831*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, pp. 159-174.

14 José Guilherme Reis LEITE (Int. e notas), *O Códice 529 – Açores do Aquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado Pombalino*, s/l., DRAC; Universidade dos Açores, 1988, pp. 28-29.

rito e Forte da Fajã dos Vimes.

Topo: Forte do Porto e Forte da Pontinha.

O formulário do mapa apresenta depois um inventário das peças existente, discriminando o seu quantitativo, calibres, o metal em que são fundidos, o seu estado em função das possibilidades de utilização e, por fim, as necessidades de reparação. Num rápido bosquejo e perante os dados inscritos no mapa, pode concluir-se que do conjunto das 62 peças de artilharia que o mapa apresenta, apenas 8 são consideradas boas, ou seja 13 %, e das restantes, 33 serão sofríveis segundo a terminologia utilizada, entre estas algumas necessitando de manutenção, e 21 absolutamente inúteis. A quase totalidade é constituída por peças de ferro, havendo apenas 4 peças em bronze.

Para cada construção fortificada o comandante-militar apresenta uma síntese quando à apreciação do seu estado e da sua valia, e que parece ser ditada pela importância que atribui a cada forte num quadro de defesa. Em nossa opinião, esta parte do mapa será certamente a mais significativa e merecedora de valorização.

Nas apreciações de cada instalação militar enumerada, o comandante-militar preconiza as obras de que entende deverem ser objecto, dando indicações quanto às necessidades de novas peças e sugerindo a movimentação de algumas para as posições menos importantes, uma vez recebidas as novas. Dir-se-ia que o comandante-militar Joaquim José Correia estaria a corresponder a uma ordem destinada a colocar a ilha num estado de prontidão face a um pensamento estratégico ditado por um entendimento de um quadro de circunstâncias para o qual interessaria criar condições de defesa, não só nas ilhas tradicionalmente contempladas, mas noutras ilhas consideradas, neste período das duas décadas que acima mencionámos, igualmente estratégicas. S. Jorge parece estar neste caso.

Nesta linha de pensamento, parece possível concluir, apesar dos indicadores referidos serem ténues, que as duas décadas iniciais deste séc. XIX, no que respeita ao governo dos capitães-generais Aires Pinto de Sousa Coutinho e Francisco António Araújo Azevedo, terão dado lugar a uma viragem no que toca à visão estratégica do arquipélago, integrando as ilhas menos reconhecidas de um ponto de vista da sua valorização no contexto da defesa militar do arquipélago, num plano de relevância à qual estaria subjacente um pensamento defensivo inovador.

Não temos conhecimento de que as medidas propostas pelo comandante-militar de S. Jorge, Joaquim José Correia, tenham alguma vez tido acolhimento no sentido de as levar a cabo. A morosidade burocrática característica do tempo, as limitações do capitão-general relativamente aos montantes das despesas que podia realizar sem intervenção da longínqua corte no Rio de Janeiro e, por fim, o pronunciamento militar de 1820, terão comprometido definitivamente os planos do responsável militar colocado na ilha de S. Jorge.

Daqui em diante, não se tratava de acautelar a defesa da terra e das popula-

ções contra corsários ou piratas; estava em causa, isso sim, assegurar de forma eficaz uma defesa que impedisse a ocupação da ilha pelas forças adversas aos homens da governança episodicamente no poder no decorrer do conflito entre liberais e absolutistas.

Por isso o numeroso corpo militar para que apontam os números apurados por Artur Teodoro de Matos¹⁵, da ordem dos 3500 a 3700 militares das milícias e ordenanças, representa um quantitativo extraordinário quando comparado com números relativos a décadas anteriores¹⁶.

Sobre as fortificações, os conhecidos constrangimentos da época pós 1820 permitem talvez admitir que os planos de 1818 poderão ter representado a última diligência levada a efeito para salvaguarda do dispositivo militar fortificado da ilha de S. Jorge. O que nos revelam os levantamentos resultantes das missões da engenharia militar datados de 1862 e dos anos oitenta ainda do século XIX¹⁷, evidenciam uma decadência e um declarado desinteresse que bem pode significar que o empenho revelado em 1818 tenha sido o último assomo dos brios militares numa época de verdadeira mudança. Os tempos, de facto, iam mudar profundamente.

Uma das observações exaradas pelo barão de Bastos, militar que em 1862 assina o mapa contendo a relação dos fortes, em particular referindo-se ao Castelo de Santa Cruz e ao Castelo da Conceição, ambos nas Velas, é elucidativa quanto ao que, nesta época, representavam aquelas estruturas:

«...Defendem bem o porto que é o principal da Ilha, e contribuem para lhe dar certo respeito e importância; contudo não há força militar para os guarnecer, e somente ali existe um oficial de veteranos, e duas praças que vigiam pela sua conservação».

Dito por outras palavras, uma mera lembrança em que o préstimo das velhas muralhas pouco mais suscitava do que uma louvável atitude de zelo pela sua conservação.

15 Artur Teodoro de Matos, “A Ilha de S. Jorge nas vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o estudo da sua história política, social e económica” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX (Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p.192-3.

16 Em 1803 a Ordenanças de S. Jorge totalizavam 1705 homens enquanto as milícias em 1811 alcançavam o número de 790, totalizando 2495, cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, *op. cit.*, pp. 118-119.

17 Cf. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LV, 1997, pp. 263-266. Id. Vol. LVI, 1998, pp. 89-278.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Arquivo dos Açores, (Ed. fac-similada da edição de 1882), Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, Vol. IV, 1981.

—, (Ed. fac-similada da edição de 1883), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Vol. V, 1981.

Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571), (Int. transc. e notas António dos Santos Pereira), s.l., DRAC; Universidade dos Açores, 1984.

Estudos

-COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *Os Açores em finais do regime de capitania-geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I.

—, “Considerações sobre o valor geoestratégico dos Açores e o elucidativo relato de um combate naval nos mares do arquipélago em 1819”, in *Colóquio Vasco da Gama. Os oceanos e o futuro. Actas do Colóquio (23 a 27 de Novembro de 1998)*, Lisboa, Ed. Escola Naval, 1999, pp. 116-120.

CUNHA, Padre Manuel de Azevedo da, *Notas Históricas I Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, (Int. e notas Artur Teodoro de Matos), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

—, *Notas Históricas II Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

FARIA, Manuel, “Tombos dos Fortes das ilhas do Faial, São Jorge e Graciosa”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LVI, 1998, pp. 89-275.

- FARIA, M., “Documentos”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LV, 1997, pp. 263-266.
- , “Tombos dos Fortes das ilhas do Faial, São Jorge e Graciosa” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LVI, 1998, pp. 89-278.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Persistência de modelos tradicionais do poder civil e militar”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao Século XX* (Dir. Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite), Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, Vol. I, pp. 325-352.
- LEITE, José Guilherme Reis (Int. e notas), *O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado Pombalino*, s/l., DRAC; Universidade dos Açores, 1988.
- MAIA, Francisco D’Athayde Machado de Faria e, *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira. Capitães-Generais. 1766-1831*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, pp. 159-174.
- MATOS, Artur Teodoro de, “A Ilha de S. Jorge nas vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o estudo da sua história política, social e económica” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX (Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 189-197.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Escala Atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao Século XX* (Dir. Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite), Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, Vol. I, pp. 199-233.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770) I Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.
- PEREIRA, António dos Santos, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

- RODRIGUES, José Damião, “Orgânica militar e estruturação social: Companhias e Oficiais de Ordenanças em S. Jorge (Séculos XVI-XVIII)”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Actas do Colóquio de 12-15 de Maio de 1997)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 527-550.
- VIEIRA, Alberto, “Da poliorcética à fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos Sécs. XVI-XIX”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. XLV, Tomo II, 1987, pp. 1525-1565.

		Jurisdições												
		Véllas				Calheta				Topo				
		Forte de S. Miguel da Ribeira do Nabo	1	9							1			Não existem senão algumas pedras sobrepostas, que indicação que naquele lugar houve canhoneira, huma peça inútil metida em huma furna. He de pouca importância, seria porem bom concertallo.
		Forte de S. Matheos da Urzelina	2	8								2		Está meio demolido. Lava do vulcão de 1808 mudou total.te este Forte. Actualm.te oferece m.yo fácil desembarque, por isso precisa de hum [?] de huma muralha q.e fecha o Porto de lava a lava, o que he fácil. Isto he de absoluta necessid.e, aliás está exposta esta jurisdição a toda a hora a qualquer tentativa p.r aquele lado.
		Forte do Principe nos Terreiros	1	6							1		Precisa de alguma reparação, e podem servir aqui Peças tiradas do Forte de S. Chrus, q.do este receber nova Artilharia	
		Forte das Manadas	2	5							2		Está nas mesmas circunstâncias q.e o antecedente	
			1	4							1			
		Forte de Santo Antonio	1	6							1	1	Precisa ser reedificado	
			2	3			2					2		
		Forte de S. Sebastiam	2	6									Precisa ser reedificado	
			1	3			1					1		
		Forte de Santo Spirito	3	9		1				2	1		Este Forte com os dous antecedentes fás a defeza da Calheta, porem este, que fica contiguo ao Caes he mais interessante, por dominar melhor o Porto. Está m.to demolido. Precisa indispençavelm.te ser reedificado, assim como a muralha que fechava o Porto; e igualm.te o Caes. Depois de raparado, precisa ser artilhado, servindo a sua artilharia actual para os dous fortes acima digo antecedentes, que são menos interessantes.	
			3	3			3					3		
			2	1			2							2
			2	0,5		2								
		Forte de S. João da Fajã dos Vimes	1	4						1			Não existe vestígio algum de fortificação, se não a peça	
	Topo	Forte do Porto	2	9				2					Precisa ser reparado	
			1	3					1					
		Forte da Pontinha	1	6				1					Está arruinado, porem julgo-o desnecessário.	
Sommas					2	6	1	28		25	21	18	Há poucas Palamentas, porem actualm.te estou fazendo as necessárias p.a as Peças q. podem fazer fogo, e concertando os reparos das peças de S. Chrus e construindo dous novos.	

Conclusão

Existem em estado de dar fogo 37 Peças, sendo a maior p.te de pequeno calibre, e 25 inuteis: e como destas só 8 são boas, ficão 29 que ainda podem fazer algum serviço para serem empregadas nos lugares que forem menos interessantes

Precizão-se na jurisdição das Vellas 20 Peças em bom estado, p.a guarnecer os Fortes de S. Chrus, Conceição, e Queimada, na Calheta 4 p.a o Forte de S.to Spirito; e no Topo nenhuma, cujos reparos digo calibres devem ser pelo menos de 9; e o seu metal Bronze p.a melhor se conservarem. Os reparos das de S. Chrus devem ser de Marinha. Preciza-se de huma Cabrilha, e huma Zorra p.a Peças de Calibre 18 q.e he o maior que aqui ha

Joaquim Joze Correa

Comd.te Militar

ACHEGAS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO DA ILHA DE SÃO JORGE, 1768-2012

PAULO TEODORO DE MATOS*

O presente texto insere-se numa linha de investigação mais ampla subordinada à evolução da população açoriana nos séculos XVIII e XIX e suas dinâmicas demográficas. Os objetivos centrais de tal pesquisa têm radicado essencialmente na quantificação e estudo crítico da evolução volumétrica dos efectivos ao nível de cada ilha, estruturas etárias e seus comportamentos (natalidade, mortalidade e migrações). A informação primária que tem suportado essa investigação compõe-se fundamentalmente dos “mapas estatísticos da população” (1766-1900) em cumprimento de ordens régias e, posteriormente, dos recenseamentos da população (1864-2011).

No quadro desta pesquisa mais vasta, orientada para o arquipélago como um todo, tem merecido especial atenção a demografia da ilha de S. Jorge. É, assim, que este texto beneficia do estudo anterior das estruturas demográficas da ilha de S. Jorge entre 1790 e 1830 e, posteriormente, do próprio resultado da pesquisa acerca da ilegitimidade durante o século XIX¹. Mais recentemente uma síntese sobre a evolução demográfica insular para o período de 1835-1900

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. Doutorado contratado ao abrigo do programa de financiamento Investigador FCT 2013.

1 Paulo MATOS, “A população da ilha de S. Jorge na última década de Setecentos: estrutura e comportamentos” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX, Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural, 1998, pp. 551-578; Idem, “Gentes da ilha de São Jorge nos anos de 1825-1826” in *Arquipélago. Ciências Sociais, Revista da Universidade dos Açores*, 9-10, Ponta Delgada, 1996, pp. 177-216; Idem, *O Nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge (Açores), 1800-1910*, Guimarães, NEPS, 2007.

permitiu, também, reunir um conjunto apreciável de informação para a ilha².

No contexto da população açoriana, dispersa por nove unidades territoriais com dimensões muito variadas, impõe-se uma análise diferenciada para cada uma delas. Com efeito, quando tomado o arquipélago como um todo sobressaem as disparidades extremas ao nível do efectivo demográfico, maioritariamente concentrado nas ilhas de S. Miguel e Terceira. Este facto faz, naturalmente, menosprezar a caracterização das gentes sob o ponto de vista quantitativo das restantes ilhas, periféricas, menos integradas em circuitos comerciais de longa distância e com um modesto *stock* populacional.

Sob o ponto de vista demográfico a ilha de São Jorge constitui um interessante objecto de análise. Além de se apresentar como um território perfeitamente delimitado e com escassas alterações ao nível da geografia administrativa está disponível um *corpus* documental muito rico para a análise das suas estruturas e dinâmicas demográficas passadas e presentes. Com efeito, desde 1768 até à actualidade, é possível reconstituir com algum rigor a sua evolução populacional, configuração sexual e etária e, até, entrever o complexo processo da *transição demográfica*.

Em termos esquemáticos os informes populacionais disponíveis quer para São Jorge, quer para o arquipélago agregam-se em torno de quatro séries essenciais. Durante o período da Capitania-geral dos Açores (1766-1832) foram produzidos diversos “mapas estatísticos da população” em cumprimento de ordens régias. Estes documentos encontram-se maioritariamente depositados no Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, muitos destes já estudados por Artur Madeira³. De 1835 a sensivelmente 1900, período do Estado Liberal, contam-se as diversas tabelas estatísticas executadas ao nível de cada distrito administrativo, disponíveis nos respectivos fundos do Governo Civil e através de cópias enviadas para o *Ministério do Reino* (ANTT). Finalmente, desde 1864 com a realização do primeiro censo moderno da população, existem os diversos *recenseamentos da população*, enquanto as *estatísticas demográficas* se encontram publicadas a partir de 1886. Este período, dito da estatística moderna, tem sido especialmente estudado por Gilberta Rocha⁴.

Através deste artigo pretende-se oferecer uma perspectiva muito sumária, necessariamente descritiva e não tanto interpretativa, dos grandes vectores da de-

2 Paulo MATOS e Susana Serpa SILVA “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, in *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XIX*, II, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 83-120.

3 Artur MADEIRA, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

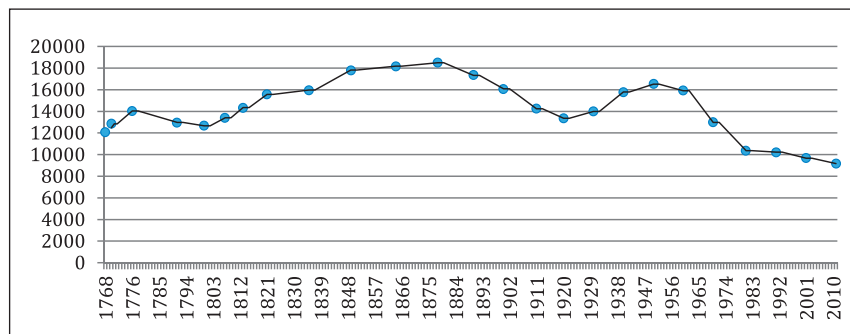
4 Em particular a obra de referência, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

mografia da ilha de São Jorge ao longo de cerca de dois séculos e meio. Por esta razão o presente texto assume-se como um contributo para a elaboração de uma futura monografia demográfica da ilha de São Jorge. Numa primeira fase será prestada particular atenção à evolução dos quantitativos de forma enquadrada com o arquipélago, bem assim como das suas estruturas etárias. Numa fase posterior será estuda a evolução secular da natalidade e mortalidade procurando-se evidenciar o processo de *transição demográfica* na ilha e seu impacto nos ritmos de crescimento e estruturas etárias.

1. O volume de efectivos

Ao longo do período observado o quantitativo de habitantes jorgenses registou significativas flutuações apresentando, contudo, ritmos evolutivos enquadrados no conjunto arquipelágico. Ressalta em primeiro lugar o carácter cíclico e hesitante desse crescimento e, em perspectiva global, a sua clara tendência de decréscimo. Assim, com cerca de 12.000 efectivos em 1768 regista-se um máximo de 18.484 habitantes em 1878 para se quedar em apenas 9.171 em 2011. A estes valores correspondem variações percentuais de 52.5% para 1768-1875 e de -50.4% para 1878-2011.

Gráfico 1 – Evolução dos habitantes da ilha de São Jorge, 1768-2011⁵



Em termos esquemáticos a evolução da população jorgense poderá ser enquadrada em cinco períodos principais. Numa primeira fase, correspondendo à segunda metade do século XVIII, ocorre um incremento muito moderado da população havendo, no entanto, a destacar a perda demográfica nas décadas de 1770 e 1780. De facto, à semelhança do ocorrido em várias ilhas do grupo central, a ilha parece

⁵ As fontes compulsadas quer para a realização deste gráfico, quer para os indicadores demográficos deste artigo encontram-se enumeradas no final.

ter sofrido diversas crises frumentárias dilatando os níveis de mortalidade⁶. Durante este período regista-se globalmente uma tendência evolutiva muito semelhante à do arquipélago pautada por uma estagnação no crescimento demográfico.

A fase de maior dilatação do *stock* demográfico jorgense compreende-se de 1800 a 1878 durante o qual a população é acrescida em quase 6 mil habitantes. Durante este longo período a expansão das gentes parece ter sido mais intensa até à década de 1820, crescendo a um ritmo suave até 1835 e posteriormente de modo mais intenso em 1878, quando se atinge o maior número de habitantes residente. Correndo-se o risco de alguma generalização excessiva este contínuo crescimento está associado à incorporação na ilha do largo excedente entre nascimentos e óbitos, num território pautado pela suavidade da mortalidade. São Jorge regista, assim, uma forte pressão demográfica que de, resto, ainda é mais intensa no conjunto do arquipélago.

Quadro 1 – Taxas de crescimento anual na ilha de São Jorge e arquipélago, 1768-2011

Período	São Jorge	Açores
1768-1800	0.14	0.06
1800-1878	0.49	0.66
1878-1920	-0.77	-0.27
1920-1960	0.43	0.87
1960-1981	-2.02	-1.40
1981-2011	-0.61	0.07

Entre 1878 e 1920 assiste-se ao período de maior retracção do quantitativo de efectivos, marcado por uma taxa de crescimento anual negativa de 0.77%, quase o triplo da dos Açores (-0.27%). Se a ilha não deixa de manifestar os efeitos das graves crises agrícolas que assolaram o arquipélago em finais do século XIX⁷, a principal razão para o decréscimo radica na fortíssima expressão da emi-

6 Cf. Avelino Freitas de MENESES, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, II, 1995, p. 143; Maria Norberta AMORIM e Maria Hermínia MESQUITA, “Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta, 1988, Núcleo Cultural da Horta, pp. 372-373; Paulo MATOS e Paulo Silveira e SOUSA, “População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil”, in *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XIX*, I, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Menezes e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 555.

7 Maria Isabel JOÃO, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991, p.

gração. Sensivelmente desde a década de 1860 o fluxo migratório intensifica-se, destinando-se cada vez mais para os Estados Unidos da América. Por outro lado ao virar da centúria o perfil dessas saídas altera-se com a redução dos emigrantes indocumentados e pela saída muito significativa de mulheres⁸. Como factor secundário há a assinalar a redução da fecundidade no último quartel do século e o próprio aumento conjuntural da mortalidade de 1900 a 1920, fazendo regredir o crescimento natural da população.

De 1920 a 1960 invertera-se a tendência de declínio das populações jorgenses e açorianas. Este período de expansão das gentes é, entretanto, bastante mais suave na ilha, registando uma TCA de 0.43%, exactamente metade da do arquipélago. O intenso aumento está associado a um crescimento natural muito expressivo decorrente, quer de uma substancial baixa da mortalidade geral desde a década de 1920, quer do incremento da natalidade.

Um derradeiro período da evolução volumétrica dos habitantes poderá situar-se entre 1960 e a actualidade, marcado por um declínio constante e explicado quer pela emigração quer pela queda acentuada de fecundidade⁹. Todavia esboçam-se dois sub-períodos claros. O primeiro, de 1960 a 1981, caracteriza-se por uma redução intensa, cifrada por uma TCA de -2.02% enquanto o segundo, de 1981 a 2011, se pauta por um ritmo de decréscimo mais suave (TCA de 0.61%). Mais uma vez sobressai a diferença face aos ritmos verificados no arquipélago. No primeiro sub-período delineado a TCA açoriana fixava-se em -1.4, enquanto de 1981 a 2011 se invertera o movimento de decréscimo (TCA de 0.07%).

A ilha de São Jorge regista, pois, um declínio populacional acentuado desde a década de 1960 resultante da fraca capacidade de fixação de gentes. No entanto tomando em consideração a evolução do arquipélago a partir de 1981 inverte-se o ritmo de crescimento de S. Jorge. Isto significa que a ilha está em contra-ciclo com a evolução global como, de resto, a maioria das ilhas ditas periféricas em consequência da bipolarização demográfica em torno de S. Miguel e Terceira desde inícios do século XX. Esta realidade é claramente visível na importância relativa de S. Jorge: se em 1900 representava 6.3% do arquipélago não atingia mais do que 4% em 2011.

8 Para um conhecimento mais aprofundado da emigração da ilha neste período consulte-se Paulo Silveira e SOUSA, *Território, Poder, Propriedade, Elites Locais. A Ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX*, Lisboa, ISCTE, 1994 (dissertação de licenciatura policopiada); Paulo MATOS, *O Nascimento fora do matrimónio [...]*, pp. 239-264 e Avelino Freitas de MENSESES, *A Ilha de São Jorge. Síntese histórica*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013, pp. 146-152.

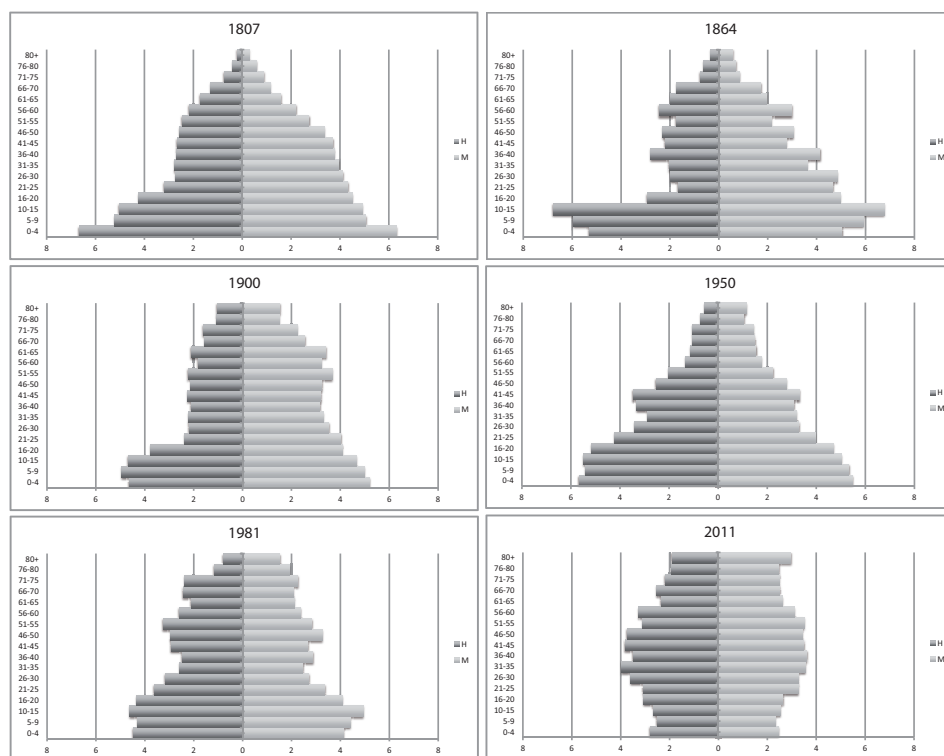
9 Gilberta Rocha estima que a taxa bruta de emigração da ilha se saldou em 21.3 e 25,8‰ nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, os valores mais elevados do século XX. Cf. Gilberta Rocha, *Dinâmicas [...]*, p. 234.

2. As estruturas etárias e os grupos funcionais

As estruturas etárias

Da análise das pirâmides etárias da ilha em 6 secções temporais resultam distintas fases na repartição sexual e etária dos efectivos. Até 1950 está patente uma base relativamente alargada, traduzindo o carácter jovem da população. A partir de 1981 esboça-se um claro envelhecimento na base e no topo da pirâmide que adquire proporções muito significativas em 2011.

Gráfico 2 – Pirâmides etárias da ilha de São Jorge em 1807, 1864, 1900, 1950, 1981 e 2011



Na observação das três pirâmides etárias (1807, 1864 e 1900) destacam-se essencialmente duas realidades. Por um lado a diminuição dos jovens e o aumento dos idosos, especialmente de 1864 a 1900. Por outro, o acentuar da saída de gentes, cujos efeitos se expressam na redução dos efectivos em idade laboral. A comparação dos três gráficos permite identificar tanto a intensidade da mobilidade como a maior incidência junto do sexo masculino. Neste contexto, em 1864, sobressai a crónica falta de efectivos masculinos em idade laboral em grande par-

te consequência de uma emigração indocumentada. No final do século o impacto destas correntes está bem expresso na pirâmide, embora ressalte um menor desequilíbrio entre os sexos. Esta configuração espelha, como já referido, a alteração do perfil das saídas, onde avulta a emigração de tipo familiar¹⁰.

De 1950 à actualidade a sociedade jorgense registou uma substancial redução no número de jovens e, inversamente, o aumento dos idosos. Esta é bem clara na pirâmide de 1981, onde são evidentes os sinais do processo de envelhecimento demográfico. Esta realidade é patente na pirâmide etária de 2011 pela qual se observa a forte retracção da fecundidade a partir das gerações nascidas a partir da década de 1960.

Grupos funcionais

Através dos grandes grupos etários é possível medir estatisticamente o peso dos jovens (0-19), potencialmente activos (20-59) e idosos (60+) da ilha de São Jorge, comparando-os com a evolução recente no arquipélago¹¹. Reforçando o que acima foi dito denota-se uma profunda alteração das estruturas etárias nos extremos da observação. Se em 1807 os jovens jorgenses representavam 42% da população e os velhos apenas 8.8%, em 2011 quase se equivaliam: 25.6% de jovens para 22.9% de idosos.

No que respeita à evolução dos jovens detectam-se essencialmente 4 fases. A primeira, de 1807 a 1864, é marcada por uma estabilidade dos jovens, cujo peso oscila de 42 a 48%. A partir dessa data até 1930 a representatividade do grupo apresenta níveis inferiores aos do período anterior, apesar da tendência estável a partir de 1878. É de assinalar a forte redução de 1864 para 1878 em quase 9 pontos percentuais o que atesta claramente o forte impacto da emigração na sociedade. Esta evolução só seria invertida de 1930 a 1950 devido quer ao forte aumento da natalidade¹², quer à da corrente emigratória¹³, correspondendo estes dois decénios à terceira fase de evolução deste indicador. Uma derradeira fase na evolução do grupo 0-19 estende-se de 1950 à actualidade. Nestes 60 anos operou-se uma contínua redução da população jovem que se reduziu de 42% em 1950

10 Cf. Avelino Freitas de MENESES, *A Ilha de São Jorge* [...], pp. 146-152.

11 Actualmente é mais comum a utilização dos grupos 0-14, 15-65 e 65+. Todavia as amplitudes etárias aqui seguidas parecem ajustar-se melhor a uma análise na longa duração. Foi, aliás, este o critério adoptado por Gilberta Rocha para a caracterização dos grupos funcionais do arquipélago entre 1864 e 1981. Cf. *Dinâmica populacional* [...]

12 Cf. Gráfico 3.

13 Cf. Gilberta Rocha, *Dinâmicas* [...], p. 234.

para apenas 26% em 2011. Apesar do decréscimo contínuo ao longo deste período ressalta a descida de 1970 a 2011, devido ao recrudescimento da emigração e à rápida redução da natalidade na ilha¹⁴.

Quadro 2 – Evolução dos grupos funcionais na ilha de S. Jorge, 1807-2011

Anos	Jovens (0-19)	Activos (20-59)	Idosos (60+)
1807	42.0	49.2	8.8
1821	44.9	45.9	9.3
1864	44.7	42.8	11.0
1878	37.2	48.1	14.7
1890	38.9	46.0	15.1
1900	36.9	44.6	18.6
1910	37.2	41.1	21.7
1920	38.0	41.4	20.6
1930	38.1	44.8	17.2
1940	43.0	43.7	13.3
1950	42.2	46.7	11.1
1960	40.4	48.4	11.2
1970	38.1	45.2	16.7
1981	34.8	45.5	19.7
1991	35.3	46.0	18.7
2001	31.5	47.6	20.9
2011	25.6	51.5	22.9

Açores			
1981	37.4	42.8	19.8
1991	35.4	47.6	17.0
2001	30.1	53.8	16.1
2011	25.6	56.9	17.5

14 Nas décadas de 1960 e 1970 a taxa bruta de emigração situou-se acima dos 20%, enquanto em 1940 e 1960 não havia ultrapassado os 6.1%. Cf. Gilberta Rocha, *Dinâmicas [...]*, p. 234. Só entre 1960 e 1970 a taxa bruta de natalidade reduziu-se de 25.5% para 20%. Cf. Gráfico 3.

A evolução da representatividade dos idosos assume-se, em certa, medida como um espelho invertido da dos jovens. No entanto destaca-se a sua contínua subida em todo o século XIX, registando 8.8% em 1807 e 21.7% em 1910. Este aumento, muito significativo para a cronologia em apreço, esboça-se essencialmente durante o último quartel de Oitocentos como resultado da redução da fecundidade e da forte corrente de emigração que afectou muito intensamente a população activa.

De 1920 a 1960 ocorre uma evolução inversa, ou seja, a redução do peso dos idosos. Esta evolução, coincidente com o aumento dos jovens até cerca de 1940, traduz o processo de rejuvenescimento da população jorgense durante estas décadas. Por um lado diminui-se a intensidade migratória que retira população activa à ilha; por outro ocorre um substancial aumento da fecundidade a partir da década de 1920, potenciando o menor peso dos velhos.

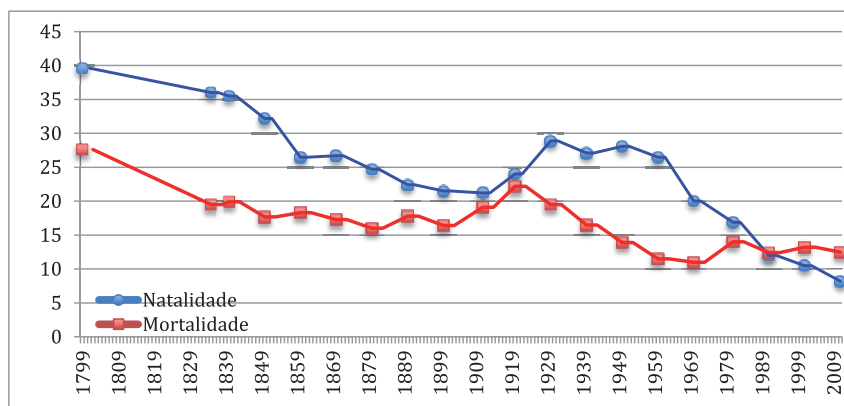
Da década de 1960 à actualidade o peso dos idosos tem aumentado consideravelmente, destacando-se a grande aceleração a partir da década de 1970. Da combinação entre a drástica redução da fecundidade e o aumento da esperança de vida à nascença resulta um claro envelhecimento demográfico em São Jorge, ainda mais expressivo face ao panorama insular recente (1981-2011).

I – Natalidade e mortalidade

Numa perspectiva de longa duração detectam-se alterações consideráveis nos níveis de natalidade e mortalidade, ao que equivalem diferentes ritmos na evolução do crescimento natural da população. Apesar da incerteza na evolução da natalidade de 1799 a 1835, certo é que a variável regista uma redução muito significativa de 1835 a 1860 e mais suave desde esta data ao final do século. Não são conhecidas as causas essenciais que conduziram à acelerada da natalidade embora esta redução também se verifique no antigo distrito de Angra entre 1835 e 1865. No entanto a contínua descida do indicador poderá, também, estar associada ao controlo da fecundidade conforme é evidenciado por alguns coevos¹⁵.

15 É o caso de J. Duarte de Sousa anotando que “casal com mais de dois ou três filhos só se poderia encontrar entre cretinos e estúpidos!”. Cf. *Ilha de São Jorge. Apontamentos históricos e descrição topográfica*, Velas, Câmara Municipal de Velas, 2003 p. 79.

Gráfico 3 – Evolução das taxas brutas de natalidade e mortalidade na ilha de São Jorge, 1799-2012.



Após um período de clara retracção os níveis de natalidade sobem significativamente de 1900 para 1920, mantendo-se relativamente estáveis até à década de 1950. As razões para este acréscimo poderão em parte buscar-se no maior ajustamento entre os sexos em finais do século XIX, potenciando a natalidade através de um mercado matrimonial mais dinâmico. Há que ponderar, também, os próprios efeitos da emigração em finais do século XIX e inícios do XX. Ao contrário das saídas em direcção ao Brasil, o retorno dos emigrantes açorianos dos Estados Unidos da América era bem superior. Muitos destes jovens tendiam a juntar algum pecúlio para a posterior compra de propriedade e casamento, elevando os níveis de natalidade da ilha¹⁶.

Na década de 1960 ocorre uma redução progressiva e intensa da taxa bruta de natalidade que desce de 26,5‰ para apenas 8,2‰ em 2011. Na base desta diminuição está certamente a redução da mortalidade desde a década de 1920. De acordo com a teoria da *transição demográfica* o afrouxamento da mortalidade conduziria ao aumento da dimensão dos agregados familiares. A constatação de que as condições de vida tendiam a melhorar com famílias de menor dimensão geraria posteriormente uma fecundidade menos intensa. Nos anos mais recentes, concretamente de 1980 ao presente, é de sublinhar a maior taxa de ocupação feminina e o aumento da instrução como factores importantes para a redução da fecundidade. No quadro do arquipélago São Jorge é uma das ilhas com menor intensidade de nascimentos. O *Indicador Sintético de Fecundidade* (ISF) expressa

¹⁶ Cf. José Cândido AVELLAR, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua história*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902, pp. 95-97.

o número de nados-vivos gerados por cada mulher em idade fértil, aceitando-se que 2.1 é o valor que garante a renovação de gerações. De acordo com este indicador em 2011-2012 cada mulher jorgense em idade fértil tivera em média 1.20 filhos, abaixo da média do arquipélago, cifrada em 1.4¹⁷.

À semelhança da natalidade a taxa bruta de mortalidade regista um movimento de redução desde o início da série até sensivelmente 1880 quando se atinge o valor mais reduzido durante o século XIX (16‰). Em inícios do século XX os níveis de mortalidade elevam-se, especialmente na década de 1920 em virtude da deflagração da gripe pneumónica (1918). Porém, o processo de envelhecimento demográfico ocorrido em finais do século XIX poderá ter potenciado o aumento da mortalidade, visto a estrutura etária integrar um número crescente de idosos.

A década de 1920 marca um declínio constante e intenso da mortalidade. Seguindo-se a tendência, quer do arquipélago, quer do Continente a melhoria das condições médico-sanitárias, dos transportes e da progressiva integração numa economia de mercado estariam na base da suavização da mortalidade geral. Esta redução opera-se até inícios da década de 1980 quando por força do envelhecimento demográfico se eleva a variável. O indicador que melhor expressa as condições de mortalidade na ilha é a esperança de vida à nascença. Em 1900 a longevidade masculina cifrava-se nos 47.4 anos para os homens e 50.0 para as mulheres. Em 1981 os valores já se elevam para 63.7 e 67.5, respectivamente. Mais recentemente e tomando por base os anos de 2002 a 2012 a esperança de vida à nascença dos jorgenses atingia os 70.2 anos para os homens e 77.0 para as mulheres, traduzindo a significativa melhoria das condições médico-sanitárias e de acesso aos cuidados de saúde.

A evolução combinada da natalidade e mortalidade nas décadas recentes revela o cenário de envelhecimento demográfico da ilha. Assim desde 1992 existe um excedente de óbitos sobre os nados-vivos, o qual entre 2000 e 2012 se cifrou em 593 indivíduos. Esta realidade contrasta com a do arquipélago onde, apesar da redução da fecundidade, persiste um crescimento natural positivo.

Conclusões

O amplo conjunto de fontes de natureza demográfica disponível para a ilha de São Jorge viabiliza a realização de uma detalhada monografia da sua população, o que se assevera da maior importância para o próprio estudo da demografia

17 Dados obtidos através da Pordata (última actualização em 2014-03-10). Fontes de Dados: INE - Estatísticas de nados-vivos; INE - Estimativas Anuais da População Residente.

insular na longa duração. Com efeito São Jorge é bem representativa das ilhas periféricas onde a evolução dos ritmos de crescimento, suas estruturas e variáveis demográficas apresentou dissemelhanças face às de maior peso demográfico: São Miguel e Terceira.

Numa perspectiva pluri secular a ocupação dos efectivos registou ritmos muito diferentes mas globalmente enquadrados na evolução do arquipélago. Num primeiro período, de 1799 a 1878, registara-se um forte crescimento, quando a ilha atinge o seu máximo demográfico. Seguiu-se uma forte sangria de gentes desde esta data até 1920 por força da corrente migratória – traço estrutural da demografia jorgense – e da redução dos níveis de fecundidade. Uma fase de extrema vitalidade demográfica estendeu-se de 1920 a 1950 devido à redução do fluxos migratórios em direcção ao exterior e à redução da fecundidade. Ao mesmo tempo a estrutura etária da sociedade rejuvenescia graças ao aumento do peso dos jovens e à diminuição dos idosos. Finalmente a partir 1960 a ilha entrou em decréscimo populacional contínuo, acentuando-se na década de 1981.

A redução dos níveis de fecundidade e o rápido aumento da esperança de vida à nascença estiveram na base de um envelhecimento muito acentuado. São Jorge é hoje uma ilha em claro *Inverno demográfico*, não só perdendo efectivos desde 1992 como tendencialmente invertendo a sua pirâmide etária. Esta realidade, persistente e com tendência a agravar-se, demanda uma atenção cada vez maior das autarquias, do governo regional e da sociedade civil com vista ao delineamento de políticas adequadas não só à promoção da natalidade, como à maior humanização dos cuidados a prestar aos idosos.

FONTES

- 1799 a 1900 – Artur Madeira, *População e Emigração* [...]; Paulo MATOS, *O Nascimento fora do matrimónio* [...], Paulo MATOS e Paulo SOUSA, *já cit.*; excepto 1821 – Mappa da população e fogos das ilhas dos Açores por freguesias, ilhas e comarcas [...] por António Homem da Costa Noronha e Luís de Barcellos Merens em 7 de Março de 1824, Biblioteca Nacional de Lisboa (Biblioteca Digital).
- 1900 a 1981 - Gilberta ROCHA, *Dinâmica populacional* [...] e Recenseamentos gerais da população.
- 1991-2011 – Recenseamentos gerais da população e Estatísticas demográficas, INE.

ESTUDOS

- AMORIM, Norberta; MESQUITA, Hermínia, “Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 353-375.
- AVELLAR, José Cândido, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua história*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902
- JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991.
- MADEIRA, Artur Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- MATOS, PAULO, *O Nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge (Açores), 1800-1910*, Guimarães, NEPS, 2007.
- MATOS, Paulo, SILVA, Susana Serpa, “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, in *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XIX*, II, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 83-120.

- MATOS, Paulo; SOUSA, Paulo Silveira, “População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil”, in *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XIX*, I, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 535-578.
- MENESES, Avelino Freitas de, *A Ilha de São Jorge. Síntese histórica*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013.
- MENESES, Avelino Freitas de, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2 vols., 1993-1995.
- ROCHA, Gilberta, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.
- ROCHA, Gilberta, “Estruturas demográficas das ilhas portuguesas através dos censos”, in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, série Ciências Sociais, nº 6, 1996, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 77-136.
- ROCHA, Gilberta, “O crescimento da população e os novos destinos da emigração” in *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XIX*, II, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- ROCHA, Gilberta, “Os arquipélagos dos Açores e da Madeira: uma perspectiva demográfica da actualidade”, in *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário F. Lages*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2012, pp. 237-254.
- SOUSA, J. Duarte de, *Ilha de São Jorge. Apontamentos históricos e descrição topográfica*, Velas, Câmara Municipal de Velas, 2003, p. 79.
- SOUSA, Paulo Silveira e, *Território, Poder, Propriedade, Elites Locais. A Ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX*, Lisboa, ISCTE, 1994 (dissertação de licenciatura policopiada).

APÊNDICE

Evolução dos efectivos da ilha de São Jorge e dos Açores, 1768-2011

Ano	São Jorge	Açores	% Jorge
1768	12120	152138	8.0
1770	12849	-	-
1776	14036	163677	8.6
1791	12983	149266	8.7
1796	14407	156101	9.2
1800	12666	155247	8.2
1807	13400	160414	8.4
1813	14346	169652	8.5
1819	15600	178248	8.8
1849	17808	233409	7.6
1864	18185	248028	7.3
1878	18484	259800	7.1
1890	17311	255594	6.8
1900	16074	256673	6.3
1911	14227	242911	5.9
1920	13362	231513	5.8
1930	13980	255464	5.5
1940	15798	287080	5.5
1950	16507	318449	5.2
1960	15895	327446	4.9
1970	12970	285005	4.6
1981	10361	243410	4.3
1991	10219	237795	4.3
2001	9674	241763	4.0
2011	9171	246772	3.7

A PECUÁRIA E A PRODUÇÃO DE LACTICÍNIOS NA ILHA DE SÃO JORGE DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

PAULO SILVEIRA E SOUSA*

Em São Jorge, desde os tempos do povoamento, que a produção de vinho e de cereais e que a criação de gado e o fabrico de lacticínios se impuseram como parte significativa dos sectores de exportação. Na segunda metade do século XVI eram já abundantes as criações e produzia-se vinho que era exportado em anos de boas colheitas. Quanto aos cereais estes demonstravam indícios de não conseguir satisfazer, nos maus anos agrícolas, as necessidades da ilha: uma característica que veio a constituir um traço permanente da história jorgense¹. De qualquer modo, nos bons anos agrícolas, em que se formavam excedentes de produção, São Jorge conseguia exportar gado vivo, ou carne salgada em pipas, queijo, alguns panos de linho e de lã, couro, vinho e cereais². Nos princípios do século XVII, o Padre Manuel Luís Maldonado referia que as «suas principais lavranças são vinhas e [que] se criam muitos gados e seus lacticínios são os mais selectos das Ilhas»³.

No século XIX a ilha de São Jorge podia ser definida como uma economia

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1 Paulo Silveira e SOUSA, «Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX», *Atlântida*, vol. LIII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 175-192.

2 António dos Santos PEREIRA, *Ilha de São Jorge (Séculos XV- XVII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, pp. 29 e 32.

3 Padre Manuel Luís MALDONADO, *Fénix Angrense*, Angra, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997,

agrária tradicional. Neste tipo de economia a terra e a sua distribuição social constituíam os principais factores de produção e de reprodução económica e social das comunidades locais organizadas. Da terra não só eram extraídos os produtos da dieta alimentar básica e as produções mais valorizadas pelo mercado e utilizadas para venda, troca ou pagamento de rendas; mas estavam igualmente dependentes do acesso ao factor terra, os principais materiais de construção e fontes de energia (as madeiras, lenhas e a pedra), os meios de carga e de transporte (de onde se destacam os gados bovino, cavalari, asinino e muar), assim como as grandes produções artesanais para autoconsumo, venda ou troca (como os objectos da tecnologia agrícola, a lã e o linho). Todo o labor humano destas sociedades se achava, pois, assente na terra e no trabalho, sendo que o acesso ao primeiro factor condicionava as possibilidades de execução e de criação de riqueza do segundo. Por outro lado, a disponibilidade de terra e os equilíbrios entre as suas várias utilizações potenciais, mantidas através do que podemos chamar a gestão social dos recursos naturais, eram igualmente decisivas nas formas de organização destas sociedades⁴.

Para a elite terratenente tradicional, os cereais, o vinho, o gado e, durante alguns decénios no século XIX, a laranja eram os produtos mais seguros e centrais, para conseguirem integrar-se nos circuitos comerciais e desta forma alcançar lucros elevados⁵. Eles constituiriam, assim, uma parte da base material do seu poder, estreitamente ligada com a dominação que os grandes proprietários e morgados exerciam sobre uma parte significativa das terras da ilha. Esta dominação passava não só pela concentração fundiária e pelo controle do aparelho de poder local, mas também pelo facto de disporem de propriedades em todos os andares de aproveitamento ecológico.

O camponês, o produtor directo, estava inserido numa teia de relações sociais que, de certo modo, o controlavam em termos económicos, políticos e culturais, deixando-o dependente duma interacção clientelar e paternalista negociada com os grandes proprietários. Esta interacção não era isenta de conflitos e de formas de resistência, muitas vezes, passivas e dissimuladas em atrasos, relutância em cumprir ordens e seguir normas superiores.

A propriedade, se se encontrava concentrada nas mãos de poucos, subdividia-se numa multidão de rendeiros e foreiros, que exploravam, com frequência,

4 Veja-se a este propósito Manuel Gonzalez de MOLINA, «La funcionalidad de los poderes locales en una economía orgánica», *Noticiario de Historia Agraria*, n.º 6, 1993, pp. 9-23.

5 Ver Paulo Silveira e SOUSA, «A produção e a exportação de laranja nos Açores (1800-1880). um olhar a partir da periferia: o caso da ilha de São Jorge», *Povos e Culturas*, n.º 16, Lisboa, CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, 2013; Paulo Silveira e SOUSA, «Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX», pp. 175-192; Paulo Silveira e SOUSA, «Para uma História da vinha e do vinho nos Açores (1750 - 1950)», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, Angra do Heroísmo, 2004, pp. 57-159.

apenas pequenas parcelas, sem grande viabilidade económica fora do contexto camponês⁶. Só à medida que a emigração aumentou a independência material do camponês, é que vimos diminuir a força com que esta teia de relações de dominação actuava no quotidiano, ampliando-se, assim, a margem de autonomia com que os exploradores directos geriam a sua produção e as suas explorações⁷.

Dentro da ilha estávamos, esmagadoramente, perante explorações camponesas que, apesar de tentarem a sua autonomia, permaneciam igualmente dependentes do acesso à terra, dos ritmos de mercado e da tecnologia tradicional: a única que poderia estar ao seu alcance. Contudo, não podemos de modo algum desenhar um quadro agrícola simplesmente arcaizante. Por volta da década de 1890, o panorama das técnicas e dos processos agrícolas mostrava já alguns sintomas de viragem no distrito de Angra, com a introdução lenta de novas alfaias e com o crescente uso por parte dos grandes proprietários de adubos e de processos modernos. Contudo, a permanência da rotina e da tradição mantinham-se fortes, sobretudo na ilha Terceira, onde o arado continuava a guardar a preferência dos agricultores, apesar de muitos deles terem adquirido charruas americanas. Na ilha do Faial e em menor escala em São Jorge o uso das alfaias modernas estava mais desenvolvido, facto que é explicável pelo regresso de muitos emigrantes que traziam da América do Norte os seus próprios aparelhos, ou os mandavam vir de lá à medida que as necessidades o exigiam, modernizando e reproduzindo desta forma as explorações camponesas⁸.

Em 1875, o concelho das Velas tinha um maior aproveitamento dos terrenos e uma mais ampla produção das espécies pecuárias que o da Calheta. Nesses anos e segundo o administrador do concelho, num cálculo aproximado, a superfície

6 O campesinato, enquanto forma específica de organização social e económica dotada de traços culturais próprios, pode ser definido com base em quatro vectores: 1) na família como unidade básica e multidimensional da sua organização social, enquanto unidade de produção e de consumo; 2) na exploração agrícola, tendencialmente autárcaica, com um baixo índice de especialização e uma produção polivalente em pequena escala, servindo de fonte e garantia de subsistência; 3) numa cultura específica resultante da socialização em pequenas comunidades com fortes relações internas de interreconhecimento e redes de parentesco vastas e influentes, com uma proeminência da tradição e forte subordinação do comportamento individual à norma colectiva; 4) numa posição subordinada e dominada económica e politicamente, cf. Teodor SHANIN, «Introduction», in T. Shanin (org.), *Peasants and Peasants Societies*, Middlesex: Penguin Books, 1971, pp. 3-4.

7 Paulo Silveira e SOUSA, «A gestão social da propriedade na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX», *Arquipélago História* (2ª série), vols. XI-XII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2007-2008, pp. 73-122.

8 João Nogueira de FREITAS, *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica, onde foi exercido o tirocinio de João Nogueira de Freitas*. dissertação apresentada ao conselho escolar do Instituto Geral de Agronomia (manuscrito), 1890, pp. 7-9.

agrícola utilizável rondaria os 10.000 hectares, estando apenas 1.000 ha sem qualquer uso. Esta área que correspondia mais ou menos ao baldio e a alguns pastos próximos, denominados o juncal, poderia, segundo o mesmo funcionário, ser arborizada. Na sua boa vontade, esquecia-se da elevada altitude a que esta zona se encontrava, onde qualquer nova planta teria que lutar contra frios e ventos de grande violência⁹. Por outro lado, ela não era de todo desperdiçada sendo muito utilizada como pastagem de Verão. Dos restantes 9.000 ha, 3.000 estavam ocupados por pastagens, 4.000 por quintas ou pomares, ou por pequenos arvoredos de conjunto com algumas vinhas. Os últimos 2.000 hectares formavam a superfície cultivada com cereais, leguminosas e tubérculos, isto é as terras de pão e de sementeira. O concelho das Velas alimentava uma exportação anual de cerca de 1.120 a 1.220 toneladas de queijo, e de 480 a 500 de manteiga, exportando ainda 200 a 300 cabeças de gado vacum, 900 a 1.000 hectolitros de milho e alguns milhares de caixas de laranja. O relatório do Administrador do concelho da Calheta é menos certo, começando este por se enganar nos números da área do concelho. Ficamos de qualquer modo, a saber que a superfície de rochas escarpadas e impróprias para cultura era aqui igual à área das terras de sementeira, ocupadas com milho, centeio, cevada, leguminosas, tubérculos e linho, e que as pastagens eram menos férteis que as do concelho vizinho. Mais uma vez e agora para a Calheta se regressava à ideia de aproveitamento intensivo dos pastos de altitude e das áreas ocupadas com pequenos arbustos. Sem grandes áreas dedicadas aos cereais como Rosais ou Santo Amaro, as exportações de milho, aqui, não passavam dos 80 a 100 hectolitros, 200 a 250 cabeças de gado vacum, 3 toneladas de queijo, 1,5 de manteiga¹⁰.

A segunda metade do século XIX foi uma época de grandes mudanças. A destruição da vinha pelo *oidium tuckeri* no início da década de 1850, o desenvolvimento da laranja nalgumas zonas da ilha até ao final de 1870, o notável incremento da produção de milho (que mesmo assim não conseguiu fazer frente à concorrência que, a partir da década de 1880, os cereais açorianos começaram a enfrentar), e a progressiva especialização produtiva na pecuária e na produção de lacticínios, foram acontecimentos com enormes repercussões sociais. Estas transformações ajudaram a fazer e desfazer fortunas, alteraram a maneira de viver das populações, modificaram a paisagem e as formas de aproveitamento dos

9 Experiências recentes de arborização nestas áreas, levadas a cabo pelos Serviços Florestais nas décadas de 1960 e 1970, tiveram um sucesso muito reduzido.

10 *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário-Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra, Tip. do Governo Civil, pp. 56-60.

recursos naturais, dando origem a estratégias de adaptação ou de resistências às novas situações por parte dos vários grupos sociais.

A agricultura, as actividades económicas e a pecuária em São Jorge, ao longo da segunda metade do século XIX, não estiveram numa espécie de estagnação, nem reféns de um quadro de permanência das estruturas, ou mesmo de um declínio. Pelo contrário, revelaram evidentes mudanças e dinamismo. Para o demonstrar iremos estudar nas páginas seguintes a pecuária e a produção de lacticínios, áreas em que houve não só crescimento como uma progressiva especialização.

2 - A criação de gado e a produção de lacticínios

Desde os primeiros séculos do povoamento, os capitães e outros oficiais da milícia e da governança, bem como alguns clérigos, foram os donos das lavouras mais numerosas, cuidadas por alguns meiros ou por criados de suas casas¹¹. O gado como recurso não estava, de modo algum, distribuído de uma forma equilibrada pelos vários grupos sociais. Contudo, se as pastagens ocupavam uma parte importante do território de São Jorge e o gado e os lacticínios tinham um peso forte nas exportações, eram, como vimos atrás, o vinho e os cereais as principais fontes de rendimento das elites locais, deixando aquela actividade, até ao século XIX, num relativo segundo plano. O que não quer dizer que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a exportação de gado para ilhas como a Graciosa, o Faial ou a Terceira, não fosse constante, já que nelas a criação local nem chegava para o consumo.

No final do século XVIII e princípios do XIX, vários comentadores continuavam a referir que na ilha Terceira não existia gado *vacum* em número suficiente para o consumo dos açougues e dos navios que faziam escala no porto de Angra, sendo o gado importado de São Jorge¹². Será só a partir, sensivelmente, do terceiro quartel do século XIX, com a decadência irreversível da vinha e dos laranjais e com as sempre irregulares colheitas de trigo e milho a perder valor nos mercados, que passarão a ser os lacticínios e a exportação de gado bovino para o mercado continental as principais exportações da Terceira, alcançando um peso muito elevado nas fontes de receita da ilha.

Num relatório datado de 1879, a Ilha de São Jorge é dividida em duas grandes áreas. Uma primeira englobando a zona cerealífera de Rosais e a costa sul; aqui os terrenos são desde o litoral até certa cota entregues à cultura do milho,

11 António dos Santos PEREIRA, op. cit., p. 185.

12 Francisco Teixeira de SAMPAIO, «relatório agrícola (1798)», *Arquivo dos Açores*, vol. XIII, pp. 518-528, e Thomaz José da SILVA, *Reflexões sobre a Agricultura, Industria e Comercio da Ilha Terceira, offerecidas ao Ill^o e Exm^o Sr. Manoel Ignacio Martins Pamplona, Deputado das Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa, Tip. Rolandiana, 1822, p. 13.

leguminosas, batatas, algum trigo e cevada; os terrenos mais altos eram ocupados por pastagens naturais e matos, sendo a parte central desta área preenchida por biscoitos, sobre os quais vegetam alguns vinhedos e pomares. A segunda área, era quase toda ele coberta pelas extensas pastagens da costa norte que alimentavam numerosas cabeças de gado, «cuja criação, para a produção do leite e fabrico do queijo, constitui o principal ramo da indústria rural daqueles povos»¹³; Somente alguns terrenos mais próximos do mar eram aproveitados para a cultura do milho, algum trigo ou cevada e batatas. No entanto, o estado da agricultura nesta ilha não era considerado próspero, já que não se aplicavam «os métodos culturais que a ciência agronómica tem reconhecido como mais vantajosos». A criação de gado também poderia ser potencializada através do apuramento da raça leiteira indígena e pela introdução de reprodutores com decidida aptidão para a ceva. Apesar dos produtos lácteos desta ilha serem razoáveis e terem boa aceitação no mercado, as autoridades achavam que eles ainda tinham um longo caminho a trilhar até à perfeição, o qual poderia ser aberto através do aperfeiçoamento dos processos de fabrico, da criação de queijarias modernas e do aumento da riqueza forraginosa. No conjunto desta produção, o queijo revelava-se de muito maior importância que a manteiga¹⁴.

Amaro Soares de Albergaria, abastado negociante, era um dos principais intermediário na exportação de gado, durante os anos do início da década de 1870, «recebendo gado por conta de seus donos, comprando igualmente toda e qualquer quantidade que haja para vender», embarcando-o no vapor para o mercado lisboeta¹⁵. Durante o ano de 1873 a imprensa local faz uma constante apologia do incremento da pecuária, sendo as povoações dos *Nortes* referidas como as mais desenvolvidas neste ramo, mau grado a dificuldade de alcançar alimentos para o gado durante a estação invernal¹⁶. Contudo, na segunda metade do século XIX, e apesar de existirem bastantes cabeças de gado, não encontraríamos ainda, na maior parte das povoações da ilha (com a notória excepção das referidas povoações de montanha da costa norte), uma vida pastoril claramente separada da vida agrícola tradicional, tal como a hoje conhecemos.

13 *Relatório Apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 19 de Julho de 1879, seguido do resumo dos orçamentos aprovados pela mesma Junta Geral e do resumo das suas deliberações*, Angra, Tip. do Correio da Terceira, 1879, p. 47-48.

14 *Idem*, pp. 48 e 51.

15 Ver o *Jorgense* de 15/5/1873.

16 Cf. o *Jorgense* de 1/2/1873.

Quadro 1 - Número de cabeças e valor do gado exportado no distrito entre 1872 e 1878 e em 1883.

	Terceira	São Jorge	Graciosa	Total Distrital	Valor
1872	307	374	1	682	26:493\$000
1873	493	319	24	836	32:970\$000
1874	674	436	8	1118	45:472\$000
1875	143	421	57	621	24:064\$000
1876	576	226	-	802	23:886\$800
1877	467	423	4	894	32:781\$000
1878	721	276	6	1003	41:226\$265
1883	-	-	-	1348	53.629\$000

Fonte: Dados 1872-1878, *Relatório apresentado ao Conselho Distrital de Agricultura em 20 de Abril de 1879* por José Maria Leite Pacheco, p. 53. Dados 1883, *Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral para 1883*, Angra, pp. 11-12.

Entre 1872 e 1878 a exportação de gado de engorda mantém um comportamento positivo. Na correspondência enviada para a Repartição de Agricultura do MOP da 2^a quinzena de Dezembro de 1872, o intendente, refere que continua a exportação do gado de São Jorge para a Terceira e daqui para o continente. Mas que esta actividade em breve poderá declinar se não forem melhoradas as qualidades do gado¹⁷. Para que ela se desenvolvesse era imperioso melhorar a cultura forraginosa e a produção animal. Nem na Terceira, nem em São Jorge, as principais ilhas exportadoras, a pecuária estava preparada para esta nova viragem. Em nenhuma delas existia uma raça cevatriz própria e desenvolvida. Era o gado de trabalho que depois de cansado ou por qualquer defeito era posto à engorda, normalmente em pastagem, sem qualquer regime de estabulação. A engorda tornava-se assim mais prolongada e dependia das contingências da vegetação pascigosa, o que segundo os agrónomos da época a tornava menos económica¹⁸. Porém, pelo contrário, pensamos que em ilhas onde a erva e os baldios abundavam e as forragens eram escassas, esta era uma forma bem económica e bem integrada na exploração camponesa de criar gado em pequena escala. Mesmo que ela desse

17 ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (AHMOP), DGCI, RA-IS, 3, «maço do distrito de Angra».

18 *Relatório Apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 19 de Julho de 1879*, p. 53.

um animal magro e incompletamente desenvolvido, o facto é que os custos da sua criação tinham sido pequenos. Muito menores do que sucederia se se pusessem os animais em regime de estabulação a comer forragem.

Esta ideia de uma progressiva reconversão das actividades do sector primário do distrito de Angra no sentido de um predomínio crescente da pecuária atravessou, de facto, o debate e as opiniões dos principais agentes económicos e políticos desde meados da década de 1870. Em 1884, escrevia-se no relatório da Comissão Executiva da Junta Geral que o progresso agrícola do distrito dependia do desenvolvimento e aperfeiçoamento da indústria pecuária. O caminho apontado era o da substituição da actividade cerealífera pela pastagem, transformando-se o grão em carne e as espigas em erva tenra. No ano precedente a exportação de gado atingira as 1348 cabeças no valor de 53.629\$000 reis, um valor quase idêntico ao do milho exportado no mesmo período que atingiu um valor de 62 contos. Segundo a mesma fonte, este resultado foi alcançado ao fim de poucos anos, apesar das dificuldades de transporte dos animais para os mercados lisboetas, com as quais os exportadores continuariam a debater-se¹⁹. De facto, o mau acondicionamento do gado em veleiros sem condições de transporte, os altos preços praticados pela Companhia Insulana foram-se críticas constantes através dos anos da segunda metade do século XIX.

Se na Terceira a criação de gado para exportação revelava um peso crescente, em São Jorge, apesar da importância da exportação de gado, os lacticínios mantinham-se preponderantes. Em 1875, os administradores dos concelhos das Velas e Calheta referiam que o fim para que se tinha em vista a criação de gado vacum era principalmente o aproveitamento do leite para o fabrico de queijo e manteiga, sendo igualmente empregues nos serviços agrícolas²⁰.

Apesar do desenvolvimento da pecuária e dos lacticínios parece-nos, pois, demasiado apressado falar já de uma clara especialização leiteira no interior das explorações agrícolas. A repartição tradicional do gado bovino mantinha-se. Carne, leite e trabalho continuavam a deter pesos relativos importantes, embora seja hoje difícil tentar precisar qual deles evoluiu mais depressa, dado a manutenção de um tecido de explorações camponesas de pequena e média dimensão. Mais uma vez pensamos poder descrever aqui um relativo desenvolvimento e crescimento económico sem que contudo tenha existido um alteração significativa das estruturas num sentido claramente capitalista e moderno.

19 *Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo apresentado na Sessão Ordinária de Maio de 1884*, Angra, Imprensa da Junta Geral, pp. 11-12.

20 *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875*, pp. 58 e 60.

O facto é que adequando-se bem à estrutura camponesa da propriedade rural do arquipélago e às condições ecológicas do território a pecuária tinha, em São Jorge, todas as razões para mesmo a partir de um nível técnico rudimentar alcançar um razoável nível de produtividade.

A criação de gado e a produção de lacticínios eram a origem de muito do pequeno capital necessário à exploração camponesa e uma vaca ou um boi considerados parte importante do seu património. Por outro lado, a produção de estrume garantia, ainda, a criação de adubo natural utilizado nas culturas agrícolas²¹. Nas explorações mais abastadas parte do efectivo era constituído por «gado de mato» e outra por «gado de trabalho», ficando normalmente este último segmento em estábulo ou noutras dependências próximas da habitação principal. De facto, a posse de gado e, em especial, de gado de trabalho para lavrar e semear terras de pão, funcionava também como um importante meio de diferenciação social dentro das pequenas comunidades.

Os *palheiros* estavam disseminados pela paisagem, junto das casas, mas também no meio dos pastos. Os bois eram geralmente mantidos em regime de estabulação²², permanecendo soltos somente durante os meses de Verão. Nos restantes meses encontravam-se nos palheiros e lojas, onde aqueciam as habitações. Nalgumas povoações da costa norte era hábito *invernar* os animais (principalmente o efectivo leiteiro) nas rochas e fajãs, ou colocá-los à porta de casa comendo ervas, forragens ou milho basto²³.

As vacas encontravam-se quase todas nos pastos, excepto uma ou outra que permanecia em estábulo, com uma dieta alimentar semelhante à dos bois. Durante o Inverno poderiam ser também levadas para as fajãs e, nos meses seguintes de Março e Abril, eram colocadas à corda nos terrenos de produção de milho, a comer *lucerna* ou *erva da casta*. A partir de Abril-Maio, muito deste gado seria colocado na *serra municipal*, em regime de manadio, disputando as pastagens de altitude com algum gado miúdo.

Em 1875, quer na Terceira, quer em São Jorge o sistema de manutenção do gado continuava a ser maioritariamente pastoril. Nestes anos, na primeira destas ilhas, construíram-se alguns barracões para abrigar o gado e para destiná-los à

21 Os animais, produzindo o estrume necessário para adubar a terra, funcionavam como um dos elementos que mantinham a fertilidade do solo, enquanto que as actividades agrícolas lhes garantiam forragens extra, indispensáveis à sua sobrevivência.

22 A permanência do gado dentro do estábulo, quer fosse num *palheiro* ou nas *lojas* das habitações, era uma garantia que assegurava que o estrume produzido não seria desperdiçado.

23 As «mudas» para as fajãs, recorrentes nos lugares mais elevados durante os meses de Janeiro a Março constituíam um movimento regido pelo ciclo climatérico muito semelhante aos movimentos dos pastores transumantes de outras paragens.

ceva²⁴. No entanto, estas medidas pouco se desenvolveram dado que ficariam demasiado dispendiosas. Quando se tinha tanta erva à escolha para alimentar o gado, a qual poderia ser obtida a muito mais baixo preço, para quê apostar em forragens ou em rações?

A produção do milho adaptava-se bem a este regime pastoril, o que não acontecia com o trigo. De Setembro ao princípio de Novembro semeava-se a *lucerna* e a *erva da casta* onde o gado se iria alimentar e adubar o terreno de Março a princípios de Maio, altura em que, então, era semeado o milho e em que os pastos de altitude já se encontravam com erva suficiente para o gado. O milho podia ser semeado em terras próprias, ou nas terras que no ano anterior haviam tido trigo, segundo um esquema de rotação que variava de acordo com as aptidões do terreno, ficando ainda o gado, depois da ceifa, a comer o *restolho*.

O boi era o animal agrícola por excelência, património sólido e prova de riqueza do camponês. Ele era utilizado nas lavras, na atafona, ou como veículo de carga e de transporte. O burro não possuía aqui a centralidade que lhe é atribuída no mundo mediterrânico, sendo principalmente usado para deslocar pessoas e cargas e nunca como auxiliar em tarefas agrícolas²⁵.

Na ponta leste de São Jorge, a parte da ilha que tinha ligações mais frequentes com a Terceira, as pastagens e os abrigos do Topo, de Santo Antão e de São Tomé engordavam muitos bois de trabalho importados pequenos da ilha vizinha. Era aqui que muitas vezes os camponeses das restantes freguesias se forneciam de juntas de bois, formadas por animais dóceis e corpulentos que alimentavam um circuito que podia ter começado nas campinas do Ramo Grande.

Os animais autóctones²⁶ seriam no século XIX ainda maioritários, pelo menos no grupo central. No entanto, os problemas de alimentação do gado, relacionados com a escassez de forragens e a pequena corpulência dos espécimes, tornava-os maus produtores de carne. A produtividade do leite não seria, igualmente, das melhores, sem entrar sequer em linha de conta com os problemas da produção industrial ou artesanal de lacticínios. Pelo contrário, a maior parte do gado estrangeiro era muito menos rústico que os animais autóctones, necessitando de maiores cuidados, melhor e mais ampla alimentação, sendo ainda menos

24 *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875*, p. 80.

25 Por exemplo em 1897, em resposta a um ofício do governo civil, a câmara das Velas afirma aramente que na ilha não havia cavalos ou muares empregues na lavoura. Arquivo Municipal das Velas (AMV), 1ª Repartição, «correspondência expedida (1868-1929)».

26 A denominada *raça da terra*, uma espécie de pequeno porte, muito resistente, com o pêlo vermelho ligeiramente comprido e a mais conhecida raça do *Ramo Grande*, oriunda da Terceira.

resistentes como gado de trabalho. De facto, a sua principal vocação era a engorda, produzindo maior quantidade de carne limpa e uma mais pródiga produção de leite.

Mais para o final do século começaram a chegar cada vez mais animais e reprodutores de outras raças. A partir de 1842 foram introduzidos em São Miguel animais de raças norte europeias que, com certeza, começaram a partir daqui a espalhar-se pelo arquipélago. Na década de 1870, quando São Jorge atravessava uma crise intensa, os jornais locais clamavam por uma reconversão produtiva no sentido do aumento da pecuária e dos lacticínios, referindo o estabelecimento de pastos artificiais e a introdução de melhores raças para o talho como indispensáveis para o desenvolvimento da indústria criadora²⁷.

O enorme surto da pecuária e, sobretudo, dos lacticínios no final do século XIX, fez com que nas ilhas onde esta actividade estava mais desenvolvida se avançassem com várias experiências de adaptação e com bons resultados, de raças leiteiras inglesas, francesas, suíças, holandesas e nacionais ou *nacionalizadas*. Numa representação ao governo datada de 1891, a câmara das Velas afirmava que foi «ultimamente dotada com um touro da raça Jersey»²⁸, mas pouco mais sabemos da introdução de gado estrangeiro na ilha. No entanto, em 1902, ainda se referia que «as vacas açorianas não passam de exemplares pessimamente seleccionados no sentido lactígeno duma confusa raça de trabalho», pedindo-se, a intervenção das autoridades no sentido de pôr ao dispor dos criadores alguns reprodutores de raças leiteiras mais produtivas²⁹. Esta proposta, que já tinha sido formulada anteriormente por outros comentadores³⁰, parece ter ficado esquecida, entregue apenas ao critério dalguns grandes proprietários com um perfil mais próximo do *gentleman farmer*. Por exemplo, no princípio do século Alexandre Leite da Gama Bettencourt, grande proprietário e industrial de lacticínios em São Jorge, introduz várias raças estrangeiras com vista a melhorar a aptidão lactígena do gado local. Vieram reprodutores de raça holandesa, Jersey, Normanda e Southdown que fizeram com

27 *O Jorgense* de 15/3/ 1871.

28 AMV, «Registo das Representações ao Governo de sua Majestade (1870-1902)», fls. 53 e 54.

29 José Caetano Pereira de LACERDA, *Algumas Palavras sobre Interesses Açorianos pronunciadas na Câmara dos Deputados e ampliadas depois, com ligeiras notas a respeito do parlamentarismo português, e sobre a origem geológica, a situação geográfica, o clima, a flora, a fauna terrestre e marítima, o descobrimento, a colonização e a navegação do arquipélago dos Açores*, Lisboa, Rodrigues e C^ª Imp. Libânio da Silva, 1902, p. 30.

30 Cf. entre outros, José Pereira da Cunha da Silveira e SOUSA Júnior, *Os Lacticínios na Região Açoriana Oriental*, Dissertação inaugural apresentada ao conselho escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa, Tip. Matos Moreira, 1887, e António de Andrade Albuquerque Bettencourt, *Indústria Pecuária na Ilha de São Miguel: o que foi, é e pode ser*, Lisboa, Tip. de Adolfo Modesto & Cia, 1887.

que os exemplares mestiços se tornassem os mais comuns no efectivo desta ilha, tendo provavelmente melhorado a sua aptidão leiteira e aumentado a produção³¹.

A altitude de muitas pastagens (lembremo-nos que vastas áreas ainda estavam ocupadas por cereais), um regime pastoril livre em que o gado era posto durante o Inverno em terras de cereal criavam um quadro específico. As pastagens naturais não eram adubadas, nem lhes era dirigido algum cuidado no melhoramento do solo, que ultrapassasse a sua limpeza periódica. Durante os meses de Inverno assistia-se a uma grande escassez de reservas alimentares, sem qualquer aproveitamento e armazenagem em grande escala de forragens³². Um problema que se irá manter muito para além do período aqui estudado. Isto apesar da introdução do incenseiro, que se expande rapidamente pelos matos de São Jorge, tornando-se um alimento certo para o gado, principalmente durante o período de Inverno.

Uma parte significativa dos terrenos de altitude apenas poderia ser aproveitada como pastagens. Estes prédios não só eram muito numerosos como economicamente importantes. Qualquer modificação do seu estatuto levava a acções concertadas por parte dos grandes proprietários e morgados, topo da notabilidade local.

Na segunda metade de 1863, aquando da substituição dos dízimos pelas contribuições predial e industrial, as vacas criadas para leite foram colectadas como indústria. Rapidamente os criadores de gado e lavradores da ilha se indispuseram contra esta medida, não deixando nunca de representar ao governo, de pedir aos deputados e aos influentes, até que em 1875, passados 12 anos, por um decreto, sob consulta do Conselho de Estado, foram as vacas leiteiras isentas da contribuição industrial, por ser o único meio de usufruir os terrenos de pastagens já inscritos e a pagar contribuição predial. Foi recorrente José de Sousa da Rosa³³, da Urzelina, muito protegido pelo comendador José Acácio da Silveira,

31 José Augusto Fragoso, Joaquim Tiago Ferreira, Jácome de Ornelas Bruges, «A Agricultura no Distrito da Horta, Subsídios para o seu Estudo», Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XIII, nº 1-4, 1932, pp. 50. Em 1908 J. V Paula Nogueira referia que as raças dos Açores não eram exactamente as mesmas de Portugal continental. Desde a primeira metade do século XIX que os criadores açorianos tinham vindo a introduzir e a cruzar com as raças autóctones animais importados de Inglaterra, da Holanda e do continente. Este processo feito sem qualquer controle zootécnico, apostando somente nos conhecimentos empíricos dos criadores, produziu uma enorme variedade de tipos mestiços, que segundo o mesmo autor tinham tendência em fixar-se num tipo característico nas ilhas de maior desenvolvimento pecuário, Terceira, São Jorge e Flores, cf. J. Viegas Paula NOGUEIRA, «O arquipélagos dos Açores», in António Teixeira Júdice (org.), *Notas sobre Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 423.

32 No *Jorgense* de 1.02.1873, adianta-se a hipótese de serem aproveitados os antigos vinhedos do lado sul para a cultura de prados artificiais temporários ou para a cultura de milhos bastos para forragem. Mas esta ideia não teve quaisquer desenvolvimentos.

um dos grandes influentes políticos progressistas e o maior criador de gado do concelho das Velas³⁴.

Em 1826 e 1827 o gado vacum ultrapassava as 5000 cabeças. Parte deste gado era exportada para Angra e Ponta Delgada e em menor número para fora do arquipélago³⁵. Contudo, cerca de 50 anos mais tarde o recenseamento de gados de 1870 para o distrito de Angra do Heroísmo referia um total de 4.664 cabeças de espécie bovina para os dois concelhos de São Jorge, sendo 2.949 no concelho das Velas e 1.695 no da Calheta. Números que nos parecem subavaliados. Segundo este mesmo recenseamento, quer o concelho de Angra, quer o da Praia da Vitória tinham um número de cabeças de gado bovino consideravelmente superior ao dos concelhos de São Jorge, respectivamente 8.175 e 4.550, e até Santa Cruz da Graciosa ultrapassava, com as suas 1.997 cabeças, o número registado para o concelho da Calheta³⁶. Estes quantitativos são considerados por José Pereira da Cunha da Silveira Júnior, em 1887, deficientíssimos, tal como o próprio relator da comissão que efectuou o recenseamento havia alertado. O mesmo autor adianta que, por um lado, a população de bovinos aumentou bastante nos anos subsequentes ao recenseamento pela importação de novas cabeças e que, por outro, era conhecida a má vontade de todos os criadores em fornecer dados correctos que supunham redundar em novos impostos³⁷.

De acordo com João Duarte de Sousa, São Jorge teria pastagens naturais para alimentação completa de 5.000 reses de gado bovino, sem contar com o *logradouro comum*, nem com *serros e juncais*, em que pastam alfeires e rebanhos de ovelhas³⁸. O mesmo autor aponta, em 1897, para um efectivo de cerca de 7.000 cabeças de gado bovino, sendo dois terços das reses vacas leiteiras, e não se esquece, também, de fazer menção à inexactidão dos dados prestados pelos regedo-

33 José de Sousa da Rosa começou como um pequeno comerciante da Urzelina, na primeira metade do século, fazendo negócios com as principais famílias de proprietários, formando, por exemplo, uma sociedade com André José Pereira da Silveira e Sousa para a aquisição das terras do antigo arrendamento da Ponta Furada. Acabaria nas décadas de 1870-1880 dono de uma fortuna razoável, aparecendo igualmente acabaria nas décadas de como vereador. O seu filho, Samuel José da Rosa, foi a partir de 1886 o recebedor da comarca das Velas, e um outro filho seguirá a carreira militar.

34 José Cândido da Silveira AVELAR, *A Ilha de S. Jorge (Açores), Apontamentos para a sua História*, Horta, Tip. Minerva Insulana, 1902, p. 42 e 43 e João Duarte de SOUSA, *Ilha de São Jorge: Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo, Tip. União, 1897, p. 35.

35 AHU, Açores, maço 112, «Mapas Estatísticos da Ilha de São Jorge nos anos de 1825, 1826 e 1827».

36 *Almanaque Insulano para Açores e Madeira, Estatístico, Histórico e Literário para o ano de 1874...*, pp. 71-72.

37 José Pereira da Cunha da Silveira e SOUSA, op. cit., pp. 65-81.

38 João Duarte de SOUSA, op. cit., pp. 124 e 125.

res para o cadastro de 1870, sempre desconfiados de novas investidas tributárias.

Quadro 2 – Efectivo Bovino no Distrito de Angra do Heroísmo por Ilhas e por Concelhos em 1866, 1868-1873, 1876 e 1884

Anos	Angra	Praia	Terceira	Velas	Calheta	São Jorge	Graciosa	Distrito
1866	7755	9239	16994	3042	3294	6336	2318	25648
1868	6710	6677	13387	3302	3305	6607	1965	21959
1869	6689	10520	17209	3400	3320	6720	2020	25949
1870	8 175	4550	12725	1997	2 949	4 946	1695	19366
1871	8677	5000	13677	3346	2608	5954	1997	21628
1872	8 061	5200	13261	3855	2608	6463	1200	20924
1873	8533	5000	13533	2655	2611	5266	1200	19990
1876	9282	5000	14282	2914	2611	5525	1200	21007
1884	5900	5800	11700	3825	2280	6105	800	18605
1911	14000	6000	20000	5135	4960	10095	3600	33695

Fonte: Dados 1868, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1870*, pelo Governador Civil Félix Borges de Medeiros, Angra: Tip. Do Governo Civil, 1870, mapa 35. Dados 1876, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1877*, pelo Governador Civil Barão do Ramalho, Angra: Tip. Do Governo Civil, 1877, mapa 79, p. 153. Dados 1884, BPAAH, Fundo do Governo Civil, 1ª Repartição, Registo de Offícios para os Ministérios, livro 14 (1884-1885). Dados 1911, BPAAH, Fundo do Governo Civil, *Livros de Registo da Correspondência da Comissão Distrital de Estatística do Distrito Administrativo de Angra do Heroísmo (1888-1914)*.

De acordo com João Duarte de Sousa, em São Jorge, no final do século XIX, a criação de vacas leiteiras estava já relativamente desenvolvida, existindo freguesias, sobretudo as da vertente norte, em que quase todas as famílias criavam pelo menos uma vaca destinada unicamente à produção de leite para consumo doméstico, sendo estes animais, na maior parte, alimentados com forragens, nas terras próximas ou em estábulo, para evitar grandes deslocações. No entanto, ficamos sem saber o efectivo leiteiro real, ou mesmo cadastrado. De qualquer forma, o efectivo leiteiro de São Jorge devia ser considerável, sendo provavelmente uma das ilhas que criava mais gado deste tipo, o que pode ser deduzido das informações de vá-

rios comentadores³⁹ e da importância de que se revestia a exportação de laticínios.

Na segunda metade do século XIX a hegemonia, do milho como cereal base da subsistência camponesa, da produção leiteira e da criação de gado, foi acompanhada por uma forte emigração que diminuiu consideravelmente o enorme reservatório de mão de obra que mantinha o *jornal* a baixo preço.

Ora a criação de gado era também uma actividade que não exigia uma mão de obra tão abundante como o cultivo de trigo, da vinha ou da laranja. Na realidade, «nas pastagens insulares não são usados guardas permanentes, indo aí os pastores unicamente de manhã e à tarde para proceder às mangeduras»⁴⁰. Mas, a verdade é que quer a população entre 1878 e 1900 começava a diminuir consideravelmente, quer esta relativa disponibilidade de tempo, permitia às casas camponesas articular as culturas de subsistência com uma pequena produção leiteira ou com a criação de algum gado para venda, fontes de alguns rendimentos monetários suplementares. Tal ordem de razões impulsionou a transformação da estrutura produtiva de São Jorge e uma progressiva especialização na pecuária e nos lacticínios⁴¹.

A partir sensivelmente da década de 1870, a emigração actuou como uma força poderosa na reconversão agrícola da ilha de São Jorge. A falta de mão de obra e o alto preço do jornal conduziram os povos para uma dedicação mais exclusiva e afincada na criação de gado, «abandonando-se em parte a cultura dos cereais em terras de pequena produção e de dispendioso fabrico». Nesse sentido, o administrador do concelho das Velas pedia a introdução de novas espécies de gado bovino com melhor aptidão para o talho e para produção de leite, já o principal objecto de exportação deste município⁴².

39 Ver, por exemplo, o já muito citado José Pereira da Cunha da Silveira e SOUSA Júnior (1887), que terá um papel primordial no desenvolvimento da indústria de laticínios e na reconversão produtiva da agricultura da ilha, João Duarte de SOUSA, op. cit., 35 e José Cândido da Silveira AVELAR, op. cit., pp. 133-135.

40 Henrique de Sampaio e Castro Pereira da Cunha da SILVEIRA (1924), *Subsídios para o Estudo das Pastagens Açorianas, ilha de São Jorge*. Henrique Cunha da Silveira era filho primogénito do citado José P. da Cunha da Silveira e Sousa Júnior, também ele agrónomo. Foi casado com D. Margarida Jardim Hintze Ribeiro, Filha de António Hintze Ribeiro, militar e deputado regenerador, sobrinho do chefe nacional deste partido Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Mais tarde em 1946, durante o Estado Novo, e seguindo a tradição familiar, será deputado na IV legislatura da Assembleia Nacional em representação do distrito de Angra. Tal como seu pai foi um dos grandes impulsionadores do incremento leiteiro em São Jorge.

41 Paulo Silveira e SOUSA, «Emigração e Reprodução Social nos Açores durante a Segunda Metade do Século XIX: o caso da Ilha de São Jorge», in Paulo Matos (org.), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas, séculos XV a XX*, Porto, CITCEM, 2014, pp. 237-269 (no prelo).

42 *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875*, p. 41.

A exploração dos pastos era feita directamente pelo proprietário (que deste modo contratava pastores) ou pelo rendeiro (normalmente um camponês que utilizava a força de trabalho do seu grupo doméstico). Nas primeiras décadas do século XX, temos notícias de que eram os rendeiros quem mais intervinha na exploração dos pastos, acusando-se «a falta de braços e sobretudo, de braços de confiança», de contribuir para a generalização do contrato de locação e para o absentismo do senhorio da terra⁴³. Segundo a mesma fonte, os arrendamentos de curta duração, sendo o anual o mais frequente, e raros e muito raros aqueles que atingiam os 3 ou 5 anos, não davam segurança aos rendeiros para proceder a benfeitorias no prédio, «chegando mesmo a impossibilitá-los de cumprir os arranjos mais urgentes e triviais, como sejam as mondas de limpeza», acusando-se as constantes flutuações de preço dos produtos pecuários e leiteiros de serem as causadoras desta situação. Infelizmente, não temos conhecimento de como se processava esta situação na segunda metade do século XIX, quando muito podemos especular que seria já semelhante, tendo em conta, no que se refere ao arrendamento, muitos relatos para outras ilhas.

Na alimentação dos camponeses o leite e os produtos lácteos entravam em grande quantidade: «não há trabalhador rural que não se faça acompanhar de uma cabaça de leite, quando se destina às suas lides, nem caminheiro que na sacola deixe de sentir o fragmento do queijo, obrigado ao usual pão de milho»⁴⁴. Quanto à carne, bois e vacas constituíam muito mais animais de trabalho, ou de produção de matéria-prima, do que um recurso regular na alimentação. A carne de vaca só aparecia com abundância à mesa dos jorgenses por alturas das Festas do Espírito Santo, onde uma troca ritual de alimentos fornecia ocasião para uma disputa forte sobre o prestígio e a riqueza locais. Na alimentação quotidiana, a carne de porco marcava presença mais constante. Somente alguns camponeses mais ricos matabam a sua *gueicha*⁴⁵, salgando-se posteriormente a carne.

O leite produzido era, muitas vezes, transformado em casa, em manteiga e queijo⁴⁶, nos recenseamentos eleitorais, eram vários os indivíduos de Santo António, do Norte Grande ou do Norte Pequeno que surgiam referenciados como queijeiros. Os pastos e a criação de gado fizeram dos *Nortes* terra de vaqueiros e de queijeiros, principal zona produtora dos laticínios artesanais que durante séculos a ilha exportou.

43 *Idem*, p. 25.

44 José Pereira da Cunha da Silveira e SOUSA Júnior, op. cit., p. 78.

45 Animal de ano e meio a dois anos que ainda não deu cria, e portanto não pode fornecer leite.

46 Eram relativamente comuns os foros pagos a manteiga nos «nortes», o que demonstra o interesse dos proprietários por este produto e o seu valor económico como mercadoria exportável.

Só no fim do século, à medida que as fábricas de lacticínios se foram implantando, o leite passou a ser conduzido à fábrica em barris transportados pelos homens ou sobre o dorso dos burros. Contudo, o aparecimento dos estabelecimentos fabris no virar do século, não fez desaparecer o fabrico de queijo caseiro, continuando estas duas formas de produção a competir até ao surgimento em força das cooperativas leiteiras a partir da década de 1930.

Em 1908, J. V. Paula Nogueira escrevia que São Jorge, Pico e Faial exportavam, todos os anos, grandes quantidades de queijo e de manteiga para Lisboa. A criação e engorda de gado era, por sua vez, mais importante na Terceira, em São Jorge e nas Flores. As extensas pastagens da parte central da primeira delas forneciam uma opulenta vegetação forraginosa que permitia alimentar de Verão e parcialmente de Inverno uma grande quantidade de gado em regime de manadão⁴⁷. A reconversão havia sido parcialmente feita. A pecuária era já a principal actividade agrícola em várias das ilhas do grupo central.

3 - O nascimento da indústria de lacticínios

O sector lácteo nos Açores resume-se muito simplesmente ao gado bovino. A importância das outras espécies é secundária na economia regional, ficando reservada para o autoconsumo e para a autosubsistência do grupo doméstico. Não queremos dizer que a importância do gado suíno fosse de desprezar, ele não só ocupava um lugar central na alimentação das populações, como dava inclusive lugar a fluxos de exportação inter-ilhas; não afirmamos também que o gado lanar tivesse uma presença secundária, embora nos Açores ele fosse pouco cuidado e a sua exploração se destinasse quase exclusivamente à produção de lã, sendo irrelevante a sua componente alimentar, quer enquanto carne quer como matéria prima para os lacticínios; do mesmo modo, não esquecemos que quer a carne quer o leite dos caprinos eram importantes produtos alimentares e que o seu pastoreio nas encostas íngremes e mais inacessíveis e nos baldios era um precioso auxiliar para a autosubsistência das casas camponesas mais pobres; o que pretendemos sublinhar é uma crescente especialização da economia regional, no gado bovino e nos seus derivados leiteiros, a qual foi formando cada vez mais o grosso das exportações feitas para o exterior.

Pensamos mesmo que em relação a outras regiões do continente o peso do leite de vaca seria muito superior nas ilhas, quando comparado com o total da produção lactígena. De facto, não era o queijo de cabra ou de ovelha que se fabricava e exportava. Esse era quase exclusivamente reservado para a alimentação do grupo doméstico.

47 J. Viegas Paula NOGUEIRA, «O arquipélagos dos Açores», p. 423.

A indústria dos laticínios tem uma longa história em São Jorge. Encontramos referências à exportação de queijo e manteiga desde o século XVI e elas acompanham permanentemente a história local. Esta indústria artesanal estava concentrada sobretudo nalgumas povoações da costa norte, onde eram muitas as famílias que produziam queijo e manteiga para um pequeno mercado local e um também exíguo mercado de exportação, representando sempre uma das principais facetas da estrutura produtiva local. Por volta de 1830 temos notícias de uma queijaria no Toledo, propriedade de um grande negociante, Joaquim Severino de Avelar, administrador do *arrendamento* do Urzal⁴⁸. Todavia, até à década de 1890 permanecem ausentes as referências a empreendimentos de grandes dimensões.

Será a reconversão produtiva, após o fim das vinhas e as melhores comunicações com o exterior, com o estabelecimento de uma carreira regular de vapor em 1857, que ajudaram a desenvolver a incipiente indústria de laticínios, impulsionando, igualmente, a criação de gado para exportação em vivo. De tal forma que, em 1875, *O Jorgense*, no meio das críticas à má qualidade da manteiga e do queijo exportado, escreve que esta indústria «tem uns 15 anos a esta parte tomado um incremento notável», apesar de abandonada inteiramente a indivíduos pobres⁴⁹.

Na década de 1880 esta indústria atingia já um destaque considerável, sendo encarada como o ramo mais importante da agricultura, quer sob o ponto de vista alimentício, quer visando a exportação.

Quadro 3 - Estado da Indústria Artesanal de Laticínios do Distrito de Angra do Heroísmo no ano de 1881

Ilhas	Produção de queijo de vaca em kg.	Valor do queijo	Produção de manteiga em kg.	Valor da manteiga	Litros de leite para o queijo	Litros de leite para a manteiga
Terceira	50	20\$000	35.000	14.000\$000	400	100.000
São Jorge	180.000	72.000\$000	20.000	8.000\$000	5.400.000	400.000
Graciosa	1.000	400\$000	100	400\$000	30.000	2.000
Total	181.050	72.420\$000	55.100	22.400\$000	5.430.000	502.000

Fonte: *Inquérito Industrial de 1881*, vol. I, p. 310, «Nota do estado actual da indústria caseira, mais considerável, no distrito de Angra do Heroísmo, segundo dados fornecidos pelos regedores de paróquia».

48 José Cândido da Silveira AVELAR, op. cit., p. 134.

49 *O Jorgense* de 1/1875 e de 15/3/1871

José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior na década de 1880 admitia mesmo que os lacticínios eram a única indústria capaz de atenuar a crise que as ilhas dos Açores ocidentais atravessavam desde há alguns anos, através do seu maior desenvolvimento e da colocação dos seus produtos no mercado continental, que dada a escassez os importava do estrangeiro⁵⁰. A indústria leiteira não só estava adaptada às condições naturais de algumas das ilhas do arquipélago, como possuía um mercado amplo e com possibilidades de crescimento.

Esta ideia de reorientação produtiva dá-se numa altura em que o panorama agrícola era negro. As culturas que anos atrás haviam garantido rendimentos à economia destas ilhas estavam nestes anos totalmente postas de lado. «O *oidium*, que fez a sua entrada em 1853, destruiu parcialmente os vinhedos do Pico, Graciosa e São Jorge. A depreciação e doença da laranja - cultura de favor pois que dava lucros excepcionais - fechou há uns 8 ou 9 anos, o mercado de Londres e obriga a arrancar os pomares na Terceira e São Jorge. A paralização no comércio dos cereais cerceia, presentemente, aos agricultores da Terceira e Graciosa - com especialidade - os seus interesses. A difícil e diminuta colocação de carnes vivas, ocasionada por causas idênticas às continentais, faz com que a saída de gado bovino em meia engorda cesse na Terceira, São Jorge, Pico e Faial»⁵¹.

A proposta consistia na reorientação para uma nova especialização produtiva, aproveitando-se com muito maior intensidade, e de acordo com critérios de exploração agrícolas modernos, a superfície agrícola de modo a aproveitar os terrenos altos, os extensos baldios e aqueles até aqui votados ao trigo e à cevada, transformando o maior número possível em prados naturais e artificiais⁵², iniciando culturas forraginosas, aumentando o efectivo pecuário, implantando-se a indústria dos lacticínios onde ela fosse desconhecida e alargando-a e melhorando-a onde ela já existisse rudimentarmente.

Segundo João Nogueira de Freitas, na ilha de São Jorge, os criadores chegavam a matar os novilhos à nascença com o fim de aproveitar uma maior quantidade de leite, e quando precisavam de gado de trabalho iam comprá-lo a outras ilhas, uma prática que o autor classificava de brutal e anti-económica. *O Jorgense* de 24.03.1900 diz-nos que «com o leite ao preço de 80 reis por canada,

50 José Pereira da Cunha da Silveira e SOUSA Júnior, op. cit., pp. 65-81.

51 José P. da Cunha da Silveira e SOUSA Júnior, op. cit., p. 66.

52 Idêntico movimento de contracção das áreas de cereais estaria a suceder em vastas áreas do continente, principalmente no Ribatejo e Alentejo, veja-se a este propósito Miriam Halpern PEREIRA, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1972, pp. 67-74. O que demonstra, mais uma vez, um certo acompanhamento das actividades produtivas que pelo menos certas franjas das elites açorianas faziam, assim como parece indiciar uma inserção dos mercados de cereais açorianos nas dinâmicas nacionais.

não podem os criadores, sem imediato prejuízo, conservar as crias de todas as vacas; assim como também a criação de gado para o açougue, nas pastagens naturais, não convém em vista do alto preço locativo a que elas chegaram. As crias não valem o leite que mamam, nem a carne vale a erva que as reses comem»⁵³. Em 1927 o agrónomo José Cunha da Silveira escrevia que com o fito de se obter o máximo de leite industrial, era uso, desde tempos imemoráveis, sacrificar à nascença 80 a 90% das crias⁵⁴. O gado bovino mantinha uma tripla função de trabalho, ceva e leite, mas em São Jorge a componente leiteira sobrepunha-se claramente às restantes.

Se, na Terceira, havia sido erigida nos anos de 1880 uma moderna fábrica de lacticínios, em São Jorge, ilha conhecida desde sempre pelo seu queijo, onde há mais de um século se manipulava industrialmente o leite, a produção continuava a mesma, com uma feição caseira e artesanal, apesar de se ter multiplicado o número de pequenos fabricantes, sem grandes reflexos ao nível das quantidades exportadas. Ainda assim, a indústria jorgense de lacticínios era a primeira e mais importante deste conjunto de ilhas⁵⁵.

Será no início da década de 1890, que José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior e Alexandre Leite da Gama de Bettencourt⁵⁶ formam uma sociedade e montam uma fábrica de lacticínios moderna para produção de queijo e manteiga na povoação da Beira, entregando a sua direcção a um indivíduo inglês contratado para esse efeito⁵⁷. Esta indústria teve bastante sucesso e rapidamente surgiram

53 João Nogueira de FREITAS, op. cit., p. 129.

54 José Cunha da SILVEIRA, *A Indústria dos Lacticínios nos Açores: a sua evolução, a sua feição actual, o seu ressurgimento. Apenso, algumas notas sobre a viticultura na Ilha de São Jorge (Açores)*. Separata do boletim *Agros*, Lisboa, 1927, p. 25.

55 Idem, p. 77. José P. da Cunha da Silveira Júnior resume afirmando que «o estado actual da indústria é nulo nas três ilhas - Graciosa, Flores e Corvo; em início na Terceira [exportam-se pequenas quantidades de queijo]; estacionário, rotineiro mas importante em São Jorge [produção de queijo e manteiga com algum destaque mas longe das suas possibilidades efectivas] e Faial [nesta última ilha produz-se e exporta-se, sobretudo, manteiga]; e em pequena escala no Pico [também aqui se exportam pequenas quantidades de queijo]», idem, p. 72 e 79.

56 Natural de São Miguel, o seu irmão António era casado com a filha única, «legitimada» e herdeira de António Machado Soares Teixeira, um importante proprietário local e influente político. Alexandre Leite da Gama já tinha história neste ramo pois havia sido o proprietário duma fábrica de lacticínios «montada com todo o material moderno mais útil e conveniente no Vale das Furnas», em São Miguel, no fim da década de 1880. Vendo que esta não produzia com resultados suficientes em São Miguel Alexandre Leite da Gama passou então a São Jorge. Gabriel de ALMEIDA, *As Ilhas dos Açores*, Lisboa, Tip. Viúva Bertrand, 1889; Júlio Máximo PEREIRA, «Recordações dos Açores», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 12ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 29.

57 Apesar de uma outra experiência anterior esta parece-nos ser a primeira fábrica de lacticínios digna desse nome que se instalou em São Jorge. Cf. J. C. da S. AVELAR, op. cit., p. 135.

outros estabelecimentos.

No início do século seguinte, os dois pioneiros haviam desfeito a sociedade e enquanto José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior mantinha a fábrica da Beira, Alexandre Leite da Gama Bettencourt havia fundado uma outra em Santo António. Existindo nestes mesmos anos, referências a outras fábricas de manteiga na Beira, em Santo Amaro e nas Manadas⁵⁸.

De qualquer modo, na década de 1890, a indústria dos laticínios estava ainda numa fase de arranque, e apesar do seu desenvolvimento não teria ainda colmatado a brecha aberta na economia local pela perda da vinha e pela quebra nos incertos cereais. Será nas primeiras três décadas do século seguinte que podemos falar de uma efectiva especialização produtiva da ilha nos produtos pecuários e nos laticínios. Contudo, a produção sofrerá com oscilações frequentes dos mercados e problemas vários relacionados com um certo atraso nas técnicas pecuárias.

Se os produtos açorianos foram-se impondo no mercado lisboeta, certo é que a produção estrangeira continuou importante num segmento de mercado de maiores rendimentos, onde os queijos mais tradicionais deviam ser postos de parte face aos produtos mais standardizados das agriculturas do norte da Europa

Os queijos açorianos eram elaborados por pequenas unidades artesanais faltando-lhes um tipo regional claro que pudesse garantir homogeneidade, rentabilidade e competitividade nos mercados urbanos. Somente em São Jorge é que se registou um esforço de homogeneização do tipo dos queijos, que se foi acentuando à medida que se instalavam fábricas sempre um pouco mais modernas, mas que não abandonavam o figurino da pequena unidade, a produzir sazonalmente, com poucos trabalhadores e uma tecnologia nem sempre muito desenvolvida.

O queijo de São Jorge, foi-se standardizando num tipo próprio que as tantas era produzido em várias das ilhas do arquipélago, tomando sobre a mesma denominação produtos com características organolépticas diferentes. A exportação manteve-se sempre o principal destino da produção insular, cujo mercado interno era coberto em grande medida pela produção camponesa. Mesmo pensando no escasso segmento de mercado urbano do arquipélago, este deveria ser abastecido, em boa parte pelos sistemas tradicionais de distribuição.

A crise agrícola que se faz sentir no distrito de Angra durante as décadas finais do século XIX, com a quebra de preços dos cereais e o desaparecimento da exportação da laranja, levou a uma nova orientação da produção. A especialização pecuária e leiteira acentuou-se, ao mesmo tempo que a cultura do trigo se via cada vez mais circunscrita, lutando com crescentes dificuldades de colocação nos mercados tradicionais e sem que no horizonte surgisse um qualquer outro

58 José Cândido da Silveira AVELAR, op. cit, p. 133-135.

alternativo.

A orientação leiteira da economia do distrito deve ser enquadrada como uma tentativa para concorrer e abastecer o grande mercado urbano de Lisboa. Mas as dificuldades de escoamento dos produtos, o elevado preço dos transportes e por vezes a sua má confecção eram obstáculos fortes. De qualquer modo, a indústria dos laticínios manteve sempre um crescimento relativamente sustentado, apenas abalado por crises conjunturais.

Mesmo o desenvolvimento pecuário das áreas dos arredores de Lisboa não conseguiu colocar grandes problemas à produção açoriana que mercê dos baixos preços e das vantagens comparativas em termos de produção era capaz de concorrer com a produção continental.

Como forma de aumentar a produção leiteira era já proposto o cultivo intensivo de forragens e em vez de um regime de pastagem inteiramente livre, um regime misto com estabulação no inverno e suplemento alimentar de forragens.

O alargamento desta indústria valorizou bastante os prédios de pastagem, beneficiando quem os possuía, aumentou o preço do leite e o do queijo, mesmo o produzido artesanalmente, que continuava a ser fabricado por muitas famílias camponesas, principalmente nas povoações da costa norte.

No entanto, em 1933, já depois de algumas décadas de incremento da pecuária e dos laticínios, as pastagens continuavam a só permitir que as fábricas de laticínios laborassem oito meses por ano⁵⁹. Nos outros quatro em que a pastagem se torna pouco produtiva, alimentava-se o gado parcamente, muitas vezes à custa das terras de lavoura, ou levando-se os animais para as *rochas* e fajãs da ilha onde permaneciam algum tempo com uma dieta alimentar bastante mais fraca, na qual o incenseiro tinha um papel decisivo.

59 *Relatório da Visita do Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma de Angra do Heroísmo às Ilhas de São Jorge e Graciosa, 20 de Setembro de 1933*, Angra do Heroísmo, Tip. do Governo Civil, 1933, p. 13.

O QUEIJO DE SÃO JORGE: DA INDUSTRIALIZAÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO – SÉCS. XX E XXI

JOÃO PEDROSO ALMADA*

1. A ILHA DE SÃO JORGE

1.1. Caracterização geográfica

A Ilha de São Jorge está localizada no meio das ilhas que formam o Grupo Central do Arquipélago dos Açores, apresentando uma configuração longilínea que ocupa uma superfície de 245,76 km², que corresponde a 10,5% da área total do arquipélago. O seu comprimento é de 55 km e a sua largura máxima de 7,5 km.

A sua formação registou-se por três fases, confirmada pelos complexos vulcânicos da Serra do Topo (o mais antigo), dos Rosais e das Manadas, separados pela falha tectónica da Ribeira Seca, com orientação NNW. É uma ilha muito acidentada, sendo 30,1% abaixo de 300 metros, 66,2% entre os 300 e os 800 metros (a maior extensão) e os restantes 3,7% acima dos 800 metros, tendo como ponto mais elevado o Pico da Esperança, com 1 053 metros de altitude, o terceiro lugar nos mais altos dos Açores.

O clima de São Jorge resulta da influência do Anticiclone dos Açores, conjugada com os factores fisiológicos locais, a cobertura e natureza do solo e a proximidade do mar. As variações durante o ano oscilam entre 10,1° C em Fevereiro (mínima) e 25° C em Agosto (máxima). A pluviosidade é mais elevada na costa Norte do que na costa Sul e aumenta nas zonas mais elevadas, pelo que se pode classificar como um clima húmido.

Devido ao acidentado do terreno e à pluviosidade, a ilha possui muitas ri-

* Presidente da Casa do Povo da Calheta, São Jorge, Açores.

beiras, umas de carácter permanente (Complexo da Serra do Topo) e outras de carácter ocasional. Tem, também, inúmeras nascentes de água por toda a ilha.

Administrativamente, está dividida em dois municípios, o concelho da Calheta (S. Jorge) com uma superfície de 126,68 km², dividido por cinco freguesias e o Concelho das Velas formado por seis freguesias e com uma área de 119,08 km².

CONCELHO DA CALHETA (S. JORGE)

Freguesia	Área (km ²)
Calheta	18,98
Norte Pequeno	11,59
Ribeira Seca	53,18
Santo Antão	33,41
Topo	9,35
(Ilhéus)	0,17

CONCELHO DAS VELAS

Freguesia	Área (km ²)
Manadas	12,50
Norte Grande	32,06
Rosais	24,44
Santo Amaro	21,33
Urzelina	13,67
Velas	15,18

Fonte: CONTRIBUTO PARA O ORDENAMENTO
TERRITORIAL DA ILHA DE S. JORGE,
DREPA 1986/7

1 Sobre a organização administrativa da ilha no século XIX, face ao concelho do Topo, consulte-se ao estudo de Paulo Silveira e SOUSA, “A reforma da divisão territorial e o processo de extinção do concelho do Topo (1832-1870): as relações entre o local e o nacional” in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp. 611-634.

Segundo se crê o povoamento de São Jorge ocorreu cerca de 1450 com gente da Terceira, depois com a vinda do flamengo Willelm van der Haagen, (Guilherme da Silveira) e de outros homens da Flandres e finalmente por gentes do Portugal Continental, que trouxeram consigo escravos, mouros e negros. Depois estes últimos cruzaram-se com a população que já se encontrava na Ilha².

Em termos demográficos registou-se uma evolução progressiva até 1878, atingindo 18.307 habitantes³. Depois começou a decrescer até 1920, altura em que volta novamente a crescer até 1950. Desta data até 2011, ano do último senso, tem decrescido constantemente, encontrando-se em 9.171 habitantes, sendo 3.773 no concelho da Calheta (S. Jorge) e 5.398 no concelho de Velas.

1.2. As pastagens

Os primeiros povoadores quando chegaram à Ilha de S. Jorge, encontraram-na coberta por densa floresta, que lentamente foram desbravando. Esta tarefa foi muito difícil e levou vários anos a realizar. Dos desembarcados, uns poucos traziam cartas de dadas com terrenos demarcados, do que resultou grandes propriedades conhecidas por “arrendamentos”. Alguns destes senhorios “eram grandes proprietários fundiários cujos bens se dispersavam por outras ilhas ou mesmo pelo continente português e os seus interesses económicos e sociais mais importantes não se confinavam a S. Jorge.”⁴

O desenvolvimento da pecuária e da indústria dos lacticínios esteve condicionado à exploração da terra, que foi diversa e ocupou espaços que variaram no tempo consoante a rentabilidade e a legislação em vigor⁵. A este respeito sabemos que “em tempos idos, leis especiais que então regeram a exploração das terras,

2 Para a história da ilha de S. Jorge, aconselha-se o recente estudo de Avelino Freitas de ME-NESES *A ilha de São Jorge: uma síntese histórica*. Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013. Há ainda que referir os textos que integram a publicação do Inventário do Património Imóvel de S. Jorge, quer referente às Velas, quer à Calheta (cf. *Inventário do Património Imóvel de S. Jorge. Concelho de Velas*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2013; e *Inventário do Património Imóvel de S. Jorge. Concelho de Calheta*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2013).

3 Sobre a evolução demográfica de S. Jorge, com particular incidência sobre o século XIX, vejam-se, entre todos, os estudos de Paulo Teodoro MATOS nomeadamente “Gentes da Ilha de São Jorge nos Anos de 1825-1827” in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores- Ciências Sociais*, nº 9-10, Ponta Delgada, 1996, pp. 177-216; e “A População da Ilha de São Jorge na Última Década de Setecentos: Estrutura e Comportamentos” in *O Faial e a Periferia Açoriana Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 551-582.

4 António dos Santos PEREIRA, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) – Contribuição para o seu Estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores 1987: 154.

5 Para a exploração da propriedade jorgense, mas na óptica cerealífera, veja-se a análise de Paulo Silveira e SOUSA, “Produção e consumo de cereais na Ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX” in *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, Vol. 53 (2008), pp. 175-192

as *sesmarias*, o *colonato*, a *enfiteuse* e outras leis económicas de carácter local, algumas de feição transitória, deveriam ter influído por certo no grau do seu aparcerimento e da sua expansibilidade”.⁶

Actualmente, a propriedade está muito dividida por muros de pedra e sebes vivas e pertence a muitos proprietários. No início do povoamento as terras encontravam-se abertas e só começaram a ser divididas quando foram partidas entre os povoadores com cartas de dadas e depois para as separar conforme se destinavam a culturas ou a pastagens. Desde então, deve-se ter “verificado a necessidade de balizar as terras destinadas preferencialmente, porque mais adaptadas, às pastagens e as leivas propícias ao cultivo do trigo e da vinha. Assim, os gados, sobretudo caprino e ovino, foram empurrados para as partes mais altas, os escalvados, onde podiam pastar livremente porquanto nunca tinham sido atribuídas e permaneciam baldias, resguardando-se ao mesmo tempo as zonas de cultura”.⁷

Hoje usam cercas eléctricas para condicionar o pastoreio dentro de um determinado espaço da propriedade. Na roça das plantas daninhas da pastagem eram usadas foices e gadanhas, actualmente usam-se roçadeiras motorizadas e tractores.

Após o período inicial e devido às excelentes condições edafo-climáticas da ilha formaram-se prados naturais com uma cobertura de ervas que fizeram dela uma zona privilegiada de pastagem de alta qualidade.

Hoje algumas das espécies florísticas que cobriam as pastagens desapareceram devido à sua incompatibilidade com a composição e quantidade de alguns tipos de fertilizantes utilizados, ao pastoreio excessivo e aos trabalhos de melhoria de pastagens com introdução de outras espécies consideradas mais próprias para uma maior produção de leite.

As pastagens de São Jorge ocupam cerca de três quartos da sua superfície total e encontram-se classificadas em três categorias: melhoradas, naturais e baldios. Destas, vinte por cento são de baixa altitude e oitenta por cento de média/alta altitude, que se encontram em condições topográficas diversas, chegando a atingir cinquenta por cento de declive.

Consoante a sua situação em relação à altitude, as pastagens da ilha estão divididas em três zonas: de baixa, média e alta altitude. Na zona de baixa altitude encontram-se algumas pastagens permanentes com coberto herbífero composto, predominantemente, por azevém-aveia (*Bromus willdenovii* Kunth) e azevém (*Lolium perene* L.) Nesta zona são produzidas ainda algumas culturas para fins forrageiros, tais como a cevada (*Hordeum vulgare* L.), a aveia (*Avena sativa* L.),

6 José Cunha da SILVEIRA, “A Indústria dos Lacticínios nos Açores – A sua Evolução – A sua Feição Actual – O seu Ressurgimento”, in *Boletim Argos*, Lisboa, 1927, p. 5.

7 António dos Santos PEREIRA, *op. cit.*, pp. 153-154.

o tremçoço (*Lupinus albus* L.), a fava (*vicia sativa* L.), a erva castelhana (*Lolium multiflorum* Lamb.) e o milho (*Zea mays*), este último destinado à ensilagem. O coberto herbífero das pastagens da zona de média altitude é composto pelas gramíneas azevém-aveia (*Bromus willdenovii* Kunth) e azevém (*Lolium perene* L.) e pelas leguminosas trevo amarelo (*Lótus corniculatus*), *Lótus uliginosus* e *Trifolium arvense*, bem como outras espécies. Nas pastagens da zona de alta altitude predomina a gramínea *Holcus lanatus* e as leguminosas trevo branco (*Trifolium repense* L.), *Lótus uliginosus* e *Trifolium campestre*.

Num passado não muito longínquo, na época do Inverno, as vacas leiteiras eram trazidas para as terras de sementeira do milho, onde tinha sido semeada erva castelhana ou trevo de flor vermelha, e para as pastagens de baixa altitude, onde deixavam crescer a erva e eram “postas à corda”, isto é, amarradas por um dos membros com correntes presas a estacas metidas no solo, a fim de irem comendo só à medida que era mudada a estaca. Actualmente os pecuaristas, no outono, deixam crescer a erva nas pastagens melhoradas, cortam-na e ensilam-na para alimentar o gado no inverno em lugares mais baixos e abrigados, geralmente próximo das vias rodoviárias.

Na melhoria das pastagens de baixa e média altitude, ocorrida na última metade do século XX, foram introduzidas novas espécies de ervas, que resultou num excesso de erva mas também num aumento do efectivo bovino. Este aumento teve como reflexo que a produção de leite tivesse crescido a uma taxa superior à média da região, ultrapassando as quotas estabelecidas pela União Europeia.

Os arrendamentos são feitos por um determinado número de canadas⁸ de leite convertidas em dinheiro, consoante a liquidação do queijo. As rendas são pagas anualmente, mas com cerca de um ano de atraso.

1.3. Os gados

A introdução de gados na ilha ocorreu por ocasião da descoberta e a mandado do Infante D. Henrique. Não sabemos, contudo, que espécies de gados, mas tendo em conta o ocorrido noutras ilhas, terão sido cabras, ovelhas e porcos e mais tarde, quando do povoamento, animais bovinos e outros.

O povoamento da ilha iniciou-se pelas Velas por volta do ano de 1460 e depois estendeu-se em direcção a Rosais. No final de quinhentos expandiu-se para norte. Entretanto outros núcleos tinham-se desenvolvido no Topo e na Calheta e o povoamento alargou-se a toda ilha. Os lacticínios acompanharam o povoamento e, já no século XVI, Gaspar Frutuoso afirmava: “Há nela muito gado vacum, ovelhum e cabrum, do leite do qual se fazem muitos queijos em todo o ano, que dizem ser

8 A canada é uma medida, que em S. Jorge corresponde a 2,4 litros.

os melhores de todas as ilhas dos Açores, por causa dos pastos, e, entre todos, os queijos das ovelhas são melhores, por o leite ser muito grosso e substancial.”⁹

Supomos que as vacas que existiam na ilha no final do século XVI, fossem da mesma raça das que existiam em Santa Maria na mesma época, as quais produziam “entre duas a quatro canadas de leite (4 a 8 litros) durante o período de maior fertilidade”¹⁰.

Com o passar dos anos, à medida que o número de ovelhas e cabras diminuía, o número de vacas aumentava, como registam dados respeitantes a final do século XIX:

No anno de 1870, a comissão nomeada pelo governador civil em cumprimento do decreto de 22 de junho d’esse anno, para examinar o resultado das operações do recenseamento dos gados existentes no distrito d’Angra, concluiu no seu relatorio que o valor dos gados na ilha de S. Jorge, sem designação das diferentes espécies, subia a 82:973\$156 reis, sendo no concelho das Velas 46:548\$786 reis e no da Calheta 36:424\$370 reis.

*O gado bovino, no concelho das Velas, era representado por 2:949 cabeças no valor de 34:007\$310 reis e no da Calheta, por 1:695 cabeças em 27:582\$080 reis, ou 4:644 cabeças em toda a ilha, na importância de 61:589\$390 reis.*¹¹

O efectivo bovino registado em São Jorge, neste ano de 2013 é de vinte e quatro mil quatrocentas e oitenta e sete cabeças, distribuídas por oitocentas e noventa explorações., segundo estatísticas da Direcção Geral de Veterinária.

Desconhecemos que raças bovinas existiram na ilha inicialmente, mas sabemos que já no primeiro quartel do século XX se faziam cruzamentos daquelas com a raça Holstein e holandesa. Contudo, os cruzamentos só foram incrementados no final daquele século e substituído todo ou quase todo o efectivo bovino existente pela dita raça Holstein, grande produtora de leite, mas inadequada para as pastagens íngremes de S. Jorge, por serem animais de grande porte e também por consumirem grande quantidade de alimento.

Além das raças bovinas referidas existem outras destinadas à produção de leite e também carne.

9 Gaspar FRUTUOSO. *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005, p. 94.

10 João Marinho dos SANTOS. *Os Açores nos Sécs. XV e XVI*, Fontes para a História dos Açores, s.l., Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. I, s.d., p. 326.

11 José Candido da Silveira AVELLAR. *Ilha de S. Jorge (Açores) – Apontamentos para a sua História*, Horta, Typografia Minerva Insulana, 1902, pp. 134-135.

2. HISTÓRIA DO QUEIJO DE SÃO JORGE

2.1. Do povoamento às queijarias

Das nove ilhas dos Açores, foi a ilha de São Jorge a que primeiro iniciou o fabrico de queijo com maior intensidade e com fins comerciais. Enquanto as outras ilhas se dedicavam com maior entusiasmo às culturas da cana sacarina, da urzela, do pastel, dos cereais e da vinha, a Ilha de São Jorge, embora também tenha cultivado algumas das ditas espécies, dedicou-se, preferencialmente, aos lacticínios. Esta dedicação remonta aos primórdios do povoamento e passou por períodos de maior ou menor actividade relacionados com os altos e baixos de produção das ditas culturas na ilha.

Há quem sugira a hipótese desta actividade ter sido introduzida pelos flamengos que aqui se instalaram, porque nas terras donde provinham, se dedicavam à pecuária, entre outras actividades.

O fabrico de queijo, tipo caseiro, começou em casa de alguns pastores, que se associavam em grupos de dois ou três. Geralmente, queijo era fabricado na

*(...) casa de morada, na cozinha, na sala de entrada, às vezes nos pavimentos térreos, que se passavam todas as fases da vida do produto. Nas casas mais modestas o chão era tão sómente batido e atapetado por juncos. (...) Pelos cantos os montes de batatas, as sacas dos cereais, utensílios de lavoura e o mais que não encontrava guarida nas outras divisórias domésticas.*¹²

No início do século XIX, veio para a Vila das Velas o hamburguês Fernando Rachel, que se estabeleceu no sítio do Lournal, próximo da povoação do Toledo e procurou fabricar queijo de pasta dura, que se supõe ter sido o modelo de queijo, que depois se designou por *queijo da terra* e que veio a suceder aos queijos de pasta mole e semi-dura que se faziam nas casas dos pastores.

Na primeira metade do século XX, outras experiências foram realizadas pelo micaelense Alexandre Leite que (...) *se associou com o sr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior, distinto agrónomo, e montaram no lugar da Beira, uma fábrica de queijo e manteiga, sob a direcção d'um inglez que para esse fim contrataram(...)* Aquelles cavalheiros dissolvendo a sociedade, cada um exercem a dita industria em nome individual, merecendo especial menção o bom e óptimo queijo da fabrica do sr. Alexandre Leite, no logar de Santo António.¹³

12 José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*, pp. 11-12.

13 José Candido da Silveira AVELLAR, *op. cit.*, p. 135.

Entretanto, outras fábricas foram instaladas em edifícios próprios ou adaptados, registando-se no início do século XX, uma grande proliferação destas e das queijarias por toda a Ilha. Muitas tiveram curta duração enquanto outras perduraram no tempo pela estabilidade da qualidade dos seus produtos, pelas suas instalações e equipamento e pelos seus queijeiros.

Na ilha de Sam Jorge existem 37 fabricas pròpriamente ditas
48 queijarias ou casas de pastores, assim distribuidas :

CONCELHO DAS VELAS		
Freguesias	Fabricas	Queijarias
Beira	5	—
Rosais	1	2
Santo Amaro	5	—
Tolêdo	2	6
Urzelina	3	—
Manadas	4	8
Norte Grande	2	12
Santo Antonio	4	8
Ribeira d'Areia	2	1
Total	28	37

CONCELHO DA CALHETA		
Freguesias	Fabricas	Queijarias
Biscoitos	3	2
Loural e Fajã dos Vimes	2	4
Santo Antão	3	4
Sam Tomé	1	2
Total	9	11

Fonte: José Cunha da SILVEIRA, op. cit.

As queijarias, por falta de condições e pelo aparecimento das fábricas de lacticínios, foram acabando na primeira metade do século XX, vindo a acontecer o mesmo às fábricas na segunda metade do mesmo século, devido à forte concorrência das cooperativas no campo da rentabilidade comercial, com exceção da empresa Lacticínios de São Jorge, Lda., que encerrou mais tarde.

2.2. Das cooperativas à União das Cooperativas

Os exemplos de associativismo espontâneo (troca de serviços, desfolhadas, culturas a meias e permutas várias) que já existiam entre os agricultores jorgenses e da sua vontade e necessidade de se libertarem da dependência dos industriais de lacticínios que impunham os preços que lhes convinham, contribuiu para a fácil aceitação do cooperativismo, tornando-os pioneiros neste campo.

A 15 de Julho do ano de 1927 é fundada no lugar da Beira, na freguesia das Velas, com a designação de Cooperativa de Leitaria da Beira, sendo a primeira em Portugal, seguida alguns anos depois (1931) pela Cooperativa Agrícola das Manadas.

No ano de 1944 existiam já as seguintes cooperativas: Cooperativa de Leitaria da Beira, Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Rosais, Cooperativa de Leitaria das Manadas, Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Pequeno, Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais e Cooperativa Agrícola do Topo. Depois do ano de 1945, foram fundadas mais as seguintes: Cooperativa Agrícola de Santo Amaro, Cooperativa Agrícola Leitaria de Santo António, Cooperativa Agrícola do Norte Grande, Cooperativa Agrícola da Urzelina e Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Biscoitos. De todas as cooperativas fundadas, extinguiram-se duas: a Cooperativa Agrícola da Urzelina e a Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Biscoitos.

A situação das Cooperativas de Lacticínios de São Jorge no ano de 1956 era a seguinte:

Cooperativas	Natureza	Local	Concelho
Coop. Agrícola de Lacticínios dos Rosais	Fábrica	Rosais	Velas
Cooperativa Leitaria da Beira	“	Beira	“
Coop. Agrícola Leitaria de Sto. António	“	Santo António	“
Coop. Agrícola do Norte Grande	“	Norte Grande	“
Coop. Agrícola de Santo Amaro	“	Santo Amaro	“
Coop. Agrícola da Urzelina	“	Ribeira do Nabo	“
Coop. Leitaria das Manadas	“	Manadas	“
“ “ “ “	Posto	Biscoitos	Calheta
Coop. Agrícola de Lact. do Norte Pequeno	Fábrica	Norte Pequeno	“
Coop. Agrícola de Lacticínios dos Lourais	“	Serra do Topo	“
“ “ “ “ “	“	Loural 2.º	“
“ “ “ “ “	Posto	Fajã da Caldeira	“
“ “ “ “ “	“	Portal	“
“ “ “ “ “	“	Fajã Redonda	“
Cooperativa Agrícola do Topo	Fábrica	Lameiros	“
“ “ “ “	“	Santo Antão	“
“ “ “ “	Posto	Barreiro	“
“ “ “ “	“	Entre Ribeiras	“

Fonte: Raul Viegas, *Algumas Notas sobre as Cooperativas de Lacticínios de São Jorge*, 1956.

Em data que não conseguimos apurar, as Cooperativas de S. Jorge constituíram uma Federação, que pretendia construir uma fábrica para o fabrico de queijo e manteiga. Em meados do ano 1956 foi nomeada uma nova direcção para a referida Federação e reconduzido no cargo de presidente o Dr. Nicolau Nunes, também presidente da Cooperativa de Leitaria da Beira. Tentou-se vender ou arrendar o edifício da dita Cooperativa para a referida fábrica, mas o negócio não foi aceite por ninguém da direcção face ao preço exorbitante pedido. Assim, o Dr. Nicolau Nunes descurou o assunto da fábrica e a Federação funcionou até 1978 apenas “como ‘fórum’ de defesa em ‘batalhas’ comuns e como pressão junto das autoridades na busca de soluções para problemas pontuais; nesta União defendeu-se a construção de uma Central de Cura e Acabamento, junto à Urzelina, na Transversal.”¹⁴

Naquele ano foi elaborado e apresentado o estudo para a referida Central de Cura e Acabamento do Queijo S. Jorge, pelo Dr. José Leal Armas (Médico Veterinário), a qual, anos depois, veio a ser englobada nas instalações da entidade que resultou do acto que abaixo se relata:

*No dia 14 de Outubro de 1986, no Cartório Notarial de Velas, procedeu-se à assinatura da escritura pública de constituição da União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, UCRL, sendo intervenientes os representantes legais das seis Cooperativas Agrícolas que, dias antes, em Assembleias Gerais, deliberaram uma das decisões mais importantes deste fim de século para o desenvolvimento económico-social da Ilha de S. Jorge: a constituição da sua União de Cooperativas.*¹⁵

A UNIQUEIJO - União das Cooperativas Agrícolas de São Jorge, U.C.R.L. inaugurou a sua sede social e complexo fabril no lugar da Beira, freguesia e concelho de Velas, no ano de 1991, que está equipada com sala de recepção e tratamento de queijo, câmaras de cura e de conservação, fábricas de manteiga e de leite do dia e salas de embalagem e expedição.

Inicialmente, só aderiram à Uniqueijo a Cooperativa de Leitaria da Beira, a Cooperativa de Leitaria das Manadas, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Pequeno, a Cooperativa Agrícola de Santo Amaro, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Grande e a Cooperativa Agrícola de Leitaria de Santo

14 AA.VV. “Dossier Açores - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, UCRL.”, in *Via Láctea - Revista de Lacticínios* 9, Julho de 1996, p. 28.

15 *Ibidem*.

António. As que ficaram de fora aderiram mais tarde, sendo a Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais a última a aderir.

Quase todas as cooperativas fizeram obras de beneficiação nas suas instalações ou construíram edifícios novos (Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, Cooperativa Agrícola do Topo, Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Rosais e recentemente a Cooperativa de Leitaria da Beira).

Nos últimos anos, algumas das ditas cooperativas acabaram ou deixaram de laborar, encontrando-se a funcionar atalmente apenas as fábricas das Cooperativas da Beira, Lourais e Topo.

3. PROCESSOS DE FABRICAÇÃO – Evolução e técnicas

3.1. As técnicas artesanais

Para se obter queijo é necessário proceder a duas operações: obter o leite (mungidura e transporte para o local do fabrico) e transformá-lo em queijo. Esta última operação inclui, geralmente quatro fases:

- a *coagulação*: modificações físico-químicas das micelas de caseína sob a acção de enzimas proteolíticas e/ou do ácido láctico, conduzindo à formação de uma rede proteica chamada “*coágulo*” ou “*gele*”;
- o *escoamento*: separação do soro lácteo, após ruptura mecânica do coágulo, por moldação (enformagem) ou, em certos casos, por espremedura; conduz à obtenção da “*coalhada*”;
- a *salga*: incorporação de sal por depósito à superfície ou na massa, ou imersão em salmoura;
- a *afinação (cura)*: transformações bioquímicas dos constituintes da coalhada sob a acção de enzimas, a maior parte de origem microbiana.

Consoante os parâmetros tecnológicos operando ao nível destas quatro fases, pode obter-se uma grande variedade de queijos.¹⁶

Para se obter o leite fazem-se duas mungiduras, uma de manhã e outra à tarde, durante o período de maior produção. No passado houve lugares que faziam apenas uma mungidura. A ordenha era feita para baldes de madeira de cedro, designados por *tarros* e o transporte feito em cabaças e barris de madeira, às costas ou no dorso de animais (asininos, muares ou cavalos). Chegado à queijaria era medido e coado

¹⁶ André ECK. *O Queijo*, Euroagro, Mem Martins, Francisco Lyon de Castro, 1990, vol. I, p. 340.

através de um pano de estopa para grandes celhas de madeira ou alguidares de barro, que estavam alinhados ao longo das paredes da divisão da casa onde se procedia à operação de fabrico. Após o leite repousar cerca de catorze horas procedia-se à desnatação natural por afloramento. Esta tarefa consistia em retirar a nata acumulada na superfície do leite com uma tijela de barro vidrado. As natas assim obtidas eram guardadas durante alguns dias e depois batidas para se obter a manteiga.

Depois da operação da desnatação era adicionada ao leite uma colher de sopa de coalheira¹⁷ por cada dez canadas. Esta adição era feita a frio. A formação da coalhada demorava mais ou menos tempo e não era dividida mas amassada nas celhas ou alguidares, fazendo-se escorrer o soro (almece) lentamente. A coalhada depois de trabalhada e enxuta era deitada nos cinchos de madeira, colocados nas francelas¹⁸, à volta das quais duas mulheres procuravam com as palmas das mãos, fazendo pressão, retirar algum almece que ainda restasse na massa. À medida que a coalhada descia dentro dos cinchos, eram estes atestados, depois desmontados e a massa novamente espremida, juntando-se cerca de um litro de sal por cada queijo de sete quilogramas. Seguidamente, o queijo era envolvido num pano e colocado dentro do cincho novamente e submetido a pressão debaixo de uma tábua com uma pedra de cerca de quinze a vinte quilos, em cima. Ficava assim por espaço de quatro dias sobre a francela, sendo polvilhado de sal todos os dias. Após a prensagem era lavado, friccionado ligeiramente com uma pedra-pomes e *faciado*¹⁹. Estas operações repetem-se durante oito dias, apertando os cinchos. Quando os queijos adquirem consistência retiram-se dos cinchos e põem-se a *curar*. A cura prolongava-se pelo período de um a dois meses, sendo mais no inverno e menos no verão, virando-os diariamente. Terminada a cura o queijo era raspado, untado com manteiga para lhe fazer a *flor* e ficava pronto a ser exportado.

Nos tempos mais recuados, S. Jorge produziu queijo de pasta mole, o qual era fabricado de leite completo, mas com o passar do tempo diminuiu e acabou por se destinar apenas ao consumo local. A maneira de o fazer era um pouco diferente. Logo após a recepção, era o leite posto a coalhar, usando o mesmo tipo de coagulante do queijo de pasta dura, mas em menor quantidade. Coalhado o leite as queijeiras cortavam pedaços suficientes de coalhada para um queijo e apertavam-nos nas mãos e depois colocavam-nos dentro dos cinchos, que ficavam na francela até ao dia seguinte a escorrer parte do soro. Procedia-se, então, à salga

17 Produto formado por um estômago de vitelo, um punhado de sal comum, 6 dl de vinagre e duas canadas de leite.

18 Tabuleiro de madeira com ou sem pernas, em plano inclinado, de formato rectangular à excepção de uma extremidade que se apresente afunilada e com um rebordo aberto e serve para colocar os queijos enformados a escoar algum soro que aqueles ainda contenham.

19 O faciamento consistia em espremer as paredes exteriores do queijo, esfregando-as em seguida com coalhada fresca, apertando amiúde o pano que o envolve.

externa e logo que atingisse consistência retirava-se do cincho e emergia-se num banho de salmoura. Após o banho era enchuto e envolvido num pano e posto a curar pelo período de quinze dias, após os quais estava pronto.

Como não havia espaços próprios para a cura, faziam-na nos locais mais inverosímeis.

Cura, maturação e seca não eram feitas geralmente em compartimentos especiais apropriados a tais fins. Os queijeiros tinham por costume colocá-los em tábuas suspensas dos tirantes das casas de fabrico ou da própria habitação, um pouco por toda a parte, na cozinha nos quartos de dormir, na casa de entrada etc.²⁰

O sal empregado nas queijarias era muito grosso e tinha de ser moído nas atafonas com as mós levantadas. Também se dizia-se que os ventos que sopravam durante o fabrico influenciavam o maior ou menor rendimento do leite em coalhada e as tarefas eram mais ou menos fáceis de executar, sendo os do quadrante norte e leste os melhores.

O peso do queijo variava consoante o gosto do comprador, não ultrapassando os quinze quilos.

Na escrituração eram usados meios e métodos originais, como o que se exemplifica a seguir

Os livros sempre abertos, sempre patentes aos olhos dos interessados, eram formados pelos *frontais* ou seja pelas divisórias interiores das casas onde se exercia o fabrico. Empregava-se o giz nessas divisórias de madeira não pintada. Os seguintes sinais, verdadeiros hieroglifos, simples ou agrupados, preenchiam o fim em vista.

Canadas	{	1	1.25	1.50	2	10	50	100	1000
de			'	"		○	⊖	⊕	⊗
leite	}								

Diz a tradição, em Sam Jorge e no Pico, nas duas ilhas onde a indústria conta maior número de anos de existência, que nunca se produzia enganos em tal notação, nos movimentos fabrís. Não haviam contas de sacco, embora fôsse desconhecido o sistema da escrituração por partidas dobradas!

Fonte: José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*, p.

20 José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*, p. 10.

3.2. A industrialização

A indústria de lacticínios é a mais antiga da ilha de S. Jorge. Começou em casa dos pastores, passou pelas queijarias, depois pelas pequenas fábricas e chegou finalmente às cooperativas. O carácter industrial surgiu quando as fábricas se instalaram em edifícios próprios equipados com utensílios adequados e alargou-se à medida que foram introduzidas novas técnicas e adquiridos equipamentos modernos.

A ordenha manual, que foi feita até à segunda metade do século XX, foi substituída pela ordenha mecânica.

No transporte do leite usavam-se cabaças e barris de madeira, que foram substituídos por latas de folha de Flandres na década de vinte do século passado, que por sua vez foram substituídas por bilhas de alumínio, na década de setenta, que actualmente já vão sendo substituídas por pequenos tanques em aço inox. O transporte, que era feito às costas ou em animais, passou, com a construção dos caminhos agrícolas nos anos setenta do século XX, a ser feito, quase exclusivamente, em veículos motorizados.

Nas fábricas o leite entrado é ainda coado e medido em depósitos de ferro estanhado munidos de réguas graduadas ou em equipamentos electrónicos, que “limpam” e medem aquele. No início do século XX não se fazia a selecção do leite, mas este podia ser examinado com o lacto-densímetro e com o cremómetro. Hoje, à entrada das fábricas, são feitos vários tipos de análises pelas próprias cooperativas e pelo Estado, para determinar a sua qualidade e evitar adulterações. A qualidade é depois classificada dentro dos parâmetros de composição e higio-sanitários para efeito de pagamento.

A introdução da desnatadeira centrífuga manual foi um grande passo no incremento da industrialização dos lacticínios, bem como o aparecimento e emprego dos tanques rectangulares em folha de ferro estanhado, com paredes duplas de modo a permitir o aquecimento do leite em banho-maria.

Fizeram-se algumas tentativas para o fabrico de outros tipos de queijos, como o americano, o flamengo e o holandês (lanche) e introduziram-se algumas alterações no antigo queijo de S. Jorge. Estas alterações foram as seguintes:

(...) os leites em estado cru vão para os tanques antes do meio-dia, são aí aquecidos e sujeitos à acção dos coágulos [coalhos] líquidos ou em pó, todos de procedência estrangeira. Obtida a coalhada, dividem-na com o auxílio de instrumentos próprios que afectam formas muito diversas, quasi sempre formados por fios de latão ou lâminas d'aço, munidos de cabos de madeira [liras].

Nem sempre as mãos do operador cooperam no trabalho da coa-

*lhada. Fabricantes há, porém, que usam dividi-la com essa intervenção, sobretudo se a salga é feita no próprio tanque depois da separação do almece. Poucos usam fazer a salga por emersão em salmoura. Segue-se o encinchamento e a prensagem.*²¹

A salga também se fazia durante o acto de colocar a coalhada no cincho e, neste caso, eram deitados 3 gramas de sal por cada litro de leite, nos meses de abril e maio e 2,5 g/litro nos meses de junho a setembro. Esta diferença reside na razão do gado beber mais água nestes últimos meses. Actualmente, depois de se deitar o coalho no leite é também deitada uma determinada quantidade de soro do dia anterior (fermento) para ajudar à coagulação.

Os cinchos, que era de madeira, passaram a ser feitos em folha grossa de Flandres e são, actualmente, em alumínio.

Passou-se a usar prensas duplas de alavancas, em ferro forjado, tipo inglês ou com parafuso, tipo americano ou ainda imitações de fabrico local.

Com as fábricas começaram a surgir as primeiras câmaras de cura com algumas condições, como ventilação, iluminação, pavimento e paredes à prova de ratos e prateleiras móveis de fácil limpeza e desinfecção, mas só no final do século XX, chegaram às cooperativas e à sua UNIQUEIJO câmaras de cura climatizadas.

Os industriais de lacticínios, geralmente, efectuavam contratos verbais com os pastores para o fornecimento de leite durante a temporada fabril, que ia de março a outubro de cada ano. Ao longo do ano iam sendo feitos abonos e depois de terminada a temporada eram feitas as contas e pago o que estivesse em falta. As cooperativas seguiram esta praxe, com excepção do contrato. No final do século XX, algumas cooperativas passaram a atribuir um bónus mensal por cada canada de leite entregue e deixaram de fazer abonos. Para controlar e evitar divergências de contabilidade “quási todas as fábricas [entregavam] *cadernetas especiais* aos seus fornecedores para anotação diária dos créditos de cada um dele. Mensalmente [fazia-se] o confronto entre estes documentos e os livros *diários* das fábricas.”²²

Os queijos genuinamente jorgenses são conhecidos por queijo “ILHA” e queijo “S. JORGE”, conforme contém as características estabelecidas ou são certificados.

A qualidade do queijo São Jorge deve-se, além dos factores biológicos, à habilidade manual, ao amor profissional e ao esforço individual que muitas vezes resiste a trabalhos pouco remunerados ou gratuitos. Não podemos deixar de ho-

21 José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*, p. 17.

22 Idem, p. 18.

menagear aqui muitos queijeiros e gestores de cooperativas, bem como os Doutores Patrick Keating, Fernando Vieira de Sá, José Leal Armas e José de Matos, pelo contributo que deram para a melhoria da referida qualidade.

4. A COMERCIALIZAÇÃO

4.1. Os consignatários

Os lacticínios tiveram sempre grande importância na economia da ilha de S. Jorge. Já no século XVI se exportavam queijos para outras ilhas. A confirmá-lo temos que “do registo municipal consta que já em 1574 se fazia exportação de queijo para a Terceira, S. Miguel e Fayal.”²³

Por vezes, a exportação era de tal ordem que o abastecimento local ficava comprometido, levando as autoridades a tomar medidas de proibição de exportação e de condicionamento da venda do leite e do tamanho e preço dos queijos. Assim “a 2 de Julho [de 1796 os elementos da vereação da Câmara da Calheta] deliberaram [que] fossem notificados todos os criadores de vacas a que não fabricassem queijos de preço superior a 20 réis nem os vendessem a mercador para exportar, pena de 1\$000.”²⁴

Mais tarde, em sessão da Câmara da Calheta de 1 de maio de 1847 “foi proibida a exportação de queijos, e se determinou fossem intimados os pastores e criadores a fornecer diariamente ao público, nos lugares que lhe forem indicados, metade do leite de suas vacas, a 30 réis a canada.”²⁵

Até à segunda metade do século XX, a exportação de queijo fazia-se, para o mercado açoriano, em grades de régua de madeira para os de pasta dura e em caixas de madeira fechadas para os de pasta mole. Estas embalagens chegavam, por vezes, arrombadas ou machucadas e os queijos fendidos ou atacados pelos ratos, sofrendo depreciações. Actualmente a embalagem do queijo é feita em caixas de cartão e a exportação feita em contentores para os mercados dos Açores, Portugal Continental, Canadá, Estados Unidos da América e Europa.

A organização comercial passou por períodos difíceis. No início da primeira metade do século XX, os produtos eram

por via de regra, dirigidos às mãos de comissários ou consignatários, pessoalmente desconhecidos dos fabricantes. Frequentes vezes estes dividem por duas ou três casas a mesma marca; algumas vezes sa-

23 José Candido da Silveira AVELLAR, op. cit., p. 133.

24 Manuel de Azevedo da CUNHA. *Notas Históricas – Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, vol. II, p. 750.

25 Manuel de Azevedo da CUNHA, op. cit., p. 877.

*cam com a mercadoria a importância provável da respectiva liquidação. Assim, por suas próprias mãos são os próprios produtores que estabelecem a concorrência e a baixa de preços; e ainda fomentam essa mesma baixa forçando o seu representante a efectuar vendas afim de com o produto das liquidações poderem honrar os saques que recebem.*²⁶

O sistema comercial antigo manteve-se e em 7 de janeiro de 1956, Raul Viagas, da Unicol, em *Algumas Notas sobre as Cooperativas de Lacticínios da Ilha de San Jorge (Açores)*, escreveu, após uma visita que fez aquelas Cooperativas, o seguinte: “Tanto no mercado lisboeta da manteiga, como no mercado insular do queijo, as cooperativas estão em constante concorrência devido a cada uma ter o seu consignatário e por intermédio destes procurarem uma liquidação rápida dos seus produtos. Há épocas do ano em que se deslocam representantes das cooperativas de S. Jorge a Angra, [Horta e Ponta Delgada] onde deixam o queijo sem preço, o qual, no final, é liquidado de forma prejudicial para as cooperativas, lucrando apenas o retalhista ou armazenista terceirense [faialense e micaelense]”.

Ocorreram alguns casos de falta de pagamento por parte dos referidos consignatários, que acabaram nos tribunais e outros nunca chegaram a ser cobrados.

4.2. A Lactaçoeres

Atualmente a comercialização é feita pela LACTAÇORES – União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, CRL., com sede na freguesia dos Arrifes, concelho de Ponta Delgada, que agrupa a UNILEITE - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e Produtores de Leite da Ilha de S. Miguel, a UNIQUEIJO - União das Cooperativas de Lacticínios de S. Jorge e a CALF - Cooperativa Agrícola de Lacticínios da Ilha do Faial. Tem no continente português um moderno entreposto comercial localizado em Vila Franca de Xira. Actualmente é o terceiro grupo nacional a operar na área dos lacticínios.

As exportações de queijos aumentaram quase sempre e já no ano de 1881 estavam avaliadas em 23:178\$200 e, mais tarde, em 1900 em 40:328\$000.²⁷

Por algumas estatísticas do final do século XIX podemos constatar uma evolução irregular das exportações de manteiga e queijo.

26 José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*, p. 34.

27 José Candido da Silveira AVELLAR, *op. cit.*, p. 135.

Exportação de laticínios pelos diferentes portos da Ilha de Sam Jorge nos anos 1883-86

ANOS	MANTEIGA	QUEIJO
1883	13.692	101.045
1884	18.080	133.447
1885	13.613	122.328
1886	8.078	30.596
Totais	53.463	387.446

NOTA — As rubricas referentes a 1883 e 1886 englobam apenas seis meses, respectivamente de Julho a Dezembro e de Janeiro a Junho, de forma que as duas datas referidas, á falta de melhores dados estatísticos, completam um ano de exportação.

Fonte: José Candido da Silveira AVELLAR, *op. cit.*, p. 135

Continuando, a análise das estatísticas relativas ao período de 1922/1924, relativas apenas às exportações de queijo, verificamos que estas diminuíram bastante em relação ao período anteriormente analisado.

Sam Jorge

Anos	Quantidades
1922.....	78.524 quilogramas
1923.....	78.423 »
1924.....	92.134 »

Sam Jorge-Velas

Anos	Quantidades
1922.....	66.427 quilogramas
1923.....	67.480 »
1924.....	83.089 »

Sam Jorge-Calheta

Anos	Quantidades
1922.....	12.097 quilogramas
1923.....	10.943 »
1924.....	9.045 »

Fonte: José Cunha da SILVEIRA, *op. cit.*,

Comparando as exportações dos dois concelhos verificamos ainda que no das Velas o aumento foi progressivo, enquanto no da Calheta se registou um decréscimo regressivo.

Para fazer a comparação entre o passado e o presente, passamos a apresentar a exportação de queijo nos anos de 2003 a 2007, pelas Cooperativas da Ilha de São Jorge:

Anos	Quantidades
2003.....	2.116.865 quilogramas
2004.....	2.406.586 “
2005.....	2.332.939 “
2006.....	2.384.041 “
2007.....	2.399.031 “

Fontes: União das Cooperativas de Lacticínios de São Jorge, UCR e Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais.

4.3. A Região Demarcada

Para melhorar e defender a qualidade e genuinidade do queijo São Jorge e desenvolver as condições potenciais existentes, melhorando a vida da população da ilha, atendendo a sua quase dependência da produção leiteira, foi criada a Região Demarcada do Queijo São Jorge, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/86/A, de 9 de julho e concedido o Estatuto de Entidade Certificadora do Queijo São Jorge à UNIQUEIJO - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, U.C.R.L., por Despacho Normativo n.º 97/87, de 20 de maio. Por escritura pública de 1991 foi também criada a Confraria do Queijo São Jorge, que é a actual detentora do Estatuto de Entidade Certificadora.

5. CONCLUSÃO

O queijo faz parte do património cultural e económico de São Jorge e é um legado dos nossos antepassados que nos foi transmitido através de gerações e que precisa de ser defendido por todos, por isso esperamos com este modesto contributo ter ajudado a um melhor conhecimento da sua história.

O nosso trabalho é apenas um resumo, deixamos, para quem esteja melhor credenciado, a tarefa de escrever a sua história.

FONTES

Orais:

Dário Trajano Silva Almada, nascido a 6 de Outubro de 1973, Presidente da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Pequeno e da União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, UCRL., residente no lugar da Ribeira da Areia, freguesia do Norte Grande, concelho de Velas

Leocádia Cota Vieira, queijeira, nascida a 21 de Julho de 1939, residente no lugar da Ribeira da Areia, dita freguesia do Norte Grande

José Gabriel Gomes da Silveira Gonçalves, nascido a 29 de Março de 1958, Presidente da Direcção da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, residente na Vila da Calheta, Concelho da Calheta (S. Jorge).

Bibliográficas:

AAVV, “Dossier Açores - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, UCRL.”, in *Via Láctea – Revista de Lacticínios* 9, Julho de 1996.

AAVV, *Velas – Município*, 1.^a ed., Ponta Delgada, Publiçor – Publicações & Publicações, Lda., s.d.

AAVV, *Inventário do Património Imóvel de S. Jorge. Concelho de Velas*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2013.

AAVV, *Inventário do Património Imóvel de S. Jorge. Concelho de Calheta*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2013.

AVELLAR, José Candido da Silveira, *Ilha de S. Jorge (Açores) – Apontamentos para a sua História*, Horta, 1902.

CHAGAS, Diogo, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 2.^a ed., s.l., Presidência do Governo Regional dos Açores – Direcção Regional da Cultura – Universidade dos Açores – Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2007.

CUNHA, Manuel de Azevedo da, *Notas Históricas – Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, vol. II.

ECK, André, *O Queijo*, Euroagro, Mem Martins, Francisco Lyon de Castro, 1990, vol. I – II.

FARIA, Fernanda Manuela Machado, *Caracterização do Fabrico e Estudo da Flora Microbiológica do Queijo São Jorge*, Angra do Heroísmo, 1995.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005.

MATOS, Paulo Teodoro, “Gentes da Ilha de São Jorge nos Anos de 1825-1827” in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores- Ciências Sociais*, nº 9-10, Ponta Delgada, 1996, pp. 177-216.

MATOS, Paulo Teodoro, “A População da Ilha de São Jorge na Última Década de Setecentos: Estrutura e Comportamentos” in *O Faial e a Periferia Açoriana Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 551-582.

MENESES, Avelino Freitas de, *A ilha de São Jorge: uma síntese histórica*. Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013.

PEREIRA, António dos Santos, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) – Contribuição para o seu Estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 1987.

SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos Sécs. XV e XVI*, Fontes para a História dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, vol. I e II.

SILVEIRA, José Cunha da, *A Indústria dos Lacticínios nos Açores – A sua Evolução – “A sua Feição Actual – O seu Ressurgimento”*, in *Separata do Boletim Argos*, Lisboa, 1927.

SOUSA, Paulo Silveira e “Produção e consumo de cereais na Ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX” in *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, Vol. 53 (2008), pp. 175-192.

SOUSA, Paulo Silveira e “A reforma da divisão territorial e o processo de extinção do concelho do Topo (1832-1870): as relações entre o local e o nacional” in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp. 611-634.

ao espaço primeiro da sua existência terá sido de algum modo imprecisa, como se no caso o brilho do percurso e a grandeza da obra se houvessem imposto por oposição a circunstâncias adversas, graças ao denôdo com que aos fortes é dado enfrentar a adversidade, ao génio do homem que soube converter a ausência de condições em estímulo, em suplementar força para a superar.

Terá sido por mero acaso que Francisco de Lacerda nasceu em S. Jorge, numa ilha que nada contribuiu para o percurso e a obra que ele aturadamente construiu? Forçado a abandoná-la para poder ser quem foi, pouco mais teria ficado a dever à terra em que nasceu do que o impulso para fora dela procurar o que ali não podia ser-lhe concedido? Com efeito, de uma aldeia perdida numa das ilhas perdidas a meio do Atlântico até à que foi chamada a Cidade-Luz, demandada por muitos, particularmente no período em que nela fez o seu lugar o músico jorgense, maior não podia ser o contraste entre a obscuridade do começo e o brilho do fim, entre a modéstia do ponto de partida e o triunfo na meta. “A Fragueira ou Paris”, o dito que na ilha lhe é atribuído mas que não encontramos escrito nos papéis que nos deixou, bem pode ser entendido como a expressão aforística da admiração que suscita esse milagre – que, como todos os milagres, convém interrogar.

Nada do que escreveu Francisco de Lacerda sobre a sua ilha – que não é muito, que nem por isso deixa de ser eloquente – nos autoriza a supor que ele houvesse alimentado alguma espécie de ressentimento pelo que nela não encontrou. Além do afecto que habitualmente liga cada homem ao lugar onde viu a primeira luz e ensaiou os seus primeiros passos, o que lhe conhecemos é a expressão do comovido enlêvo perante a beleza desse espaço, centrado no microcosmos da fajã da Fragueira, onde passou a maior parte da infância, entre a falésia e o mar, face à mole imponente da fronteira ilha do Pico. Assim deixou escrito, na língua que não foi a da sua infância, mas a do espaço cultural que lhe permitiu dar toda a medida do seu talento: “A Fragueira! Souvenirs qui se confondent avec la rumeur de la mer, le chant des oiseaux, l’odeur des plantes, la lumière et les ombres, les jeux des vagues, l’horizon sans limites... Cela était si harmonieux, si parfaitement beau, que je n’ai pu apprendre, dans toute ma vie, les mots qu’il faudrait pour en donner une vague idée de toute la beauté de cette période. Il aurait fallu de la peinture, de la musique et des vers – comme ceux du Dante! Les miens.”

Os versos que se referem à terra natal daquele que, músico genial, foi também poeta de algum mérito (que temos de revelar!), prosseguem esse enaltecimento da terra-mãe, mesmo quando nele alguma tristeza se possa entrever. O soneto “No Mar (Em vista dos Açores)” foi escrito quando da sua última visita ao arquipélago, em 1928, cerca de seis anos antes da morte, e dele extraímos: “Amaina e muda o rumo, ó timoneiro / Devagar vai, enquanto os olhos pouso / No meu berço florido e tão saudoso, / – Que foi também meu triste cativo.”

Quando em 1912, depois de quatro anos como director artístico da orquestra do Kursaal de Montreux, assina contrato para a direcção da orquestra da Association Artistique de Marseille na temporada de 1912/13, sabe já que regressará a Portugal em 1913, para viver, não em Lisboa, mas na ilha natal, agora na Urzelina. A morte de seu pai, a herança da fortuna de seu irmão José de Lacerda, o seu próprio estado de saúde, a eclosão da primeira Guerra Mundial, terão pesado seguramente na decisão de interromper uma carreira europeia de director de orquestra, mas não explicam totalmente a opção pelo regresso aos Açores, onde permanece entre 1913 e 1921.

Não foi contra S. Jorge, não foi contra os Açores que Francisco de Lacerda fez um excepcionalíssimo percurso que à partida pareceria vedado a alguém que não nasceu, por exemplo, em Paris, ou mesmo em Lisboa. O arquipélago, a ilha, não foram para o músico a condição negativa, por assim dizer, duma carreira brilhante que ali apenas houvesse encontrado, na total falta de condições para o florescimento do seu génio, o estímulo a procurar longe o pão para a fome que o consumiu.

Cremos que a chave para o entendimento dessa carreira, para além do que radica no esforço do homem, nas suas próprias qualidades, nível explicativo com que habitualmente nos bastamos, se encontra na família em que ele nasceu e humanamente se desenvolveu nos primeiros anos de existência. E nisso vemos menos a herança biológica, genética – porventura mais polémica – do que a família enquanto contexto, como natural espaço de transmissão dos valores que os indivíduos que a ela chegam fazem seus. Entendemos, pois, que a questão de que partimos, como a devemos formular, se exprime adequadamente do modo seguinte: se no final do século XIX e em princípios do século XX os Açores não tinham as escolas de música e as orquestras que a Francisco de Lacerda ofereceram Paris, Nantes, Montreux, Marselha, permitindo-lhe impor-se como o músico excepcional que era, deram-lhe em todo o caso a família em cujo seio ele primeiro se apercebeu desse prodígio que, por via da impalpável realidade dos sons, organizados para a produção daquilo que designamos arte, nos permite dar ao mundo, ao homem, algo que ele não tem, de que precisa.

Aquele que nasceu na Ribeira Seca, que viveu a infância na reclusão da Fragueira, cederá um tema para uma das obras de um dos maiores génios musicais que a humanidade produziu, Claude-Achille Debussy, deixando-nos também ele uma obra de compositor que, influenciada, entre outros, pelo grande músico francês, é... a de Francisco de Lacerda; verá Ernest Ansermet considerá-lo “genialmente dotado” como compositor, reconhecendo mais tarde que ao músico açoriano ficou a dever o impulso que o tornou num dos maiores directores de orquestra do seu tempo. Mas, ao contrário de seus amigos Debussy e Ansermet, não

nasceu nas imediações de Paris ou nas margens do lago Léman quem hoje temos de reconhecer como o primeiro director de orquestra de carreira internacional na história da música portuguesa, quem a essa história traz o chamado impressionismo musical, legando uma obra de compositor representativa dessa corrente. A vários outros títulos ainda – o de investigador da música portuguesa, nas suas vertentes histórica e etnográfica, interessado pelo bailado e rítmica, pela poesia – devemos reter o nome do músico da Ribeira Seca, da Fragueira, da Urzelina, da ilha de S. Jorge, dos Açores!

É numa das ruas de Marselha que em 1912 outro açoriano se detém, envidado, perante um cartaz em que se destaca o nome de Francisco de Lacerda. De regresso a Lisboa, o padre e também músico, nascido na ilha Terceira, Tomás Borba relata num artigo intitulado “Impressões de viagem”, que publica no periódico *Eco musical* de 16 de novembro daquele ano: “Foi pois com certo enleio que entrando no mês passado em Marseille, aborrecido com a inconveniente demora de três dias a que o Prinzessin me obrigava ali, extra programa, deparei na primeira esquina da Cannebière com a solenidade de um enorme cartaz, anunciando os concertos clássicos da Association Artistique de Marseille, sob a direcção de M. F. de Lacerda, Chevalier de la Légion d’Honneur, Officier de l’Ordre de St. Jacques et de l’Épée.

Tive neste momento, confesso, a impressão pouco virtuosa que dão as grandes vaidades satisfeitas; porque o actual director da orquestra marselhesa, além de português, é, como eu, ilhéu genuíno, filho dos Açores e herdeiro por consequência, de todas as qualidades e defeitos desse povo austero e bom, que o mar isolou e, com o ciúme feroz de um feiticeiro eunuco, adormenta ao ritmo emba-lador de suas cantigas.

Eu estava de antemão informado do valor artístico da orquestra de Marseille, na qual a Association Artistique, fortemente ajudada pelo estado e pelo Município, consegue reunir muitas vezes os melhores elementos do seu país, como são, actualmente: o violino Alberti, o trompista Letellier, o trombonista Jourdan, o violoncelista Bonnin, o trompetista Roux, o flautista Sarrazin, e outros artistas que gozam, em todo o mundo musical, de merecida fama.

Soube depois que a escolha do actual director desta orquestra tinha sido feita dentre cerca de vinte concorrentes, tendo-se o comité inspirado, para a sua preferência, em indicações de Vincent d’Indy, que continua vendo em Francisco de Lacerda o seu melhor discípulo e continuador.”

*

* *

“Aquém e além...”, consignado à ilha de S. Jorge, foi o lema proposto para este encontro. Como sabemos, aquém é, pode ser, além, consoante o local onde nos posicionarmos, para olharmos. Em S. Jorge, o Topo, por exemplo, será o topo de quê, para quem? Não o é para os que lá vivem, como não o é a oposta Ponta dos Rosais, ainda que tenham ambos os lugares o mar em frente. O Topo, aliás, tem em frente o mesmo mar dos Rosais, como o das Velas é o da Calheta e da Fragueira – de todas as fajãs da ilha. No universo, porventura infinito, alto e baixo, em mais do que um sentido, correspondem-se, e o verdadeiro começo, para muitos, encontra-se esperançadamente no fim. Nas ilhas, de um modo particularmente evidente, os percursos tendem a ser circulares, tendo quase sempre por companhia o mar que as limita em todo o seu traçado. É o que lembrou, a encerrar *Mau tempo o canal*, Vitorino Nemésio, de quem nos socorreremos: o mar que toca todas as terras, aproxima o que é aquém e o que se encontra além, reúne oriente e ocidente, norte e sul. Tem por isso o romance o seu epílogo no mar, o mar dos Açores, que não difere de todos os outros mares, porque é... o mesmo mar!

Significativamente, S. Jorge foi a ilha que Vitorino Nemésio, no romance visto de algum modo como epítome da existência humana como ela se configurou nos Açores, elegeu, no coração geográfico do arquipélago, por expressão de insularidade máxima. E aquele que na primeira metade do século XX foi, por assim dizer, o primeiro teórico da açorianidade, e por conseguinte da insularidade, lembrou repetidamente que insularidade e isolamento têm o mesmo étimo: do termo latino “insula” derivam conjuntamente o português “ilha” e o italiano “isola”; deste último deriva o termo “isolamento”. Donde deve concluir-se que dizer ilha e isolamento seria, afinal, quase o mesmo, segundo esta lógica etimológica que qualquer dicionário confirmará.

Margarida Dulmo, a forte figura de mulher em torno à qual o talento do romancista estruturou a sua obra maior, à ilha de S. Jorge arriba – de forma excessivamente rocambolesca, reconheça-se – numa canoa de baleeiros, pernoitando entre estes, numa furna. Ali, no romance, é depois acolhida pela família onde encontraria o bom rapaz que, pelo casamento, a faria reconciliar com a terra e esquecer a sede de Londres e de Paris, o impulso de fuga da ilha, fosse esta a do Faial, fosse a de S. Jorge, ou qualquer outra. A família do Barão da Urzelina, que pela mão de Nemésio é descomplexadamente introduzida na nobiliarquia açoriana, configura esse apego à terra e aos seus valores, de que Margarida, irrequieta, inquieta, tende irresistivelmente a fugir.

S. Jorge parece servir a que o romancista nos diga isso. Mas a ilha de S. Jor-

ge que antes de mais nos interessa, que interessa aos que a tiveram como berço e espaço de vida, servirá como símbolo açoriano de insularidade, quer dizer, de isolamento, nesse grupo de ilhas a que chamam Central, num arquipélago que inclui dois outros grupos de ilhas, a oriente e a ocidente? Reconheçamos que o criador é livre, precisa de ser livre para criar, podendo buscar os seus símbolos onde entender, onde os achar mais adequados. Mas, se assim fosse, seria esse um Grupo Central estranhamente centrífugo, com os seus polos de desenvolvimento urbano nos seus extremos geográficos: as cidades de Angra, na ilha Terceira, e da Horta, na do Faial.

Sabemos que, a insistirmos nestes termos, incorremos no risco de nos bastarmos com as palavras, esquecendo que delas esperamos a referência a algo de existente, que já pertença ao mundo, à realidade. Basta permanecermos na costa sul de S. Jorge para nos apercebermos de que esse conjunto de ilhas que nos Açores se designa de Grupo Central se articula num todo efectivo, que a nossa própria vista confirma. E não o é por simples proximidade geográfica, como o não é de hoje apenas, por força da aldeia global em que se volveu o mundo: sempre foi assim, desde que acolheram povoadores aquelas ilhas, mesmo que não à velocidade do presente, apenas à velocidade das velas que de ilha a ilha impeliam os barcos.

A história da família de Francisco de Lacerda ilustra-o. Os Lacerda da ilha de S. Jorge descendem de um capitão Caralta da Horta, informa no início do opúsculo *Os meus antepassados* João Caetano de Sousa e Lacerda, pai do nosso músico. À do Pico fora o pai deste, com a benção da mãe, buscar esposa. Para igrejas de mais do que uma ilha construiu órgãos seu irmão Tomé Gregório de Lacerda, organeiro.

Mais ou menos do que as demais ilhas, é S. Jorge pátria dos que ali nasceram e morreram sem dos seus limites haverem saído, como daqueles que dela dizemos que fugiram. Destes, uns, forçados pela necessidade de alimentar o estômago, outros, compelidos pela fome do espírito, tendo na ilha o estômago satisfeito. No número mais restrito dos que integraram esta emigração do espírito, vemos alguém chegar até Paris, vergando uma parte da Europa ao seu talento.

É, podemos repetir, aparente o milagre que representa esse triunfo. Não tendo a obrigação de esclarecer o que os homens de ciência, entre o sim e o não, até agora não esclareceram, não sabemos se se tratará aqui de algo inato, ou de adquirido, de estimulado pelo contacto com o meio. Reconhecemos na personalidade de Francisco de Lacerda todas as características que o predispunham à aventura levada a cabo: a insatisfação ambiciosa, a pluralidade de aptidões – tendo por evidente que o percurso excepcional que fez se explica, em grande parte, pela família a que pertenceu.

É essa família, num primeiro grande traço, ainda a família patriarcal e a família extensa do Antigo Regime. Uma das primeiras dificuldades que tem de vencer o estudioso da biografia do músico é a intrincada rede de tios e tias, e primos e primas, que rodeiam o menino, o rapaz, que mais tarde escolherá a música como seu caminho. Constatará que essa família, albergando sob o mesmo tecto várias gerações, consubstanciava, além de uma rede de solidariedade e de afectos, todo um sistema de valores, seguramente arraigado na mente dos seus membros. Os testemunhos que o exprimem são inúmeros, e mesmo isso agora nos interessasse, não tentaremos aqui descrever esses valores. Recorde-se, em todo o caso, que a família a que chega em 1869 Francisco de Lacerda tinha, pela pessoa de seu avô paterno, capitão de milícias, combatido o invasor liberal, que longo prazo faria ruir esse ancestral sistema de valores.

Destaquemos, nesse universo familiar, um valor que somos propensos a atribuir ao liberalismo precisamente: a importância que, muitas gerações antes da imposição do regime liberal, é nele dada à instrução. Desde as restritas estruturas de ensino do Antigo Regime ao ensino primário e secundário de que já usufruem alguns da geração de Francisco de Lacerda, são bastas as notícias que configuram um caso que não terá sido, infelizmente, o da generalidade das famílias jorgenses, açorianas, portuguesas. Recorramos, de novo, à memória familiar preservada em *Os meus antepassados*: “Depois de três anos de estudo em Angra, meu pai e irmão voltaram à família, então representada por meu bisavô, minha avó, e sua filha D. Rita”. Cremos que este ensino de que usufruiu João Caetano de Sousa, avô de Francisco de Lacerda, e seu irmão Tomé Gregório Teixeira, e se prolongou por três anos em Angra, em finais do século XVIII, terá decorrido no Convento dos Franciscanos. Foi, em alternativa, a padres mais próximos, no Topo ou mesmo no Pico, que a família recorreu ao longo de gerações para a formação dos rapazes.

O pai de Francisco de Lacerda formou-se ainda neste sistema de ensino centrado em instituições eclesiásticas, ou confiado a elementos da Igreja. Compreende-se, pois, que tenha aprendido latim, traduzido clássicos latinos. A passagem seguinte do opúsculo que vimos citando ilustra o estímulo às letras e o gosto da leitura que também na casa em que cresceu se cultivava, o que em parte explica a qualidade de escrita que marca a obra de João Caetano de Lacerda: “Quando (1847) regresssei do estudo publicava-se a 1.^a série do Panorama colaborado por Herculano, Castilho, Mendes Leal, Oliveira Marreca e outras brilhantes penas, iniciadoras da nossa época romântica. Nas noites era obrigatório o serão de leitura do Panorama. Assentada à mesa, minha avó mandava-me ler, de preferência os romances históricos, durante as duas ou três horas que precediam a ceia. Escutava com profunda atenção e se vinham interromper a leitura com alguma pergunta, lá começava a desenhar-se o tal franzimento de sobrolho e... era bater em retirada...”

O significado desta importância tradicionalmente atribuída à instrução na família Lacerda é porventura mais evidente se considerarmos que não se trata duma das poucas famílias jorgenses que, desde a primitiva distribuição da terra, nos primórdios da história açoriana, foram bafejados com a posse de largas porções da mesma. Temos hoje tendência para esquecer este facto talvez porque na Urzelina (e em S. Miguel, para permanências nas Furnas e em Ponta Delgada), entre 1913 e 1921, Francisco de Lacerda fez de algum modo vida de *grand seigneur*, o que lhe adveio da fortuna herdada de seu irmão José, sucessivamente consorciado com as duas filhas de D. Marta da Silveira, esta, grande proprietária. Até à transferência desta fortuna, por morte de José de Lacerda em 1911, para as mãos de seu pai, e por morte deste em 1913, para as de Francisco de Lacerda, a situação da família parece ter sido, de um ponto de vista material, assaz modesta.

Esta circunstância que de algum modo floresce em Francisco de Lacerda e em seu irmão José, médico distinto e também poeta, tem na geração anterior suporte num homem verdadeiramente culto que tivemos o gosto de revelar, pela publicação das cartas que dirigiu a seu filho em Paris. É notável, com efeito, o perfil humano de João Caetano de Sousa e Lacerda, em que instrução e cultura se aliam a sólidos valores éticos fundados numa visão cristã da existência, como testemunham, de facto, as *Cartas a Francisco de Lacerda*.

Visto que a um músico no referimos, a um grande músico, impõe-se centrarmos esta temática na música. Com efeito, ao gosto das letras junta-se, na família Lacerda, como é também sabido, o gosto da música, podendo quase afirmar-se que se trata de mais uma das muitas dinastias que se repetem na história da música. Abudam efectivamente os cultores desta arte na geração anterior à de Francisco de Lacerda, e em outras seguramente, merecendo referência, além de seu tio Tomé Gregório de Lacerda, organeiro, outros que serviam diversas igrejas na ilha, mormente a da Fajã dos Vimes, mais próxima da Fragueira, além de seu pai, que justamente para si reclamava a honra de ter sido o primeiro mestre de seu filho no domínio em que se iria destacar.

Podemos continuar a considerar o milagre que configura o percurso e a obra de Francisco de Lacerda, mas um milagre que, seguramente, terá explicação. E esta, como procurámos mostrar, não se encontra apenas em Lisboa e em Paris, onde o grande músico também aprendeu, mas já na ilha de que partiu, na música que ali aprendeu, que ali ouviu – do povo que fazia música sem saber música, da sua própria família, que sabia a música... que sabia.

JOSÉ DE LACERDA (1861-1911). ENTRE A MEDICINA E AS LETRAS: RETRATO DE UM DILETANTE NOS TEMPOS DO POSITIVISMO.

ANTÓNIO J. RAMALHO*

Irmão do homem a quem foi atribuída a frase «Ou a Fragueira, ou Paris» (referência à Fajã da Fragueira em São Jorge), José de Lacerda (Ribeira Seca, 21 de Julho de 1861 – Estoril, 12 de Julho de 1911) conheceu uma posteridade muito comum entre os literatos diletantes do século XIX: a obscuridade. Na sombra do irmão - o maestro Francisco de Lacerda (1869-1934) - o médico e psiquiatra José Caetano de Sousa e Lacerda, amigo e discípulo de Sousa Martins, é hoje praticamente desconhecido. Até a autoria de *Flor de Pantano* (1891), a sua principal obra poética, é atribuída, na Base Nacional de Dados Bibliográficos (PORBASE), ao homónimo, e frade agostinho, José de Lacerda (1802-1877).

Também a *Wikipédia*, a enciclopédia livre, abona, erradamente, como causa de morte de José de Lacerda, a tuberculose, certamente por sugestão da doença que vitimou as suas duas mulheres, as irmãs Estefânia Beatriz e Maria Doroteia Pereira da Silveira e Sousa:

Tal como o seu irmão Francisco de Lacerda [que, de facto, sofreu de tuberculose], José de Lacerda faleceu aos 50 anos depois de uma longa e debilitante luta contra a tuberculose pulmonar. Foi sucessivamente casado com Doroteia e Estefânia Pereira da Silveira e Sousa, filhas do grande proprietário e deputado jorgense Joaquim José Pereira da

* Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Silveira e Sousa, ambas falecidas muito jovens, também vítimas da tuberculose¹.

Por casamento, José de Lacerda era um dos mais ricos proprietários da Ilha de São Jorge. As duas mulheres, Estefânia Beatriz e Maria Doroteia Pereira da Silveira e Sousa, com quem casou consecutivamente, herdaram o património do pai, o Dr. Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, e do tio, o Dr. António José Pereira da Silveira e Sousa². Se atendermos à enumeração dos valores da contribuição predial constantes no recenseamento eleitoral de 1900, verificamos que José Caetano de Sousa e Lacerda, 38 anos, casado, médico, proprietário, quando em São Jorge residente na Urzelina, paga 215\$742 (duzentos e quinze mil réis) de imposto, sendo o segundo maior contribuinte predial do concelho, logo atrás de José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, 76 anos, viúvo, proprietário, residente nas Velas, com 242\$240 (duzentos e quarenta e dois mil réis)³.

O casamento e a gestão do património fundiário familiar, bem com um espírito de esteta diletante e erudito, talvez expliquem o facto de José de Lacerda apenas ter concluído a formação na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (actual Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa) em 1894, i.e., com 33 anos, uma idade tardia relativamente invulgar para a época. Contudo, com essa idade tinha já publicado, ainda estudante, dois livros de poemas *Hecatombe* (1888) e *Flor de Pântano* (1891), bem como a tradução de poemas de Henrich Heine e, logo depois da formatura, a tese de curso: *Os Neurasténicos* (1895).

A propriedade e a ligação a uma família influente e com uma boa rede de contactos no meio político local fê-lo aventurar-se numa candidatura a deputado

1 Carta de João Caetano de Sousa e Lacerda a Francisco de Lacerda (14 de Setembro de 1904): «Não sei positivamente qual seja a sua moléstia. Ele fala de neurastenia e de complicações cardíacas, isto é de coisas que eu não entendo. Podes fazer ideia do quanto nos tem apoquentado estas coisas» in João Caetano de Sousa e LACERDA (introd., fixação do texto e notas por Teresa e José Bettencourt da CÂMARA), *Cartas a Francisco de Lacerda*, Angra do Heroísmo, Dir. Reg. dos Assuntos Culturais, 1988, p. 185.

2 Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa nasceu nas Velas, a 17 de Fevereiro de 1796. Era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi presidente da Câmara Municipal das Velas, administrador do mesmo concelho, vereador em sucessivos biénios, governador civil do distrito da Horta em 1849-1850, deputado às Cortes pelo distrito de Angra em 1850-1851, alinhado com o partido Cartista de Costa Cabral. Posteriormente, e até à década de 1860, foi o chefe do Partido Regenerador nas Velas. Casou na Urzelina *in articulo mortis*, a 22 de Abril de 1870 com D. Marta Joaquina da Silveira, natural das Manadas, filha de Gabriel José de Bettencourt e de sua mulher Maria Emília de Bettencourt. Faleceu a 1 de Maio de 1870, na Urzelina, onde está enterrado num jazigo no cemitério velho juntamente com sua mulher e filhas.

3 Não constam na lista os Teixeira Soares de Sousa, pois a fortuna estava então na posse de uma mulher, a viscondessa de São Mateus.

nas eleições de 1901, pelo Partido Regenerador. Estas andanças não deixaram contudo de ser criticadas pelo pai, João Caetano de Sousa e Lacerda que preferia vê-lo como um *gentleman farmer*, dedicado aos melhoramentos técnicos e agrícolas das suas propriedades. José de Lacerda foi eleito sem grande oposição e participou na legislatura de 1902-1904, tendo prestado juramento a 8 de Janeiro de 1902. Em 1903, era igualmente médico no Hospital de São José, em Lisboa. Na sessão de 2 de Abril 1902, fez um longo discurso em que descreveu minuciosamente a situação social e económica do arquipélago, assim como as suas principais necessidades. O discurso recebeu os maiores elogios de Hintze Ribeiro, então chefe do Partido Regenerador e foi, posteriormente, publicado⁴. Estava estabelecido o seu lugar como político erudito e de boa oratória, duas das características que ajudavam a firmar uma carreira parlamentar. Contudo, a sua passagem pelo Parlamento foi discreta. Representou as ilhas do distrito de Angra, funcionando como veículo das reivindicações locais e foi eleito para a comissão de saúde pública e para a comissão das petições. Não se lhe conhecem, contudo, iniciativas a nível legislativo⁵. A política e o Parlamento devem ter sido uma desilusão, pois em 1910 José de Lacerda estava a colaborar na revista intelectual republicana *Alma Nacional*, dirigida por António José de Almeida. Aliás, durante estes anos, José de Lacerda escreveu ocasionalmente em vários jornais, como por exemplo *A Folha - Jornal Literário, Noticioso e Comercial*, publicado em Ponta Delgada e dirigido por Alice Moderno.

Durante alguns anos, José de Lacerda tentou enveredar por uma carreira médica. Exerceu no Hospital de S. José, em Lisboa, e foi assistente de Doenças Mentais em Rilhãfoles. Colaborou também em vários periódicos da especialidade, como por exemplo, *A Medicina Contemporânea* e o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas*, tendo feito parte do corpo redactorial dos *Arquivos de Medicina*, publicados sob a direcção de Câmara Pestana, onde escreveu artigos sobre Hipnologia⁶. Em 1901, é convidado a concorrer ao lugar de professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, escrevendo para esse concurso, em apenas cinco

4 José de LACERDA, *Algumas palavras sobre interesses açorianos pronunciadas na Câmara dos Deputados e ampliadas depois, com ligeiras notas a respeito do parlamentarismo português, e sobre a origem geológica, a situação geográfica, o clima, a flora, a fauna terrestre e marítima, o descobrimento, a colonização e a navegação do arquipélago dos Açores*, Lisboa, Livraria Rodrigues e Co., 1902.

5 Paulo Silveira e SOUSA, «José Caetano de Sousa e Lacerda», in M. Filomena MÓNICA (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República, vol. II, 2005, p. 479.

6 José Morgado PEREIRA, «A obra de José de Lacerda e a evolução do pensamento médico», in *Medicina na Beira Interior – da pré-história ao séc. XXI. Cadernos de Cultura*, n.º XVIII, 2004, p. 54.

semanas, a tese *Esboços de Patologia Social e Ideias sobre Pedagogia Geral* (1901). Esta actividade intensa, erudita e multifacetada, não teve contudo um objecto principal, nem um caminho óbvio.

Do carácter assistemático do irmão se queixará Francisco de Lacerda na correspondência com o pai. Numa das cartas publicadas por José Bettencourt da Câmara («Eça de Queirós e Francisco de Lacerda») na revista *Colóquio/Letras* (n.º 134, Out. 1994, p. 73-83), Francisco de Lacerda queixa-se ao pai, João Caetano de Sousa e Lacerda, com amarga surpresa, do descaso e indolência do irmão que, depois de ter aceite interessar-se pelo empenho que permitiria prolongar por um ano a estada de Francisco de Lacerda em Paris, como pensionista do Estado, nada faz nesse sentido (Março de 1899). Posteriormente, José e Francisco de Lacerda têm um desentendimento grave, rompendo relações (1905).

Além de poeta, médico, jornalista (é um dos fundadores do jornal *Actualidades*, em Lisboa, em 1895 e colabora no jornal *Alma Nacional* em 1910) e político, José de Lacerda demonstrou, noutras ocasiões, ser um homem multifacetado e empreendedor. Para além da sua actividade como médico psiquiatra e literato, e talvez inspirado pelos sanatórios alpinos por onde acompanhou Maria Doroteia e Estefânia Beatriz (esta última morre num hospital em Davos, Suíça, em 2 de Janeiro de 1909), José de Lacerda acalenta, cerca de 1910, o projecto de fazer construir, no Alto do Estoril, o Hotel de Saúde ou Alto Estoril Sanatorium.

Segundo Nuno José Almeida Magalhães, em *A Obra do Arquitecto Álvaro Machado*, o Hotel de Saúde foi idealizado por três médicos, qualquer um deles uma sumidade na sua área de especialização: Francisco Gentil, Carlos Belo de Moraes e José de Lacerda. Francisco Gentil e Carlos Belo de Moraes eram personagens destacadas no contexto da medicina portuguesa, o que atesta a proeminência de José de Lacerda. Francisco Gentil (1878-1964) foi um dos principais impulsionadores da criação do Instituto Português de Oncologia, tendo o seu nome ficado ligado ao instituto. Entre 1905 a 1948, foi professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, além de ter ocupado o cargo de director da instituição entre os anos de 1915 e 1918 e foi enfermeiro-mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Carlos Belo de Moraes foi director da Faculdade de Medicina de Lisboa (1911-1915), director do Hospital de Santa Marta e enfermeiro-mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Tal como José de Lacerda, foi discípulo de Sousa Martins.

A estratégia empresarial do Hotel de Saúde ou Alto Estoril Sanatorium assenta na concepção de um edifício de carácter híbrido, ou seja, e como o próprio nome sugere, um sanatório com a aparência, requinte e conforto de um grande hotel destinado ao tratamento e recuperação de doenças ortopédicas. A construção estava prevista para um terreno no Estoril, onde o horizonte era privilegiado. Para o projecto, os promotores chamaram o arquitecto Álvaro Machado que na

época contava com a experiência da Casa de Saúde Portugal-Brasil, em Benfica. Todavia, o Hotel de Saúde não era a primeira encomenda de José de Lacerda ao arquitecto Álvaro Machado (autor do edifício da Sociedade Nacional de Belas Artes e representante quer da Arte Nova, quer do ecletismo arquitectónico finissecular). Em 1907, Lacerda encomendara a Machado o projecto para a sua residência de veraneio e o Bairro das Roseiras, que não ficou concluído, por morte do promotor, uma e outro localizados, igualmente, no Alto do Estoril:

O projecto para a construção desta casa foi encomendado pelo Sr. Dr. José de Lacerda ao arquitecto Álvaro Machado. O edifício a construir, num terreno no Estoril, seria o domicílio do distinto senhor e da sua família. O programa funcional, que incluía um número razoável de quartos, reflectia os requisitos de uma família que privilegiava espaços acolhedores e de fácil operatividade. [...] A construção do Bairro das Roseiras visava o rendimento imobiliário do seu promotor, o Dr. José de Lacerda. No entanto, a morte prematura do seu proprietário e mentor, em 1911, obrigou a que a construção do complexo ficasse pelo primeiro dos três grupos de habitações⁷.

A memória de José de Lacerda como patrono da arquitectura de Álvaro Machado está assegurada, mas a sua obscuridade literária não é de todo merecida, pois como escreveu o poeta açoriano Pedro da Silveira, *Flor de Pantano* «é um livro acima do banal», expeditamente descrito pelos críticos como «poesia científica» graças às «expressões paramédicas contidas nos poemas». José de Lacerda não se reduz a um estereótipo e na sua obra manipula com ironia (o título de um dos seus poemas) os tópicos próprios da poesia simbolista e o vocabulário positivista e «científico» do seu tempo. Entre a ilha e o mundo, José de Lacerda construiu uma pequena obra poética que merece ser redescoberta, bem como os seus estudos médicos *Esboços de Patologia Social* (1901) e *Os Neurasténicos* (1895)⁸.

Se *Flor de Pantano* «é um livro acima do banal», expeditamente explicado pelos críticos como «poesia científica» graças às «expressões paramédicas contidas nos poemas», a responsabilidade divide-se entre o autor e os críticos. Talvez

7 Nuno José Almeida MAGALHÃES, *A Obra do Arquitecto Álvaro Machado* [Tese de Mestrado], Lisboa, ISCTE, 2007, p. 141 e 147.

8 Sobre a obra médica de José de Lacerda ver José Morgado PEREIRA, «A obra de José de Lacerda e a evolução do pensamento médico», in *Medicina na Beira Interior – da pré-história ao séc. XXI. Cadernos de Cultura*, n.º XVIII, 2004, pp. 54-57 e numa perspectiva de conjunto sobre o pensamento médico ver também Manuel CURADO, «A descoberta do inconsciente no século XIX português», *Diacrítica - série Filosofia e Cultura*, n.º 26/2, 2012, pp. 157-182.

os críticos tenham lido apressadamente *Flor de Pantano*, mas a verdade é que José de Lacerda usa repetidamente um vocabulário e uma estratégia autoral que sugerem essa interpretação. Do vocabulário destacamos, sem carácter sistemático e só no primeiro poema do livro («Sombra»): doce letargia, espasmo comovente, lirismo bilioso, organismo febril, fantasias de demente, quimismo nervoso, bravuras de alucinado, cúmulo de nevrose e histérico anseio pelo túmulo.

A estratégia autoral, igualmente apresentada em «Sombra», o poema inicial de *Flor de Pantano*, é uma ficção retórica que consiste em atribuir a outrem a autoria moral de alguns poemas: «dos gozos e lutas dolorosas/ do poeta, esbocei um leve esquema:/ - estas *notas* fiéis, irrespeitosas, // engrenadas em forma de poema». No poema «Romantismo», o artifício reaparece: «Transcrevo, do poeta, alguns versos banais,/ pobres de sentimento,/ ricos em desalento;/ - a lágrima rimada, insulsa, dos jornais». Esta estratégia retórica permite contrapor José de Lacerda-poeta a José de Lacerda-médico: «purpurinas, febris, de alucinado,/ n'um estilo vulcânico, fremente./ Uma mulher diria: - Apaixonado!// E um médico diria: - É um doente».

A obra de José de Lacerda manipula, entre outros, os *clichés* associados à poesia oitocentista na sua passagem do Romantismo para o Naturalismo. Escreve no poema intitulado «Ironia»: «Deixou o romantismo, as pardas fantasias,/ e passou a fazer culturas de ironias/ assim como quem faz culturas de bactérias./ Publica, nos jornais, os vírus – as pilhérias».

Em «No Hospital», Lacerda elabora um *tour de force*, que vai da sopa primordial, da Teoria da Evolução de Charles Darwin e do Positivismo (Eu já fui lodo, lama,/ um veneno talvez. Porque passei/ ao turbilhão da Vida, e suporrei/ as fases d'esta chama?) até à ideia de decadência e degeneração da raça:

Meu desespero – acalma!/ E tu – Terra – ó fera sem rugido,/ assimila o
cobarde apodrecido,/ com sífilis na alma!// Alma sífilada,/ ramo podre
da arvore da Vida,/ nota final da musica gemida/ na geração passada, //
cadinho resfriado/onde a química da Vida se perverte,/extravagante
maquinismo inerte,/ eu sou! – Um condenado, //ridícula carcaça,/ a per-
versão da Arte e da Ciência,/a fiel expressão da decadência/ da minha
pobre raça!

Ao contrário do que possa parecer, a poesia de José de Lacerda não é isenta de humor e mordacidade. No supracitado poema «Ironia», Lacerda «transcreve» páginas de um suposto literato, desertor do Romantismo, «que adora a Moda e o Rum; tem idiossincrasia por Michelet; namora, e faz pornografia». Inserido no poema, surge um conto alegadamente escrito pelo poeta nunca nomeado: «O

Conde de H.». O conde é um «aristocrata e velho, rico e conde», exemplo de uma «vencida raça moribunda» que casa com a filha de um ministro. A infertilidade leva o casal a procurar o conselho de um médico, que receita uma longa viagem de recreio. Depois da Suíça e da Alemanha, os aristocratas instalam-se em Paris, onde a condessa toma, como escudeiro, «um calado bretão,/ alvo, d'olhos azuis, cabelos d'oiro,/ robusto como um toiro/ e fiel como um cão». De regresso a Portugal, o conde anuncia a gravidez da mulher. E, assim, ironicamente, de França vem «uma rósea criança/ - alva, d'olhos azuis, cabelos d'oiro... - / O conde é mais moreno do que um moiro».

Este cómico apontamento de infidelidade conjugal (bem como o conto «O Padre Confessor», cujos escrúpulos teológicos são aniquilados pela presença de uma bela noviça, segredando à penitente: «Beijar... não é pecado!») insere-se na análise literária dos fenómenos de «patologia social» (*Esboços de Patologia Social* é o título do ensaio de José de Lacerda, datado de 1901) e, curiosamente, o nome que o escritor naturalista Abel Botelho deu ao conjunto das obras onde pretendia descrever cientificamente os males que assolavam a sociedade portuguesa. O romance mais famoso da série é justamente *O Barão de Lavos* (1891), o primeiro livro a debruçar-se, juntamente com *O Crime do Padre Amaro* (1875), com a personagem de Libaninho, sobre a realidade da homossexualidade em Portugal⁹.

Devedor da temática da partida, o universo de José de Lacerda é feito de referências mundanas (Lisboa, Espanha, França, Índia) e ilustrado por significativas leituras cosmopolitas (William Blake¹⁰, Cesário Verde e o nascente pensamento psiquiátrico e positivista). A ausência de referências explícitas à Ilha de São Jorge, ou aos Açores, na poesia de *Flor de Pantano* não deve surpreender. Afinal, estamos na presença de um espírito viajado, praticante de psiquiatria (uma especialidade na vanguarda do conhecimento médico), poeta que adopta os temas e assuntos das correntes estéticas do seu tempo.

O testemunho no *In Memoriam* (1904) de Sousa Martins é uma peça literária de grande qualidade, reveladora de uma consciência aberta e crítica, de uma retórica clara e refinada, que não escamoteia, numa época de preconceitos facilmente arreigados as supostas origens africanas do mestre e amigo Sousa Martins:

9 Anna M. KLOBUCKA, «Regarding Libaninho: The Spectacle of Homosexuality in *O Crime do Padre Amaro*» Colóquio Portugal 800, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 6 e 7 de Junho de 2013 [Conferência].

10 É nossa convicção que o poema «Pantheismo» (1891) é devedor da leitura do poema «The tyger» (1794), de William Blake. Compare-se «a Força primitiva/ Que produz a monera, o tigre, a rosa» com «Did he who made the Lamb make thee [tyger]?»

Imponentemente feio, de uma fealdade fidalga, simpática, à Mirabeau e à Gonçalves Crespo. E levemente prógnato – Martins parecia, e era porventura, um parente selecto e superior de remotos sarracenos, beliscado por longínquos, mas claros, atavismos etiópicos¹¹.

José de Lacerda interpõe aquilo que considera a verdade às formas convencionais do elogio mútuo, sustentando na «ciência» a comemoração de um génio que seria um santo: «E agora – finda esta biopsia austera em que pus escrupulosamente a justiça máxima de que sou capaz, em que toda a afeição foi jugulada pela expressão severa da verdade [...]» (p. 310). Descrito como o «mestre que ensinou o meu pensar», Sousa Martins é a encarnação de uma antítese («artista demais para clínico, excessivamente poeta para médico»), com implicações na vida e obra de José de Lacerda.

Nas conclusões de *Esboços de Patologia Social e Ideias sobre Pedagogia Geral*, José de Lacerda relaciona o *mal-de-viver* (uma suposta psicose social) com o campo da arte e da ciência. O resultado é um tardio cansaço finissecular, que compensa a insinceridade com o histrionismo. A sinestesia (sinédoque da actividade literária) é qualificada como lamentável alucinação, corrosivo agente patogénico causador do mal-de-viver. Amarrado a uma concepção de arte «cujo fim natural e enorme é educar superiormente o sentimento humano», só resta a José de Lacerda compensar de modo frustrante as limitações da criação com o cientificismo da análise:

A ciência e a arte contemporâneas, cada uma delas considerada na totalidade abstrusa e doentia das sugestões que realiza, são poderosos agentes patogénicos do mal de viver. A ciência [...] abarrota o cérebro moderno com sugestões tão antagónicas, com ideias tão contrárias, que algumas delas importam a radical anulação das outras. [...] A arquitectura, a escultura, a pintura e a música actuais, na maior parte das suas produções, ou se quedam na imitação servil do passado, ou substituem, em inovações mórbidas, a sinceridade pela extravagância, as altas sensações estéticas pela rebusca extenuante do exótico¹².

11 LACERDA, José de, «Um Homem...», in *Sousa Martins: In Memoriam*, Lisboa, Casa da Moeda, 1904, p. 301.

12 José de LACERDA, *Esboços de Patologia Social e Ideias sobre Pedagogia Geral*. Lisboa, Livraria de José A. Rodrigues, 1901, p. 183.

BIBLIOGRAFIA:

- BRAGA, Marques, VIEIRA, Afonso Lopes, LIMA, Magalhães (org.), *Quinquagenário – 1858-1908 – Cinquenta anos de actividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1908, pp. 55-58.
- CÂMARA, José Bettencourt da, «Eça de Queirós e Francisco de Lacerda», *Revista Colóquio/Letras*, n.º 134 (Outubro, 1994), pp. 73-83.
- CÂMARA, José Bettencourt da, *O Essencial sobre Francisco de Lacerda*, Lisboa, IN-CM, 1997.
- CURADO, Manuel, «A descoberta do inconsciente no século XIX português», in *Diacrítica - série Filosofia e Cultura*, n.º 26/2, 2012, pp. 157-182.
- LACERDA, João Caetano de Sousa e (introd., fixação do texto e notas por Teresa e José Bettencourt da Câmara), *Cartas a Francisco de Lacerda*, Angra do Heroísmo, Dir. Reg. dos Assuntos Culturais, 1988.
- LACERDA, José de, *Hecatombe: A propósito do incêndio do teatro Baquet*, Porto, Typ. de Viúva Gandra, 1888.
- LACERDA, José de, *Flor de Pantano*, Lisboa, M. Gomes, 1891.
- LACERDA, José de (pref. de Sousa Martins), *Os Neurasténicos*, Lisboa, M. Gomes, 1895.
- LACERDA, José de, *Esboços de Patologia Social e Ideias sobre Pedagogia Geral*. Lisboa, Livraria de José A. Rodrigues, 1901.
- LACERDA, José de, *Algumas palavras sobre interesses açorianos pronunciadas na Câmara dos Deputados e ampliadas depois, com ligeiras notas a respeito do parlamentarismo português, e sobre a origem geológica, a situação geográfica, o clima, a flora, a fauna terrestre e marítima, o descobrimento, a colonização e a navegação do arquipélago dos Açores*, Lisboa, Livraria Rodrigues e Co., 1902.

- LACERDA, José de, «Um Homem...», in *Sousa Martins: In Memoriam*, Lisboa, Casa da Moeda, 1904, pp. 301-310.
- LACERDA, José de, «A ‘Alma Nacional’ e o ‘Luar de Janeiro’», *Alma Nacional*, n.ºs 10 (14 Abr. 1910), 11 (21 Abr. 1910), 14 (12 Maio 1910) e 15 (19 Maio 1910).
- LACERDA, José de, «Raça e alma portuguesa (notas)», *Alma Nacional*, n.º 25 (28 Jul. 1910).
- MAGALHÃES, Nuno José Almeida, *A Obra do Arquitecto Álvaro Machado* [Tese de Mestrado], Lisboa, ISCTE, 2007.
- MODERNO, Alice de, *Açores: Pessoas e Coisas*, Ponta Delgada, Typ. Popular, 1901.
- PEREIRA, José Morgado, «A obra de José de Lacerda e a evolução do pensamento médico», in *Medicina na Beira Interior – da pré-história ao séc. XXI. Cadernos de Cultura*, n.º XVIII, 2004.

ALÉM DE SÃO JORGE

AS MISERICÓRDIAS E O ESPAÇO URBANO DOS AÇORES NA ÉPOCA MODERNA

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA*

«A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gémeos da sociedade colonial desde o Maranhão até Macau.»

Charles Boxer, *O Império Marítimo Português*, Lisboa, 1992

No início do século XVII as Misericórdias encontram-se espalhadas por todo o vasto império português. Do Brasil a Macau, passando pelas ilhas dos arquipélagos atlânticos; de Luanda ao Congo, onde os missionários tentavam evangelizar a população desde o reinado de D. Manuel, de Moçambique, ao longínquo Oriente, junto da escassa comunidade cristã do Japão, entre a população portuguesa de Goa, ou até em Manila, multiplicavam-se as Santa Casas da Misericórdia¹. Não se trata de uma estrutura hierarquizada e centralizada no sentido convencional visto que nenhuma delas dependia formalmente de uma instituição central, conservando

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1 Maria Leonor Garcia da Cruz refere a fundação de Irmandades da Misericórdia que seguiram o modelo e compromisso da Santa Casa de Lisboa em lugares tão recônditos como Nagasaki, no Japão (1614), Manila, nas Filipinas (1604) e até a improvável existência de uma Santa Casa no reino de Marrocos, referida na *Crónica de Almagor* do Sultão de Marrocos (1578-1603), além da instituições presentes nas Ilhas Atlânticas, África Ocidental e Oriental e no Brasil. Cf. Maria Leonor Cruz, «Misericórdias Portuguesas no Espaço Lusófono», in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Fernando Cristóvão (Dir. e Coord), Lisboa: Texto Editores, 2005, p.707-710.

a sua autonomia de funcionamento. Não obstante, o rei exercia o seu controlo de forma um tanto irregular, por intermédio do provedor e do corregedor, quase sempre quando era solicitado diretamente a intervir. No cômputo geral, os autores são hoje unânimes em considerar as confrarias da Misericórdia nos dois séculos que se seguiram à sua fundação como instituições locais vivas e dinâmicas, espelho do poder das elites locais².

Tomando em linha de conta a importância assumida pela instituição assistencial da Misericórdia no dealbar da Época Moderna, onde os Açores se incluem como território distante e periférico e, simultaneamente, central, enquanto ponto nodal de ligações intercontinentais, procuráramos confrontar a centralidade simbólica institucional das Misericórdias derivada dos aspetos funcionais e de representação social que eram chamadas a desempenhar, com a configuração e posição espacial ocupada no contexto das recentes formações urbanas açorianas. O presente estudo, situado no âmbito da história da arquitetura e da história urbana, pretende recuperar a imagem projectada no tecido urbano e social do que se conhece terem sido as diversas Santas Casas da Misericórdia açorianas, edificadas desde o dealbar do século XVI e até ao final de setecentos, tentando detetar as suas particularidades inter-regionais, por contraponto dialético com algumas das instituições congêneres existentes nos territórios continental e ultramarinos do império português.

A abordagem procurará analisar os aspectos morfológicos, modelos e tipologias seguidos pelos organismos locais nas séries cronológicas conhecidas, de *per se* e na relação estabelecida com o tecido urbano consolidado. Nalguns casos a prospeção não poderá ir muito longe dado o desaparecimento total ou parcial dos vestígios materiais, ou a carência da documentação que inviabiliza o esclarecimento das inúmeras zonas de sombra relativas à edificação e configuração dos edifícios primitivos. Tomemos como exemplo a Santa Casa da Misericórdia de Velas, e facilmente se perceberá o destino de tantas edificações desta instituição assistencial, sucessivamente ampliadas e reformuladas, desalojadas das suas instalações originais, ou simplesmente suprimidas na voragem da renovação urbana³. Por outro lado, contamos com o apoio de um vasto investimento historiográfico realizado nas últimas duas décadas em torno das Misericórdias portuguesas e ul-

2 Charles Boxer expressa a ideia citando o provérbio alentejano que diz: «quem não está na Camara está na Misericórdia». Cf. *O Império Colonial Português, 1514-1825*, Lisboa; Edições 70 [1969], p.275

3 Para a história da Santa Casa da Misericórdia das Velas e as suas atribuições veja-se por todos, Frederico MACIEL, *Misericórdia das Velas. Provedores, factos e documentos*. Velas: Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas, 2007.

tramarinas⁴, socorrendo-nos também de estudos sobre áreas temáticas afins e da reinterpretção, sempre que possível, da documentação disponível. Idealmente a investigação em curso coloca-se no plano de uma pluridisciplinaridade que permitirá o cruzamento com estudos de arqueologia urbana, reabilitação e revitalização do tecido urbano ou até, porque não, reconstituição virtual dos componentes urbanos que foram apagados do mundo visível mas que não perderam, por isso, o seu lugar central na história das realizações humanas⁵.

4 O estudo sobre o modelo assistencial das Misericórdias portuguesas e ultramarinas conheceu um significativo recrudescimento com a aproximação das celebrações do V Centenário da sua fundação, não tendo perdido o ímpeto académico desde então, como é amplamente documentado pelo gigantesco projeto do *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* em 10 volumes publicados pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, de 2002-2012. Veja-se a título de exemplo os diversos trabalhos publicados por Isabel dos Guimarães e Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal (1498-1525)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; «As misericórdias do Estado da Índia (séculos XVI-XVIII)», in Rosa Maria PEREZ, coord., *Os Portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, pp.87-112; *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), Laurinda ABREU, («Câmaras e Misericórdias. Relações políticas e institucionais». In *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, ed. Mafalda Soares da Cunha e Teresa Fonseca, pp.127-138; «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime». In *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, ed. Jorge Fonseca, coord., 2008, pp.25 – 43; «The Portuguese Hospitals under the Misericórdias' Confraternities (16th-18th Centuries): Community or Crown Control?». In *Hospitals and Communities, 1100-1960*, ed. Bonfield, Christopher / Reinartz, Jonathan / Huguet-Termes, Teresa (eds), 2013, pp. 209–235), Ivo Carneiro de SOUSA, (*V Centenários das Misericórdias Portuguesas. 1498-1998*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998); Fernando Correia da SILVA, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; José Pedro PAIVA, coordenador científico dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, entre outros. No que concerne ao estudo do riquíssimo património edificado e móvel destas instituições conhecem-se diversas monografias e poucos estudos de conjunto, dos quais nenhum que abranja os Açores. Destaque para a inventariação do património arquitetónico-artístico das Misericórdias que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual IRU– Instituto de Reabilitação Urbana, desenvolveu, através do SIPA – Sistema Integrado do Património Arquitectónico – ao abrigo de um protocolo estabelecido com a União das Misericórdias Portuguesas. Do historiador de arte Rafael MOREIRA conhece-se um primeiro estudo de síntese sobre a temática: «As Misericórdias: um património artístico da humanidade». In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, pp.135-164 e mais recentemente uma investigação académica de Joana Balsa Carvalho de PINHO; *As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura quincentista portuguesa*. Tese doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

5 Sempre que exista documentação escrita ou iconográfica que permita a reconstituição hipotética dos edifícios, o exercício pode e deve ser feito. Sobre a desaparecida igreja da Misericórdia de Ponta Delgada veja-se Isabel Soares de ALBERGARIA, «A igreja da Misericórdia de Ponta Delgada: Considerações em torno de um monumento perdido», *Arquipélago-História*, 2009, pp. 21-48.

1. Fundações

A questão da cronologia das fundações das Misericórdias no território insular, como de resto no próprio território continental, está longe de estar completamente esclarecida. O problema não decorre apenas da carência documental, sempre premente para épocas tão recuadas, como ainda da dificuldade em distinguir completamente a fundação das novas instituições das antigas confrarias e irmandades medievais, muitas vezes estruturadas em torno dos municípios e frequentemente consagradas à proteção do Espírito Santo⁶.

A ideia de que as confrarias e hospitais dedicados ao Espírito Santo, de ampla difusão geográfica no território português e ultramarino desde os finais da Idade Média, teriam sido verdadeiros precursores das Misericórdias foi defendida no clássico estudo de Victor Ribeiro dedicado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1902)⁷. Victor Ribeiro apontava ainda essa preexistência como justificadora do facto de as misericórdias portuguesas não terem imitado diretamente a mais proeminente de todas as instituições assistenciais europeias, o hospital de *Santa Maria Novella* de Florença.

Esta posição que tem sido repetida desde então *ad nauseam* foi vivamente contrariada por Ivo de Sousa, alegando este autor que a instituição florentina não constituía sequer uma confraria, pelo que nunca estaria na origem das Misericórdias, tendo sido, isso sim, fonte inspiradora para que D. João II concebesse o hospital maior de Todos os Santos, em Lisboa⁸. Além disso, alega ainda o mesmo autor, as instituições medievais reunidas sob a invocação do Espírito Santo estão longe de corresponder a um modelo uniforme, incluindo albergarias, gafarias, por vezes mesmo pequenos hospícios, casas de abrigo para pobres eromeiros⁹. Realidade compósita que não se confunde com a matriz pietista das misericórdias portuguesas.

A quem coube então a responsabilidade pela criação das misericórdias e o que as torna tão especiais no contexto das diversas instituições assistenciais conhecidas por toda a Europa e também em Portugal? Reza a história que a iniciativa coube à rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel, a qual inspirada pelo seu confessor Frei Miguel de Contreiras terá fundado a confraria, em 1498, numa ca-

6 A origem do culto do Espírito Santo e a criação de hospitais sob a sua invocação devem ser procurados além das fronteiras do reino, tendo tido em Guy de Montpellier o seu fundador com o hospital do *Santo Spirito di Saxia*, em Roma, autorizado pelo papa Inocêncio II. Cf. Isabel dos Guimarães de Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.26.

7 Victor RIBEIRO, *Comemoração do IV Centenário da Instituição da Misericórdia. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua historia)*, Lisboa, 1902.

8 Cf. Ivo Carneiro de SOUSA, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas. 1489-1998*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998.

9 *Idem*, p.52.

pela do claustro da Sé, em Lisboa. As narrativas fundacionais aproveitam para enaltecer a figura da rainha viúva, então regente do reino dada a ausência de D. Manuel em Castela, ao mesmo tempo que estabelecem subliminarmente um paralelo entre a rainha D. Leonor, *Mater Dolorosa* pela perda do seu único filho, rainha piedosa e Mãe de Misericórdia, com a própria Virgem Santíssima, Rainha de Misericórdia.

As fontes coevas só parcialmente confirmam a veracidade dos factos e figuras identificados. Os textos e crónicas produzidos no século XVI, como é o caso da *Miscelânea* de Garcia de Resende, amplamente dedicado às obras leonorinas, nem sempre mencionam com clareza as datas e os episódios que envolvem a fundação da Misericórdia, embora não coloquem em dúvida o envolvimento pessoal da rainha nessa fundação¹⁰. Damião de Góis na sua *Crónica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* (1566) reafirma o papel da Rainha na instituição do primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa sem deixar de enfatizar o apoio oficial concedido pelo rei na atribuição de esmolas à nova instituição. Em nenhum deles, porém, surge referida a figura de Frei Miguel de Contreiras que tudo aponta pertencer ao campo do mito.

Com efeito, a existência de Frei Miguel de Contreiras só aparece mencionada nos textos posteriores aos acontecimentos relatados e de forma sempre bastante confusa e imprecisa. A menção ao frade da Ordem da Santíssima Trindade surge pela primeira vez numa crónica manuscrita de 1574-75 onde se sustenta que as antigas bandeiras da Misericórdia de Lisboa incluíam na sua iconografia a representação do frade trino. O depoimento decorre de uma tradição oral recolhida por Frei Bernardo da Madre Deus, cuja prova material é inexistente. Apesar disso, o Provincial da ordem da Trindade apresenta um requerimento à Misericórdia de Lisboa para que passasse a exibir a figura de Frei Miguel de Contreiras nas bandeiras e estandartes da irmandade. A estratégia de dignificação da ordem resultou, pois em 1576 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa delibera que as bandeiras da irmandade incluíssem na sua representação iconográfica um rei e uma rainha, em memória de D. Leonor e D. Manuel «primeiros Irmãos desta Irmandade» e um «religioso da SS Trindade, grave velho e macilento, de joelhos e mãos levantadas com estas letras – FMI – que querem dizer Frei Miguel Instituidor»¹¹. Por fim, desaparecido o provincial da Ordem, o rei Filipe III ordena a 26 de Abril de 1627 que todas as misericórdias do reino pintassem as suas bandeiras segundo o modelo da confraria-mãe de Lisboa.

10 Para uma análise detalhada dos textos e referências ao papel desempenhado por D. Leonor e D. Manuel I na instituição e oficialização das Misericórdias, veja-se Ivo de SOUSA, *ob.cit.*, pp.17-35.

11 *Idem*, p.40.

Os autores contemporâneos que se debruçaram sobre as origens das misericórdias em Portugal, entre os quais se destacam Ivo de Sousa, Isabel dos Guimarães de Sá e Laurinda Abreu têm revisto toda a questão à luz da documentação histórica, procurando antes salientar os aspetos da orgânica peculiar da nova instituição face a outras organizações assistenciais portuguesas e europeias, integrando-a nas formas de expressão da espiritualidade moderna e da sociabilidade religiosa de matriz católica. Sobre Frei Miguel de Contreiras Ivo de Sousa é peremptório: «Em rigor, documentalmente Frei Miguel não existe, da mesma forma que a sua presença não sobreveio em qualquer memória impressa ou manuscrita anterior a 1574-1575»¹².

Se podemos descartar a figura de Frei Miguel de Contreiras, também o favor dispensado pela rainha viúva à Misericórdia de Lisboa está longe de poder explicar o extraordinário sucesso da instituição e a sua difusão à escala do império português¹³. Para além dos mitos fundacionais é necessário atender ao contexto espiritual da época relacionado com a progressiva afirmação das práticas religiosas dos leigos, cujas tendências preanunciam as reformas religiosas. No programa espiritual das obras de Misericórdias condensam-se as virtudes consideradas indispensáveis à superação das penúrias corporais e espirituais (sete de cada ordem), de uma forma que podia ser facilmente compreendida pelo crente comum. Por outro lado, abarcando o lado político da instituição, não podemos esquecer o quanto D. Manuel favoreceu as novas misericórdias com a atribuição de benesses e isenções aos irmãos que pertenciam à Mesa das respetivas confrarias, com o objetivo de ajudar a definir as elites locais.

A criação do Compromisso das Misericórdias portuguesas, a publicação de leis, cartas ou até de emissários encarregues de incentivar a criação de novas confrarias, conduziram à multiplicação das novas misericórdias por toda a metrópole e demais territórios ultramarinos. Não se fazia distinção relativamente aos novos espaços ocupados pelos portugueses no seu movimento expansionista, não sendo raro que as ilhas atlânticas, as praças africanas, ou o longínquo oriente tivessem tido as suas Misericórdias antes mesmo de muitas cidades do reino. À data da morte de D. Manuel tinham sido fundadas 61 Misericórdias.

A cronologia das fundações nas ilhas

Tem sido repetidamente afirmado que as Misericórdias modernas se distinguem claramente das antigas irmandades medievais. Não apenas os velhos hospitais só pontualmente foram incorporados nas misericórdias, segundo afirma Isabel

12 Idem, p.47.

13 Cf. Isabel dos Guimarães de Sá, *ob.cit.*, p.22.

dos Guimarães Sá¹⁴, como acresce que a própria rainha D. Leonor terá continuado a favorecer e até a criar novas confrarias do Espírito Santo, mesmo depois da instituição da misericórdia de Lisboa, o que leva a crer que não tenha havido uma integração sistemática das duas instituições, ou uma sucessão linear entre as Misericórdias e as irmandades do Espírito Santo pela mera supressão destas últimas.

A verdade, porém, é que percorrendo a cronologia fundacional das misericórdias no Arquipélago açoriano, essa relação consanguínea ganha contornos mais nítidos. Com efeito, apesar da força que o culto do Espírito Santo adquire nos Açores, e que se mantém bem vivo até hoje, todas as confrarias do Espírito Santo que nos séculos XV e XVI dirigiam hospitais ou casas de recolhimento para pobres foram integradas nas misericórdias logo após a fundação daquelas, incorporando os rendimentos da anterior irmandade e os respetivos edifícios, os quais se limitaram a sofrer reformas, ampliações e adaptações à sua nova condição. Tal situação pode ser reportada nos casos de Angra, Praia da Vitória, Velas, Santa Cruz da Graciosa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Vila do Porto, conservando-se em muitas delas a habitual invocação do templo ao Espírito Santo, como sucede com o caso de Angra, de Vila Franca do Campo, da Ribeira Grande e de Ponta Delgada (esta última desaparecida).

A integração dos bens e legados da confraria do Espírito Santo nas novas misericórdias fez-se geralmente de forma tranquila, embora nem sempre assim tenha acontecido. A título ilustrativo podem apontar-se duas situações em que o comportamento dos confrades foi diametralmente oposto: em Vila Franca do Campo, onde se supõe que por vontade dos corpos sociais da Irmandade do Espírito Santo os bens dessa confraria tenham transitado de imediato para a nova agremiação. A transferência efetuada, porventura no momento do próprio ato fundacional, ocorrido por volta de 1551, não suscitou nenhum tipo de contestação¹⁵; diferente reação tiveram os confrades da Irmandade da vila da Praia quando foram confrontados com a ordem régia, datada de 11 de Julho de 1521, pela qual D. Manuel ordenava ao capitão e demais juízes que entregassem o hospital ao Provedor da recém-criada Misericórdia¹⁶. Ao que parece a Câmara da vila resistiu ao cumprimento da ordem pois em 21 de Junho de 1524 novo diploma real, desta vez emitido pela

14 Idem, p.32

15 Cf. João Luís MEDEIROS, «O morgadio dos pobres: as doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de setecentos)», in *Arquipélago-História*, vol. 7 (2003), p. 13-14.

16 Pela carta régia de 11 de Julho de 1521 D. Manuel impunha a entrega dos bens da confraria do Espírito Santo na Misericórdia: «Nós, El Rei fazemos saber ao capitão, juízes, etc. que nos fomos informados que nessa vila queria ordenar-se nela fazer a confraria da Misericórdia... vos mandamos que lhes entregueis o dito hospital ao provedor e oficiais dela...» Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, tomo I, p.524-525.

chancelaria de D. João III, mandava que se procedesse de acordo com o estipulado no Compromisso escrito da Misericórdia¹⁷.

O caso de Angra, várias vezes tomada como a mais antiga misericórdia dos Açores, é a diversos títulos interessante, em boa parte devido à confusão de datas que se gera em torno das diversas fundações e confirmações reais.

No ano de 1492 foi fundada na vila de Angra a Irmandade do Espírito Santo com a promessa da edificação de um hospital e pequena capela da mesma invocação. O precioso *Compromisso* que ainda se conserva, datado de 15 de Março desse mesmo ano – em que se revela terem estado presentes na primeira sessão o capitão João Vaz Corte Real, o cavaleiro João Borges e João Lamego, mordomo da dita confraria – foi confirmado mais tarde por D. Manuel por carta régia de 11 de Agosto de 1508¹⁸. Ao contrário do que alguns fazem supor, esta data não se refere ainda à fundação da Misericórdia de Angra mas antes confirma que à data o hospital do Espírito Santo se encontrava em pleno funcionamento, embora com obras a decorrer. Nada nos diz acerca da igreja cujo início de construção é desconhecido. Apenas se sabe que em 12 de Abril de 1556 se procede ao auto de ajuntamento das casas do hospital e Misericórdia, pelo juiz da casa do Hospital, Álvaro Metella e pelo mordomo da capela, Henrique da Costa, passando o hospital para a administração permanente da Misericórdia¹⁹. Presume-se que na sequência desta fusão tardia, tenha sido então edificada a igreja de três naves e três portais de que nos fala Gaspar Frutuoso²⁰ e que precedeu o actual templo, orientado no sentido perpendicular ao primitivo. Mas também é possível que o templo já existisse à data da entrega do hospital à nova irmandade. Um pouco em contra-ciclo, considerando que o apoio régio às misericórdias tinha já esfriado um pouco, D. Sebastião beneficia a Misericórdia de Angra em 1566, isentando o Provedor e irmãos da confraria de prestar contas ao Provedor das Ilhas sobre as esmolas e rendimentos da confraria e do hospital anexo²¹.

Na ilha Terceira as outras duas Misericórdias de fundação quinhentista, a da

17 Uma das vantagens das misericórdias consistia na sua organização burocrática, obrigando ao cumprimento do que constava dos Compromissos escritos. É também esta a dedução de Batista de Lima a propósito do caso da Misericórdia da vila da Praia. Cf. Baptista de LIMA, "A Introdução do Culto do Espírito Santo", BIHIT, pp. 159-160.

18 Datas referidas por Manuel Luis MALDONADO, *Fénix Angrense* Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, vol.I, p.183.

19 Cf. Jacinto MONTEIRO, "As Misericórdias dos Açores", Atas do *II Congresso Regional das Misericórdias dos Açores*, Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1990, pp.80-81.

20 Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro VI, p.13.

21 «Alvará de 10 de Abril de 1566 izentando a Misericórdia d'Angra de prestar contas ao Provedor», in *Archivo dos Açores*, vol. VIII, p.142.

vila de S. Sebastião e a da Vila Nova, são ambas tardias e ao que se sabe nenhuma delas resultou de um prévio hospital do Espírito Santo. A primeira desapareceu sem deixar rasto, além da notícia de Frutuoso que a atribuía à fundação do fidalgo João da Silva do Canto. A segunda teve vida mais longa, chegando aos nossos dias. As circunstâncias em que ocorreu a sua fundação bem como a data são conhecidas, afirmando Ferreira Drummond que a 2 de Junho do ano de 1571 o corregedor Gaspar Pereira de Lagos foi à Câmara de São Sebastião «(...) e estando presentes os vereadores e muitas pessoas da governança da Ilha, resolveram edificar um hospital (...)»²². Que este hospital esteve desde a origem ligado à Misericórdia não restam dúvidas depois de ouvir o que acrescenta Drummond: como «até ora não havia Casa da Santa Misericórdia, sendo tão necessária (...) foi pelos ditos desembargadores proposto (...) haver a dita casa juntamente com hospital de pobres da dita Vila»²³. Registe-se como uma vez mais neste caso a fundação deve-se à iniciativa do corregedor e autoridades municipais.

Presumivelmente a primeira Misericórdia fundada nos Açores terá sido a de Ponta Delgada. Frei Agostinho de Montalvene afirma que um grupo de devotos se organizou para fundar a Misericórdia da cidade, todavia não adianta quando nem exatamente em que circunstâncias tal ato ocorreu. Segundo o mesmo cronista «Afonso Anes, cavaleiro da ordem de S. Lazaro, vindo do Reino casado com Catarina Anes, da Casa dos Infantes (...), deu o sitio para o hospital, fazendo na sua igreja a capela de São João Baptista com seu corocheo»²⁴. Já antes, num outro testamento de Pedro Afonso e sua mulher Beatriz Rodrigues, datado de 6 de Agosto de 1504, os testadores referiam a doação de parte da sua fazenda «sendo caso de nesta vila se fizesse um hospital»²⁵, o que prova da intenção de construí-lo. O certo é que D. Manuel por alvará de 29 de Outubro de 1515 reconhece aos irmãos da Misericórdia de Ponta Delgada os mesmos privilégios que gozavam os de Lisboa²⁶, estando pois nessa data constituída a Irmandade. O favorecimento do monarca à Santa Casa de Ponta Delgada é reforçado com a doação, atribuída no mesmo ano, de uma esmola «de duas arrobas de açúcar cada ano, pagos com os quintos da ilha da Madeira» para provimento dos doentes da Casa²⁷. Montalvene apresenta os rendimentos da Santa Casa em 1623 a «excederem os 133 moios de trigo, além de foros e capitais deixados em legado»²⁸. Não é pois de estranhar que a Santa Casa de Ponta Delgada viesse a

22 Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, tomo I, p.159

23 *Idem*, p.468.

24 Frei Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de S. João Evangelista*, 1960, p.221.

25 Isabel Soares de ALBERGARIA, «A Igreja da Misericórdia de Ponta Delgada. Considerações em torno de um monumento desaparecido», *Arquipélago-Historia*, (2009), p27.

26 *Archivo dos Açores*, vol.IV, p.561.

27 *Archivo dos Açores*, vol. III, p.25.

28 Frei Agostinho de MONTALVERNE, *ob.cit.*, p.222.

ser reconhecida como uma das mais ricas dos Açores, cujo majestoso templo, na opinião de diversos cronistas, não tinha rival entre as demais ilhas dos Açores²⁹.

Gaspar Frutuoso não se refere à Misericórdia da sua terra natal – a Ribeira Grande – porque à data da sua morte não havia ainda sido instituída. Menciona, contudo, a ermida do «Espírito Santo que é um hospital para pobres e doentes», cuja entrada em funcionamento não se conhece ao certo³⁰. Tendo sido a última Misericórdia criada na ilha de S. Miguel durante a Época Moderna, a notícia da sua fundação é uma das melhores documentadas. Diz-nos Montalverne que a 7 de Novembro de 1592 se reuniram as autoridades do concelho e reconheceram a necessidade de fundar naquela vila uma Santa Casa da Misericórdia (...) e fazendo eleição onde seria, assentaram que fosse na igreja do Espírito Santo, onde, de presente, estava o hospital...». Acrescenta o cronista que o referido hospital, gerido pelos 24 mesteres, havia sido automaticamente entregue à administração da nova irmandade no dia 17 de Dezembro daquele ano: «(...) E logo no dia seguinte se fez a primeira reunião, com título já da Misericórdia». No ano seguinte, por alvará régio de 22 de Fevereiro, são concedidos ao Provedor e irmãos da Misericórdia, na forma do costume, os mesmos privilégios e liberdades da Misericórdia de Lisboa³¹.

Nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge existiram em cada uma delas uma Santa Casa da Misericórdia de fundação quinhentista, tendo sido pioneira a da Horta, logo seguida da das Velas, da de Santa Cruz da Graciosa e finalmente a das Lajes do Pico, já no ocaso do século XVI.

Quanto à Horta, Marcelino Lima admite que tenha sido instituída entre 1520 e 1523 e que em 1528 a igreja já se encontrasse aberta ao culto. Opinião coincidente quanto à data da ereção da igreja tem o faialense António Lourenço da Silveira Macedo³² mas talvez que a conclusão da obra deva ser um pouco atrasada porquanto no testamento de Beatriz de Macedo, viúva do 1º capitão das ilhas do Faial e Pico, Josse de Huertere, datado de 24 de Abril de 1527, é destinada uma verba de mil reis para as «obras da Santa Misericórdia e Hospital», o que leva a crer que a construção ainda mal estaria começada³³.

Relativamente à Santa Casa da Misericórdia da vila das Velas, José Cândido

29 *Idem*, p.24

30 Baptista de Lima aventa que o hospital do Espírito Santo da Ribeira Grande terá entrado em funcionamento no primeiro quartel do século XVI, sem contudo apresentar documentos comprovativos de tal facto. Cf. Manuel Baptista de LIMA, «A introdução do Culto do espírito Santo nos Açores. Os impérios do Espírito Santo e a simbólica do império», BHIIT, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 42, 1984, p.133.

31 *Archivo dos Açores*, vol IV, pp.185-186.

32 Cf. António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, Horta: SREC, 1981 [ed fac simulada de 1871], p.46.

33 Cf. Jacinto MONTEIRO, *ob.cit.*, p.89.

de Avellar afirma que a irmandade foi instituída a 15 de Abril de 1543. À semelhança de tantas outras, também nas Velas a Santa Casa começa por se instalar na anterior Casa do Espírito Santo onde terá ocorrido a primeira reunião e redação do Compromisso, escrito por João Varela e outros 24 irmãos³⁴. Não sabemos se a nova irmandade mandou edificar ou não uma igreja maior do que a já existente, invocada ao Espírito Santo, mas no testamento de João Varela, datado de 13 de Setembro de 1570, era deixada uma verba destinada à edificação de uma capela de Santa Catarina para sua sepultura, o que claramente demonstra que estamos em presença de uma igreja e não de uma simples ermida. De qualquer forma, o templo sofreria amplas modificações, tal como o hospital da Casa, a casa do Consistório e a sacristia, depois de 1682, com o legado deixado por Beatriz de Mello. Os documentos levantados por Frederico Maciel provam que entre 1699 e 1709 as obras decorriam em força e obrigaram mesmo à contração de vários empréstimos para pagamento aos oficiais e ao mestre Francisco Rodrigues, o mesmo que veio do Pico para a construção da matriz das Velas³⁵.

A controvérsia levantada por alguns autores relativamente à existência do primitivo hospital releva do não entendimento de como funcionavam essas casas de assistência e recolhimento para pobres e doentes em épocas recuadas. A velha casa de S Lazaro que em 4 de Janeiro de 1570 já era considerada pela vereação da câmara muito decaída, tendo o efetivo camarário dado ordens para que se refizesse a enfermaria, era certamente a mesma que na visita do Provedor das capelas, efetuada a 9 de Março de 1631, se diz não ser «mais que somente uma casa em que recolhiam alguns pobres, que o Provedor da Santa Casa e irmãos dela, de suas bolsas e algumas esmolos sustentavam [...]»³⁶. As grandes reformas do hospital da Casa ocorrem, sem dúvida, mais tarde, com o legado de D. Beatriz de Melo no qual se diz expressamente que «se faça uma Casa de Hospital à ordem dos ditos Provedores que servirem [...] com seus catres e camas para os pobres doentes e necessitados, com seus departamentos assim para homens como para mulheres»³⁷.

Em conclusão pode afirmar-se que no caso açoriano os hospitais do Espírito Santo não subsistem após a fundação das misericórdias e nalguns casos a sua administração é compulsivamente integrada naquela instituição. Mas por outro lado, nas situações em que funcionavam essas irmandades de origem tardo-medieval, o ato de criação formal das misericórdias é protelado, acabando por se firmar numa fase tardia muito para além do período de euforia difusionista verificado durante

34 José Cândido de AVELLAR, *A Ilha de S. Jorge*, 1902, pp.115-116.

35 Frederico MACIEL, *Misericórdia das Velas. Provedores, factos e documentos*, Vila das Velas: Santa Casa da Misericórdia, 2007, p.69.

36 *Idem*, p.68.

37 *Idem*, p.69.

o reinado de D. Manuel. Nos Açores, entre as treze Misericórdias de fundação quinhentista, apenas três são da época manuelina: Ponta Delgada, Horta e Praia. Certamente o que isto quer dizer é que os velhos hospitais cumpriam bem a sua função não havendo necessidade de fundar misericórdias onde já existiam outras instituições assistenciais. A única exceção a esta regra é o caso da Vila da Praia. Talvez o rei não visse com bons olhos a duplicação de instituições de tipo semelhante. Ou talvez tivesse tido estrategicamente a intenção de fomentar pelo menos uma misericórdia nas três ilhas de maior importância económica e demográfica: S. Miguel, Terceira e Faial. O certo é que os favores e privilégios concedidos às Misericórdias açorianas são uma constante, desde D. Manuel até, inclusivamente, aos reinados filipinos. Haja em vista o que afirma o alvará régio de 14 de Novembro de 1592 a favor da Misericórdia das Lajes do Pico: «(...) *ey por bem por mo assi enviarem pedir por sua petição o provedor e irmãos que ora são da dita confraria que elles e os que adiante nella forem gozem e usem de todos os privilégios e liberdades de que gozam e uzam por minhas provisões e dos Reis meus antecessores o provedor e irmãos da confraria da misericórdia da cidade d'Angra da ilha Terceira e ilha do Faial*»³⁸.

Repare-se na hierarquia que desta vez não se estabelece diretamente com a Misericórdia de Lisboa, como era habitual, e sim com a de Angra, assumida aqui como modelo de uma centralidade informal no interior do arquipélago.

2. Modelos e tipologias

Se considerarmos os conjuntos edificados que se agregam em torno da igreja, fulcro essencial dessa «religião civil» tão bem expressa pelas confrarias modernas, a diversidade de soluções é patente, impossibilitando a definição de tipologias rígidas. A fluidez formal, planimétrica e volumétrica resulta evidentemente, tanto da própria natureza multifuncional abarcada pela instituição – assistencial e caritativa, administrativa, espiritual, celebrativa, litúrgica e funerária – como do diferente grau de riqueza das diferentes misericórdias e das suas particulares circunstâncias geográficas e históricas de nascimento e crescimento. Expandidas em torno dos antigos núcleos hospitalares e capelas do Espírito Santo, foram-se acumulando legados pios deixados em testamento, construindo e ampliando um vasto conjunto de dependências onde se incluem a Casa do Despacho com a sua sala do Consistório anexa, destinada à reunião dos mesários, um pátio exterior colhido geralmente do ambiente semelhante ao de um claustro, além das enfermarias, das cozinhas, da botica, do cemitério, e de outras dependências.

Como já se foi dando conta, o património edificado das santas casas da Mise-

38 *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1981, p.96.

ricórdia dos Açores, tal como chegou à actualidade, está longe de corresponder ao figurino ostentado nas suas fases iniciais. Em certos casos os edifícios do hospital e até mesmo as igrejas desapareceram por completo quase sem deixar rasto, salvo por uma simples referência na toponímia. É o que acontece com a primitiva Misericórdia das Velas que sabemos ter existido no lugar hoje ocupado pela casa de repouso João Inácio de Sousa, cuja rua era designada no século XVII por Rua da Misericórdia (atual rua Teófilo Braga); ou a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada que existiu no largo norte da Matriz onde hoje se ergue a Casa Bensaúde, precisamente designada por Rua da Misericórdia. Totalmente desaparecidas são ainda a igreja da Misericórdia da Horta e da Vila Nova, na ilha Terceira, onde apenas o topónimo da Rua da Misericórdia recorda a sua existência; a das Lajes do Pico que terá existido junto da praça onde esteve a Câmara Municipal (também desaparecida), no atual Largo General Lacerda Machado; e finalmente a igreja primitiva do Espírito Santo de Angra, substituída por um novo e portentoso edifício setecentista, sobre a qual temos a sorte de possuir a imagem desenhada e gravada pelo holandês Linschoten nos finais da década de 1580. Todas as outras surgem muito alteradas, amputadas na parte civil dos seus conjuntos ou quase totalmente refeitas nas fachadas dos templos e nos seus recheios.

Perante este quadro será legítimo aventar sequer a hipótese da existência de modelos e tipologias comuns à arquitetura das misericórdias açorianas, apresentando propostas de síntese?

O exercício tem sido tentado, com resultados encorajadores, por alguns estudos de âmbito nacional, onde infelizmente as agremiações açorianas não têm sido consideradas. Rafael Moreira no texto para o Catálogo da Exposição *500 Anos das Misericórdias portuguesas* lança um primeiro olhar de conjunto sobre as igrejas das misericórdias divisando-lhes um modo próprio de construir que seria fixado numa «igreja-tipo da misericórdia» ensaiada a partir de uma fase experimental, situada entre 1520-1560, para se definir no período seguinte, entre 1560 e 1600, tornando-se «clássica» durante o século XVII, e decadente, bem como aberta a novas modalidades barrocas, depois de setecentos³⁹. Os «traços de estilo das igrejas da irmandade» que o autor considera das criações mais originais da arquitetura portuguesa de quinhentos⁴⁰ conformam-se no uso da nave única formando volumetricamente uma «caixa lisa», apenas com contrafortes e cimalha dórica a coar o edifício, cobertura original em esteira de três panos, cruzeiro elevado, sem

39 Rafael MOREIRA, «As Misericórdias: um património artístico da humanidade». In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, pp. 135-164.

40 Rafael MOREIRA, «Arquitectura: Renascimento e Classicismo». In *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1995, p. 339.

capela-mor, retábulo tripartido (com arco ao centro e nichos laterais) ocupando toda a parede, púlpito central, e tribuna dos mesários substituída por cadeiral⁴¹.

Outros autores divisaram aspetos de âmbito regional que permitem individualizar as igrejas da irmandade da Misericórdia no conjunto das demais, demonstrando assim a tendência para o desenvolvimento de uma arquitetura de programa que se acerta com a especificidade social e cultural dessa instituição assistencial.

António Nogueira Gonçalves, no âmbito do *Inventário Artístico* publicado em 1953, analisou diversas igrejas da misericórdia da região do Baixo Mondego tendo concluído que algumas apresentavam um tipo particular, revelado na ostentação de nave única larga, cabeceira com três arcos abertos no topo da nave, providos com retábulos, e uma tribuna alta dando para a Casa do Despacho⁴². Por seu turno, José Eduardo Horta Correia no estudo que desenvolveu sobre a *Arquitetura Religiosa do Algarve* reforça os aspetos tipológicos peculiares das igrejas da misericórdia, como sejam a nave única e a ausência de capela-mor diferenciada⁴³. Mais recentemente, José Ferrão Afonso produziu um outro entendimento regional, desta vez focado nas igrejas quinhentistas da Misericórdia levantadas em diversos pontos da região do Entre Douro e Minho, onde a presença de uma génese renascentista filiada na norma de Alberti pode ser descortinada e explicada pela intervenção precoce, em Portugal, de Francisco de Cremona na igreja de S. João da Foz⁴⁴.

Todo este empenho no reconhecimento das especificidades tipológicas de algumas igrejas das Misericórdias, encetado desde meados do século XX e alvo de levantamentos tipológicos e estudos de caracterização recentes, não atingiu, contudo, os exemplares açorianos, como já foi mencionado⁴⁵. Importa, por isso, passar em revista os casos mais significativos de uma arquitetura religiosa particular na sua incidência de base regional.

Entre as igrejas de fundação quinhentista açorianas uma das mais interes-

41 Rafael MOREIRA, *As Misericórdias...*, p.151.

42 Cf. António Nogueira GONÇALVES, *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, pp. XXVII e 151.

43 José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitetura Religiosa do Algarve de 1520-1600*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, p. 61.

44 José Ferrão AFONSO, «Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias do Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana (1534-1622)». In *Actas das II Jornadas de Estudo sobre as misericórdias "As illisericordias Quinhevistas"*, Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp.123-151.

45 Saliente-se como mais relevantes, os estudos realizados sobre tipologias arquitectónicas pelo Instituto de Reabilitação Urbana (através do SIPA) coordenado Paula Noé, e a dissertação de doutoramento de Joana de Carvalho PINHO, *Ob.cit.*, nota 4, supra.

santes e que melhor se conhece, apesar de desaparecida, é a de ponta Delgada. É também aquela que sem sombra de dúvida adota o modelo das *plain box* portuguesas, as igrejas-caixa cujo exemplo pioneiro terá sido executado na paroquial da Foz do Douro, no Porto, assinada pelo arquiteto Francisco de Cremona. A filiação encontrada entre S. João da Foz e as igrejas da Misericórdia de Braga e do Porto já tinha sido notada por Rafael Moreira, depois reequacionada por José Ferrão Afonso em termos territoriais mais amplos. A cronologia é aqui um aspeto importante porquanto permitirá reconstituir os circuitos de expansão da nova forma genética.

Iniciado provavelmente no Porto, em 1528, o modelo da igreja-caixa de planimetria retangular e proporções em duplo quadrado, ostentando sobre a nave uma abóbada de canhão apainelada com caixotões de desenho geométrico, distingue-se claramente da *hallenkirche* tardo-medieval, cuja espacialidade unificada não subentende nenhuma exigência de axialidade e simetria, nem assenta em nenhum tipo de exercício geométrico ou especulativo. Depois dessa primeira experiência, a igreja da Misericórdia de Vila do Conde seria erguida na década de 1530, seguindo-se-lhe outros templos da irmandade da misericórdia ao longo das duas décadas seguintes⁴⁶.

Depois de uma primeira igreja de pequenas dimensões dedicada a S. João Batista, a poderosa irmandade de Ponta Delgada promove a construção de uma «sumptuosa e custosa igreja da advocação do Sprito Santo»⁴⁷, cujo projeto seria entregue ao mestre das obras reais e fortificador da ilha de São Miguel Pedro de Maeda. Não é possível saber até que ponto o mestre cantábrico estaria familiarizado com as novidades da arquitetura renascentista mas pelo pouco que conhecemos da sua obra em Ponta Delgada reiteramos a afirmação já defendida noutro trabalho de que em boa parte, pelo menos, coube a este arquiteto a superação do figurino manuelino que até à década de 1560 vigorava nas ilhas⁴⁸. A grande novidade da igreja da Misericórdia de Ponta Delgada foi precisamente a abóbada de berço que tantas dores de cabeça traria à Mesa da irmandade, sem esquecer as alterações propostas pelo capitão Rui Gonçalves da Câmara, eleito provedor da Santa Casa no biénio de 1577-78, para a capela-mor da mesma igreja⁴⁹, alterações que resultariam na construção de uma abóbada artesoada e esquadrelada, à semelhança da que seria adotada na sua contemporânea Sé de Angra.

46 Cf. José Ferrão Afonso, ob.cit., p. 130-147.

47 Gaspar FRUTUOSO, ob.cit., Livro IV, p.176.

48 Cf. Isabel Soares de ALBERGARIA, ob.cit, p.35.

49 Frutuoso conta como o capitão D. Rui Gonçalves da Câmara «fez crescer os edifícios dela [Misericórdia] e acrescenta que «com o grande juízo que em tudo tem, particularmente no edificar e construir, mandou emendar a capela da Sumptuosa igreja que se vai fazendo, parecendo bem a Pêro de Maeda, mestre das obras de el rei nesta ilha, tudo o que ele disse». *Idem*, p.381.

De construção anterior a esta, a primitiva igreja da Misericórdia de Angra apresentava o programa tradicional das igrejas medievais de fachada orientada a poente, «três naves e três portais» – segundo Gaspar Frutuoso – e cobertura de madeira. A descrição mais precisa e minuciosa do P.e Antonio Cordeiro acrescenta outras informações importantes: «(...) corre com a rua sem se afastar da direitura do casario e [é] por isso muito larga, de três naves, e três como altares mores, e outros vários a roda, e menos funda do que pedia a largura, por lhe correr detras a rua do Santo Espírito»⁵⁰. Não há dúvida portanto quanto às naves mas não deixa de ser interessante a adoção da cabeceira tripartida com arcos à maneira de nichos na parede fundeira em vez da capela-mor tradicional, aspeto que como vimos é comum a muitas igrejas da misericórdia do Continente.

Antonieta Reis Leite admite que a primitiva igreja angrense tivesse tido dois altares-mores, pressupondo aí também a existência de duas naves, o que poderia justificar a existência, no lado direito do corpo da igreja atual, das duas capelas laterais mais profundas do que as restantes⁵¹. A suposição é estranha considerando as afirmações inequívocas dos cronistas citados, mas a questão da dupla nave aventada pela autora como uma possível tipologia que teria particularizado as igrejas da Misericórdia da ilha Terceira⁵² merece um olhar mais atento.

Igrejas de duas naves

A existência de uma tipologia de igrejas da misericórdia de duas naves configura uma situação peculiar, não exclusivamente terceirense nem absolutamente obrigatória em nenhuma das ilhas em que foram edificados templos da confraria durante a Época Moderna. Não obstante, trata-se de uma singularidade açoriana no panorama nacional que terá, porventura, outras réplicas no espaço ultramarino português e que importa conhecer em maior detalhe.

Uma das igrejas açorianas erguidas ainda no decurso da primeira metade do século XVI terá sido, como vimos, a da Praia da Vitória. Na descrição que faz dessa vila, Gaspar Frutuoso não se esquece de mencionar a Misericórdia, referindo-se de forma especial ao facto de possuir «duas igrejas, uma do hospital do Espírito Santo e outra de Nossa Senhora, com uma nave pelo meio de obra nova de macenaria (sic)»⁵³. A manutenção dos dois altares inseridos nas respetivas capelas mantém-se até hoje, pese embora todas as peripécias por que passou o malogrado

50 Pe. António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*. [s.l.]: Governo dos Açores, s.d. Ed. fac similada 1717.

51 Antonieta Reis LEITE, *ob.cit.*, p.229.

52 *Ibidem*.

53 Gaspar FRUTUOSO, *Ob.cit.* Livro VI, p.8.

templo praiense⁵⁴. Pelo modo como o cronista quinhentista fala da nave recentemente coberta de madeira (possivelmente com a típica *obra de laço* que então continuava em uso), é provável que esta tenha sido acrescentada à primitiva capela do Espírito Santo, tendo daí resultado as duas naves que, mais tarde, seriam assumidas e regularizadas numa fachada de dois portais, como ainda se pode ver na fotografia tirada antes do grande incêndio de 1921 que praticamente a destruiu⁵⁵.

A esta hipótese genética para a formação da invulgar tipologia açoriana, acrescenta-se uma segunda gerada, não já da junção de duas capelas autónomas, como parece ter sido o caso da Misericórdia da Praia, mas da interpretação por assim dizer excessiva da tribuna dos mesários, existente em diversas igrejas da misericórdia continentais em plano elevado sobre a nave central. À consideração desta segunda hipótese leva-nos a análise da igreja do Espírito Santo da cidade da Ribeira Grande, cuja fundação se situa, como atrás ficou dito, no ano de 1592.

Na igreja ribeiragrãndense as naves são desiguais, separadas por uma arcada de três arcos plenos e um quarto, rebaixado, sob o coro alto ocupando o primeiro tramo. O altar-mor consagrado ao Espírito Santo situa-se no interior de uma capela axial profunda, havendo na cabeceira da nave lateral, mais estreita, uma segunda capela, também mais estreita e menos profunda do que aquela, onde repousava a imagem do Senhor dos Passos. É muito provável que todo este arranjo interior tenha resultado da campanha de reconstrução da igreja e hospital da Misericórdia – responsável pela belíssima fachada unitária e borrominiana que atualmente distingue o templo da cidade nortenha – ocorrido, segundo Mário Moura, entre 1740 e 1770⁵⁶. Não é ainda de descartar a hipótese do segundo altar erguido em honra do Senhor dos Passos ter estado relacionado com a tomada de decisão por parte da Mesa, à volta de 1790, de dar novo impulso à organização das festas da Casa, patrocinando para isso a constituição de uma Irmandade com essa missão exclusiva, e mostrando-se particularmente atenta à Procissão do Senhor dos Passos, a qual passaria daí em diante a contar com os Santos Passos erguidos em *pedra e cal*, como adiante se exporá mais detalhadamente.

Além das igrejas da Praia e da Ribeira Grande, sabemos que outros dois templos das irmandades açorianas seguiam o mesmo original dispositivo: a das Velas, em S. Jorge e a das Lajes do Pico. Infelizmente, ambos os edifícios desapareceram mas os dados documentais e iconográficos existentes são suficientes para apurar

54 Sobre a história da instituição da Misericórdia da Praia veja-se Valdemar MOTA, *Misericórdia da Praia da Vitória. Memória Histórica (1498-1998)*, Praia da Vitória: Santa Casa da Praia da Vitória, 1998.

55 Cf. Antonieta Reis LEITE, *ob.cit.*, p.229.

56 Mário MOURA, *Nascimento de uma Paróquia na Ribeira Grande. Nossa Senhora da Conceição (século XVIII)*, Ribeira Grande: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, 2009.

datas de construção, possíveis autorias e, no primeiro caso, um aspeto geral da fachada graças a uma antiga e preciosa fotografia conservada nas atuais instalações da Misericórdia das Velas⁵⁷.

Tomando o exemplo das Velas não restam dúvidas de que a edificação do novo templo ocorreu entre 1699 e 1709 devendo-se o plano da nova igreja ao mestre Francisco Rodrigues, natural do Pico e responsável pela anterior edificação da igreja matriz da mesma vila, em conformidade com as notas de pagamento entregues àquele mestre durante os anos em que decorreram as obras de forma mais intensa⁵⁸. Por seu turno, o que se sabe acerca da Casa da Misericórdia das Lajes é que em 1720 se encontrava em completa degradação, em consequência das violentas erupções vulcânicas ocorridas nesse mesmo ano e no segundo dos dois anos anteriores. Narram as crónicas que em cumprimento de um voto do povo, seria erguido um novo templo de duas naves situado no lado leste da Praça onde também se erguia o edifício da Câmara Municipal (atual Largo General Lacerda Machado)⁵⁹. Terá sido obra do mesmo mestre Francisco Rodrigues?

A hipótese, por enquanto especulativa, ganha plausibilidade se considerarmos a proximidade das datas de construção dos dois imóveis, além das constantes trocas existentes entre as duas ilhas e do facto de o mestre, sendo natural do Pico, ter querido acabar os últimos anos da sua já longa carreira profissional na sua ilha natal. Mais importante do que tudo isto, no entanto, é sabermos que a igreja das Velas possuía igualmente duas naves, assumindo com absoluta naturalidade condição partição do espaço interior através da marcação na fachada de dois tramos desiguais, separados por uma pilastra ligeiramente ressaltada. Tendencialmente quadrada, a fachada comportava dois andares, assente no piso térreo sobre um alto pódio e separada a meio dos dois pisos, de altura idêntica, por uma poderosa cornija, secundada por uma outra menos saliente que corria horizontalmente ao nível do lintel das janelas do primeiro andar e terminava numa terceira cornija junto ao remate superior. A abertura dos quatro vãos, duas portas e duas janelas de recorte retangular, perfeitamente alinhados na vertical, e envolvidos por elementos decorativos como os frontões semi-circulares no pano superior, acima das janelas, e os pináculos projectados na sequência das ombreiras das duas portas, apontam no sentido da manutenção da linguagem clássica, em que os diversos elementos se articulam no interior de um sistema coerente de estrutura arquitetónica – na linha do princípio albertiano da *consinnitas*. Sem atingir grandes assomos de erudição, o exemplo da igreja da Misericórdia das Velas atesta a permanência de um gosto

57 Devo ao Sr. Frederico Maciel a generosa cedência de uma cópia dessa fotografia.

58 Sobre o assunto consulte-se Frederico MACIEL, *ob.cit.*, p.69.

59 Cf. *Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico*. Disponível em www.scmlp.pt/

estético ancorado no classicismo de teor funcional e ajustado às necessidades correntes que caracteriza a arquitectura chã portuguesa.

Constitui, assim, um caso muito significativo este conjunto de igrejas de duas naves que não sabemos ao certo nem como nem quando se terá fixado em definitivo, mas que revelou ter-se adaptado às mudanças de programa e de estilo que o tempo impôs, chegando mesmo a protagonizar um dos momentos altos do barroco ilhéu, como exemplarmente é testemunhado pela fachada da igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande.

3. Inserção urbana

A proeminência social da instituição assistencial da Misericórdia leva naturalmente a constatar, sem surpresa, a centralidade que o seu edificado ocupa no espaço urbano. Quer em termos da sua posição/orientação na relação com ruas e praças, quer enquanto edifício de prestígio em si mesmo, a parte edificada reflete a posição estratégica e equidistante que a irmandade da Misericórdia ocupa no seio das outras instituições do poder: a igreja paroquial (a matriz), a Câmara Municipal e a Alfândega. A relação próxima que estabelece com as áreas de crescimento da urbe e com as artérias de maior relevância cívica e comercial já consolidadas, atesta bem dessa centralidade física e simbólica. Por outro lado, ainda, assistimos ao protagonismo da instituição como promotora de festividades públicas, quase sempre de cariz religioso, que definem circuitos urbanos e preparam o espaço como palco de acontecimentos celebrativos e litúrgicos.

Considerando o universo açoriano, a posição ocupada pelas misericórdias está muitas vezes junto da praça principal, em diálogo visual com o edifício camarário (Velas, Lajes, Ribeira Grande), a igreja matriz (Ponta Delgada, Vila Franca, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa) ou a alfândega (Angra e Praia). A proximidade do porto ou ancoradouro, com vista a acudir aos mareantes e forasteiros que chegam por mar, é outra das funcionalidades óbvias destas instituições assistenciais, sendo o caso da ilha Terceira, sob esse ponto de vista, o mais evidente. Na vila de S. Sebastião, por exemplo, tal intenção é mesmo expressa no ato fundacional da irmandade, em que os vereadores e demais autoridade presentes afirmaram querer edificar um hospital «não só para os pobres da vila e termo, como também para os necessitados que ao porto da mesma Vila chegassem»⁶⁰. Mas é na primeira cidade açoriana que a igreja da Misericórdia, depois da reedificação que teve lugar entre 1714 e 1746 e que produziria uma rotação de 90° em relação à sua anterior posição, orientando-a para sul e conferindo-lhe a monumentalidade que hoje apresenta, assumiria a absoluta primazia no espaço do chamado Pátio da Alfândega

60 Citado por Jacinto MONTEIRO, *ob. cit.*, p.84.

representando para a imagem da cidade a verdadeira função de sublimação simbólica da paisagem urbana.

A situação mais modesta das igrejas da misericórdia de Vila do Porto, alinhada ao comprido com a rua direita; ou da desaparecida igreja de Santa Clara da Misericórdia, na Horta, voltada para a antiga rua dos Mercadores, depois chamada da Misericórdia (actual rua D. Pedro IV) não deixa de ser determinante da relação estabelecida com os eixos privilegiados que fazem a união de pontos chave dentro do espaço urbano, no âmbito de uma hierarquização viária definida ao longo do século XVI⁶¹.

O mesmo tipo de relações privilegiadas, porventura ainda mais acentuadas, estabelece-se sempre que a posição do edifício da misericórdia se encontra de frente para uma praça ou para um eixo viário que se traça na perpendicular. É o que acontece no caso de Ponta Delgada, em que a igreja se situava do lado norte da praça da matriz, de frente para o mar, conferindo a esse foco central da expansão urbana de Ponta Delgada – orientado em direção a norte e já não distendido ao longo da faixa costeira (como na sua primeira fase) – uma qualidade morfológica e simultaneamente um sinal evidente da *renovatio Urbis* que então acontecia. A posição da igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande, por seu turno, espelha bem a segunda das duas situações enunciadas. Articulada com a praça, orienta a sua cenográfica fachada para o eixo viário da rua Direita (atual rua D. Carlos I) que funciona como canal visual de enorme efeito amplificador.

Essa posição estratégica face aos circuitos urbanos não está também desligada das funções celebrativas e espirituais que a organização da vida confraternal é chamada a desempenhar, conduzindo as nobrezas locais a um compromisso consuetudinário com as obras de caridade, sendo igualmente compelidas a participar piedosamente nos atos públicos e solenes. Assim, no cerne das actividades das misericórdias encontramos uma adesão ao tema da Paixão que se expressa na realização de manifestações processionais penitenciais, de que a procissão do Senhor dos Passos constitui o epítome. Na Ribeira Grande os irmãos da misericórdia alcançaram licença para a realização do ato por alvará de licença passado pelo bispo de Angra a 3 de Abril de 1628. Entre outras procissões quaresmais organizadas pela misericórdia da vila contam-se a Procissão do Cinzeiro, a Procissão das Endoenças, na Quinta-feira Santa, a procissão da Sexta-feira Santa, e, claro, a do Senhor dos Passos⁶².

Ainda hoje reconhecido como um dos pontos altos das festividades religiosas

61 O aspeto da hierarquização do espaço urbano é referido pelos diversos autores que têm abordado o tema. Veja-se por todos José Manuel FERNANDES, *Cidade e Casas da Macaronésia*, Porto: FAUP, 1996.

62 Cf. Lia Azevedo NUNES, *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, breve apontamento histórico & guia de arquivo*, Ribeira Grande: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, 2012, p.55.

da cidade, embora tenha deixado de pertencer à alçada da misericórdia desde o século XIX, a procissão contou com os Santos Passos na sua forma definitiva, «petrificada», desde 1790 quando a Mesa tomou a decisão de os erguer tomando por modelo os “*Passos da cidade e da villa da Lagoa...*”⁶³. A inserção urbana de uma das facetas mais ritualizadas da ação das misericórdias tem neste conjunto patrimonial da Ribeira Grande um dos mais bem conservados e coerentes exemplos açorianos.

63 Sobre o tema veja-se a dissertação de mestrado de Duarte Nuno da Silva Vieira CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores*, apresentada à Universidade dos Açores, 2012.

AS MEDIDAS DE CAPACIDADE NOS AÇORES EM 1868

MÁRIO VIANA*

Neste estudo¹ exploro parcialmente uma fonte oitocentista de valor inestimável do ponto de vista da história metrológica por facultar abundante e sistematizada informação coeva da época de implementação do sistema métrico decimal em Portugal. A análise dos dados relativos ao arquipélago dos Açores, e a sua representação cartográfica, permitiram-me detetar tipos específicos de distribuição espacial e propor interpretações credíveis para os mesmos.

1. O sistema métrico decimal em Portugal

A história do chamado Sistema Métrico Decimal decorre entre o seu nascimento em França, em 1791², e a sua substituição pelo Sistema Internacional de Unidades, em 1960. Os países que adotaram o Sistema Métrico Decimal tinham anteriormente conhecido, ao longo dos séculos medievais e modernos, vários projetos de regulação e uniformização dos pesos e medidas, cuja eficácia, regra geral, era limitada por falta de uma base universal e imutável de referência, por dificuldades de aferição e fiscalização, e por força dos interesses locais e regionais. A definição do metro como «décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre», afastou, em parte, a primeira limitação, mas as restantes, bem como a questão da nomenclatura, alimentaram longas discussões em torno da adoção do novo sistema.

* CHAM, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar.

1 Uma versão prévia foi apresentada no colóquio «Aquém e além de São Jorge: memória e visão», realizado na vila das Velas, ilha de São Jorge, em 4 e 5 de Julho de 2013.

2 Cf. decreto da Assembleia Nacional Constituinte de 30 de Março (<http://www.metrodiff.org/cmsms/index.php/histoire.htm>).

Em Portugal, o essencial da discussão decorreu entre 1812, ano da criação da Comissão para o Exame dos Forais e Melhoramento da Agricultura, que entre as suas competências, se ocupou da uniformização metrológica, e 1852, ano em que pelo decreto de 13 de Dezembro se adotou “o metro legal de França como base do sistema legal de pesos e medidas no continente do reino e ilhas adjacentes”³. E entre 1852 e 1869 criaram-se os organismos, e respetivos regulamentos, indispensáveis ao funcionamento do sistema, nomeadamente a Inspeção Geral dos Pesos e Medidas do Reino, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e as Repartições distritais de Pesos e Medidas, dependentes da Direcção Geral dos Trabalhos Geográficos, Estatísticos e de Pesos e Medidas, do mesmo ministério.

Desta forma, Portugal pôde, em 1875, integrar o grupo de 17 países que subcreveram a Convenção do Metro. “A Convenção do Metro é o tratado que criou o Bureau International des Poids et Mesures (BIPM), uma organização inter-governamental sob a autoridade da Conférence Générale des Poids et Mesures (CGPM) e a supervisão do Comité International des Poids et Mesures (CIPM).”⁴ Dos trabalhos da 11ª Conferência geral dos pesos e medidas, em 1960, nasceu o atual sistema de medição, o já referido Sistema Internacional de Unidades (SI). Baseia-se em sete unidades básicas aplicáveis à medição do espaço físico (m), da massa (kg), do tempo (s), da intensidade de corrente elétrica (A), da temperatura termodinâmica (K), da quantidade de matéria (mol) e da intensidade luminosa (cd). Com poucas exceções, quase todos os países do mundo seguem o SI, tendo Portugal passado a aplicá-lo em 1983⁵.

2. A literatura metrológica portuguesa oitocentista

Até ao final do Antigo Regime a metrologia foi tratada sobretudo nos manuais de comércio, figurando ocasionalmente nos trabalhos dos pensadores económicos. Desenvolveram-se, ao longo de séculos, tentativas de uniformização afirmadas no terreno por políticas, na melhor das hipóteses, de sucesso temporário. Mas só a partir da Revolução Francesa se reuniram, aos progressos da ciência e do pensamento económico, condições políticas capazes de realizar uma outra revolução, a da adoção do sistema métrico decimal. A discussão e a implementação do novo sistema em cada Estado encontrou-se, em geral, rodeada de uma copiosa bibliografia.

3 *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1852*, ed. José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pp. 740-744.

4 <http://www.bipm.org/fr/convention/>

5 <http://www.ipq.pt/museu/SiteGray/sistema/index.htm/>

No caso português a literatura metrológica oitocentista, até à publicação dos *Mapas* de 1868, e abstraindo dos projetos de lei apresentados e discutidos no meio parlamentar, pode repartir-se em dois grupos de textos. O grupo de textos que pretende facultar um instrumento de transição entre as medidas antigas e as do sistema métrico decimal e o grupo de textos que pretende divulgar o novo sistema entre o público em geral e os alunos do ensino primário em particular⁶.

Referir-me-ei somente aos textos que integram o primeiro grupo. Uma parte deles, publicada entre 1812 e 1838, permite recolher alguma informação sobre a variedade dos pesos e medidas em vigor no reino, as diferentes reformas que tiveram lugar e as vantagens da adoção de um sistema uniforme. Mas, ao nível dos dados quantitativos publicados, documenta em especial o caso das medidas de capacidade da cidade de Lisboa, comparadas às de algumas outras localidades portuguesas e estrangeiras⁷.

A outra parte, cronologicamente posterior, com textos publicados entre 1840 e 1868, faculta dados quantitativos mais abrangentes, ao nível de Portugal continental e também das ilhas adjacentes. Estes textos são, principalmente:

a) *Relatório acerca do projecto de lei para se igualarem no reino de Portugal os pesos e medidas, apresentado na câmara dos senadores pela comissão externa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, 55 p.⁸

6 Um bom conjunto de referências bibliográficas sobre a aprendizagem do sistema métrico decimal nas escolas foi reunida por ALMEIDA (S.), 2012.

7 Vejam-se: *Redução das medidas estrangeiras a alqueires portugueses e quantos destes produzem em Lisboa as medidas de moios nas diversas terras deste reino*, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1812, 75 p., que inclui uma tabela com as “Medidas de moios em diversas terras do reino produzem em Lisboa ...”; também a conhecida “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas, e sobre a introdução do sistema metro-decimal”, de Sebastião Francisco de Mendo Trigo, inserida nas *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, tomo 5, 1815, pp. 336-411, inclui umas “Tabuadas para converter qualquer número de medidas antigas de Lisboa em medidas novas e reciprocamente”; António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão (visconde de Vilarinho de São Romão), *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal: sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que têm sofrido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter. Acompanhada de várias tabelas de redução ou comparação de todas as medidas e pesos do mundo conhecido, antigas e modernas, com as actuais de Lisboa. Para uso do comércio e boa inteligência dos historiadores e geógrafos antigos e modernos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833, 111 p.; Fortunato José Barreiros, *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França, que se empregam nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilharia*, Lisboa, Na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1838, 80 p.

8 Veja-se, ainda, *Tábuas contendo a relação entre medidas de sólidos e líquidos de todos os concelhos do reino e as de Lisboa*, Porto, Tipografia da Revista, 1843, 29+1 p., que reproduz os dados do *Relatório...*, de 1840.

- b) João Baptista da Silva Lopes, *Memória sobre a reforma dos pesos e medidas em Portugal segundo o sistema métrico decimal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849, 152+70 p.
- c) Joaquim José da Graça, *Tabelas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao sistema métrico decimal e as deste ao antigo sistema*, Lisboa, Tipografia Universal, 1861-1864, 6 vols.;
- d) Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas dos diversos concelhos do reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, 298 p.

O único denominador comum entre estes textos é a existência de equivalências a litros das unidades de medidas de capacidade correntes nos concelhos, o alqueire, para os sólidos, e o almude, para os líquidos, representados basicamente pelo vinho e, por vezes, também pelo azeite. São diferentes em múltiplos aspetos, começando pela origem dos dados.

O *Relatório acerca do projecto de lei para se igualarem no reino de Portugal os pesos e medidas* (1840) atribui o levantamento dos dados relativos às medidas de capacidade a 1802-1803, tratando-se provavelmente de um equívoco, como notou João Baptista da Silva Lopes⁹. O que se sabe ter ocorrido em 1802-1803, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Fazenda, foi a aquisição de padrões franceses do metro, do kilograma e do litro, depositados na Casa da Moeda, em Lisboa, e estudados por uma comissão composta por Francisco António Ciera, José Bonifácio de Andrada, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Carlos António de Napión, Tristão Álvares da Costa da Silveira, João António Monteiro e Gregório José de Seixas¹⁰. Mas a conjuntura política e militar dos anos imediatos, nomeadamente o período das invasões francesas (1807-1811), determinará que o assunto só torne a ter a atenção devida a partir de 1812, com a criação da Comissão para o Exame dos Forais e Melhoramento da Agricultura. Assim, será na sequência da entrada em funções desta comissão, e da aprovação do seu plano (1814), que se procederá à construção de novos padrões de pesos e medidas no Arsenal do Exército, em 1814-1819, e à comparação das medidas dos concelhos do reino com as de Lisboa e com o litro, em 1817-1819. Dos dados obtidos serão feitas publicações, primeiro em 1820¹¹ e, mais tarde, em 1840 e 1843.

9 LOPES (J.), 1849, p. 34 e nota 1.

10 VERDIER (T.), 1819, pp. 40-42.

11 LOPES (J.), 1849, pp. 17, 19.

Tendo surgido dúvidas¹² quanto ao levantamento de 1817-1819, em 1828 procedeu-se a nova comparação das medidas dos concelhos do reino coordenada em cada província por um oficial engenheiro, da seguinte forma: Minho (Cipriano José Soares) Estremadura (José António de Abreu), Trás-os-Montes (Manuel Pedro de Oliveira Grijó), Algarve (António Paulo Duarte Pereira), Beira (Guilherme Duarte dos Reis Vilas Boas), Além Tejo (Francisco Inácio Mendes)¹³. São estes novos dados que se publicam na *Memória sobre a reforma dos pesos e medidas em Portugal segundo o sistema métrico decimal* (1849).

Um terceiro levantamento ocorreu c. 1857¹⁴, já no âmbito das atividades da Comissão Central de Pesos e Medidas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, coordenado no terreno por militares. Os dados resultantes são comuns, no que toca às medidas de capacidade, às *Tabelas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao sistema métrico decimal e as deste ao antigo sistema* (1861-1864) e aos *Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas dos diversos concelhos do reino e ilhas* (1868).

Como foi aludido, os textos em análise diferem ainda em termos de: a) abrangência geográfica, pois o texto mais antigo não inclui os concelhos das ilhas adjacentes; b) enquadramento administrativo, dado que o número de unidades administrativas varia consideravelmente, desde as 6 províncias, 46 comarcas e 832 concelhos constantes do levantamento de 1817-1819 aos 21 distritos e 296 concelhos (mais 143 extintos) dos *Mapas* de 1868; e c) diversidade metrológica, uma vez que as *Tabelas* de 1861-1864 elencam também as medidas lineares e os pesos.

3. Relance pelos levantamentos de 1817-1819, 1828 e 1857

Os levantamentos de 1817-1819, 1828 e 1857 documentam a situação metrológica do país na época da adoção do sistema métrico decimal. Os seus dados não são representativos de nenhuma outra época, muito menos da medieval, uma vez que os valores das medidas de capacidade aumentaram consideravelmente entre a Idade Média e o século XIX. Comparando, por exemplo, na região de Entre Douro e Minho, os valores das medidas de capacidade para cereal correntes em 1258, com os valores médios de 1817-1819, constatamos que o aumento atingiu, no mínimo, mais do dobro. Assim, enquanto em 1258, em Entre Cávado e Minho, o alqueire de sólidos variava entre 2,5 e 8,2 litros¹⁵, em 1817-1819, nas comarcas

12 LOPES (J.), 1849, p. 23.

13 LOPES (J.), 1849, p. 27 e nota 1.

14 No distrito de Santarém o levantamento foi conduzido por dois oficiais de infantaria e estava concluído em 29 de Outubro de 1857 (GRAÇA (J.), 1861-1864, vol. 1).

15 VIANA (M.), 2009, p. 701.

de Valença, Viana e Barcelos, o alqueire de sólidos tinha em termos médios 17,4 litros, apresentando como valores extremos 13,4 e 22 litros.

E não só os valores das medidas de capacidade aumentaram consideravelmente entre a Idade Média e o século XIX, como a relação proporcional entre almude e alqueire, que em 1258 era de 1 para 2¹⁶, se alterou. De facto, a escala de proporções entre almude e alqueire em 1817-1819, nas comarcas de Valença, Viana e Barcelos, decorre entre 1:1,9 e 1:1,1¹⁷, o que significa que as medidas de capacidade para sólidos cresceram a um ritmo superior ao das medidas de capacidade para líquidos. Este fenómeno é comum ao restante território continental do reino pois a imensa maioria dos concelhos apresenta idêntica relação proporcional entre almude e alqueire. Porém, um grupo de 14 concelhos, principalmente na Beira, apresenta a tradicional proporção 1:2, e outro grupo, de 20 concelhos, de novo principalmente na Beira, apresenta proporções de 1:2,1 a 1:4,4. Ou seja, quer num grupo, quer no outro, deu-se o fenómeno inverso, com as medidas de capacidade para líquidos (almude) a crescerem a um ritmo superior ao das medidas de capacidade para sólidos (alqueire).

Mas o principal fenómeno que o levantamento de 1817-1819 permite ilustrar é o da variação norte – sul das medidas de capacidade. Como se verifica nas figuras 1 e 2, a província a que pertence a capital do reino, Lisboa, possui, em média, almudes e alqueires mais pequenos que o resto das províncias, verificação que sugere a ideia da eficácia dos centros de aferição em função da distância e das comunicações. Por outro lado, as províncias nortenhas, Entre Douro e Minho e Trás os Montes, possuem os almudes e alqueires de maior capacidade: 27,1 litros, em média, para o almude transmontano, e 17,7 litros em média, para o alqueire minhoto. Neste caso, a explicação reside na influência dos senhorios e proprietários no sentido de fazerem aumentar as medidas de capacidade, para sólidos no Entre Douro e Minho, e para líquidos em Trás os Montes, com destaque, neste último caso, para as áreas de grande produção vitivinícola.

16 VIANA (M.), 2009, pp. 693-694.

17 A comarca de Barcelos consegue reunir exemplos dos dois extremos.

Figura 1

Varição do almude em Portugal continental (1817-1819)
(valores médios em litros para cada província)

*Figura 2*

Varição do alqueire em Portugal continental (1817-1819)
(valores médios em litros para cada província)



4. Os dados dos *Mapas de 1868 sobre os Açores*

As Repartições distritais de Pesos e Medidas, dependentes da Direcção Geral dos Trabalhos Geográficos, Estatísticos e de Pesos e Medidas, funcionaram entre 1864 e 1868, sob a chefia de Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, que desempenhara, anteriormente, os cargos de secretário da Comissão Central de Pesos e Medidas e de Inspetor Geral dos Pesos e Medidas do Reino. Trata-se da personalidade que acompanha de mais perto a implementação do sistema métrico decimal no nosso país, desde a publicação do decreto de 13 de Dezembro de 1852. Em 1868, como Chefe da Repartição de Pesos e Medidas, assina a publicação *Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas dos diversos concelhos do reino e ilhas*, impressa em Lisboa, pela Imprensa Nacional, in 8º de 298 páginas.

Esta obra reúne valiosa informação metrológica relativa a 21 distritos e 439 concelhos, 143 dos quais tinham sido extintos. A maior parte respeita às medidas de capacidade para líquidos, sendo estes o vinho e o azeite, e para secos.

Para cada concelho existem quadros com a equivalência das medidas antigas a litros e destes às medidas antigas. Para a capital do distrito da Horta, por exemplo, é fácil determinar que o litro equivale a 1,717 quartilhos e que o almude equivale a 23,300 litros. Já nos secos, o litro equivale a 1,139 maquia e o alqueire a 14,045 litros.

As medidas antigas são entendidas como as medidas correntes em cada concelho quando da adoção do sistema métrico decimal. Além das equivalências em litros destas medidas existem ainda quadros com a equivalência de medidas especiais existentes nalgumas circunscrições do continente do reino. Por exemplo, no distrito da Guarda, assinalam-se quatro medidas especiais: no concelho de Aguiar da Beira a medida da extinta alcaidaria-mór de Vila Maior, no concelho da Guarda a medida dita «velha» pertencente ao cabido da sé da Guarda, no concelho de Gouveia a medida dita «da tulha» pertencente ao conde de Melo, e no concelho de Trancoso outra medida igualmente dita «velha»¹⁸.

Em suma, um volume considerável de dados, bastante sistematizado, o que torna esta obra numa das mais úteis da prolífica bibliografia metrológica do século XIX.

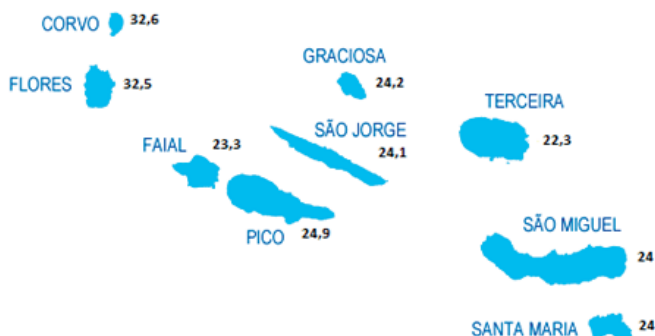
Para os Açores, a informação cobre os três distritos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, num total de 22 concelhos, contando a Povoação (desde 1839) e a Vila do Porto (desde 1832)¹⁹. Dado o carácter duplamente quantitativo e geográfico desta informação, a cartografia fornece o meio mais eficaz para expor a sua lógica interna, através da deteção dos respetivos padrões de distribuição espacial.

18 *Mapas*, pp. 150-151.

19 *Mapas*, pp. 3-6, 152-155, 180-184.

Essencialmente, foram detetados dois tipos de distribuição espacial. O primeiro tipo de distribuição espacial baseia-se na influência dos concelhos que funcionam como referência em termos de aferição e fiscalização das medidas, ao nível da ilha, do distrito ou da região.

Figura 4
Variação do almude nas ilhas dos Açores (1868)
(valores médios em litros para cada ilha)



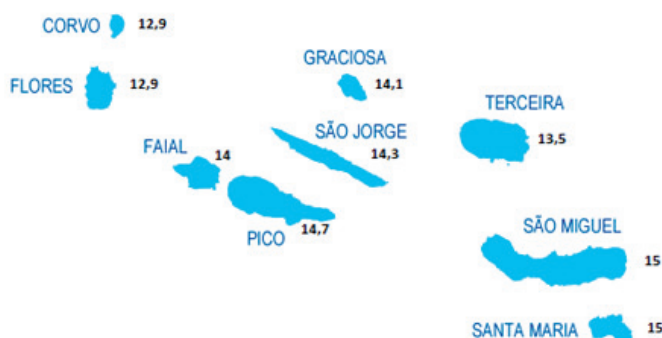
No caso das medidas de capacidade para líquidos, verifica-se que o almude varia entre os 22,3 litros, valor médio dos concelhos da ilha Terceira, e os 32,6 litros de Vila Nova do Corvo.

O almude de Angra (22 l) é o mais pequeno da Terceira, seguido dos almudes de São Sebastião e de Praia da Vitória, também menores que os almudes de São Jorge e da Graciosa. Não contando com o almude da Horta, os almudes do distrito de Angra são os mais pequenos dos Açores.

No caso das medidas de capacidade para secos, verifica-se que o alqueire varia entre os 12,9 litros de Vila Nova do Corvo e os 15 litros, valor médio dos concelhos das ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Tal como nas medidas de capacidade para líquidos, nota-se o papel de Angra como centro de aferição e fiscalização, ao deter o alqueire mais baixo (13,2 l), excetuados os alqueires das ilhas das Flores e Corvo.

Figura 5

Varição do alqueire nas ilhas dos Açores (1868)
(valores médios em litros para cada ilha)



Quanto ao segundo tipo de distribuição espacial baseia-se na influência dos interesses económicos relacionados com a formação da renda agrária. Esta via de interpretação é bem ilustrada no que toca às ilhas ocidentais do arquipélago. Relembre-se que as Flores e o Corvo pertenceram ao senhorio dos duques de Aveiro até 1759, sendo então confiscadas pela coroa e, mais tarde, concedidas a Pedro José Caupers, num contrato que se prolongou até 1853²⁰. Devido aos escassos recursos dos florentinos e corvinos, que motivaram uma redução considerável da renda paga a partir de 1832²¹, não teria sucesso a habitual pressão senhorial no sentido de aumentar as rendas por via do aumento da capacidade das medidas. Por isso, os seus alqueires eram os mais pequenos do arquipélago (12,9 l). Pelo contrário, na ilha de São Miguel, maior e mais produtiva em termos agrícolas, e também na de Santa Maria, encontramos os maiores alqueires, todos eles rondando os 15 litros.

Esta questão da renda agrária, para as medidas de capacidade para líquidos, ilustra-se igualmente bem na ilha do Pico, onde a exploração vitivinícola é relevante, e por isso possui almudes maiores: os três concelhos da ilha, Lages, São Roque e Madalena, apresentam almudes de 26,5 litros, 24,6 litros e 23,7 litros, respetivamente, aos quais corresponde uma média próxima dos 25 litros.

O que até aqui fiz não foi mais do que deduzir dos tipos de distribuição espacial da informação relativa aos Açores contida nos *Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas dos diversos concelhos do reino e ilhas*, de 1868, duas forças, eventualmente inter relacionadas, que influenciam um siste-

20 MEDEIROS (C.), 1987, pp. 60-61.

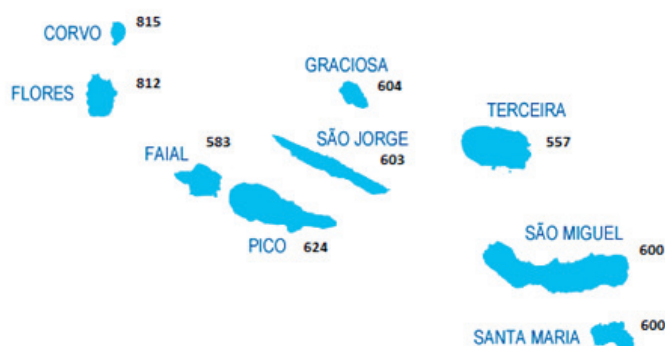
21 Idem, *ibidem*.

ma metrológico. Por um lado, a proximidade/afastamento em relação aos centros de aferição, e por outro lado, a pressão de senhorios e proprietários no sentido de aumentarem a renda agrária por via do aumento das medidas de capacidade.

Porém, podemos considerar outras forças que influenciam a diversidade e as alterações surgidas num sistema metrológico: a fiscalidade e as reformas metrológicas. São estas duas forças combinadas que explicam a evolução da capacidade oficial das pipas nos Açores nos séculos XVII e XVIII. Na Horta, por exemplo, essa capacidade era de 200 canadas em 1682, de 180 canadas em 1766, de 170 canadas em 1788 e de 172 canadas em 1793²². Nesta questão da evolução da capacidade oficial das pipas, pipas de maior capacidade significam menos rendimento nos direitos de exportação, enquanto pipas de menor capacidade significam maior rendimento desses direitos.

Penso que é esta questão dos direitos de entrada pagos pelas mercadorias importadas que fornece a melhor explicação para o facto de os concelhos das ilhas das Flores e do Corvo possuírem os maiores almudes da região, e por extensão, as maiores canadas e pipas.

Figura 6
Variação da pipa nas ilhas dos Açores (1868)
(valores médios em litros para cada ilha)

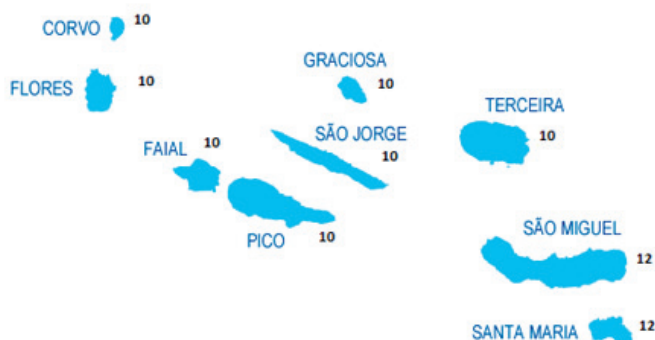


Em suma, florentinos e corvinos pagavam os moios de trigo devidos ao senhorio em alqueires reduzidos e contabilizavam os direitos de entrada de géneros como o azeite e o vinho por almudes e pipas maiores, por forma a pagarem menos. Dois pequenos contributos para a sua modesta economia.

22 VIANA (M.), 2012, p. 185.

Outro aspeto que se salientou da análise da informação relativa aos Açores nos *Mapas* de 1868, foi a existência de duas formas diferentes de contabilizar o número de canadas no almude. Enquanto nas ilhas orientais se contavam 12 canadas no almude, nas restantes ilhas contavam-se 10 canadas no almude.

Figura 7
Variação do número de canadas no almude nas ilhas dos Açores (1868)



Se a explicação anterior sobre a razão de ser da capacidade dos almudes das Flores e do Corvo é uma hipótese aberta à discussão, a explicação que a seguir proponho para a variação do número de canadas no almude não o é menos. Em suma, penso que a variação encontrada no número de canadas no almude tem as suas raízes nas imposições sobre o vinho, isto é, nos diferentes métodos de aplicar este imposto municipal. Estes diferentes métodos podem, ou não, alterar o número de canadas no almude. No primeiro caso está o método de descontar a imposição na quantidade entregue ao consumidor final. No segundo caso encontram-se os métodos de cobrar o imposto em dinheiro ou de reduzir a capacidade das medidas. Nos concelhos onde prevaleceu o método de descontar as imposições na quantidade entregue ao consumidor final temos o almude a valer 10 canadas. Nos concelhos onde se passou a cobrar o imposto em dinheiro ou se reduziu a capacidade das medidas temos o almude a valer 12 canadas²³.

²³ No arquipélago da Madeira os *Mapas* registam exceções à regra das 12 canadas por almude nos concelhos de Porto Moniz, São Vicente, Câmara de Lobos, Porto Santo e Santana, nos quais se contavam 14 canadas. Nos concelhos continentais abundavam as exceções, com casos de 10, 11, 11,25, 12,5, 14 e 15 canadas por almude. Os distritos onde, em certos concelhos, se contava maior número de canadas por almude eram Coimbra e Guarda.

Considerações finais

As funções de pesar, medir e contar são o núcleo da área de codificação da realidade a que chamamos metrologia, base para o funcionamento da economia ao nível que implica a existência de mercado, fiscalidade e moeda. Em cada sociedade, os instrumentos concretos dessa codificação, os pesos e medidas, são a expressão multifacetada dos poderes, dos interesses, e também das técnicas, que os suportam. No passado, o grau de fracionamento jurisdicional, o favorecimento de uns interesses em prejuízo de outros e a ausência de padrões metrológicos de aceitação universal, determinaram a característica desses instrumentos de codificação da realidade que normalmente mais impressiona o observador: a diversidade.

Ao observador desprevenido de um corte transversal da realidade, como o proporcionado por algumas fontes primárias, a diversidade de informação metrológica disposta sincronicamente pode apresentar-se caótica. O mesmo efeito pode ser obtido quando a observação da diversidade de informação metrológica é feita de modo diacrónico, combinando múltiplas fontes.

O historiador da metrologia, porém, não se deixa iludir por esses formigueiros de dados. Tal como o biólogo especializado, sabe que num formigueiro tudo está regulado com extrema precisão e todos conhecem o seu lugar. O seu objetivo é estudar a diversidade dos pesos e medidas, compreender o seu funcionamento, e, o que é mais importante ainda, restituir tudo isso à sua dimensão económica e social.

Por isso guardei para o fim uma referência ao comportamento dos agentes comerciais no que diz respeito às diferenças metrológicas regionais²⁴. Conhecedores atentos das diferenças metrológicas entre pontos diferentes de um circuito comercial exploram-nas no sentido de as transformar em margem de lucro. Essas diferenças acabam por ser fundamentais, se considerarmos que ajudam a projetar a produção para fora do mercado local ou regional. Portanto, a questão das medidas de capacidade não interessa apenas aos produtores, interessa também aos agentes comerciais. Esta confluência de interesses talvez explique de forma mais convincente o padrão de distribuição espacial dos almudes nas ilhas centrais do arquipélago, segundo o qual as ilhas produtoras de vinhos, Pico, São Jorge e Graciosa, possuem almudes de maior capacidade do que as ilhas para onde se dirigem esses vinhos, a Terceira e o Faial, em termos de consumo e reexportação.

24 É exactamente o interesse destas diferenças que os teóricos da uniformização metrológica se esforçavam por desvalorizar. Veja-se o caso, em Portugal, de Sebastião Francisco de Mendo Trigo (TRIGOSO (S.), 1815, pp. 254-256). Porém, autores fundamentais da historiografia económica, como Karl Polanyi (POLANYI (K.), 1999, p. 6) e Witold Kula (KULA (W.), 1977, p. 511), reconheceram há muito a sua importância.

Anexo 1
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito de Angra do Heroísmo

Medidas de capacidade para líquidos (em litros)

ilha	concelho	distrito	tonel	pipa	almude	pote	canada	quartilho	meio quartilho	quarto de quartilho	observações
São Jorge	Calheta	Angra do Heroísmo	1220,000	610,000	24,400	12,200	2,440	0,610	0,305	0,153	almude de 10 canadas
Graciosa	Praia (da Graciosa)	Angra do Heroísmo	1215,000	607,500	24,300	12,150	2,430	0,608	0,304	0,152	almude de 10 canadas
São Jorge	Topo	Angra do Heroísmo	1210,000	605,000	24,200	12,100	2,420	0,605	0,303	0,151	almude de 10 canadas
Graciosa	Santa Cruz (da Graciosa)	Angra do Heroísmo	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,400	0,600	0,300	0,150	almude de 10 canadas
São Jorge	Velas	Angra do Heroísmo	1188,000	594,000	23,760	11,880	2,376	0,594	0,297	0,149	almude de 10 canadas
Terceira	Praia (da Vitória)	Angra do Heroísmo	1127,500	563,750	22,550	11,275	2,255	0,564	0,282	0,141	almude de 10 canadas
Terceira	São Sebastião	Angra do Heroísmo	1112,500	556,250	22,250	11,125	2,225	0,556	0,278	0,139	almude de 10 canadas
Terceira	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	1100,000	550,000	22,000	11,000	2,200	0,550	0,275	0,138	almude de 10 canadas

Anexo 1
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito de Angra do Heroísmo

Medidas de capacidade para secos (em litros)

ilha	concelho	distrito	moio	fanga	alqueire	quarta	oitava	maquia	selamim	meio selamim	observações
São Jorge	Calheta	Angra do Heroísmo	878,400	58,560	14,640	3,660	1,830	0,915	0,458	0,229	
Graciosa	Praia (da Graciosa)	Angra do Heroísmo	878,400	58,560	14,640	3,660	1,830	0,915	0,458	0,229	
São Jorge	Velas	Angra do Heroísmo	855,000	57,000	14,250	3,563	1,781	0,891	0,445	0,223	
São Jorge	Topo	Angra do Heroísmo	849,000	56,600	14,150	3,538	1,769	0,884	0,442	0,221	
Terceira	São Sebastião	Angra do Heroísmo	828,000	55,200	13,800	3,450	1,725	0,863	0,431	0,216	
Graciosa	Santa Cruz (da Graciosa)	Angra do Heroísmo	816,000	54,400	13,600	3,400	1,700	0,850	0,425	0,213	
Terceira	São Sebastião	Angra do Heroísmo	814,500	54,300	13,575	3,394	1,697	0,848	0,424	0,212	
Terceira	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	792,000	52,800	13,200	3,300	1,650	0,825	0,413	0,206	

Anexo 2
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito da Horta

Medidas de capacidade para líquidos (em litros)

ilha	concelho	distrito	tonel	pipa	almude	pote	canada	quartilho	meio quartilho	quarto de quartilho	observações
Corvo	Vila Nova	Horta	1630,000	815,000	32,600	16,300	3,260	0,815	0,408	0,204	almude de 10 canadas
Flores	Lages (das Flores)	Horta	1623,000	811,500	32,460	16,230	3,246	0,812	0,406	0,203	almude de 10 canadas
Flores	Santa Cruz (das Flores)	Horta	1623,000	811,500	32,460	16,230	3,246	0,812	0,406	0,203	almude de 10 canadas
Pico	Lages (do Pico)	Horta	1325,900	662,950	26,518	13,259	2,652	0,663	0,331	0,166	almude de 10 canadas; corrigida a capacidade da pipa
Pico	São Roque	Horta	1230,000	615,000	24,600	12,300	2,460	0,615	0,308	0,156	almude de 10 canadas
Pico	Madalena	Horta	1185,000	592,500	23,700	11,850	2,370	0,593	0,296	0,148	almude de 10 canadas
Faial	Horta	Horta	1165,000	582,500	23,300	11,650	2,330	0,583	0,291	0,146	almude de 10 canadas

Anexo 2
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito da Horta

Medidas de capacidade para secos (em litros)

ilha	concelho	distrito	moio	fanga	alqueire	quarta	oitava	maquia	selamim	meio selamim	observações
Pico	Madalena	Horta	897,780	59,852	14,963	3,741	1,870	0,935	0,468	0,234	
Pico	São Roque	Horta	886,860	59,124	14,781	3,695	1,848	0,924	0,462	0,231	
Pico	Lages (do Pico)	Horta	852,360	56,824	14,206	3,552	1,776	0,888	0,444	0,222	
Faial	Horta	Horta	842,700	56,180	14,045	3,511	1,756	0,878	0,439	0,219	
Corvo	Vila Nova	Horta	776,880	51,792	12,948	3,237	1,619	0,809	0,405	0,202	
Flores	Lajes (das Flores)	Horta	774,840	51,656	12,914	3,229	1,614	0,807	0,404	0,202	
Flores	Santa Cruz (das Flores)	Horta	769,920	51,328	12,832	3,208	1,604	0,802	0,401	0,201	

Anexo 3
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito de Ponta Delgada

Medidas de capacidade para líquidos (em litros)

ilha	concelho	distrito	tonel	pipa	almude	pote	canada	quartilho	meio quartilho	quarto de quartilho	observações
São Miguel	Lagoa	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas
São Miguel	Nordeste	Ponta Delgada	1201,200	600,600	24,024	12,012	2,002	0,501	0,250	0,125	almude de 12 canadas
São Miguel	Ponta Delgada	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas
São Miguel	Povoação	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas
São Miguel	Ribeira Grande	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas
Santa Maria	Vila do Porto	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas
São Miguel	Vila Franca do Campo	Ponta Delgada	1200,000	600,000	24,000	12,000	2,000	0,500	0,250	0,125	almude de 12 canadas

Anexo 3
Medidas de capacidade nos Açores em 1868 – Distrito de Ponta Delgada

Medidas de capacidade para secos (em litros)

ilha	concelho	distrito	moio	fanga	alqueire	quarta	oitava	maquia	selamim	meio selamim	observações
São Miguel	Lagoa	Ponta Delgada	893,220	59,548	14,887	3,722	1,861	0,930	0,465	0,233	
São Miguel	Nordeste	Ponta Delgada	900,000	60,000	15,000	3,750	1,875	0,938	0,469	0,234	
São Miguel	Ponta Delgada	Ponta Delgada	903,900	60,260	15,065	3,766	1,883	0,942	0,471	0,235	
São Miguel	Povoação	Ponta Delgada	903,240	60,216	15,054	3,764	1,882	0,941	0,470	0,235	
São Miguel	Ribeira Grande	Ponta Delgada	898,740	59,916	14,979	3,745	1,872	0,936	0,468	0,234	
Santa Maria	Vila do Porto	Ponta Delgada	897,900	59,860	14,965	3,741	1,871	0,935	0,468	0,234	
São Miguel	Vila Franca do Campo	Ponta Delgada	904,200	60,280	15,070	3,768	1,884	0,942	0,471	0,235	

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvia

2012: “A Repartição de Pesos e Medidas entre o projeto civilizador da reforma metrológica e o projeto civilizador da instrução primária: Estado Moderno, Elite ilustrada e Sociedade paroquializada”. Paper apresentado no XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Lisboa: ISCTE, 16 e 17 de Novembro. Disponível em: <http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/programa.htm>.

BARREIROS, Fortunato José

1838: *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França, que se empregam nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilharia*, Lisboa, Na Tipografia da Academia Real das Ciências.

Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1852, ed. José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira (visconde de Vilarinho de São Romão)

1833: *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal: sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que têm sofrido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter. Acompanhada de várias tabelas de redução ou comparação de todas as medidas e pesos do mundo conhecido, antigas e modernas, com as actuais de Lisboa. Para uso do comércio e boa inteligência dos historiadores e geógrafos antigos e modernos*, Lisboa, Imprensa Nacional.

GRAÇA, Joaquim José da

1861-1864: *Tabelas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao sistema métrico decimal e as deste ao antigo sistema*, Lisboa, Tipografia Universal, 6 vols.

KULA, Witold

1977: “La metrologia historica”, in *Problemas y métodos de la historia económica*, 3ª ed., Barcelona, Ediciones Península, pp. 481-519, 704-710.

LOPES, João Baptista da Silva

1849: *Memória sobre a reforma dos pesos e medidas em Portugal segundo o sistema métrico decimal*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MEDEIROS, Carlos Alberto

1987: *A ilha do Corvo*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

POLANYI, Karl

1999: *A ilusão da economia*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Redução das medidas estrangeiras a alqueires portugueses e quantos destes produzem em Lisboa as medidas de moios nas diversas terras deste reino, Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1812.

Relatório acerca do projecto de lei para se igualarem no reino de Portugal os pesos e medidas, apresentado na câmara dos senadores pela comissão externa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira

1868: *Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas dos diversos concelhos do reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Tábuas contendo a relação entre medidas de sólidos e líquidos de todos os concelhos do reino e as de Lisboa, Porto, Tipografia da Revista, 1843.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo

1815: “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas, e sobre a introdução do sistema metro-decimal”, in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, tomo 5 (ed. do Banco de Portugal, 1991, pp. 253-305).

VERDIER, Timóteo Lecussan

1819: “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas comparadas com as francesas”, *Observador Lusitano em Paris*, Paris, 1815, tomo 1, pp. 516-548 (uma 2ª ed., emendada e acrescentada, foi publicada nos *Annales des sciences, des arts, et des lettres*, Paris, 1819, tomo 5, parte 2, pp. 32-72).

VIANA, Mário

2009: “As medidas de capacidade nas inquirições de 1258”, in *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, pp. 691-702.

2012: “A metrologia nas posturas municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII)”, in *Posturas municipais portuguesas (séculos XIV-XVIII)*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, pp. 167-208.

NICOLAU MARIA RAPOSO E AS ILHAS DO TRIÂNGULO

MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO*

Nicolau Maria Raposo, negociante da praça de Ponta Delgada, nasceu em Ponta Delgada em 1734 e desenvolveu toda uma actividade comercial entre 1770 e 1816, data de sua morte.

Homem de grossos cabedais, pois o volume de seus negócios colocava-o entre as principais fortunas micaelenses, poderá ser considerado como o paradigma daquilo a que Braudel classificou de um capitalista do Antigo Regime. Na verdade, apesar de a sua fortuna se ter alicerçado no comércio de grosso trato, ele foi também armador, contratador, financeiro, passando mesmo por uma experiência manufactureira, tão pouco desenvolvida no Arquipélago.

Para um negociante de grosso trato, o comércio preferido eram as ligações transoceânicas, pois eram rotas de espaços mais alargados capazes de captarem não só investimentos de grande envergadura como também altas taxas de rentabilidade, daí que vivendo em S. Miguel e organizando os negócios a partir de Ponta Delgada, a área privilegiada por Nicolau será, como não poderia deixar de ser, o Atlântico, espaço onde se teciam as principais rotas comerciais do império português de setecentos e onde os mercadores açorianos organizavam as suas redes comerciais entre a Europa e o novo mundo.

Nicolau Maria Raposo passou uns anos pelo Brasil, mais precisamente pelo grande porto de setecentos daquela colónia – o Rio de Janeiro – tornando-se capitão e senhorio de navios daquele porto, tendo privilegiado as rotas com o Sul da Colónia, com especial destaque para as rotas com a Colónia do Sacramento.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

Esta passagem pelo Brasil foi fundamental na sua aprendizagem das actividades comerciais, tomando conhecimento das rotas e tráficos que se faziam na época, mas não só. Foi lá que se apercebeu de toda a dinâmica do comércio do Antigo Regime e de como era fundamental ter conhecimentos não só com os negociantes, mas também com o poder político. A proximidade com o círculo do poder era tão importante como ter bons correspondentes e comissários nos vários espaços em que quisesse fazer comércio. Estes ensinamentos foram normas que tentou sempre por em prática ao longo da sua carreira mercantil e as ligações e circuitos comerciais que teceu em torno das ilhas do triângulo açoriano são bons exemplos desta sua actuação.

Como vimos anteriormente, as rotas transatlânticas prometiam taxas de lucro muito superiores ao vulgar tráfico regional ou local, por isso mesmo, as ligações comerciais inter-ilhas eram muito pouco utilizadas por esses armadores e negociantes de grosso trato. Além disso a distância de S. Miguel com as ilhas do grupo central e ocidental do Arquipélago e a pouca necessidade que tinha de bens produzidos nestas ilhas, levou a que desde cedo se virasse para os portos do Reino e do Atlântico Norte. Todavia embora não fizessem parte dos circuitos mais utilizados, elas não eram completamente ignoradas pois, muitas vezes, a necessidade da redistribuição das cargas ou o abastecimento de outras os levassem a isso.

Foi pois o que aconteceu com o comércio do azeite de baleia, que levou Nicolau Maria Raposo a construir uma rede de negócios entre as ilhas dos outros grupos, com destaque para o grupo Central.

O comércio do azeite de baleia é um bom exemplo dos mecanismos do comércio do Antigo Regime, onde o mercantilismo e o pacto colonial estavam bem presentes e onde os circuitos comerciais eram mais do que uns simples actos de compra e venda.

No século XVIII, nomeadamente na sua segunda metade, a pesca à baleia era uma actividade económica importante, pois os seus derivados ou seja o óleo, ou como na altura era tratado o azeite de baleia, era matéria-prima fundamental para a iluminação, para além de outros produtos que daí se extraíam. Nos Açores de setecentos, e ao contrário das expectativas que os cetáceos provocavam por quem navegava nos nossos mares, a pesca à baleia não era praticada pelos insulanos. E se havia outros recursos para a iluminação como a baga de louro e da mamoa ou, ainda, alguma gordura de aves, eles não eram suficientes e, por isso, tinha de se ir buscar o azeite a paragens mais longínquas, onde os interesses do Estado e dos grandes contratadores faziam a lei. Era pois nas costas brasileiras, ricas em cetáceos, que a sua captura era praticada. No século XVII esta prática foi intensificada, com a ida de Biscainhos para o Recôncavo Baiano¹ e várias armações povoaram as enseadas brasileiras desde então. Como era natural numa época mercantilista e

¹ Myrian, Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, Edições Melhoramento, Editora da Universidade de S. Paulo, 1969, p.140.

de centralização régia, estas eram outorgadas em regime de monopólio a contratadores que as arrematassem. Na segunda metade do século XVIII, unificaram-se as várias áreas brasileiras num só contratador, através da criação, em 1765, da Companhia da Pescaria da Baleia. Arrematou-a Inácio Pedro Quintela, um dos maiores negociantes e contratadores do Reino, muito chegado a Pombal e à sua política de desenvolvimento económico.

Nicolau Maria Raposo percebeu a importância do produto mas também do contratador, pois como bem o demonstrou João Fragoso: *um negociante de grosso trato, para obter bons resultados no Ultramar, tinha de ter acesso aos recursos hierarquizados, produzidos pelo Antigo Regime*². Foi assim que decidiu ir a Lisboa, em 1767, contactar com o próprio Quintela conseguindo subarrendar o contrato para os Açores. A partir de 1768, Nicolau Maria, ficou com o exclusivo da importação do azeite de baleia para os Açores e sua comercialização. Nele estipulava-se, que durante nove anos, Nicolau Maria Raposo seria obrigado a extrair dos tanques da armação do Rio de Janeiro 700 pipas de azeite de baleia (ou seja 100 000 medidas do Rio de Janeiro, mais tarde reduzidas para 60 000), a \$90 réis à borda do tanque, que seria vendido exclusivamente nos Açores: *nem para a cidade de Lisboa, ou parte alguma do Reino, Madeira, nem para porto estrangeiro; e se o fizer pagará a Inácio Quintela o preço de 2000 réis o almude*. Mais tarde Nicolau Maria Raposo teve autorização para reexportar para os portos da Europa do Norte 100 pipas de azeite por ano. Em contrapartida, o contratador da capital também não poderia vender nem de Lisboa nem do Brasil azeite algum nos Açores, incorrendo na mesma multa ou seja 2 000 réis por almude vendido³.

Seguiram-se as primeiras diligências para se organizar o negócio. Como bem sabia Nicolau, para que um negócio de tão grande envergadura desse certo era preciso organizar uma rede comercial que implicava alianças entre negociantes, oficiais régios, que residiam em espaços diferentes, neste caso nos Açores, Brasil e Lisboa. Estas alianças eram conseguidas com favores e “préstimos” dados a uns e outros onde a amizade e a honra, leia-se a confiança, eram imprescindíveis para o bom andamento do negócio.

Já vimos que em Lisboa, um dos vértices da comunicação deste negócio era feita com Pedro Inácio Quintela, no Brasil Nicolau foi aliar-se a dois amigos mercadores: Filipe António Brum Botelho, negociante da praça de Ponta Delgada (na altura no Rio de Janeiro) e Geraldo Gomes de Campos, negociante da praça do Rio de Janeiro. Em S. Miguel ficaria caixa-administrador Nicolau Maria Raposo,

2 João Fragoso e outros (org.), *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico de escravos e relações sociais no mundo português*, Ilha de Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.27.

3 Machado, Margarida Vaz do Rego, *Uma Fortuna do Antigo Regime: A Casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, Cascais, Editora Patrimónia, 2006, pp.46.

que entretanto tinha regressado do Brasil e se fixara na Ilha. Mais tarde com a revogação do contrato entrariam mais sócios insulares⁴, embora no Brasil Geraldo Gomes de Campos tenha sido o principal correspondente/comissário de Nicolau Maria em toda a vivência do contrato.

A obrigação de vender o azeite pelas outras ilhas, levou a que o contacto mercantil com estas se intensificasse e que se criassem redes entre os vários mercadores. Elegeu-se dois administradores: um para a Terceira e outro para a Horta de modo a que suas ordens fossem cumpridas e toda a contabilidade do contrato do azeite de baleia fosse feita, segundo o método das partidas dobradas que, desde então, passara a ser obrigatório para qualquer casa comercial⁵. Assim, na Terceira, o escolhido foi Frutuoso José Ribeiro, um dos grandes negociantes, senão mesmo o maior, da praça de Angra de finais do Antigo Regime, muito próximo do Capitão-General dos Açores, situação muito importante pois, os favores e as relações chegadas entre os comerciantes e o governo central eram fundamentais para o bom desempenho dos negócios. Como já vimos, nada que não fosse comum no Antigo Regime onde favores e privilégios faziam parte integrante da política económica de época. Além disso, Frutuoso José Ribeiro residia em Angra, cidade onde estava sediada a Fazenda Real, aproximação muito importante para a arrematação de outros contratos em que estes dois negociantes, também, se associaram. Na Horta o principal responsável foi António Dias dos Santos, pelo menos até 1778, altura em que deixamos de ter registo de correspondência entre os dois, passando o Padre João José de Sousa a ser o correspondente mais contactado pelo administrador do contrato.

O azeite chegava ao Faial vindo directamente do Brasil ou por via Terceira ou ainda mandado de S. Miguel para o porto da Horta. Os barcos usados eram os dos sócios do contrato (o negócio da armação também fazia parte das actividades de Nicolau Maria Raposo, assim como da maioria dos grandes comerciantes açorianos), de Frutuoso José Ribeiro e de alguns comerciantes do Faial com quem o negociante micaelense mantinha relações mercantis, como era o caso do Padre João José de Sousa e do próprio António Dias dos Santos.

4 Para aprofundar todo este comércio realizado por Nicolau Maria Raposo com o contratador Inácio Pedro Quintela e, após a sua morte, com seu sobrinho Joaquim Pedro Quintela ver Margarida Vaz do Rego Machado, *Uma Fortuna do Antigo Regime: A casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, Cascais, Editora Patrimónia, 2006, capítulo II, pp. 41 a 99.

5 Foi com D. José I, que os primeiros tratados sobre o assunto apareceram em Portugal, assim como o método foi introduzido na contabilidade pública, apesar de as *partidas dobradas* já serem conhecidas há muito pois, em Antuérpia no século XVI, elas eram já praticadas e Portugal na altura tinha ligações económicas fortes com aquele País. Foi em 1761 que os negociantes portugueses foram obrigados a ter nas sua escrituração os *livros de razão e os diários*, peças fundamentais para o exercício daquele método, in A A Marques de Almeida, “Herança e inovação no capitalismo em Portugal(séculos XIV-XVIII): A escrituração por partidas dobradas”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIX, 1984, pp.19 a 40.

Como veremos adiante, o negócio dos azeites na Horta levantou alguns problemas, passando a ser menos aliciante do que na Terceira e em S. Miguel. Feitas as contas do primeiro contracto, fechado em 1778, verificamos que no Faial o saldo apesar de positivo: 14813\$518 réis⁶ não se comparou com o da Terceira que foi de 35105\$995 réis, ou com o de S. Miguel que foi de 83 766\$577 réis⁷. Daí que as vindas directas para a Horta começaram a ser reduzidas, preferindo Nicolau Maria que o abastecimento fosse feito a partir da Terceira. Todavia não deixou a Horta pois o seu porto, que servia de escoamento para os vinhos e aguardente do Pico e de S. Jorge, era peça importante em todo este negócio.

Um bom capitalista do Antigo Regime era aquele que não se especializava numa só actividade, que estava sempre atento a agarrar uma oportunidade que a conjuntura lhe proporcionasse. Era precisamente o que fazia Nicolau Maria Raposo e seus sócios que, neste caso, para além do negócio do azeite de baleia também tinha o da armação, assim como fazia comércio de longo curso com outros produtos. Se era preciso um barco para ir buscar o produto ao Brasil, era também importante assegurar a carga de ida, pois só assim o negócio de armador poderia dar lucro. Como dos Açores só podiam ser exportados para o Brasil produtos fabricados nas próprias Ilhas e o tradicional comércio de cereais estava dirigido para a metrópole, os produtos usados pelos comerciantes açorianos foram essencialmente os panos de linho e a aguardente das Ilhas centrais. Esta era uma mais-valia para as Ilhas mais pequenas, pois sem a aguardente e vinagres a optimização das idas para o Brasil não era possível.

Assim, todos os anos, Nicolau Maria Raposo ordenava a compra de aguardente que ia para o Rio de Janeiro e que, desde de 1778 e por toda a década de oitenta irá ser pedida preferencialmente a João José de Sousa, embora tivesse outros correspondentes como Manuel Garcia da Rosa, Francisco Pais de Mendonça, Inácio de Melo, João da Cunha e Vitorino José Sequeira, ficando este último o principal correspondente do Faial nos anos noventa.

Sempre atento aos seus negócios, as ordens para a compra da aguardente eram minuciosas, preferindo a comprada das aguardentes do Pico e de S. Jorge, pois considerava as da Graciosa de menor qualidade, salientando que só em caso de falta se recorresse às aguardentes daquela Ilha. Geralmente ordenava que as compras fossem feitas pelo menor preço possível, mas para que nada se fizesse sem seu prévio acordo, indicava os limites máximos, normalmente entre os 38\$000 e 50\$000 réis a pipa. Estas aguardentes eram pagas com o rendimento das vendas do azeite e, caso não chegasse, a maneira mais usada era o desconto de letras. Se pelo contrário crescia dinheiro, este era convertido em letras que o correspon-

6 Margarida Vaz do Rego Machado, *ob. Cit.*, p.58

7 *Ibidem, ob. cit.*, pp. 58 a 63.

dente do Faial remetia para Nicolau ou sacava-as sobre algum de seus sócios ⁸.

O menor lucro dos azeites nas ilhas do Triângulo, devia-se essencialmente ao taxamento que era imposto pelos municípios da Horta, Vila da Madalena do Pico e S. Jorge. Desde o início do contrato, estas Câmaras não permitiam que os azeites fossem vendidos por mais de \$200 réis a pipa.

Este episódio é bem demonstrativo de uma questão que a actual historiografia portuguesa e brasileira discute. O problema da relação entre o centro /metrópole e periferia/ colónia. Fica demonstrado como as periferias também desenvolveram dinâmicas autónomas, que o poder “absoluto” do centro nem sempre se verificava e que as *gentes nobres da governança*, estribadas nas suas autonomias jurisdicionais e pela distância, acabavam, muitas das vezes, por ter um papel decisivo nesta descentralização. Apesar de Nicolau Maria ter accionado todos os seus meios para que o poder central anulasse as ordens das Câmaras, apelando a Inácio e Joaquim Quintela, assim como para os altos funcionários régios seus conhecidos e a quem prestava favores, ou escrevendo para o próprio capitão-general Dinis Gregório de Mello e Castro e Mendonça, não conseguiu nada. Acabou nos tribunais, mas a verdade é que apenas opteve alguma cedência por parte da Câmara da Madalena do Pico, nada alcançando em relação à da Horta que, até ao final do contrato. Isto fez com que Nicolau Maria Raposo, já na década de noventa alterasse as cláusulas do contrato deixando de vender o azeite directamente ao Faial. Acrescente-se a todos estes problemas a desvalorização da moeda, que nos Açores tomou especial relevo com aparecimento de moeda fabricada no Pico e Faial a partir de 1793 e a introdução na ilha do Faial de azeite clandestino por diversas pessoas, que vindo à revelia das suas ordens, desorganizava todo o comércio.

Apesar de todos os contratemplos, pensamos poder concluir que este comércio dinamizou a vida mercantil açoriana e permitiu uma nova organização do sistema do comércio inter-ilhas, mais regular, em especial entre São Miguel e o Grupo Central, que normalmente só era mais sentido em épocas de crise frumentária, quando era necessário socorrer as ilhas mais necessitadas.

Mas as relações com as ilhas do triângulo, e em especial com S. Jorge não ficaram por aqui.

Como sabemos a tradicional produção pecuária em S. Jorge impunha-se nas demais ilhas, e se S. Miguel não necessitava de importar carne de vaca para seu consumo próprio o mesmo não acontecia quando era preciso uma maior produção de modo a que se pudesse exportar para fora do Arquipélago. Além disso os seus queijos e a aguardente, eram produtos sempre presentes nas compras que Nicolau Maria Raposo fazia aos jorgenses.

8 A J. M. R. A., *Carta de N. M. R. a Vitorino José Sequeira (V. J. S.)*, Cop. C, vol. IV, 11 de Maio de 1791.

O factor manufactureiro nos Açores, nos finais do Antigo Regime, não era muito desenvolvido ou pelo menos não tão desenvolvido que merecesse um olhar mais cuidadoso por parte dos agentes económicos das Ilhas. Ciente desta realidade, o governo central tentou desenvolver o sector através de incentivos e de privilégios que foram divulgados pelos seus agentes principais nas ilhas: os capitães-generais e os corregedores. Assim, em 1772, numa “Carta Instrutiva”⁹ ao corregedor da ilha de S. Miguel, o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro referia a importância que teria o desenvolvimento das pescas e criação de gado nesta ilha. Pela disposição 21^a, criavam-se também incentivos ao desenvolvimento da criação de gado bovino e suíno e respectivas salgas. A carne salgada seria depois enviada os armazéns Reais em Lisboa¹⁰.

Cabia ao corregedor encontrar alguém de *mayor fidelidade, inteligencia e zello*¹¹, para coordenar toda a actividade ligada à salga de peixe e carne, pelo que receberia um ordenado competente, enquanto que as verbas relativas ao provimento do sal corriam por conta da Fazenda Real.

Seguindo a lógica de Pombal de fomentar uma camada mercantil que o apoiasse e, visto que já dera indícios de *fidelidade e zello* ao serviço dos interesses da Coroa, Nicolau Maria Raposo foi naturalmente o escolhido. Mais uma vez se demonstra que a proximidade do mercador ao círculo do poder, permitia-lhe privilégios mercantis em detrimento de seus concorrentes.

A laboração da salga de peixe e carne foi iniciada em 1771¹², nas lojas do ex-colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada (mais tarde comprado por Nicolau Maria Raposo). Três anos mais tarde, o negociante micalense desejou aumentar a sua produção e para isso resolveu alargar a sua exploração à ilha de S. Jorge, conhecida pelo sua criação e boa qualidade de gado.

Segundo os seus cálculos a carne não ficaria mais cara, pois em S. Jorge vendia-se a arroba mais barata e como o frete dos navios não ultrapassaria os 6 a 8 tostões por cabeça, o lucro ainda seria possível. Esta prospecção inicial não foi corroborada pela realidade pois os custos da carne vinda de S. Jorge foram bastante maiores, como confirma a factura mandada para a fazenda real pois, se-

9 A. H. U., *Açores*, “Carta Instrutiva para o corregedor da Ilha de S. Miguel, Valério José de Leão, de Martinho de Melo e Castro”, Caixa nº 9, doc. nº 8, 13 de Outubro de 1772.

10 A. H. U., *Açores*, “Carta Instrutiva para o corregedor da Ilha de S. Miguel, Valério José de Leão, de Martinho de Melo e Castro”, Caixa nº 9, doc. nº 8, 13 de Outubro de 1772, fol. 8.

11 A. H. U., *Açores*, *Apontamentos para consolidar o plano da extracção dos Peixes e Carnes salgadas por hora da Ilha de S. Miguel, e depois de outras daquela parte, na conformidade da Carta Instrutiva escrita pelo Ex.mo S. Martinho de Melo e Castro ao corregedor da Ilha de S. Miguel*, Caixa nº 9, doc. nº 10, 13 de Outubro de 1772.

12 Sobre esta manufactura ver Margarida Vaz do Rego Machado, *Ob. cit.*, capítulo 6, pp229 a 260.

gundo a mesma, as 310 arrobas que produziram os 29 bois comprados em S. Jorge, custaram 384\$800 réis o que equivale a 1\$241 réis por arroba, enquanto a carne comprada a várias pessoas em S. Miguel era de \$900 réis a arroba. Acrescente-se ainda a esta quantia, já excessiva, as despesas que com estes 29 bois se fizeram em S. Miguel, antes do abate¹³ e todos os outros gastos usuais da laboração feita nesta Ilha.

A primeira remessa que levou carne de S. Jorge verificou-se em Agosto de 1774. Foi também neste ano que se enviou maior quantidade de carne para Lisboa, desde o início da actividade até 1783.

A possibilidade de se fazer a salga em S. Jorge foi posta, inicialmente, de lado. Nicolau Maria Raposo tinha a plena consciência de que era necessário uma vigilância atenta durante toda a laboração para que a salga saísse perfeita¹⁴. Aliás, através de diversas cartas aos seus correspondentes, ficamos a saber dos cuidados que eram precisos ter durante a salga, de modo a que os produtos mantivessem qualidade por um período prolongado. Para obter estes resultados, experimentou várias técnicas¹⁵, como, por exemplo, as que aplicou à carne de bovino. Neste caso, chegou à conclusão que era preciso fazer uma boa sangria no animal e, apesar deste método dar uma pequena quebra no peso, era preferível pois aguentava mais tempo.

Todavia os custos das vindas dos bois e os riscos porque passavam no transporte marítimo de S. Jorge a S. Miguel (a segunda remessa de bois de S. Jorge apanhou uma grande tempestade, levando à morte alguns animais o que encareceu ainda mais os custos), levou a que Nicolau pensasse seriamente em também iniciar a manufactura da carne de bovino salgada em S. Jorge. Em 1777, resolveu comprar uma lancha de alto-mar, para ele próprio se inteirar das possibilidades daquela ilha no que respeita ao abate de carne e sua salga.

Apesar de não termos livros de correspondência entre 1770 e 1774, sabemos pelo *Livro de contas com as facturas das remessas para Lisboa*, que este foi o período em que Nicolau Maria Raposo mandou mais carne de vaca para Lisboa e que houve um interregno na exportação entre 1774 e 1783. Neste último ano, voltou-se a mandar carne de vaca para a capital (195 arrobas), mas foi a última remessa, pois mais nenhum registo de carne de vaca salgada, enviada para Lisboa, voltou a ser feito.

13 A. J.M.R.A., *Livro que hade servir para nelle se lançar todas as remeças que faço por conta de Sua Magestade Fedilissima*, fol. 4.

14 A. H. U., *Açores*, "Carta de Nicolau Maria Raposo", Caixa nº 10, doc. nº 12, 14 de Julho de 1774.

15 A. H. U., *Açores*, "Carta de Nicolau Maria Raposo a Martinho de Mello e Castro", Caixa nº 9 doc. nº 23, 20 de Outubro de 1773.

Do pouco que temos podemos depreender que a principal causa de não se ter expandido esta manufactura em S. Jorge terá sido o não ter encontrado apoios à incrementação do negócio, na própria Ilha, o que levou de arrasto toda a exportação de bovino. Apesar da protecção régia, foi o corregedor de S. Miguel quem deu ordens ao juiz de fora de S. Jorge para que providenciasse tudo o que fosse necessário para a compra e embarque dos bovinos, a verdade é que nem mesmo assim Nicolau Maria Raposo conseguiu anular as resistências locais.

Mas se há partida esta manufatura em S. Jorge não foi avante e se as importações de gado desta ilha apenas se efetuaram por um pequeno numero de anos, a verdade é que acabou por ser positivo. Os privilégios que conseguiu da coroa levaram a um lucro final positivo: do ponto de vista material (apesar de tudo ganhou com os fretes dos seus barcos que levavam a carne para os Armazéns reais, assim como o desconto das letras em Lisboa, cuja moeda valia mais 25% do que a moeda insulana) e sobretudo do ponto de vista social. A proximidade ao círculo de poder que este negócio lhe possibilitava, nomeadamente um contacto directo com Martinho de Melo e Castro e depois com D. Rodrigo Sousa Coutinho, contribuíram decisivamente para uma boa carreira mercantil, mas também para a obtenção de títulos honoríficos, condição de afirmação social importante.

AS ILHAS E AS VIAGENS DOS OBJETOS: O CASO DA COLEÇÃO AFRICANA DO MUSEU CARLOS MACHADO

WELLINGTON NASCIMENTO*

O Museu de Ponta Delgada nasceu na segunda metade do século XIX no ano de 1876. A constituição do Museu deveu-se ao desejo de várias personalidades, porém devemos destacar o Dr. Carlos Maria Gomes Machado neste projeto. Médico e Professor de História Natural foi o responsável pela recolha das primeiras coleções do Museu, principalmente de zoologia, o que reflete a mentalidade e o espírito científico vigente naquela época. Estabelecido este núcleo inicial (1876) no Liceu Nacional de Ponta Delgada, situado no edifício do extinto Convento dos Gracianos, cujo espaço Museológico recebeu a designação de *Museu Açoriano*, apenas abriu as portas ao público quatro anos mais tarde, em 10 de junho de 1880 sob a direção do Dr. Carlos Maria Gomes Machado.

Em meados do século XIX foi incorporado à coleção do Museu um conjunto de artefatos africanos, doados pelo 2º Conde de Fonte Bela, Jacinto da Silveira Gago da Câmara, que os tinha adquirido à Sr.^a Mariana Âmbar viúva do Contra-Almirante Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes (Capitão do Porto de Ponta Delgada entre 1886 e 1888) por um conto de reis. A Coleção é um acervo unitário e fechado, com cerca de 600 peças, de diversas etnias e localidades da África. A Coleção é composta de estatuetas, máscaras, armas, instrumentos musicais,

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores; Investigador do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Uac; Colaborador do CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora e Bolseiro de Doutoramento pelo FRC - Governo Regional dos Açores.

encostos de cabeça, etc., sendo mais comuns as peças de madeira e metal. Pouco mais se sabe sobre a Coleção e a gênese de sua formação, e até a data da incorporação da Coleção no acervo do Museu Carlos Machado também é imprecisa, constando apenas o primeiro registo da sua catalogação, em 20 de abril de 1893, da responsabilidade do Sr. Manoel Antonio de Vasconcelos, preparador do Museu nesse período. Inicialmente localizado no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada, situado no edifício do extinto Convento dos Gracianos, em 1943, o Museu Carlos Machado foi instalado no antigo Convento de Santo André e desde esta data (1943) a Coleção Africana encontra-se instalada numa das salas do Convento, e reservada do público até ao presente, pela ausência de pesquisa aprofundada e sistemática sobre o espólio, de características muito particulares por comparação com os restantes núcleos existentes no Museu. A par destas informações decidi em 2011 pôr em prática um Projeto de Doutoramento com a finalidade de investigar, organizar e divulgar a Coleção de Arte Africana do Museu Carlos Machado, este projeto conta com a participação e apoio do Museu Carlos Machado, do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia. Sob a orientação científica da Professora Doutora Manuela Cantinho - Curadora do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Professor Doutor Paulo Simões da Universidade de Évora, este Projeto de Doutoramento tem como principal objetivo resgatar a dignidade inicial da Coleção através de um estudo profundo e minucioso que possibilitará responder questões relevantes para a compreensão e contextualização da Coleção e que conduzirá à realização de uma exposição, elaboração de um catálogo, participação em Colóquios nacionais e internacionais e publicação de uma Tese. O projeto encontra-se dividido em: levantamento bibliográfico e estudo preliminar da coleção; conhecer o que já se produziu e registrou a respeito do tema e conhecer o estado atual (organização, conservação, acondicionamento) da Coleção; Confrontar os inventários de 1893(MCM) com os de 1960(MCM) e com as fichas de inventários atuais (MCM); selecionar e catalogar os artefatos etnográficos da Coleção: 1 – Localização e identificação; 2 - Higienização e catalogação; 3 - Descrição e registo; 4 - Preenchimento da ficha de catalogação para alimentação do banco de dados; 5 - Registo fotográfico; 6 – Introdução das informações reunidas no banco de dados; Conservação preventiva; Impedir a deterioração dos artefatos, com a implementação de uma série de medidas preventivas e a aplicação de processos de estabilização de caráter curativo; Elaboração de um diagnóstico de conservação, identificando os problemas e ações necessárias para sua correção; Elaboração de um plano de manutenção para evitar o risco de nova deterioração; Higienização e exposição dos artefatos de forma a revelarem suas características formais e funcionais e acondicionamento dos artefatos. Contando já com 119

anos de presença no acervo do Museu Carlos Machado o estudo, dinamização e divulgação da Coleção de Arte Africana constituem uma necessidade, por se revestir de inegável interesse científico e cultural para a Região Autónoma dos Açores, para a sua salvaguarda e para aprofundar o conhecimento sobre o Património Regional. Posteriormente, outras doações foram concretizadas por particulares e instituições públicas e privadas, nunca tendo, contudo, alcançado o significado da que o Conde de Fonte Bela ofertou. A escassez de informação que possa esclarecer sobre a filosofia que esteve na base da recolha etnográfica, os autores que a desencadearam e o ano preciso de sua realização deixa estas questões sem resposta. A data da incorporação da coleção no acervo do Museu também é imprecisa, consta apenas o primeiro registro da sua catalogação, em 20 de abril de 1893, da responsabilidade do Sr. Manoel Antonio de Vasconcelos, preparador do Museu nesse período. Em 1960, no Livro de Cadastro dos Bens do Domínio Privado Móveis do Museu Carlos Machado (MCM), na Seção de Etnografia, a coleção de objetos africanos foi apresentada já com informação relativa ao número de inventário, valor atribuído às peças e estado de conservação. Na década seguinte, tendo como referência as duas listagens anteriores, foram efetuadas fichas de inventário dos objetos africanos, não tendo sido acrescentada mais informação a então existente. Em 1943, o Museu foi instalado no antigo Convento de Santo André e já apresentava uma linguagem museográfica com vocação generalista que incluía Seções de Arte, de Etnografia Regional, de Epigrafia e Arquitetura Regional, de Etnografia Conventual e Arte Religiosa e ainda de Ciências Naturais. A Seção de Etnografia Africana, desde esta data (1943) encontra-se instalada numa das salas do Convento, e reservada do público até ao presente, justificando-se esta opção pela ausência de pesquisa aprofundada e sistemática sobre o espólio, de características muito particulares por comparação com os restantes núcleos existentes no Museu. O Museu Carlos Machado vem, ao longo da recente história açoriana, desenvolvendo ações de caráter cultural e social relevantes para a Região Autónoma dos Açores. A Coleção de Arte Africana representa uma época de ouro do conhecimento científico da Europa sobre o resto do Mundo, diz respeito a povos que tiveram um papel central na história de Portugal e a riqueza e a complexidade das suas peças (algumas únicas) são fundamentais para compreendermos um pouco mais o mundo no qual vivemos e a importância central dos Açores nos diversos períodos da nossa história. E no caso da Coleção de Arte Africana do MCM, podemos aferir que o interesse para o seu estudo abrange muito mais que o interesse Regional.

O objetivo deste projeto de Doutoramento é analisar o processo de dessacralização e de “desnobilização” que os objetos da coleção sofreram por via da

sua incorporação numa coleção europeia, o que levou à sua valorização artística e técnica, em detrimento do seu possível significado mágico-sagrado e político ou de poder. Na África Negra tradicional, a arte não se separa do resto da vida social, ao contrário, perpassa todas as atividades e complementa-se na performance (dança, música, pintura corporal, escultura etc.). A ligação entre ritual e atividade artística faz com que os objetos sejam vistos como receptáculos de poder que em contexto europeu, apesar dos esforços da etnologia e da antropologia, acaba por se diluir. A começar, talvez, porque na origem não haverá essa distinção entre arte, técnica e sagrado, todos estes aspectos fariam parte do estatuto destas peças enquanto mediadoras entre a dimensão metafísica e física. Com efeito, antes da descoberta da arte africana por Picasso, Gauguin, Modigliani e outros artistas europeus, no início do século passado, era quase impossível se admitir a existência de uma arte africana merecedora de tal designação, o que chamamos hoje de arte africana resulta da dialética entre permanência e transformação, entre unidade e diversidade, entre a criação dos artistas africanos e os parâmetros do mercado de arte euroamericano, não esquecendo que os conflitos pós-coloniais, a globalização do mercado, as novas tecnologias de comunicação e a intensificação do turismo também contribuíram e contribuem para esta transformação. Os objetos tornaram-se arte ao longo do tempo e conforme se inseriram no sistema das artes e dos museus euroamericanos [GRABURN, 2006], o que não quer dizer que as intenções originais devam ser obliteradas, pelo contrário, diversas camadas de sentido e de valor vão se sobrepondo durante a trajetória destes objetos.

Como chegar a essa análise? Comparando os diversos fatores que poderão estar por trás da produção dos objetos, seus possíveis significados e funções originais, recorrendo a Antropologia e à História da Arte africana, tendo em conta as suas distintas origens; o percurso destes objetos até sua integração na coleção: qual o espírito que esteve na base das recolhas, que autor ou autores as realizaram, com que objetivo em que períodos e em que locais tiveram lugar; os discursos que sobre eles foram feitos a partir do momento em que entraram na coleção do Museu Carlos Machado, através dos inventários, catálogos de exposições e ainda, os critérios de seleção dos objetos a expor e o modo como foram expostos ao público ao longo do tempo.

Pretendo com este processo transdisciplinar, atravessado pela História da Arte, pela Antropologia e pela Museologia produzir um corpo de análise crítica que me permita construir um novo discurso sobre estes objetos, uma nova perspectiva de interpretação e valorização, que consiga incorporar os possíveis significados originais destas obras e o percurso que lhe foi determinado enquanto arte pela leitura europeia - que presentemente também já não pode ser ignorado, pois faz parte da sua história. Este processo levará também à realização de uma exposição,

elaboração de um catálogo, participação em Colóquios nacionais e/ou internacionais e na publicação da Tese final.

Em meados do século XIX o Museu Carlos Machado¹, incorporou ao seu espólio um conjunto de artefatos africanos doados pelo 2º Conde de Fonte Bela, Jacinto da Silveira Gago da Câmara, esses artefatos originalmente pertenceram ao Contra-Almirante Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes (Capitão do Porto de Ponta Delgada entre 1886 e 1888). Após a sua morte a Sr.^a Mariana Âmbar, viúva do Contra-Almirante, vendeu o espólio por um conto de reis ao 2º Conde de Fonte Bela [ATHAIDE. 1944]. A Coleção é um acervo unitário e fechado, com cerca de 600 peças, de diversas etnias e localidades da África e é composta de estatuetas, máscaras, armas, instrumentos musicais, encostos de cabeça, etc., sendo mais comuns as peças de madeira e metal. Pouco mais se sabe sobre a Coleção e a gênese de sua formação, e até a data da incorporação da Coleção no acervo do Museu Carlos Machado também é imprecisa, constando apenas o primeiro registo da sua catalogação, em 20 de abril de 1893[SOUSA, 2011], da responsabilidade do Sr. Manoel Antonio de Vasconcelos, preparador do Museu nesse período.

Inicialmente localizado no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada, situado no edifício do extinto Convento dos Gracianos, em 1943, o Museu Carlos Machado foi instalado no antigo Convento de Santo André e desde esta data (1943) a Coleção Africana encontra-se instalada numa das salas do Convento, e reservada do público até ao presente, pela ausência de pesquisa aprofundada e sistemática sobre o espólio de características muito particulares por comparação com os restantes núcleos existentes no Museu. Em 1998, no âmbito do trabalho “Inventário das Coleções Maconde em Museus Portugueses”, realizado pelo Dr. Rogério Abreu sob orientação do Professor Doutor Joaquim Pais de Brito, do acervo do Museu Carlos Machado foram identificadas e estudadas vinte e oito peças procedentes de Moçambique, das quais um pequeno grupo que corresponde à circunscrição cultural dos Macondes de Moçambique [Abreu, 1999]. Mais recentemente, o Dr. Luiz Nilton Corrêa, com o apoio do Dr. Francisco Zambujo, desenvolveu um projeto de investigação no âmbito da Arte Primeira, tendo como base de trabalho o estudo de artefatos africanos do Museu Carlos Machado, o qual não sofreu continuidade. Em 2008, no âmbito do projeto Museu em Sua Casa, Anne Stichelmans realizou dois estudos apresentados em formato de ficha, um dedicado à Escultura “Luba” e outro a uma Cadeira (Trono) de Chefe Tchokwe [STICHELMANS, 2007-2008] os quais também foram um contributo importante para o estudo e a divulgação das respectivas peças.

Ao longo do tempo, alguns objetos ou conjuntos têm adquirido alguma proe-

1 Situado na Cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel – Açores.

minência, decorrente dos projetos de pesquisa de investigadores externos e da divulgação do acervo efetuada através da participação de alguns objetos em exposições ou outras iniciativas. Como exemplo mais relevante, é de destacar a escultura “Luba”, Mulher com recipiente de adivinhação que, em 1985, foi requisitada pelo Museu Nacional de Etnologia [LADEIRA, 1985] para integrar a exposição temporária *Escultura Africana em Portugal*. Nesse âmbito, a peça foi sujeita, por aquele museu, a uma intervenção de restauro no braço direito. Em 1996, esta escultura integrou a exposição temporária *Memory Luba Art and the Making History*, [ROBERTS, 1996] que se realizou no *Museum for African Art*, em Nova York. Em 2001, por solicitação da *University of Massachusetts*, uma imagem deste objeto integrou naquela instituição o projeto educativo de interatividade multimédia designado *A History of Art for the Twenty First Century*. Em 2005 integrou a exposição temporária *Orígenes*, que se realizou no Centro Cultural Conde Duque, em Madrid. A escultura “Luba” figura ainda nos catálogos das exposições temporárias que integrou, bem como no da exposição *Luba aux sources du Zaire*, de 1993, realizada no Museu Dapper, em Paris.

O Museu Carlos Machado vem, ao longo da recente história açoriana, desenvolvendo ações de caráter cultural e social relevantes para a Região Autónoma dos Açores. A Coleção de Arte Africana representa uma época de ouro do conhecimento científico da Europa sobre o resto do Mundo, diz respeito a povos que tiveram um papel central na história de Portugal e a riqueza e a complexidade das suas peças (algumas únicas) são fundamentais para compreendermos um pouco mais o mundo no qual vivemos e a importância central dos Açores nos diversos períodos da nossa história. No caso da Coleção de Arte Africana do Museu Carlos Machado, podemos aferir que o interesse para o seu estudo abrange muito mais que o interesse Regional. Contando já com mais de 120 anos de presença no acervo do Museu Carlos Machado a Coleção de Arte Africana, pela escassez de estudos e investigação não nos permite, até ao momento, responder a questões que são relevantes para a compreensão e comunicação da coleção. Considerando as orientações museológicas mais recentes, plasmadas pelo *International Council of Museums* e pela Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, que aprovou a Lei Quadro dos Museus Portugueses, para além da salvaguarda da coleção africana do Museu Carlos Machado o seu estudo, dinamização e divulgação constituem uma necessidade, por se revestir de inegável interesse científico e cultural para a Região Autónoma dos Açores.

Atividades	2014/2015 -											
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
A -												
B -												
C -	x	x	x	x	x							
D -					x	x	x	x	x	x	x	x



Cadeira Chefiãl Tchokwe



Escultura LUBA - mulher com recipiente de divinação.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Rogério Marques, “*Inventário das Coleções Macondes em Museus Portugueses*”, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 1999.
- ATHAIDE, Luís Bernardo de, “*As Secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada*”, Ponta Delgada, 1944.
- CANTINHO, Manuela, “*O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. modernidade, colonização e alteridade*”, FCT / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005.
- CONSTÂNCIA, João, “*O Departamento de Historial Natural do Museu Carlos Machado. Coleções Históricas e Novos Desafios*”, in *Iº Encontro das Instituições Museológicas dos Açores*, 1994.
- GRABURN, Nelson, “*Arts of the Fourth World*” in: “*The Anthropology of art: a reader*”, MORPHY, Howard; PERKINS, Morgan (ed.), Oxford: Blackwell, 2006, p. 412-414.
- LADEIRA, Carlos, “*Catalogo da Exposição Escultura Africana em Portugal*”, Museu de Etnologia do Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa, 1985.
- VASCONCELOS, Manuel, “*Inventário de objetos d’África pertencentes ao Museu Municipal de Ponta Delgada*”, in *As Secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada*, 1944.
- ROBERTS, Mary Nooter; ROBERTS, Allen, “*Memory: Luba Art And The Making Of History*”, Center For African Art, 1996.
- SOUSA, Silvia Fonseca, “*A Coleção Africana do Museu Carlos Machado*”, in “*Representações de África e dos Africanos na História Cultural – Séculos XV a XXI*”, José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues (ed.), Ponta Delgada, 2011.
- STICHELMANS, Ana, “*O museu em sua casa*”, Direção Regional da Cultura / Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 2007-2008.

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA PRESENÇA DOS FRANCISCANOS SECULARES NO GRUPO ORIENTAL DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES, SÉCULOS XVII A XXI

DUARTE NUNO CHAVES*

1. A fraternidade da Ordem Terceira da Penitência na ilha de Santa Maria no século XVII, a primeira nos Açores

Motivado pela ação provocada pela Contra-Reforma, o século XVII nos Açores apresenta um dos períodos de maior fervor religioso desta região, sendo disso exemplo a difusão da vida conventual e monástica no arquipélago. O recrudescimento dos movimentos de seculares franciscanos, inseridos na Ordem Terceira da Penitência, no espaço Ibero-americano, têm a sua correspondência neste território insular, com a fundação de uma fraternidade de irmãos penitentes, muito possivelmente durante a primeira década de seiscentos, mais precisamente na ilha de Santa Maria. Esta situação é comprovada através de documentos do arquivo da sua congénere de Ponta Delgada, em S. Miguel. Segundo estes registos, as cerimónias de profissão dos primeiros irmãos penitentes nesta ilha, em 1624, contaram com a participação de um irmão da Ordem Terceira de Santa Maria, o fidalgo João Soares de Sousa.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. O resultado deste artigo reflete parte da investigação realizada para a tese de doutoramento intitulada, “Os Santos de vestir e a Procissão dos Terceiros: histórias, conceitos, tipologias e tradições – Um legado patrimonial franciscano na ilha de S. Miguel, Açores, nos séculos XVII a XIX”, inserida no âmbito do Programa de Doutoramento em História da Arte da Universidade de Évora, 2012/15.

“(...) os quais tomaram imediatamente o hábito a exemplo do irmão João Soares de Sousa, fidalgo da casa dos capitães da Ilha de Santa Maria, que, tendo professado em a mesma ilha, se veio a morar em esta cidade desde o ano de 1614 até ao de 1624”.¹

Qual seria a razão para tão precoce implantação da Ordem Terceira na ilha de Santa Maria? Como vimos anteriormente, a restauração do movimento terciário em Portugal apenas acontecera na década de 1610 em Lisboa, chegando ao território brasileiro em 1619. A nosso ver, o motivo para esta extemporânea adesão ao fenómeno secular franciscano por parte dos marienses, pode prender-se com o facto de as ilhas servirem de interface de circulação marítima, potenciando assim uma rápida difusão cultural e religiosa. Os frades viajavam regularmente entre os territórios ultramarinos e a corte, com o patrocínio do próprio Rei, devido ao seu cunho de movimento mendicante. Esta situação proporcionava-lhes a possibilidade de serem portadores das boas-novas, que entretanto efervesciam em outras *províncias* e *custódias* franciscanas, e na própria capital do reino. Esta realidade encontra-se substanciada em diversa documentação, que comprova a assiduidade e facilidade com que os frades se deslocavam ao longo do Império Português. A propósito de uma missão realizada a Lisboa em 1636, por dois frades franciscanos do Convento da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, estes solicitam patrocínio régio para a sua viagem de regresso à origem.

*“Os suplicantes oferesem a licença do seu superior e não tem com que se poder embarcar por professarem pobreza e asi pedem a vossa majestade lhe faça merce e esmol para passagem e mantimento na conformidade que vossa majestade costuma fazer aos mais religiosos que vão para as partes ultramarinas e recebera merce (...) Pedem a vossa majestade lhes mande deferi com o que pedem porquanto vierão a negócio da sua relligião e não a seus particulares como filhos da obdiencia e são pobres e não pessuem com que se possam embarcar e recebera merce.”*²

Atestando a forte influência da família mendicante na ilha de Santa Maria, o cronista Fr. Apolinário da Conceição aponta, entre outros, para a existência de três recolhimentos de Terceiras Manteladas que viviam com disciplina claustral: os recolhimentos de St.^a Maria Madalena, St.^o António das Capuchas e o de N.^a Sr.^a da Conceição³. Para além do trecho incluso no documento que regista a profissão

1 Cf. Arquivo Paroquial de S. José [APSJ], *Livro de profissões da Ordem Terceira da Penitência da cidade de Ponta Delgada*, 1624: fls. 1-9.

2 Cf. *Arquivo dos Açores*, 2^a Série, vol. I, 1999: 246-249.

dos primeiros irmãos micaelenses, pouco se sabe sobre o percurso dos terceiros marienses, muito devido à falta de registos manuscritos. Os irmãos penitentes encontravam-se dependentes do Convento de N.^a Sr.^a da Vitória, que após a explosão dos religiosos no período liberal foi ocupado por diversas repartições públicas até à atualidade, embora a capela dos Terceiros num primeiro momento, fique entregue aos irmãos penitentes. Quando o Pe. Bartolomeu Ribeiro visita a ilha em outubro de 1946, restavam apenas nove irmãos e vinte e oito irmãs. Este clérigo e historiador das temáticas franciscanas menciona que a fraternidade durante o período de 1890 a 1925 passou por várias tentativas infrutíferas de regeneração do movimento. Em 1890 encontravam-se sem Discretório constituído, tendo sido efetuado um esforço no sentido do seu restabelecimento, com o noviciado de 26 novos elementos, por parte de D. Francisco Maria de Sousa do Prado de Lacerda, prelado da Diocese de Angra. Este empreendimento viria a manifestar-se infrutífero, o mesmo acontecendo em outros momentos, designadamente nos anos de 1919 e 1925⁴.

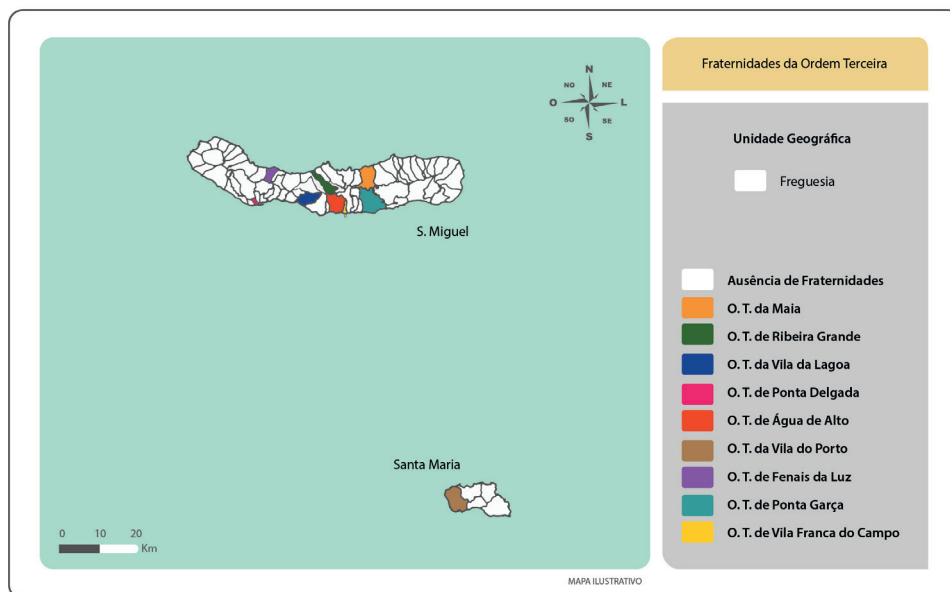


Fig. 1 – Mapa com a distribuição territorial das fraternidades da Venerável Ordem Terceira da Penitência no grupo Oriental do arquipélago dos Açores. Séculos XVII a XXI. Produção gráfica: Raquel Pinto, 2014.

3 Cf. Ribeiro, Bartolomeu. 1946. *Guia de Portugal Franciscano: continental e insular*. Residência de Leixões:81.

4 Cf. Ribeiro, Bartolomeu. 1952. *Os Terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história*. Braga, Tip. Missões Franciscanas:366.

2. Os Seculares Franciscanos em S. Miguel séculos XVII-XX

2.1 A inserção territorial

Convergindo para a ilha de S. Miguel, encontramos a presença dos irmãos terceiros ao longo de quatro, dos seis concelhos que compõem esta ilha: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Nordeste. Para uma melhor percepção da história e das estórias dos terceiros micaelenses, dividimos o resultado da informação alcançada, em três pontos fundamentais: fundação das fraternidades, orgânica administrativa e declínio do movimento.

Concelho de Ponta Delgada – O primeiro acontecimento relacionado com a criação de fraternidades da Venerável Ordem Terceira da Penitência em S. Miguel, leva-nos à cidade de Ponta Delgada, com a tomada de hábito dos primeiros irmãos no já mencionado ano de 1624⁵. Esta ocorrência para além de narrada nos manuscritos existentes no atual arquivo da Igreja Paroquial de S. José, desta cidade, é também aludida na obra de Fr. Agostinho de Monte Alverne, “Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores”, que relata de forma primorosa e na primeira pessoa, alguns dos mais importantes acontecimentos relativos aos penitentes de S. Francisco para a época em questão neste território⁶.

Fr. Agostinho do Monte Alverne, em menção ao recebimento das “Chagas de Cristo” por parte de S. Francisco no Monte Alverne em 1224, é atualmente grafado como Agostinho de Monte Alverne, ou Agostinho de Montalverne. Este importante cronista e clérigo regular açoriano, desempenhou um proeminente papel nas comunidades franciscanas da Ribeira Grande, onde provavelmente exerceu o cargo de guardião do Convento de N.^a Sr.^a de Guadalupe, e na cidade de Ponta Delgada, na qual veio a cumprir funções de mando, nomeadamente no que concerne à Ordem Terceira da Penitência. Foi investido no cargo de comissário, por patente de 5 de junho de 1699, contando nesta data a idade de 70 anos⁷.

“(…) o R.^{do} P.^e Mestre Fr. M.^{el} de S. Loiz Leitor de Teologia e definidor actual renunciou a ser comissário de terceiros que estava exercitando nesta cidade dandonos p.^a isso as razões e causas que tinha as quais se lhe aceitam na meza do definitório e porq. Nos consta que os Irmãos da Venerável Ordem 3.^a da penitência m.^{res} nesta sobred.^a cidade e os seus distritos desçam aproveitar na virtude e em zello do serviço de D.^{os}

5 Vd. APSJ, *Livro de profissões da OT da cidade de Ponta Delgada*, 1624: fls. 1-9.

6 Cf. MONTE ALVERNE, Agostinho de (Fr.). 1994. *Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols. Ponta Delgada, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2^a edição.

7 Cf. APSJ, *Livro de profissões da OT de Ponta Delgada*, 1624: fls. 1-9.

(...) *Dadas neste nosso convento de N. S.^a da Conceição da cidade de Ponta Delgada aos cinco de Junho de mil seiscentos e noventa e nove – P.^a o P.^e Pregador Fr. Agostinho de Monte Alverne ser o comissário dos Terceiros da cidade de Ponta Delgada – Por M.^{do} de S. P.^e m.^{to} R.^{do} Fr. M.^{el} de S. Boaventura pregador e secretário da visita.*”⁸

Segundo a breve nota biográfica inserida no primeiro volume das crónicas narradas por Monte Alverne, e assinado por João Bernardo de Oliveira Rodrigues, este refere que pouco se sabe acerca da vida deste importante frade franciscano. São vários os historiadores e investigadores que ao longo dos anos têm tentado decifrar alguns dos passos da vida deste clérigo açoriano. Fr. Apolinário da Conceição, na sua obra “Claustro franciscano ereto no domínio da Coroa Portuguesa”, em 1740, já mencionava algumas informações sobre o cronista micaelense nascido em 1629, e falecido por volta de 1726⁹. Rodrigo Rodrigues, responsável pela transcrição do original destas crónicas, na sua nota de abertura menciona o facto de Monte Alverne padecer do costume dos cronistas fradescos e freiráticos de apresentar uma narração milagreira “*composta de artificios para encobrir successos pouco airosos ou corar defeitos*”¹⁰. Apesar deste ponto comum com outros cronistas contemporâneos, situação da qual partilhamos, a obra agora discutida apresenta uma narração e um conjunto de fontes da maior importância para a história açoriana e portuguesa, situação, aliás compartilhada pelo referido transcritor da obra. Podemos ainda acrescentar, que para o decifrar de alguns factos relacionados com a investigação por nós realizada, esta obra é um importante ponto de partida para a referida pesquisa.

Consoante o livro de assento das profissões da fraternidade de Ponta Delgada, até 2 de agosto de 1624 professaram os primeiros irmãos penitentes na fraternidade desta cidade. Esta situação leva-nos a acalantar a tese, que os primeiros alicerces para a fundação do movimento terciário em S. Miguel teriam ocorrido no ano anterior, devido à obrigatoriedade do cumprimento do ano de noviciado, conforme regulamentos da Ordem Terceira canonicamente aprovados¹¹. Na origem desta fraternidade estiveram alguns dos confrades da *Confraria do Cordão de S. Francisco*, situação que se reflete na primeira lista de irmãos professores. Nesta mesma relação temos a noção sobre a adesão das mais variadas condições e ori-

8 Cf. APSJ, Livro de profissões da OT de Ponta Delgada, 1624: fl. 26.

9 Cf. *Monte Alverne*, 1960: Nota sobre as “Crónicas de Fr. Agostinho de Monte Alverne”.

10 Cf. *Idem ibidem*.

11 Vd. S. Francisco, 1684. *Livro em que se contem tvdo o que toca à origem, regra, estatutos, cerimónias, privilégios e rogressos da Sagrada Ordem Terceira da Penitência*. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes.

gens sociais da população à Ordem Terceira em Ponta Delgada. Deste rol podemos destacar o Conde de Vila Franca, D. Manuel da Câmara; Manuel Fernandes, alfaiate; o licenciado Marcos Lopes Henriques; o padre Francisco de Araújo, vigário do lugar de Santo António; e ainda vinte e cinco mulheres de diferente condição social. A cerimónia de atribuição de hábito contou com a participação do já mencionado fidalgo João Soares de Sousa, da casa dos capitães da Ilha de Santa Maria, e com os representantes da Ordem dos Frades Menores (OFM), P^e. Fr. Francisco da Piedade, pregador e visitador da Custódia dos Açores, e o guardião do convento de N.^a Sr.^a da Conceição, P^e. Fr. Domingos da Purificação, que ficou nomeado como primeiro comissário¹².

Concelho de Lagoa – Apesar da possível fundação da Ordem Terceira neste concelho da costa Sul da ilha de São Miguel, poder ter acontecido em meados do século XVII, fruto da política de implantação terciária nesta época nos Açores, as fontes a que tivemos oportunidade de consultar, apontam-nos para que o movimento secular franciscano nesta localidade micalense estivesse estabelecido na reerguida igreja barroca do convento de frades recoletos de Santo António na primeira metade do século seguinte¹³. Em 1733 vamos encontrar um auto de abertura de um “Livro de Termos das Eleições da Ordem Terceira do Convento de Santo António da Lagoa”¹⁴. Apesar da escassez de informação para o período pré-Liberal a sua implantação terá sido considerável, já que a mesma terá tido um desdobramento com a criação da fraternidade de Água de Pau, que funcionou até ao segundo quartel do século XIX, abrangendo assim a totalidade do concelho¹⁵.

Concelho de Vila Franca do Campo – não descortinamos a existência de registos manuscritos para a fundação do movimento de penitentes franciscanos na primeira capital da ilha de S. Miguel, parece-nos plausível atribuir a sua instituição para as décadas de 1620-30, já que como pudemos constatar através da

12 Cf. APSJ, *Livro de profissões da OT da cidade de Ponta Delgada*, 1624: fls. 1-9.

13 Fruto da tendência autonómica da família franciscana, liderada por Fr. Mateus da Conceição e Fr. Diogo das Chagas, potenciada pelo movimento da Restauração de 1640, que em termos práticos culminou coma criação da “Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores”, veio originar a construção de três conventos de recoletos: um na Terceira e dois em S. Miguel: o convento de St.^o António dos Capuchos, em Angra, e em S. Miguel os conventos de St.^o António da Lagoa, e S. Sebastião do Nordeste. Neste sentido o convento de recoleição de Lagoa já se encontrava instituído em 1644, embora em 1652, devido à erupção do Pico de João de Ramos, ficaria consideravelmente danificado. Devido ao seu estado de degradação o convento viria a ser reedificado maio de 1749, ganhando assim a sua atual gramática barroca. Sobre a história deste espaço conventual consulte-se: Costa, Susana Goulart. 2011. *O Convento dos Franciscanos: Ex-libris da Lagoa*. Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa.

14 Cf. Arquivo Paroquial de Santa Cruz [APSC], *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Convento de Recoleição de Santo António, (1733-1785)*.

15 Cf. Ribeiro, 1952: 363.

informação relativa a Ponta Delgada, o Conde de Vila Franca tomou o hábito de irmão terceiro, nesta cidade, no ano de 1624, situação que terá sido potenciadora para que em poucos anos os penitentes franciscanos se tenham instalado neste concelho. Alguns dados apontam-nos para que esta tenha sido uma das maiores fraternidades do arquipélago dos Açores, já que a mesma encontrava-se fracionada em três organizações autónomas. Em 1731, por ocasião da eleição do Discretório desta fraternidade, foram nomeados ministros e mestras de noviças para as paróquias de Água d' Alto e Ponta Garça, tendo estes ficado sob a dependência do comissário sediado em Vila Franca do Campo¹⁶.

Possuíram capela anexa à igreja conventual, com invocação a N.ª Sr.ª do Rosário, segundo informação prestada por José Honorato Gago da Camara de Medeiros, 3º visconde do Botelho, ao P.º Bartolomeu Ribeiro, no decorrer da visita deste último a S. Miguel em 1947; os terceiros no ano de 1834, já se encontravam na posse do espaço da igreja conventual¹⁷. Por razões não descortinadas ao longo da nossa investigação, esta área dedicada aos terceiros seria demolida no decorrer do século XIX. Ainda conforme informações do 3º visconde do Botelho, o primeiro comissário da era pós-Ordem dos Frades Menores, foi um antigo religioso deste convento, o P.º Francisco Jacinto Goês, falecido nesta localidade em 1855¹⁸.

Concelho da Ribeira Grande – A norte de Vila Franca do Campo, encontra-se o concelho da Ribeira Grande, com sede na atual cidade com o mesmo nome, e que em meados do século XVII (5.842 habitantes), foi juntamente com a cidade de Ponta Delgada (9.152 habitantes), o único núcleo populacional urbano de S. Miguel que apresentava um volume demográfico à escala europeia. Ao nível do reino português a então vila da Ribeira Grande ombreava, em termos de fogos, com Viana do Castelo, Guimarães, Ovar, Lamego, Viseu, Leiria, entre outros¹⁹. Esta situação singular no que toca à sua implantação demográfica à escala micaelense, foi responsável pela criação de duas irmandades de irmãos penitentes, respetivamente no convento de invocação da N.ª Sr.ª de Guadalupe, na vila da Ribeira Grande, e o convento de invocação a N.ª Sr.ª da Ajuda dos Fenais.

A fraternidade mais antiga, situada no coração da vila ribeiragrandense, tem fundação para o período que medeia as décadas de 1630 a 1660. Em 1664, Fr. Agostinho de Monte Alverne relata que os terceiros da Ribeira Grande adquiriram uma imagem representando “Cristo atado à Coluna” para padroeira desta frater-

16 Cf. Ribeiro, 1952: 364-365.

17 Cf. *Idem*: 361.

18 Cf. *Idem ibidem*.

19 Cf. Rodrigues, 2012: “As elites locais nos Açores em finais do Antigo Regime”, in *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*. Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar:183-185.

nidade, tendo para tal providenciado condições para albergar a respetiva imagem numa casa condigna.

“(...) estava fundada a Irmandade da Venerável Ordem Terceira do Patriarca e Senhor São Francisco com grande fervor, em o qual Convento trataram os ditos Irmãos Terceiros de fazer um Oratório para as coisas pertences ao “Culto Divino da dita Ordem e porque a dita Casa ficava imperfeita se obrigava o dito Gaspar Gonçalves do Couto a fazer nela uma Capela com toda a decência e ornato devido(...)”²⁰

Devido a alguns condicionalismos, motivados pela falta de benfeitores com capacidade económica aceitável, os terceiros ribeiragrandenses só veriam a sua situação ficar plenamente concluída em 1689, mais de trinta anos após a sua provável fundação, quando por testamento de 21 de Janeiro do mesmo ano, Guiomar de Benevides, viúva de Miguel Lopes de Medeiros, cumpriria a vontade de seu falecido esposo mandando construir a capela do Senhor Santo Cristo dos Terceiros²¹. A fazer fé neste testamento, a edificação desta capela corresponde à atual nave lateral da igreja franciscana da Ribeira Grande²².

No que concerne à segunda fraternidade de terceiros situada neste concelho pouco se sabe, até porque o antigo espaço conventual foi demolido ao longo do século XX. Muito provavelmente os penitentes franciscanos desta localidade ficaram incorporados numa das capelas da igreja conventual, que data da década de 1690. As únicas fontes que restam deste núcleo de seculares, são um livro de atas da Fraternidade da Venerável Ordem Terceira, com o primeiro registo datado de 12 de Março de 1821, e ainda um conjunto de imagens processionais originárias do século XVIII, que se encontram na igreja matriz desta localidade da costa norte de S. Miguel²³.

Concelho do Nordeste – A presença do movimento secular franciscano neste

20 Cf. Arquivo Municipal da Ribeira Grande [AMRG], *Cópia de Público Instrumento de Doação* de 15-02-1668.

21 Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPDL], *Testamento n.º 2591 dos Resíduos*.

22 Este facto desperta-nos uma curiosidade, ligada aos espaços de cultos dos leigos franciscanos nas igrejas conventuais em S. Miguel. De uma maneira geral, as fraternidades dispunham de áreas de culto próprias, agregadas arquitetonicamente às igrejas, mas completamente independentes destas. Os acessos destas capelas eram feitos pelo exterior da edificação, existindo no entanto, uma passagem interna, que fazia a ligação ao próprio corpo da igreja. O caso da vila da Ribeira Grande é uma exceção, em que as duas naves da igreja conventual são repartidas entre os frades menores irmãos terceiros, sem delimitações físicas, apesar de apresentar da serventia ser efetuada por entradas distintas. Cf. Chaves, 2013: 97.

23 Cf. Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Lugar da Maia, aberto a 10 de Março de 1821, pelo Secretário [...] da Silva, por ordem do Comissário e Irmão Frei Boa Ventura do Amor Divino.

concelho, bem como no município vizinho da Povoação, que o limita a sul, é ainda um enigma. Não encontramos registos manuscritos coevos ao convento de frades Capuchos de invocação a São Sebastião na vila do Nordeste, que eventualmente refiram a presença de seculares franciscanos nesta localidade. Fruto da viagem efetuada pelo P^o Bartolomeu Ribeiro no ano de 1947 à ilha de São Miguel, foi criada uma fraternidade na freguesia da Achadinha, que não terá vingado para além dessa década. Existam provas factuais dessa presença, resultado da descoberta de dois escapulários contendo estampas com cenas alusivas à estigmatização de São Francisco e com o Brasão da OFM, descobertas pela Dra. Ana Fernandes, técnica do Museu Carlos Machado, no ano de 2011, num sótão da igreja de invocação a N.^a Sr.^a do Rosário da Achadinha. A título informativo devemos mencionar que a guardiania do convento de S. Sebastião foi declarada a 18 de setembro de 1642, com uma comunidade superior a doze professores. Viria no entanto a decair em 1674, situação que pode estar relacionada com a fraca manifestação na adesão da população à Ordem Terceira neste concelho²⁴.

2. 2 A orgânica administrativa e inserção social dos terceiros micalenses nos séculos XVII e XVIII

Para além da ligação espiritual aos frades menores, os seculares franciscanos mantinha vínculo hierárquico aos superiores da OFM, na sua mais alta instância através do padre custódio até ao ano de 1641, passando essa incumbência para o padre provincial, após essa data, devido à promoção da Custódia dos Açores a Província, através da normativa *Paterna Sedis Apostolicae Providentia*, de 10 de dezembro de 1725²⁵. A cúpula da OFM instituiu a dependência das fraternidades a um padre comissário, nomeado em Capítulo. Após a análise dos *Livros de Termos das Eleições* das principais fraternidades micalenses, podemos constatar que de uma forma frequente, cabia ao guardião do convento em que se encontravam associados os terceiros, o exercício do comissariado, atestando assim, o grau de importância que o convento assumia junto da comunidade local²⁶. Os comissários das fraternidades açorianas tiveram representantes com assento e direito a voto nas reuniões do Capítulo durante quarenta anos. Em 1681, no 12^o Capítulo, realizado no Convento de Angra, perderam essa faculdade pelas

24 Vd. Ribeiro, Bartolomeu. 1949. “Açores, arquipélago franciscano” in *Coletânea de Estudos*. Braga, Editorial Franciscana:45.

25 Vd. Maria Santíssima, Manuel de (Fr.). 1787. *Terceiro franciscano instruído nas obrigações do seu instituto da Ordem Terceira da Penitência*. Lisboa, na Oficina de António Gomes.

26 Cf. *Livro de Termos das Eleições da OT de Ponta Delgada*, 1688-1758; *Livro de Termos das Eleições da OT da Ribeira Grande*, 1749-1833; *Livro de Termos das Eleições da OT da Lagoa*, 1733-1795.

alterações introduzidas nos estatutos gerais de 1679, promulgados pelo Papa Inocência XI²⁷.

Ao comissário eram delegadas as funções de administrar e instituir aos irmãos os sacramentos da Igreja, bem como doutrinar estes nos princípios da Regra. Paralelamente era da sua competência convocar e presidir à Junta dos Discretos, órgão colegial composto por frades menores, clérigos seculares e leigos. Ao Discretório competia a eleição do ministro, vice-ministro e restantes cargos executivos da ordem. Para além destas competências o comissário fazia o elo de ligação entre a Ordem e a comunidade local, nomeadamente com os cargos políticos de maior relevância, designadamente o Capitão do Donatário²⁸.

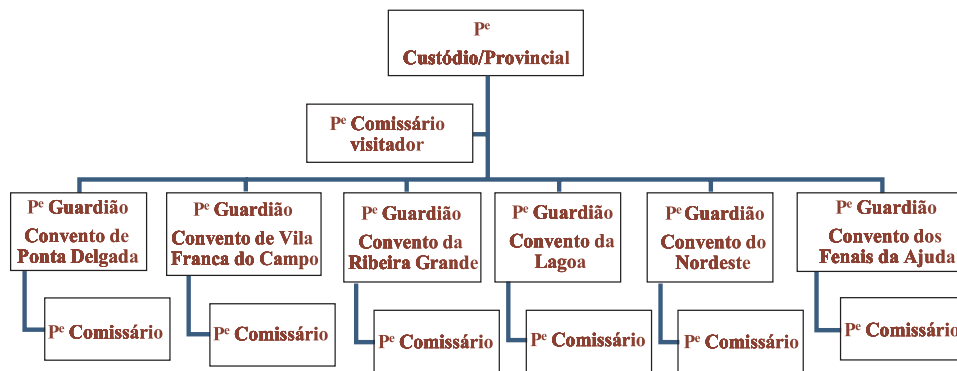


Fig. 2 – Organograma da participação dos frades menores na hierarquia da Venerável Ordem Terceira da Penitência para o período de 1641-1833. Cf. Arquivos citados.

A eleição e composição dos cargos administrativos das diversas fraternidades micalenses eram de constituição mista, apesar de existir uma divisão de género quanto às tarefas a executar dentro de cada comunidade terciária. À componente masculina estavam reservados os lugares administrativos e executivos, bem como o acompanhamento de proximidade com a comunidade local. No que toca à participação feminina, esta acaba por ter um papel interventivo dentro da fraternidade, no apoio aos doentes e mais desfavorecidos, preenchendo as funções de enfermeira, mentora das noviças, para além da tarefa de preparação das imagens de vestir que compunham as várias manifestações quaresmais²⁹.

27 Cf. Monte Alverne, vol. I, 1966: 64.

28 Cf. Chaves, Duarte Nuno. 2012. “A Venerável Ordem Terceira da Penitência, um marco na identidade franciscana no Arquipélago dos Açores”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta. Núcleo Cultural da Horta: 121-124.

A multiplicidade social dentro das comunidades de leigos franciscanos acentuou-se ao longo dos anos, situação expressa numa lista de irmãos copiada por Rodrigo Rodrigues, referente a Ponta Delgada, para o ano de 1679: João da Costa Pereira, governador; António do Rego, morgado; André Machado, cirurgião; João da Costa, mestre de meninos; Francisco da Costa, padre; Luís Pereira, boticário; António Camelo, sapateiro; António Machado, vendeiro; António da Costa, alfaiate, Domingos Martins, ourives; Manuel Pereira, oleiro; Sebastião de Sá, barbeiro, entre outros³⁰.

Se, como vimos no caso de Ponta Delgada, a participação da comunidade na OT potenciava uma aparente democratização e igualdade social, a inclusão na *Junta dos Discretos*, encontrava-se restrita a um conjunto limitado de elementos da comunidade. Essa participação foi certamente uma forma de aquisição de *status* social por parte de determinados grupos, que assim viram melhorar a sua posição na hierarquia comunitária. Depois de analisados os *Livros de Termos das Eleições* das fraternidades de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Maia, podemos concluir que entre os irmãos elegíveis para os cargos administrativos, estiveram sempre disponíveis os efetivos da elite local, constituída por elementos terra-tenentes, nomeadamente pelo oficialato das milícias locais, e ainda clérigos regulares e seculares, que ocupavam e repartiam sistematicamente as função de ministro, vice-ministro e secretário ao longo do século XVIII e princípio da centúria seguinte³¹.

Após a observação das atas disponíveis nos arquivos consultados, deixamos alguns exemplos das eleições para a formação de discretório nas localidades de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Fenais da Ajuda, que compreendem o período de 1688 a 1900: na primeira ata do *Livro de Irmãos* em Ponta Delgada, para ano de 1688 ³², é eleito no cargo de ministro o capitão Martinho da Costa Reis; na sua fraternidade homóloga da vila Ribeira Grande, em 1749³³, achamos a fraternidade na direção do capitão Lopo Tavares Homem; terceiros da vila da Lagoa encontravam-se dirigidos pelo padre Domingos de Deus, no ano de 1733; os penitentes do lugar da Maia em 1821, que se achavam agregados ao Convento do Divino Espírito Santo, eram dirigidos pelo comerciante António Cordeiro³⁴.

29 Cf. Chaves, Duarte Nuno. 2013. *Os terceiros e os seus santos de vestir: os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*. Câmara Municipal da Ribeira Grande: 106.

30 Cf. Monte Alverne, vol. I, 1996:

31 Cf. Chaves, 2013.

32 Cf. APSJ, *Livro de Termos das eleições da OT de Ponta Delgada, 1688-1758*: fl.1.

33 Cf. AMRG, *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe, 1749-1883*: fl.1.

34 Cf. Instituto Cultural de Ponta Delgada [ICPD]. *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Lugar da Maia (1821-1900)*, fl.1.

Esta repartição da cúpula administrativa das fraternidades potenciava uma rede de ligações familiares, em particular na promoção dos cônjuges, que culminava, em muitos discretórios, com a designação para lugar de ministra, das próprias mulheres destes oficiais milicianos, como aconteceu por exemplo no ano de 1833 na OT da Lagoa, em que os cargos de ministro e ministra, eram ocupados por marido e mulher, preservando assim a coesão do grupo familiar³⁵. Em outras ocasiões, as irmãs que desempenhavam funções de destaque, eram mulheres de comerciantes locais ou oficiais da milícia: “ (...) para ministra, a N. Irmã Teresa Josefa, mulher do capitão Miguel Rego ”³⁶. A participação feminina encontrava-se, no entanto, tutelada pelo padre Comissário, que possuía autoridade para efetuar uma triagem junto das principais “senhoras” da comunidade³⁷.

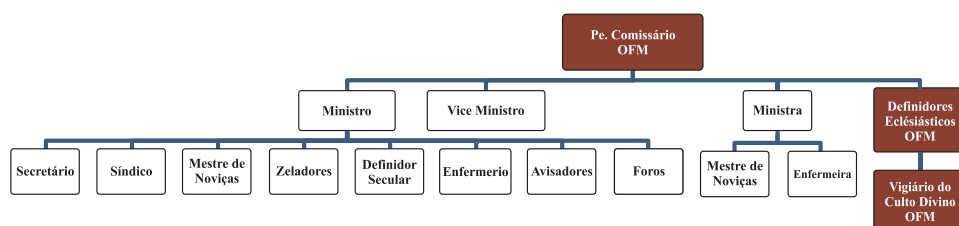


Fig. 3 – Organograma das Juntas dos Discretos das fraternidades da Venerável Ordem Terceira da Penitência na ilha de S. Miguel, para o período de 1641-1833 Cf. Arquivos citados.

A admissão ao noviciado, e conseqüente profissão de fê nas ordens terceiras, representou para muitos a possibilidade de proteção espiritual e inserção na hierarquia social, mas não estavam no entanto, isentos de passarem por processos rigorosos de “limpeza de sangue”, como aliás demonstram alguns estudos efetuados em outras paragens, nomeadamente no caso brasileiro³⁸. Para realidade mi-caelense durante as centúrias de seiscentos e setecentos, vamos constatar que as ordens terceiras não se encontravam só inseridas numa lógica de evangelização, desempenhando também funções de assistência e apoio social às populações mais

35 Cf. APSC. *Livro de termos das eleições da OT da Lagoa*, 1833-1910: fls. 1-2.

36 Cf. AMRG, *Livro de Termos das Eleições da Venerável Ordem Terceira do Convento de N.ª Sr.ª de Guadalupe*, 1749-1883: fl. 4.

37 Cf. Chaves, 2013: 127-130.

38 Cf. Russel-Wood, A. J. R. 1989. “Prestige, power, and piety” in Colonial Brazil: The Thrid Orders of Salvador”, in *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 69, nº 1: 67 & MORAES, Juliana de Mello. 2011. “Os das Ordens Terceiras de S. Francisco e as suas relações familiares no Império Português do século XVIII”, in *Familia, espaço e património*. Carlota Santos (coord.). Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar: 244.

carenciadas da ilha, apesar das manifestas dificuldades económicas que algumas fraternidades enfrentavam. São exemplo desta existência os terceiros na vila da Lagoa, que em pleno século XVIII forneciam apoio alimentar e medicamentoso a todo o concelho, bem como auxílio aos viajantes que por lá passavam. Em 1770, estes irmãos penitentes expunham a sua preocupação com as carências económicas que a fraternidade suportava, o que não permitia um eficaz apoio aos mais desfavorecidos, tendo, inclusive reduzido a cotização imposta aos irmãos de quatro vinténs (40 réis) para uma pensão anual de dois vinténs (20 réis)³⁹.

A importância dos irmãos penitentes já se demonstrava na centúria anterior no concelho lagoense, já que os irmãos terceiros ramificaram-se rapidamente junto do próprio clero secular, como comprova o facto do cura da Matriz de Santa Cruz, P: André de Teve, ter solicitado, em 1690, ser sepultado na igreja do Convento Franciscano da Lagoa, alegando as suas boas relações com a Ordem Terceira do Convento de St.º António⁴⁰. Esta realidade seria obviamente alargada à restante Ordem de S. Francisco, em especial na entrada de mulheres na família franciscana, que para além da Ordem de Santa Clara, podiam ainda integrar-se em recolhimentos de terceiras regulares, designadas por “Recoletas” e terceiras seculares, chamadas de “Manteladas”⁴¹.

Na cidade de Ponta Delgada, em 1749, para além dos recolhimentos de Santa Bárbara, Santa Ana e da Santíssima Trindade, também os mosteiros da Ordem de Santa Clara incorporavam efetivos na Ordem Terceira da Penitência. Esta associação de freiras clarissas junto das fraternidades de irmãos terceiros, é algo que não encontramos com frequência em outros estudos ligados a esta temática, no entanto, achamos que o fenómeno carece de uma investigação mais aprofundada, nomeadamente com análises comparativas. De qualquer forma, deixamos aqui expressa a realidade por nós presenciada nos arquivos da Ordem Terceira de Ponta Delgada.

“Em 5 de Mayo de 1748 professaram nesta Venerável Ordem 3ª da Penitência, Tereza do Caemo, Irmã da Piedade, Maria da Conceição, Maria Bendyta, e Francisca da Soledade sic no Mosteyro de N.ª Sr.ª da Esperança, sendo Ministro o Cap.ªm Manuel da Camara Coutinho Carreyro (...)”⁴²

39 Cf. Costa, Susana Goulart. 2011. *O Convento dos Franciscanos: Ex-libris da Lagoa*. Câmara Municipal da Lagoa.

40 Cf. Costa, Susana Goulart. 2007. *Santa Cruz: Evangelização, Celebração da Fé e Fraternidade Cristã*. Lagoa, Paróquia de Santa Cruz, Matriz da Vila da Lagoa:52-53.

41 Vd. JESUS, Elisabete. 2005. “As Mandeladas: um espaço feminino de religiosidade dos Terceiros Franciscanos do Porto” in *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: actas / do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*; (org.) Instituto de História Moderna da Universidade do PortoJ: 135-154.

42 Cf. APSJ, *Livro de Inventário da OT de Ponta Delgada*, de 1702 a 1766:

Analisando os dados que nos fornece o *Livro de Pensões* da Ordem Terceira de Ponta Delgada, podemos concluir que, dos quatro conventos de freiras de Santa Clara existentes nesta cidade no referido ano, professavam simultaneamente na segunda e terceira ordem franciscana cerca de 185 freiras, que somados às 70 recoletas que habitavam os quatro recolhimentos desta localidade, totalizavam um efetivo de 255 de irmãs terceiras, que teriam simultaneamente professado votos religiosos de pobreza, castidade e clausura, no caso das clarissas⁴³. Para termos uma ideia mais precisa da adesão das clarissas à componente secular franciscana, seria importante analisar os efetivos individuais de cada casa religiosa da segunda ordem existente em Ponta Delgada e efetuar um paralelismo entre o número de professoras na segunda e terceira ordem. Não tendo alcançado esta informação ao longo da nossa investigação, centremo-nos nas informações disponíveis relativas ao convento de S. João, nesta localidade: em 1674, D. Fr. Lourenço de Castro, Bispo da Diocese de Angra, fixou o número de religiosas para este convento em 70 professoras, sendo que em 1754, esse número encontrava-se ultrapassado em mais 10 religiosas⁴⁴. Estes dados quantitativos apontam-nos para um valor muito aproximado dos 60% de aderência por parte das freiras de S. Clara à causa terciária.

Casas Religiosas	S. João	St.º André	Nª Sr.ª Conceição	Nª Sr.ª Esperança	St.ª Bárbara	St.ª Ana	St.ª Trindade
N.º de irmãs professoras na Ordem Terceira	47	56	10	72	40	20	11

Quadro 1. Registo de irmãs terceiras que professavam simultaneamente na segunda ordem franciscana, na cidade de Ponta Delgada no ano de 1749. Fonte: *Livro de Pensões da Ordem Terceira de Ponta Delgada*.

Esta relação de proximidade entre franciscanas regulares e seculares já acontecia no virar do século anterior, quando Fr. Agostinho de Monte Alverne na qualidade de comissário da Ordem Terceira, participa a 11 de Junho de 1699, na cidade de Ponta Delgada, juntamente com o ministro desta Ordem e a abadessa D. Dorotheia, esta em representação das freiras do Convento da Esperança, num ato de permuta escrito entre as clarissas e os terceiros desta localidade, onde é dado aos

43 Cf. APSJ, *Livro de pensões da Ordem Terceira de Ponta Delgada, 1749*.

44 Cf. Torres, José. *Variedades Açorianas*. Convento de S. João Ante Portam Latinam de Ponta Delgada. Tomo IV, Fólio 199 e 200.

terceiros o terreno no qual ambicionavam fundar um hospital, em troca de dois alquebrens de terra ao Maranhão desta cidade.

2.3 O período pós liberal e o declínio dos penitentes em S. Miguel

Se o período áureo dos irmãos penitentes foram os séculos XVII e XVIII, o seu declínio aconteceu precisamente na segunda metade do século XIX, fruto da implantação do liberalismo em Portugal, que teve como resultado uma laicização das associações de pendor religioso. Esta situação, de um modo geral promoveu uma maior intervenção das irmandades junto das atividades de solidariedade social, embora no caso dos terceiros micalenses, essa realidade não se tenha verificado, resultado de um fraco investimento em estruturas de cariz social por parte da Ordem Terceira nesta ilha. Na realidade, vamos assistir a um certo esvaziamento da componente assistencial junto das comunidades onde os terceiros se encontravam inseridos ao longo do séc. XIX, em favor de outras instituições, nomeadamente as misericórdias.

Para o movimento de seculares franciscanos em S. Miguel, como para a generalidade do arquipélago, assistimos a um processo de fragmentação da grande maioria das fraternidades. O facto de a legislação que extinguiu as Ordens religiosas (1832/34) ser omissa no que toca às Ordens Seculares, veio possibilitar que numa fase inicial algumas fraternidades micalenses ficassem a seu cargo, com as antigas igrejas conventuais, sendo disso exemplo as igrejas dos conventos de N.^a Sr.^a de Guadalupe⁴⁵, N.^a Sr.^a do Rosário⁴⁶ e St.^o António⁴⁷.

*“Ilmo e Rm Snr. A Junta da Parochia da freguesia Matriz de Santa Cruz da Lagôa desta Ilha de São Miguel, o regedor da mesma e mais pessoas da dita Vila uzando mais do sagrado direito, que lhe faculta a Lei Fundamental do Estado, vem com o devido respeito, e profunda submissão ante a presença de V. Ex.^a pedir-lhe a manutenção da posse em que testão de um Órgão que existe na Igreja de Santo António da super Vila, e que por ofício de 26 de Março de 1834 de um dos superiores de V. Ex.^a (O Ex.^{mo} Perfeito Moura) foi cedida à Ordem Terceira de S. Francisco da mesma Vila (...)”*⁴⁸

Seria nesta época que os terceiros representariam o seu último papel interventivo junto das comunidades locais, tornando-se num primeiro momento fieis depositários do património imóvel e móvel franciscano, entretanto expropriado pelo Regime

45 Vd. Chaves, 2013.

46 Cf. Ribeiro, 1949:38-39.

47 Cf. Costa, Francisco Carreiro da. 1967. “A Igreja e o Convento dos Franciscanos da Vila da Lagoa”, in *Insulana* (sep.). Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol.XXI (1º e 2º semestre de 1965):57-59.

48 Cf. APSC, *Livro de Acórdãos da Junta de Paróquia da freguesia de Santa Cruz*. Sessão extraordinária de 2 de Março de 1848.

Liberal. Exemplo disso foi o papel desempenhado pelas fraternidades sediadas nos concelhos da Lagoa e Ribeira Grande, que foram responsáveis pela preservação de grande parte das alfaías litúrgicas, existentes nas antigas igrejas conventuais destas localidades, bem como de outros bens móveis ligados aos frades menores.

“Illmo e Rm Snr. Sua Exa. me ordena eu diga a V. S^a em respeito ao seu Ofício de 31 do passado que aprova a resolução que tomou em não compreender no Inventário das pratas e mais alfaías pertencentes ao extinto Convento dos Religiosos da Ribeira Grande os ornamentos e alfaías da Capela da Irmandade dos Terceiros daquele convento. Deus Guarde a V. S^a. Secretaria da Prefeitura em Ponta Delgada, 16 de Setembro de 1833 – Snr. Ouvidor Eclesiástico da Vila da Ribeira Grande – o Secretário-geral – Manuel Ferreira de Moura.”⁴⁹

O empenho dos irmãos penitentes acabaria no entanto, por esbater-se, até ao final da década de 1840, à medida que os edifícios conventuais foram sendo ocupados por repartições públicas, ou vendidos às misericórdias para instalação dos seus hospitais. Foi o que aconteceu no concelho da Lagoa, em que os terceiros utilizaram a igreja conventual até 1872, quando lá se instalaram os serviços da Fazenda Pública⁵⁰. No concelho vizinho da Ribeira Grande, fruto de diligências dos dirigentes concelhios, foi transferido o antigo hospital da misericórdia anexo à Igreja do Espírito Santo, para o convento franciscano desta localidade, em 1839⁵¹.

O caso ribeiragrاندense é bem elucidativo da dependência a que ficou sujeita a Ordem Terceira, com as novas subordinações institucionais. O antigo espaço conventual, bem como a igreja d e N.^a Sr.^a de Guadalupe são reinvestidos de novas funções pelo novo proprietário, levando a uma subordinação dos irmãos terceiros à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, como nova proprietária do edifício. Paralelamente, a Diocese de Angra passa a ser a entidade responsável por nomear e exonerar os comissários. Esta nova subordinação diocesana, a que os terceiros se encontraram sujeitos após o abandono da OFM do arquipélago, teve como resultado prático a dependência hierárquica das fraternidades às paróquias onde estas se encontram inseridas, e a um novo relacionamento com os membros do clero secular, agora empossados para ocupar os cargos de comissário. Neste seguimento, em 1859 D. Estevão, Bispo de Angra, desonera o comissário em exercício da Ordem Terceira da Ribeira Grande, P.^e Mariano Rocha,

49 BPARPD, *Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada, registo de Ofícios dirigidos às Autoridades Religiosas*, Livro 141, fl. 5v.

50 Vd. Costa, Susana Goulart. *Convento dos Franciscanos: ex-libris da Lagoa*. Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa: 40.

51 Cf. ASCMRG, *Livro de Acórdãos da Mesa, 1839-1851*, fls 24 e 25.

nomeando para seu lugar outro sacerdote, o Rev.º José Pacheco Lopes Ferreira⁵².

“Havendo nosso representante na Mesa da mesma Venerável Ordem, erecta na Villa da Ribeira Grande, desta Ilha de S. Miguel, que o seu actual reverendo Comissário o Padre Mariano Rocha, se escusado de continuar no mesmo officio, por motivos alternáveis, e considerando nós que na pessoa do Reverendo José Pacheco Lopes Ferreira, cura da paróquia de N.ª Sra. da Conceição desta Villa e irmão professo na mesma Ordem se achão as mesmas qualidades precisas para bem desempenhar o comissariado (...)”⁵³.

No final do século XIX, os seculares franciscanos encontravam-se implantados em pelo menos cinco dos seis conselhos existentes nesta ilha. Pelos dados disponíveis nos arquivos das antigas fraternidades de Ponta Delgada Ribeira Grande e Lagoa, podemos concluir que a sua representação demográfica no meio religioso micaelense já seria muito diminuta para a época. O caso mais expressivo encontrava-se no concelho da Ribeira Grande, que distribuía em 1875 o seu domínio junto das sete freguesias que se situavam a oeste da Ribeirinha, contando com cerca de meio milhar de irmãos, o que afigurava apenas 2% da população do concelho, tendo como valor de referência os dados estatísticos de 1890, que apontavam um efetivo concelhio de 25.302 habitantes⁵⁴. A fraternidade achava-se composta por 372 mulheres e 74 homens, o que atesta a elevada participação feminina na composição da irmandade⁵⁵.

No que concerne ao concelho de Ponta Delgada, e para o mesmo ano, a fraternidade local contava com 400 irmãos professos de ambos os sexos⁵⁶, inseridos numa população que contabilizava, em 1900, 52.120 habitantes, ou seja, os terceiros representavam 0,76% do efetivo populacional do principal concelho da ilha de S. Miguel⁵⁷. Quanto aos penitentes sediados na igreja conventual de St.º António, mas já no século seguinte, encontramos uma contagem de 89 professos, em 1914, estando estes indivíduos distribuídos pelas cinco freguesias do concelho da Lagoa, que contavam no virar da primeira década desta centúria, com um efetivo de 10.983, residentes⁵⁸.

52 Cf. Chaves, 2013: 116.

53 Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Ofício do Bispo de Angra dirigido à Venerável Ordem Terceira da Ribeira Grande”, 20 de Setembro de 1859.

54 Cf. *Ministério das Finanças, Direção Geral de Estatística, Censo de Portugal n.º 1 – 1911*: p. 260.

55 Cf. AMRG, *Livro de irmãos, 1867-1896*, com auto de abertura e encerramento datados de 2 de Agosto de 1867.”

56 Cf. “Mensagem dirigida ao Santo Padre Pio IX no 50º Aniversário da sua Sagração Episcopal, pelas Ordens Terceiras dos Açores, reproduzida no opúsculo *Ordem Terceira*, por Mgr. Da Ségur, Ponta Delgada, 1878, p: 149”, in Ribeiro, 1952: 360.

57 Cf. *Serviço Regional de Estatística dos Açores*, “Demografia, 1900-1920”: 19-22.

58 Cf. *Idem, ibidem*.

Esta deserção no movimento penitente micaelense acaba por ser o resultado das alterações provocadas por uma secularização e laicização generalizadas da sociedade portuguesa, iniciadas com os ideais liberais e que tiveram como resultado um reformismo interclassista da Igreja Católica. À entrada do século XX, vamos encontrar uma nova forma de inserção das ordens terceiras no interior da Igreja, sendo que esta nova tendência vai apontar para uma renovação da noção do apostolado entre os leigos, através de uma maior intervenção a nível social, cultural e política, e ainda numa crescente autonomia em relação ao domínio eclesiástico⁵⁹.

Como forma de contrariar estas novas tendências, surge um movimento de restauração do reforço da autoridade episcopal, resposta ao que se considerava ser o perigo da desunião dos católicos e a descristianização da sociedade⁶⁰. Neste período, e por influência do Papa Pio XI, é desencadeado um novo movimento cristão, a *Ação Católica Portuguesa* (ACP), que vai despoletar outros rumos interventivos ao nível da evangelização, a partir de 1927. Esta nova movimentação católica, com origem internacional, vai cimentar o apostolado laical e a hierarquia da Igreja⁶¹, provocando em termos gerais, uma maior participação por parte dos párocos nas atividades apostólicas deste movimento, bem como uma concorrência na base do recrutamento de leigos para os diversos movimentos católicos⁶². Alguns relatos orais de sobreviventes desta época, os quais tivemos a oportunidade de recolher na primeira pessoa, apontam no sen-

59 O regime liberal no Portugal oitocentista potenciou uma renovação religiosa, que teve como resultado o aparecimento de um conjunto de novas organizações católicas, que desde a criação da Sociedade Católica (1843), passando Associação Católica, no seguimento da “Assembleia dos Oradores e Escritores Católicos”, realizada no Porto, de 27 de Dezembro de 1871 a 5 de Janeiro de 1872, vão tornar-se numa nova dinâmica progressista para a participação dos leigos não só na esfera religiosa, mas também na sua participação na sociedade civil. Esta intervenção teve como resultado uma intervenção no espectro político e social, com a tentativa de criação de vários movimentos políticos católicos, Centro Católico Parlamentar (1894) e o Partido Nacionalista (1901). A primeira década do século XX acentuou esta tendência com a formação de diversas associações de cariz juvenil e feminino. Não sendo este o local para um aprofundamento sobre a problemática dos movimentos de leigos católicos no século XIX, consulte-se: Rodrigues, Manuel Augusto. 1980. *Problemática religiosa em Portugal no século XIX no contexto europeu*. Lisboa, Análise Social: 407-428.

60 Cf. PINHO, Mariano. 1939. *Carta Magna da Ação Católica Portuguesa*. Braga, Apostolado da Oração : 125.

61 Vd. FRANCO, António de Luciano de Sousa: 1990. “O Cardeal Cerejeira e os Leigos”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 2. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa: 153-156.

62 Segundo Paulo Fontes, a Ação Católica Portuguesa, funcionava como uma extensão da hierarquia da Igreja Católica, penetrando no interior das comunidades, «em zonas onde o clero era incapaz por si próprio de chegar». Acrescente-se ainda, que os princípios defendidos por Pio XI apontavam nesse mesmo sentido: «participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja», sob a direção dos bispos, de quem recebe «mandato». Cf. Fontes, Paulo. 1994. “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 6 – Editada separata:67

tido de uma menor motivação para a causa mendicante por parte de alguns preladados locais. Em Ponta Delgada, no ano de 1930, o P^e. João Pereira de Dâmaso, pároco de S. José, manteve um relacionamento menos profícuo com os terceiros, tendo-se, inclusivamente, oposto à realização da procissão dos Terceiros⁶³.

Apesar de não existir nenhum estudo de fundo que comprove e relacione o fluxo de irmãos terceiros para a ACP nos Açores, e em S. Miguel de forma particular, será importante registar que o assunto mereceu alguma atenção na cúpula do movimento franciscano a nível nacional, já que em 1951 é realizado um inquérito a todos os comissários das fraternidades do Continente e Ilhas Adjacentes, no sentido de apurar quantos terceiros participavam nas atividades desta organização. Os dados deste inquérito relativos ao Arquipélago dos Açores, publicados por Bartolomeu Ribeiro, são muito inconclusivos, já que apenas contabilizam algumas paróquias da ilha Terceira, apontando uma participação no apostolado da ACP de cerca de 14% dos irmãos terceiros.

Para além da dispersão espiritual em meados deste século, já é visível um conjunto de investidas ao próprio património das fraternidades, sendo disso exemplo, o percurso dos penitentes em Ponta Delgada, que no ano de 1906 veem ser postos em praça pelo governo, os Foros e a Cerca, que haviam sido adquiridos no século XVII, aquando do comissariado de Agostinho de Monte Alverne. São efetuadas diligências pelo chefe do *Partido Progressista* nesta ilha, José Maria Raposo d' Amaral, junto do ministro José Luciano de Castro, alegando que os terceiros, segundo os seus estatutos, precisavam deste espaço para construir o seu hospício. Como resultado destas movimentações a "Cerca" acabou por ser retirada da arrematação pública⁶⁴. Em 1941 vamos encontrar nova ofensiva por parte da Junta Geral, que empreendeu um processo de expropriação à dita "Cerca", para ali construir o Dispensário Antituberculoso, tendo, no entanto, ficado apenas com alguns metros do terreno⁶⁵.

Finalmente em 1957 é iniciado o processo de alienação do chão pertença dos terceiros, com o patrocínio do Bispo da Diocese de Angra. A dependência administrativa à Diocese apressou o processo de transferência da referida propriedade para a paróquia vizinha de S. José, ficando o procedimento concluído em 1964, através de uma escritura pública, assinada entre o procurador da Ordem Terceira de Ponta Delgada, Dr. José de Oliveira São Bento e o P^e. António de Almeida Maia, pároco de S. José, pelo valor de 54.000\$00⁶⁶.

63 Cf. Entrevista realizada, em 23-11-2013, à Sra. Maria de Lurdes Dâmaso Vieira, nascida em 10-09-1923.

64 Cf. Ávila, Manuel Bettencourt. 1957. "A Cerca dos Terceiros Franciscanos na Avenida Roberto Ivens" in *Franciscanos em Portugal*. Ponta Delgada, Tip. Micaelense.

65 Cf. Idem *ibidem*.

66 Cf. APSJ, *Secretaria Notarial de Ponta Delgada, Livro 556-A*, "Escritura Pública de Compra e Venda, realizada em 02-05-1964", fls: 16-19.

“Aos que a presente virem Fazemos saber que nos autos de licença para alienação de um terreno pertença à Ordem Terceira de S. Francisco, da cidade de Ponta Delgada, sendo outorgantes: compradora, Fábrica da Igreja de S. José e vendedora, a Ordem Terceira de S. Francisco, de Ponta Delgada (...) a fim de nele ser construído o salão paroquial.

Angra, dois de Abril de mil novecentos e cinquenta e sete.

Manuel, Bispo Coadjutor.”⁶⁷

A par desta perda de influência do movimento de penitentes franciscanos, e ainda durante a primeira metade do século XX, a OFM enviou com regularidade algumas missões ao arquipélago, no sentido de demarcar a sua posição no meio católico local, nomeadamente na paróquia de Santa Luzia na cidade de Angra do Heroísmo, que na década de 1950 recebia com regularidade frades franciscanos originários de várias nacionalidades⁶⁸.

Em 1946 chegam a S. Miguel dois frades menores, os padres Fr. Bartolomeu Ribeiro e Fr. Mário Branco, que entre outros intuitos, vão promover a reestruturação da Ordem Terceira da Penitência nos Açores. Esta missão de missão inicia-se precisamente em território micalense, que já apresentava poucos bastiões de terceiros ativos, sendo casos de exceção os concelhos de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo. A incumbência pelo qual se propunham apresenta um êxito inicial, logo no primeiro ano de permanência, sendo esse feito relatado na imprensa local, que narra a grande afluência de crentes às igrejas por onde estes frades pregavam:

“Ontem, de novo se encheu totalmente a igreja de S. José, para se ouvir o notável orador, Frei Mário Branco. De novo as muitas centenas de pessoas que, até à porta, pejavam o Templo, ficaram impressionadas com uma oração repleta de doutrina (...) Hoje pelas dezanove horas e meia, falará de novo Frei Mário Branco e, talvez ainda amanhã, conforme a hora de saída do “Guiné”, onde os dois frades seguem para Santa Maria.”⁶⁹

O panorama presenciado pelos frades, e descrito pelo P^e. Bartolomeu Ribeiro ao longo dos seus escritos, demonstra que à exceção dos concelhos anteriormente aludidos, a presença de fraternidades terceiras no restante território de S. Miguel já não apresentava atividade evangélica, com caráter permanente desde o início dessa década.

67 Cf. APSJ, Sentença *In Nomine Domini*, ao abrigo dos cânones, 1530 e 1532, 04 de abril de 1957.

68 Avila, 1957.

69 Cf. *Diário dos Açores*, 22 de Outubro de 1946.

No decorrer dos dois anos de missão, 1946/47, foi empreendido um esforço para reorganizar as fraternidades existentes e fundação de novos núcleos franciscanos. A distribuição dos grupos de irmãos ficou sob a alçada dos párocos locais, passando a supervisão a ser efetuada pela Província Franciscana de Portugal, sediada no seminário da Luz, em Lisboa. Foi este o cenário deixado pelos dois missionários no final da sua jornada: a ilha de S. Miguel ficou constituída por oito fraternidades, das quais, seis correspondiam ao período pré-liberal. Em Ponta Delgada a fraternidade constituía-se por 94 irmãos, na sua maioria noviços; em Vila Franca do Campo, tomaram hábito 12 homens e 126 mulheres, ficando a fraternidade organizada por efetivo de 59 irmãos e 249 irmãs⁷⁰; na Ribeira Grande, e segundo o auto de abertura, não foi possível formar o Discretório por falta de irmãos professos, comprometendo-se o comissário, logo que possível, a providenciar 4 professos para ocupar o lugar de ministro e vogais. A fraternidade ficou composta por 104 membros, repartidos por 87 mulheres e 17 homens, distribuindo-se pelas paróquias: Conceição (31), Matriz (23), Ribeira Seca (18), Ribeirinha (7), Ribeira Quente (1) e ainda 6 irmãos sem alusão ao local de residência⁷¹. No concelho da Lagoa, no final de 1947, foi possível reunir um noviciado de 11 elementos masculinos e 55 femininos⁷².

No que toca à instituição de novos núcleos, em 1947 foram criadas fraternidades nas freguesias de Fenais da Luz, concelho de Ponta Delgada, com um efetivo de 25 noviços e 113 noviças e na mesma data a fraternidade da Achadinha no concelho do Nordeste, formada por 30 noviços e 61 noviças⁷³.

Este clima de reorganização do movimento secular franciscano não virá no entanto, a surtir efeito após o fim da missão de Bartolomeu Ribeiro em 1947. À exceção das fraternidades de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, todas as outras não conseguiram vingar os seus propósitos no decorrer da década 1950, acabando por desaparecer do panorama dos movimentos de leigos católicos em S. Miguel⁷⁴. A falta de irmãos professos e um menor empenhamento do clero secular que, como já indicado, se encontrava empenhado no desenvolvimento de outras atividades clericais, pode ter estado na origem desse desinteresse. Paralelamente, o Concílio Vaticano II vai valorizar a vocação e a missão dos leigos, abrindo ain-

70 Cf. Ribeiro, 1952: 357-366.

71 Cf. AMRG, *Fundo da Ordem Terceira de São Francisco*, “Livro de Irmãos da Ordem Terceira da Penitência de Francisco, Auto de abertura, 9 de Dezembro de 1946”, fl. 6.

72 Cf. APSC, *Fundo da Ordem Terceira da Lagoa*, “Livro de Inscrição de irmãos, com Auto de abertura, assinado pelo P^o. Bartolomeu Ribeiro, 24 de janeiro de 1947”.

73 Cf. Ribeiro, 1952: 357-366.

74 Todos os arquivos que tivemos a oportunidade de consultar ao longo da nossa investigação, com exceção de Ponta Delgada, não apresentam documentação para além de 1950.

da mais o seu espectro de participação, nomeadamente nos núcleos paroquiais.

Quando em 1994 é efetuada uma nova contagem de seculares franciscanos em S. Miguel, estes encontram-se reduzidos apenas à fraternidade de Ponta Delgada, já que os terceiros de Vila Franca do Campo terminaram a sua atividade na década de 1960⁷⁵. Vinte anos volvidos e no decorrer da nossa investigação pudemos constatar que esta fraternidade ainda se encontrava ativa, mas apenas em termos administrativos, já que os seus membros, pouco mais de três a quatro elementos, não efetuavam reuniões da fraternidade desde a década de 1990, encontrando-se a capela dos Terceiros ocupada pelos Escuteiros Marítimos, situação da qual não encontramos registos manuscritos, ou qualquer outro tipo de documentação no arquivo desta fraternidade, que comprove a passagem destas instalações para este corpo de escuteiros.

75 Rema, 1996: 532-534.

DE REGRESSO AO REINO CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS CATIVOS AÇO- RIANOS NO NORTE DE ÁFRICA (SÉCULOS XVII-XVIII)

EDITE MARIA C. MARTINS ALBERTO*

Introdução

Pelo ano de 1706 os corsários de Salé apreenderam uma embarcação que navegava da ilha de Santa Maria para a ilha de São Miguel, conduzindo para Mequinez, actual cidade de Meknès em Marrocos, todos os passageiros e tripulação. Entre esses cativos, destacavam-se duas jovens que viajavam para São Miguel para ingressarem num convento. Uma delas, muito jovem, tornou-se muçulmana, a segunda, mais velha, sofreu seis meses de torturas e ameaças por parte do sultão para a tentar converter, até ser expulsa do palácio. Perante esta situação, um outro cativo de nome José Dias, espanhol, natural de Valência, pede-a ao governante como esposa. O matrimónio celebrou-se no convento dos Padres Reformados da Província de São Diogo da Andaluzia, na cidade de Mequinez, instituição franciscana fundada com o fim de conceder apoio religioso aos cativos¹.

Anos mais tarde, encontramos novamente José Dias, com licença do sultão

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

¹ Sobre a presença dos franciscanos em Mequinez e o seu relacionamento com os trinitários portugueses ver Edite Alberto, “Trinitários e Franciscanos no Resgate de Cativos Portugueses de Mequinez” in *Congresso Internacional Franciscanos no Mundo Luso-Hispânico História, Arte e Património*, Sociedade da Geografia de Lisboa, CHAM - FCSH/NOVA-Uaç (no prelo).

Muley Ismael para se deslocar a Lisboa, a fim de interceder pelo resgate dos cativos portugueses, junto de D. Pedro II. Para a libertação dos cerca de cento e sessenta cativos que estavam em Mequinez, o sultão não pretendia dinheiro mas sim pólvora e balas. O resgate ficou sem efeito pela proibição de transportar armas ou munições para o norte de África imposta pelos reinos cristãos.

A libertação destes cativos só vai acontecer no ano de 1729. Na relação dos resgatados aparece-nos a cativa da ilha de Santa Maria, de nome Maria Faleira, agora viúva de José Dias, com sessenta e um anos de idade e trinta e oito de cativo. Neste resgate é também libertada uma sua filha, Jerónima Dias de vinte e um anos nascida em Mequinez, casada com José Boquer, cativo francês, de cinquenta anos e trinta de cativo, bem como os filhos deste casal todos nascidos em Mequinez: Teresa Maria de quatro anos, Afonso Martins de nove, João Baptista António de dois e Diogo Correia de dez meses.

Maria Faleira para além de se manter fiel ao cristianismo, constituiu família com o valenciano José Dias, resistiu a trinta e oito anos de cativo e regressa ao reino com a filha, genro e netos. A persistência desta mulher e a esperança na libertação efectivada no resgate de todos os membros da sua família, constitui um caso extraordinário entre os milhares de resgatados estudados. Indivíduos que face às vicissitudes do cativo tiveram que sobreviver em locais longínquos, com hábitos e culturas diferentes, tornando-se em personagens de um quotidiano que caracterizou a sociedade portuguesa nos séculos passados.

As crónicas da Ordem da Santíssima Trindade são fundamentais para o estudo dos resgates ou redensões de cativos. Esta ordem fundada em França por São João da Mata e São Félix de Valois, estabeleceu-se em Portugal no reinado de D. Sancho I, tendo como principal missão a libertação dos cristãos. Primeiro em terras da Península Ibérica, acompanhando o movimento de formação do reino, depois no norte de África, seguindo a expansão territorial portuguesa e a fundação de praças fortes na costa atlântica marroquina.

A Crónica de Frei Jerónimo de São José intitulada *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*, a única impressa, datada dos finais do século XVIII, constitui a fonte mais completa para o estudo da história e fixação da Ordem da Santíssima Trindade em Portugal, da fundação de conventos e dos Resgates Gerais realizados². Outras crónicas existem, manuscritas, algumas já identificadas por nós na documentação do cartório do Convento da Trindade de Lisboa no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

2 Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da esclarecida Ordem SS. Trindade, Redenção de Cativos, da Provincia de Portugal*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794, 2 tomos. A referência ao cativo das duas mulheres que viajavam da ilha de Santa Maria para ingressarem na vida conventual em São Miguel, pode ser consultado no tomo II, p. 428.

Outra fonte fundamental são as listas de cativos que os padres trinitários estavam obrigados a entregar aos ministros da Mesa de Consciência e Ordens logo que desembarcavam em Lisboa, para depois serem difundidas impressas. Nestas listas surgia a relação de todos os resgatados referindo o nome, filiação, naturalidade, idade, anos de cativo e por vezes o preço pago pelo resgate. Apesar de não terem chegado até nós todas as listas dos resgates em estudo, o manuscrito anónimo *Historia chronologica do varoes illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da redempção desde o anno de 1208 the o de 1757*, permite reconstituir os dados das relações em falta, uma vez que o autor identifica todos os cativos resgatados³.

As informações recolhidas nas crónicas e nas relações de cativos podem ser aferidas e completadas com os registos em *Livros de Receitas e Despesas*, abertos para todos os resgates, mas nem todos disponíveis nos nossos dias, e com outros manuscritos escritos pelos padres redentores durante o resgate onde descrevem os acontecimentos ocorridos na viagem tanto marítima como terrestre e o relato das negociações dos quantitativos a pagar pelos cativos. Não esquecendo toda a documentação trocada com os ministros da Mesa da Consciência e Ordens, tribunal com papel relevante na organização administrativa dos resgates e detentor do Cofre dos Cativos.

A partir dos cerca de dois milhares de documentos provenientes do núcleo documental da Provedoria dos Cativos da Mesa da Consciência e Ordens, da leitura das crónicas da Ordem da Santíssima Trindade, e das “memórias” escritas pelos padres redentores é possível reconstituir o complexo processo de organização de um Resgate Geral. Estas redensões, missões caritativas de libertação de cativos, foram realizadas num clima hostil, fruto das conturbadas relações entre Portugal e os reinos do norte de África. Neste clima de guerra constante, as redensões portuguesas conseguem sobreviver às vicissitudes adversas e, quase sempre com sucesso, libertar grande número de portugueses.

Neste estudo serão analisados os doze Resgates Gerais efectuados entre a subida ao trono de D. João IV e a assinatura dos tratados de paz com Marrocos e com Argel, em 1774 e 1810, respectivamente, nos quais os frades trinitários foram os redentores juntamente com oficiais da Mesa de Consciência e Ordens que os acompanhavam.

3 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO [ANTT] - Manuscritos da Livraria nº 565, *Historia chronologica do varoes illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da redempção desde o anno de 1208 the o de 1757*. A descrição pormenorizada do resgate da família de Maria Faleira pode ser consultado nos fls. 162-165v

Encontra-se em preparação a edição deste códice, fonte fundamental para o estudo da Ordem da Santíssima Trindade, dos resgates de cativos e da presença dos portugueses em terras norte africanas.

Em todos os Resgates Gerais estudados encontramos naturais das ilhas dos Açores, prova dos ataques frequentes que sofria o arquipélago por parte dos corsários e piratas de Argel ou Salé. Não sabemos quantos teriam sido apreendidos. As fontes só nos dão informação dos que foram resgatados e transportados para o reino através da acção dos frades trinitários. Dos dois mil e quinhentos cativos libertados, quinhentos e catorze são provenientes das ilhas açorianas.

Iniciamos a presente exposição com a caracterização dos Resgates Gerais ocorridos no período tratado e passaremos, depois, ao estudo dos resgatados naturais das ilhas dos Açores que enumerámos a partir das relações de cativos. Centramos, posteriormente, a nossa atenção na identificação dos dezoito cativos provenientes da ilha de São Jorge.

1. Os Resgates Gerais nos séculos XVII e XVIII e a Ordem da Santíssima Trindade

Nas palavras de Luís Filipe Thomaz, entre cristãos e muçulmanos era normal a guerra e anormal a paz, mesmo quando essa guerra era mais um estado latente do que um conflito aberto⁴. O resgate de cativos acompanha toda a história nacional desde os tempos da formação do reino até ao início do século XIX, como uma situação inerente às relações entre cristãos e muçulmanos. Ambas as religiões legitimavam a apreensão de indivíduos para conversão ou futuro resgate.

Em Portugal a organização dos resgates de cativos dependia, em termos civis, da Provedoria ou Tribunal da Rendição dos Cativos dependente da Mesa de Consciência e Ordens, e no campo religioso dos frades da Ordem da Santíssima Trindade, congregação presente em Portugal desde o século XIII e instituída com o fim específico de libertar cristãos cativos. Desde D. Sebastião, em contrato assinado entre o monarca e a ordem religiosa, ficara estipulado a obrigatoriedade da presença de dois religiosos trinitários na organização de qualquer Resgate Geral⁵.

Os Resgates Gerais, ou seja, a libertação de todos os portugueses cativos em determinado lugar pelos padres redentores, fruto de negociações entre a coroa de Portugal e os governantes de Marrocos ou Argel, constituíam o modo oficial, tanto político como religioso, de exercer esta actividade. O rei através dos religiosos providenciava a libertação dos seus súbditos, como definiam documentos

4 Luiz Filipe THOMAZ, “Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso português” in *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa - As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993, p. 540.

5 ANTT - Mesa da Consciência e Ordens, *Cativos*, caixa 53, documento não numerado. Transcrito por Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *op. cit.*, I, pp. 440-445.

régios e pontifícios⁶. No entanto, outros interesses, fruto dos valores monetários envolvidos e dos privilégios inerentes à redenção dos cativos, faziam pôr em causa estas decisões. A realidade mostra que a abertura à realização de resgates particulares muitas vezes fugiu à inerência destes religiosos, sobrepondo-se razões excepcionalmente aceites e autorizadas pela Coroa. Daí a existência de toda uma correspondência de requerimentos por parte dos provinciais da Ordem da Santíssima Trindade, apelando para que as suas funções e privilégios fossem respeitados⁷. Defendendo sempre que, para os frades, mais que resgatar pessoas, tratava-se de libertar cristãos e proporcionar apoio religioso aos que vinham em liberdade ou aos que permaneciam no cativoiro. Por outro lado justificam como sendo uma medida caritativa, longe de qualquer lucro monetário, o que se contrapunha aos interesses materiais dos mercadores que solicitavam autorização para efectuarem os resgates.

Depois das medidas extraordinárias impostas de modo a resolver o problema levantado com elevado número de cativos fruto da batalha de Alcácer Quibir, a opção foi organizar, de forma mais expedita possível, os futuros resgates de acordo com novas leis, muitas já a serem praticadas pelos frades trinitários de Castela. Com a subida ao trono de D. João IV, o monarca mantém e consolida a legislação filipina face à estruturação e organização dos Resgates Gerais, apenas condicionado pelos elevados custos despendidos nas guerras de consolidação da independência.

Neste estudo vamo-nos centrar nos Resgates Gerais ocorridos entre os reinados de D. João IV e D. Maria I, um total de catorze redenções, duas das quais - os resgates de 1689 e 1718 - apesar de organizados não se efectivaram pelas condições impostas pelo sultão Muley Ismael, impossíveis de cumprir por parte dos portugueses. Estes resgates realizaram-se junto da corte do sultão de Marrocos e na cidade de Argel. No primeiro caso, os cativos resultavam dos conflitos bélicos entre a praça portuguesa de Mazagão e o reino de Marrocos e da apreensão de embarcações sobretudo pelos corsários de Salé. No caso de Argel, da política de corso, instituída pelos governadores desta cidade portuária, visando embarcações que circulavam no Mar Mediterrâneo e Atlântico e povoações marítimas. Portugal foi especialmente afectado, tanto ao longo da sua costa continental, como nas ilhas atlânticas e tráfego transoceânico. Por isso, desde cedo, se procedeu à construção de fortes de vigia e à criação de armadas específicas para a vigilância da costa

6 ANTT - Mesa de Consciência e Ordens, *Cativos*, caixa 55 - Tradução da Bula de Pio V *Quia libenter* de 14 de Fevereiro de 1566, inserida numa consulta dos deputados da Mesa de Consciência e Ordens de 11 de Outubro de 1668. Esta bula confirma o contrato efectivado entre D. Sebastião e a Ordem da Santíssima Trindade sobre a exclusividade e obrigatoriedade da presença dos frades trinitários na realização dos Resgates Gerais.

7 ANTT - Mesa de Consciência e Ordens, *Cativos*, caixa 55, vários documentos, não numerados, sobre pedidos e autorizações para a realização de resgates por particulares.

portuguesa e para a protecção das embarcações da Carreira da Índia e do Brasil, comboiando-as no seu trajecto de regresso ao Reino⁸.

QUADRO Nº 1
RESGATES GERAIS DE CATIVOS - SÉCULOS XVII E XVIII

MARROCOS

Tetuão 1655

Mequinez 1689 *; 1718 *; 1729 ;

(*) Resgates onde não houve libertação de cativos por alteração das condições predefinidas com a coroa de Marrocos

ARGEL

1671; 1674; 1696; 1720; 1726; 1731; 1739; 1754; 1778

De acordo com o estipulado nas decisões pontifícias, os Resgates Gerais deveriam realizar-se de três em três anos. Embora os religiosos da Ordem da Santíssima Trindade sempre tivessem pugnado pelo cumprimento desta periodicidade, na prática ela raramente foi alcançada nos séculos em análise. Vicissitudes de natureza política e económica, quer nos países para onde eram levados os cativos, quer em Portugal, explicam esta irregularidade.

Alguns hiatos mais prolongados, para além das dificuldades das negociações, não podem deixar de relacionar-se com problemas inerentes às guerras consequentes da restauração da independência e à instabilidade política que o país atravessou, com especial destaque para os conturbados anos do reinado de D. Afonso VI.

Uma Redenção ou Resgate Geral envolvia um processo complexo de organização que poderia demorar vários meses. Desde a autorização régia ao ajuste das condições de resgate com o sultão de Marrocos ou com o governador de Argel, passando pelas nomeações dos padres redentores e dos oficiais régios, frete de navios, publicitação e procissão do resgate, preparação de presentes diplomáticos, angariação de fundos ... - toda uma complexa logística com o fim de libertar os portugueses que tinham sido levados como cativos para Mequinez ou Argel⁹.

⁸ Sobre armadas de guarda da área marítima portuguesa consultar, entre outros estudos do autor sobre a temática, Artur Teodoro de MATOS, *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no século XVI (Novos elementos para o seu estudo)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1990.

⁹ Sobre a organização dos Resgates Gerais e instituições envolvidas consultar Edite ALBERTO, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, tese de doutoramento em História Moderna, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012 (<http://repositorium.sdum.uminho.pt>).

2. Os cativos naturais das ilhas dos Açores

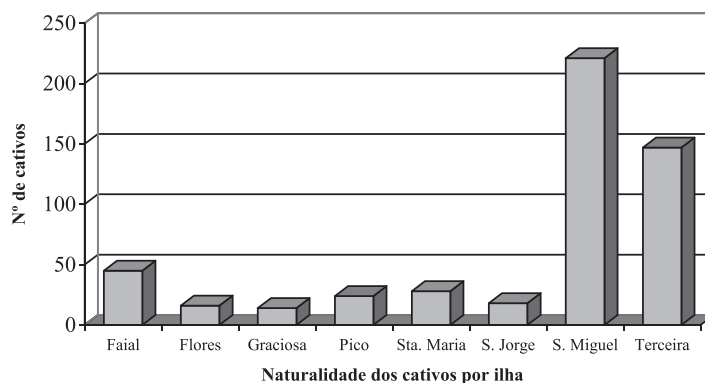
Em todos os doze Resgates Gerais efectuados no período em estudo, foram resgatados indivíduos naturais das ilhas dos Açores. A percentagem maior ocorreu no Resgate Geral de Mequinez de 1735, no qual os açorianos constituíram setenta e um por cento do total de resgatados.

QUADRO Nº 2
TOTAIS DE CATIVOS RESGATADOS

RESGATES GERAIS	LOCAL	TOTAL CATIVOS RESGATADOS	Nº CATIVOS NATURAIS DAS ILHAS DOS AÇORES
Datas			
1655	Tetuão	121	12
1671	Argel	190	5
1674	Argel	302	14
1696	Argel	300	41
1720	Argel	365	104
1726	Argel	214	68
1729	Mequinez	113	16
1731	Argel	193	43
1735	Mequinez	73	52
1739	Argel	178	48
1754	Argel	228	78
1778	Argel	223	33
TOTAIS		2500	514

Encontramos cativos provenientes de oito ilhas do arquipélago dos Açores com especial peso para os naturais das ilhas de São Miguel e Terceira, as mais povoadas e com actividade naval mais desenvolvida. O número de duzentos e vinte um micaelenses suplanta em muito os indivíduos das restantes ilhas, só com paralelo nos cento e quarenta e sete cativos naturais da Terceira.

GRÁFICO Nº 1
DISTRIBUIÇÃO DOS CATIVOS RESGATADOS POR ILHA



QUADRO Nº 3
DISTRIBUIÇÃO DOS CATIVOS RESGATADOS
POR ILHA E POR RESGATE

RESGATES GERAIS	Faial	Flores	Graciosa	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Pico	Terceira	TOTAL
1655	7		1			1		3	12
1671	1		1			1		2	5
1674	3					5		6	14
1696	4	2	1	3		13	1	17	41
1720	5	14	3	2	3	39	8	30	104
1726	2		2		3	23	6	32	68
1729	3		2	3		5		3	16
1731	4		1	2	5	19	3	9	43
1735	3			2		41	2	4	52
1739	3		1	3	5	8		28	48
1754	4		1	10	2	52	4	5	78
1778	6		1	4		15		7	33
TOTAIS	45	16	14	29	18	221	24	147	514

Apesar de, na sua maioria, não nos terem chegado dados que permitam saber as condições em que foram aprisionados, as fontes possibilitam-nos ainda assim

caracterizar estes indivíduos nomeadamente em termos de ofícios desempenhados, idade e tempo de cativo.

Um aspecto destaca-se logo à partida nas relações dos cativos, dos quinhentos e catorze resgatados só seis são mulheres. Apesar de em todos os regimentos dos Resgates Gerais ser referenciado que os padres redentores deveriam dar prioridade ao resgate das crianças e das mulheres sabemos que facilmente desapareciam no mundo muçulmano¹⁰. Educação especial para futura afectação ao exército turco ou integração nos haréns, eram os destinos para os cativos mais jovens e mulheres.

De Barbara Pimentel, Catarina do Amaral e Maria Álvares libertadas no Resgate Geral de 1720, pouco sabemos. A relação identifica-as como naturais, a primeira da ilha das Flores, e as outras duas da ilha do Pico, tinham entre 35 e 40 anos de idade, e sofreram cativo entre os catorze meses e os sete anos. Juntamente com Maria Álvares foi resgatado o seu filho Mateus de Faria, de 19 anos, também cativo à seis anos¹¹.

Neste Resgate Geral de 1720 foram libertadas um total de dezoito mulheres, com excepção das três naturais dos Açores, todas as outras são descritas como *negras* ou *pardas* naturais de Angola, Costa da Mina, Maranhão e Pernambuco.

No Resgate Geral de 1729 foi libertada Maria Faleira, da ilha de Santa Maria, sobre a qual já falamos na introdução deste estudo. Esta mulher que viveu trinta e oito anos em cativo, tendo casado com um outro cativo de nome João Dias, era agora resgatada com sessenta e um anos de idade. Com ela foram libertados a filha Jerónima Duarte de vinte e um anos de idade nascida em Mequinez, o genro Jose Boquer, cativo francês de cinquenta anos e trinta de cativo, e quatro netos, filhos deste casal, todos nascidos em Mequinez¹².

Em 1735 foram resgatadas Isabel Raposa e Ana Botelha, a primeira viúva, e a segunda resgatada juntamente com o marido António de Medeiros, todos naturais da ilha de São Miguel¹³.

Para além destas mulheres, os restantes quatrocentos e noventa e oito cativos são homens desempenhando diversos ofícios. As relações destacam em primeiro lugar os religiosos, frades ou sacerdotes, e depois enumeram todos os outros resgatados listados por ofício ou alfabeticamente. Apresentamos, de seguida, a distribuição por Resgate Geral dos ofícios ou funções desempenhadas pelos cativos.

10 ANTT - Mesa de Consciência e Ordens, *Cativos*, caixa 52 - Regimento do resgate de cativos de 1696, posteriormente adaptado para os resgates de 1720 e 1726.

11 *Relaçam do resgate que por ordem Del-Rey nosso senhor Dom Joam V Rey de Portugal se fez na cidade de Argel pelos Padres Redentores os pregadores geraes Fr. Joseph de Paiva & Fr. Simão de Brito da Ordem da Santissima Trindade* Lisboa Occidental, Oficina de Miguel Marnesal, 1720.

12 ANTT - Manuscritos da Livraria nº 565, III, fl. 162-165v.

13 *Relação dos Cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgatarão na cidade de Mequinez os Religiosos da Santissima Trindade* Lisboa Ocidental, Oficina da Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

QUADRO Nº 4
Ofícios / Funções dos Cativos Resgatados

OFÍCIOS/ FUNÇÕES	OFÍCIOS / FUNÇÕES	1655	1671	1674	1696	1720	1726	1729	1731	1735	1739	1754	1778	TOTAL
Religiosos	Frades Sacerdotes	2	1	4					1 2	5				7 8
Marítimos	Capitão				1	1				2	2	1	1	8
	Contramestre	2			1	1				1	1			5
	Marinheiro	1	1	7	21	44	5			4	10	22	28	143
	Mestre								1					1
	Patrão de porto											1		1
	Pescador						5				2	15		22
	Piloto											1		1
Militares	Alferes	3		1										4
	Espingardeiro					1								1
	Soldado	1	1		1	1								4
Mestres	Alfaiate						1							1
	Barbeiro									1				1
	Calafate					1	9		3		1			14
	Carpinteiro				2		1			1	2			6
	Oleiro									3				3
	Sapateiro						6							6
	Serralheiro						1							1
	Tanoeiro					2			2					4
	Tecelão									1				1
Oficiais	Alfaiate											1		1
	Calafate				2		1							3
	Carpinteiro					3					1	1		5
	Ferreiro				1									1
	Moleiro									1				1
	Ourives										1			1
	Tanoeiro					1								1
		Tecelão								3				
Saúde	Cirurgião				2							1		3
Administrativos	Escrivão dos cativos												1	1
	Meirinho								1					1
	Solicitador									1				1
Comércio	Almocreve									3				3
	Homem de negócio						1				1	2		4
	Tratante									1				1
Agricultura	Lavrador								7		4		11	
Indiferenciado	Trabalhador									11	9	1	21	
Fidalgos	Cavaleiro fidalgo		2											2
Passageiros	Passageiro			1	3					1		7		12
Não mencionado		3		1	8	49	37	16	33	7	27	14	1	196
TOTAIS		12	5	14	41	104	68	16	43	52	48	78	33	514

O preço pedido para o resgate variava de acordo com o grau de especialização dos cativos. Nos resgates ocorridos na corte de Marrocos todos os cativos foram resgatados pelo mesmo preço, apenas com a exceção de cinco padres da Companhia de Jesus, cujo valor foi muito mais elevado do que o dos restantes cativos¹⁴. Em Argel o preço era definido de acordo com o ofício. Os capitães, contramestres, pilotos eram resgatados por montantes elevados, tal como os mestres dos diversos ofícios mecânicos como calafates, carpinteiros, tanoeiros, serralheiros entre outros. Todos estes cativos qualificados participavam nas necessidades quotidianas da cidade ou no apresto das embarcações de corso.

GRÁFICO Nº 2
IDADES DOS CATIVOS RESGATADOS POR RESGATE GERAL

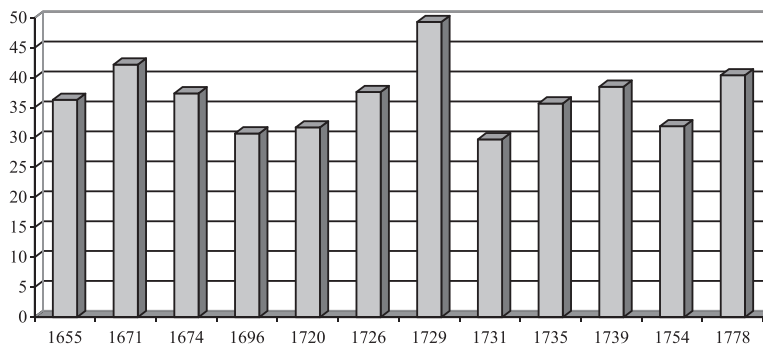
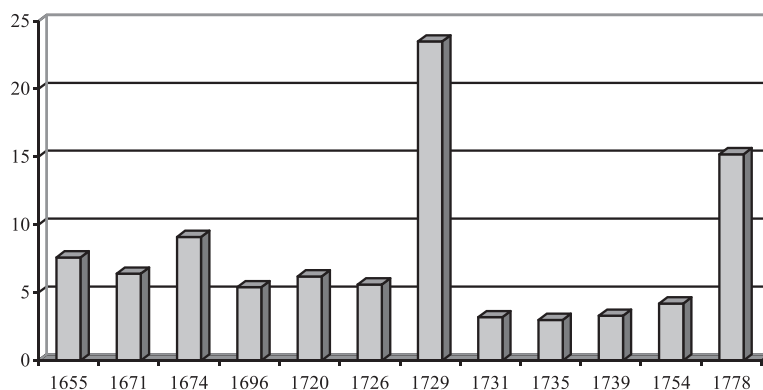


GRÁFICO Nº 3
TEMPO DE CATIVEIRO POR RESGATE GERAL



¹⁴ *Idem.* Os padres jesuítas foram resgatados por 2103.000 réis e os restantes cativos por 307.500 réis.

Depois de setenta e quatro anos sem a realização de Resgates Gerais em Marrocos, devido às condições impostas pelo sultão Muley Ismael, a realidade ocorrida com os cativos açorianos é similar aos restantes resgatados naturais de outros locais do reino, no Resgate Geral de 1729. A média de idades dos cativos açorianos é de quarenta e nove anos. Do total de cento e treze resgatados, trinta e quatro por cento têm idade igual ou superior a cinquenta anos. Uma realidade que não voltará a ocorrer nos resgates seguintes.

Situação semelhante se passou também em relação ao tempo passado em cativo, também muito dispar em relação aos restantes resgates. A média de cativo para os cativos açorianos é de vinte e três anos. Mais elevada do que a média de dezanove anos se contabilizarmos todos os libertados no Resgate Geral de 1729.

Tentámos sistematizar alguns dados que permitem conhecer melhor quem eram estes indivíduos que sofreram a vicissitude de serem levados para o norte de África e que tiveram a possibilidade de regressar ao reino. Sabemos que desembarcaram em Lisboa e, como acontecia na chegada das redensões, foram saudados pela população da cidade ao longo da procissão que ligava o local de desembarque ao Convento da Trindade. Na casa trinitária ficaram alguns dias e depois, era usual, receberam algum donativo para ajuda no regresso a casa. As fontes documentais estudadas permitem-nos saber que estes quinhentos e catorze cativos chegaram a Lisboa, mas não nos permitem conhecer o que aconteceu a seguir nas suas vidas. Um estudo que urge fazer e para o qual pretendemos ter contribuído com os dados apresentados neste estudo e a bibliografia temática. A partir daqui será necessária a consulta de outro tipo de fontes que permitam concluir sobre como se desenvolveu a vida destes resgatados nas suas ilhas natais.

3. Os cativos naturais da ilha de São Jorge

De acordo com os quadros apresentados anteriormente encontramos dezoito cativos naturais da ilha de S. Jorge, libertados nos Resgates Gerais de 1720, 1726, 1731, 1739 e 1754.

Resgate Geral de Argel de 1720

NOME	OFÍCIO	IDADE	TEMPO CATIVO
Domingos Rocha	Carpinteiro	25	8
Manuel Marques de Ávila		28	8
Manuel Teixeira		18	1

Resgate Geral de Argel de 1726

NOME	OFÍCIO	IDADE	TEMPO CATIVO	PREÇO RESGATE
Lázaro Pereira	Mestre calafate	20	3	360.000 rs.
Manuel Ferreira	Mestre sapateiro	38	7	642.750 rs.
Manuel Pereira da Silva		35	4	Trocado por um turco da Galé

Resgate Geral de Argel em 1731

NOME	OFÍCIO	ESTADO CIVIL	IDADE	TEMPO CATIVO	PREÇO RESGATE
António Pereira		Casado com Marta do Rosário	26	2	348.750 rs.
João Soares		Casado com Maria do Rosário	30	1	455.250 rs.
Manuel Fernandes	Mestre calafate	Casado com Maria Pedrosa	52	1	642.750 rs.
Manuel Pereira			55	1	360.750 rs.
Pedro da Cunha		Casado com Ana Pereira	40	1	348.750 rs.

Resgate Geral de Argel de 1739

NOME	OFÍCIO	ESTADO CIVIL	IDADE	TEMPO CATIVO	PREÇO RESGATE
Maria de Sousa		Viúva do alferes Francisco Machado	69	2	480.000 rs.
Francisco de Sousa		Solteiro	40	1 ano e 5 meses	292.500 rs.
Mateus Cardoso	Mestre calafate	Casado com Maria da Silveira	30	14	347.750 rs.
Manuel Pereira	Pescador	Solteiro	50	1	295.500 rs.

Resgate Geral de Argel de 1754

NOME	OFÍCIO	ESTADO CIVIL	IDADE	TEMPO CATIVO	PREÇO RESGATE
Jorge de Sousa e Mendonça	Capitão	Solteiro	27	3 anos e 9 meses	1504.000 rs.
Inácio Pereira	Marinheiro	Solteiro	20	4	467.840 rs.

A listagem dos cativos naturais da ilha de São Jorge reflecte os dados já descritos para os restantes cativos açorianos. Entre os dezoitos libertados apenas de encontra uma mulher: Maria de Sousa com sessenta e nove anos e que esteve cativa dois anos.

A indicação do estado civil e do nome do cônjuge para os casados constitui mais um dado para identificação do cativo, não implicando que o parceiro também tem estado aprisionado.

No que se refere a ofícios dos resgatados de São Jorge regista-se um capitão, dois mestres calafates, um mestre sapateiro, um carpinteiro, um marinheiro e um pescador. Repara-se na diferença do montante pago pelo capitão Jorge de Sousa e Mendonça, 1504.000 réis, em comparação com os montantes despendidos no pagamento dos outros resgates. A importância deste cativo na *mestrança* de Argel implicou o aumento do seu valor, tentando assim dificultar o seu resgate por parte dos padres trinitários.

No Resgate Geral de 1726 Manuel Pereira da Silva foi trocado por um turco que estava nas galés em Lisboa de nome Mustafá. Esta realidade ocorreu em, vários resgates onde a troca de cativos permitia reduzir o montante pago pelo resgates. Este muçulmano pertencia a um conjunto de tripulação argelina aprisionada em embarcações apreendidas pela armada portuguesa e que, como cativos, eram colocados ao serviço das galés reais.

Em termos de conclusão

Estamos perante uma realidade quotidiana à sociedade portuguesa que só viu resolução definitiva no início do século XIX¹⁵. Neste espaço de tempo a população sociabilizou com o medo do outro, neste caso do muçulmano, do que tem hábitos e religião diferente. *Anda mouro na costa!*, expressão popular ainda hoje utilizada

15 O último resgate geral de Argel decorre no ano de 1811 em sequência do Tratado de Tré-gua e Resgate assinado a 6 de Julho de 1810. Por ele se resgataram 615 cativos que seriam entregues em quatro etapas sucessivas. Os valores acordados foram muito altos, levando à organização de um peditério nacional para possibilitar o pagamento solicitado.

na linguagem portuguesa, testemunha a inquietação sofrida pelas populações. A imprecação, relacionada com comportamentos agitados, tem a sua origem no sobressalto em que viviam os navegantes e as populações da beira-mar por causa do perigo constante dos ataques efectuados pelos corsários e piratas muçulmanos¹⁶. Através de sinais de fumo ou do toque dos sinos das igrejas, as populações eram avisadas, a fim de se precaverem contra possíveis ataques.

Não só no mar foram feitos prisioneiros, também as povoações costeiras marítimas sofreram ataques de corsários com vista à apreensão de bens e sobretudo de cativos. Estes apanhavam os pescadores na sua faina, os que trabalhavam nos campos junto ao mar, ou mesmo famílias nas suas casas. O medo das imprevisões marítimas estava a par com o medo do cativo, com o perigo de reencontros com piratas ou corsários¹⁷.

Os frades trinitários, para além de procederem à organização dos resgates desde a autorização régia até à entrega da lista com os resgatados à Mesa de Consciência e Ordens, exerciam a sua função religiosa para a qual a ordem fora confirmada pelo papa Inocêncio XIII. A sua acção exercia-se no resgate de cativos mas não só de indivíduos aprisionados mas numa dimensão teológica de redenção de almas, que estavam no perigo de se perderem para a religião islâmica. As comparações bíblicas com Moisés (resgatou os judeus do Egipto) e Jesus Cristo (o redentor, que resgatou os homens do pecado) são frequentes e inerentes ao instituto da ordem. Os frades, padres redentores, tinham essa função, ou seja, salvar os cristãos do perigo da apostasia, e traze-los de regresso ao seio comunidade cristã.

Redimir cativos tornava-se numa obra de caridade, de misericórdia, visando a liberdade dos que estavam presos no norte de África, na dupla vertente, física e religiosa. Os monarcas tentavam deste modo resolver o problema do cativo dos seus súbditos, através de uma “obra tão pia e digna do zelo [...] do serviço de Deus e bem do reino” nas palavras de D. João V¹⁸.

O estudo dos resgates de cativos constitui, deste modo, a tentativa de dar a conhecer uma realidade quotidiana à sociedade portuguesa, especialmente vivida nas ilhas atlânticas pela situação geográfica que as tornava mais expostas ao ataque de piratas e corsários norte africanos.

16 João Vidago, “Anda mouro na costa”, separata de *Studis*, Lisboa, 1981, n.º 45, pp. 295-306.

17 Jean Delumeau, *La peur en Occident (XIVe - XVIIIe siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayart, 1978.

18 ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA [AML] - Livro 1º de Consultas e Decretos de D. João V, fl. 186 - Carta régia de 21 de Junho de 1707, transcrita por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia universal, 1898, vol. X, pp. 361-362.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:**Fontes manuscritas**

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Livro 1º de Consultas e Decretos de D. João V

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Manuscritos da Livraria nº 565, *Historia chronologica do varoes illustres que tem havido na provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da redempção desde o anno de 1208 the o de 1757.*

Mesa da Consciência e Ordens , *Cativos*, caixas 52, 53 e 55

Fontes impressas

Lista das pessoas que a Catholica piedade do Muito Alto & poderoso Rey de Portugal & Algarves etc. Dom Pedro Segundo nosso Senhor mandou resgatar este anno de 1696 do tyranno cativeiro que padecião na Cidade de Argel ...Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1696.

Relação dos Cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgatarão na cidade de Mequinez os Religiosos da Santissima TrindadeLisboa Ocidental: Officina da Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

Relação dos Cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgataram na cidade de Argel os Religiosos da Santissima TrindadeLisboa Ocidental: Officina da Musica, 1731

Relação dos Cativos que por ordem delrey n. senhor D. João V resgataram na cidade de Argel os Religiosos da Santissima TrindadeLisboa Ocidental: Officina da Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

Relação dos Cativos que por ordem da filelissima rainha D. Maria I nossa senhora trouxerão resgatados da cidade de Argel os Religiosos da Santissima TrindadeLisboa: Officina da Antonio Rodrigues Galhardo, 1778.

Relação dos Cativos que por ordem do fidelissimo rey Dom Joseph I nosso senhor resgataram na cidade de Argel os Religiosos da Santissima TrindadeLisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754].

Relação da perda da nau Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa no anno de 1621, Lisboa: Officina Antonio Alvares, 1627.

Relaçam do resgate que pir ordem Del-Rey nosso senhor Dom Joam V Rey de Portugal se fez na cidade de Argel pelos Padres Redentores os pregadores geraes Fr. Joseph de Paiva & Fr. Simão de Brito da Ordem da Santissima Trindade Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal, 1720.

Relação do resgate que por ordem delrey nosso senhor D. João V rey de Portugal se fez na cidade de Argel pelos Padres Redentores os Pregadores Gerais Fr. Joseph de Paiva e Fr. Simão de Brito da Ordem da Santissima Trindade Lisboa Ocidental: Officina da Musica, 1726.

SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo - *Historia Chronologica da esclarecida Ordem SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794, 2 tomos.

Estudos e bibliografia

ALBERTO, Edite - “Corsários argelinos na costa atlântica - o resgate de cativos de 1618” in *I Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 2005 (<http://cvc.instituto-camoes.pt>)

- *Um negócio piedoso - o resgate de cativos em Portugal na época moderna*. Tese de doutoramento em História Moderna. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012 (<http://repositorium.sdum.uminho.pt>).

- “Trinitários e Franciscanos no Resgate de Cativos Portugueses de Mequinez” in *Congresso Internacional Franciscanos no Mundo Luso-Hispânico História, Arte e Património*. Lisboa: Sociedade da Geografia de Lisboa, CHAM - FCSH/NOVA-Uac (no prelo).

DAVIS, Robert C. - *Christian Slaves Muslim Masters. White Slavery in the Mediterranean, the Barbary coast and Italy, 1500 - 1800*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

- DELUMEAU, Jean - *La peur en Occident (XIVe - XVIIIe siècles). Une cité assiégée*. Paris : Fayard, 1978.
- FLETCHER, Richard - *The Cross and the Crescent - The dramatic story of the earliest encounters between Christians and Muslims*. Londres: Penguin Books, 2003.
- MATOS, Artur Teodoro de - *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no século XVI (Novos elementos para o seu estudo)*. Lisboa: Academia da Marinha, 1990.
- MONTEIRO, Jacinto Monteiro - “Incursões de piratas argelinos em 1616 e 1675 nos mares açorianos”. Separata da *Revista Ocidente*. Lisboa: Editorial Império, 1961, vol. LXI, 1961, pp. 197-203.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1898, vol. X.
- THOMAZ, Luiz Filipe - “Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso português” in *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa - As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993, pp. 537-568.
- VALDEMAR, Jorge Valdemar - “O saque dos argelinos à ilha de Porto Santo em 1617”. *Revista Islenha*. Funchal: Direcção Regional de Assuntos Culturais, 1991, pp. 57-78.
- VERÍSSIMO, Nelson - “A Redenção dos Cativos: Algumas questões a propósito do saque à Ilha de Santa Maria, em Junho de 1616”. Separata do *Colóquio o Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 207-224.
- VIDAGO, João Vidago - “Anda mouro na costa”. Separata de *Studis*, Lisboa, 1981, n.º 45, pp. 295-306.

Colecção **ESTUDOS & DOCUMENTOS**

1. **AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA**
Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Deniz Lombard
Edição organizada por LUÍS F. R. THOMAZ
2. **A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA**
Actas do Colóquio Internacional
Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
3. **RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ**
por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO
Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA
4. **NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA**
O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra
no Atlântico e no Índico (1643-1661)
por EDVAL DE SOUZA BARROS
5. **A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU**
(1635-1793)
por ROGÉRIO MIGUEL PUGA
6. **CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA**
pelo Padre SEBASTIÃO DO REGO
Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES
Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO
7. **O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS**
Actas do XIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa
Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
8. **MULHERES EM MACAU**
DONAS HONRADAS, MULHERES LIVRES E ESCRAVAS (SÉCULOS XVI E XVII)
por ELSA PENALVA
9. **COMENTARIOS DE LA EMBAXADA AL REY XA ABBAS DE PERSIA (1614-1624)**
por DON GARCIA DE SILVA Y FIGUEROA
Volumes 1 e 2: Texto-Edição crítica de RUI MANUEL LOUREIRO, ANA CRISTINA COSTA GOMES e VASCO RESENDE; **Volume 3:** Anotações-Coordenação de RUI MANUEL LOUREIRO; **Volume 4:** Estudos-Coordenação de RUI LOUREIRO e VASCO RESENDE.
10. **REPRESENTAÇÕES DE ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA**
– SÉCULOS XV A XXI
Edição de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e CASIMIRO RODRIGUES

11. GOVERNO, POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DO PODER NO PORTUGAL HABSBURGO E NOS SEUS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1581-1640)
Direcção de SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ
12. ANTÓNIO VIEIRA, ROMA E O UNIVERSALISMO DAS MONARQUIAS PORTUGUESA E ESPANHOLA
Organização de PEDRO CARDIM e GAETANO SABATINI
13. HISTÓRIAS ATLÂNTICAS: OS AÇORES NA PRIMEIRA MODERNIDADE
por JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
14. CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS:
PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)
ROBERTA SUMPFF & NANDINI CHATURVEDULA (ORGS.)
15. MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS. MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL
por ÂNGELA DOMINGUES
16. DI BUON AFFETTO E COMMERZIO
RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS NA IDADE MODERNA
NUNZIATELLA ALESSANDRINI, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI & ANTONELLA VIOLA (orgs.)
17. O ATLÂNTICO REVOLUCIONÁRIO
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E DE ELITES NO FINAL DO ANTIGO REGIME
Coordenação de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
18. PORTUGAL NA MONARQUIA HISPÂNICA.
DINÂMICAS E INTEGRAÇÃO E DE CONFLITO
Organização de PEDRO CARDIM, LEONOR FREIRE DA COSTA & MAFALDA DA CUNHA
19. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVATURA INSULAR
SÉCULOS XV A XIX
Coordenação de MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO, RUTE DIAS GREGÓRIO E SUSANA SERPA SILVA
20. ABORTAGENS À HISTÓRIA RURAL CONTINENTAL E INSULAR PORTUGUESA,
SÉCULOS XIII-XVIII
Coordenação de RUTE GREGÓRIO
21. DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU, EM PARTICULAR DE LIMA
Edição de ISABEL ARAÚJO BRANCO, MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA & TERESA LACERDA

